UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CULTURAS E IDENTIDADES BRASILEIRAS

JÚLIO CÉSAR DE OLIVEIRA VELLOZO

UM DOM QUIXOTE GORDO NO DESERTO DO ESQUECIMENTO
Oliveira Lima e a construção de uma narrativa da nacionalidade

SÃO PAULO

2012

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CULTURAS E IDENTIDADES BRASILEIRAS

**O DOM QUIXOTE GORDO NO DESERTO DO
ESQUECIMENTO**

**Oliveira Lima e a construção de uma narrativa da nacionalidade
brasileira**

JÚLIO CESAR DE OLIVEIRA VELLOZO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Culturas Brasileiras do
Instituto de Estudos Brasileiros da
Universidade de São Paulo, para a obtenção
do título de Mestre em Filosofia, Área de
Concentração Estudos Brasileiros.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Teixeira Iumatti

São Paulo

2012

FOLHA DE APROVAÇÃO

Júlio Cesar de Oliveira Vellozo

Um Dom Quixote Gordo no Deserto do Esquecimento: Oliveira Lima e a construção de uma narrativa da nacionalidade.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Culturas Brasileiras do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Filosofia, Área de Concentração Estudos Brasileiros.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

DADOS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Serviço de Biblioteca e Documentação do
Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo

© reprodução total

Vellozo, Júlio Cesar de Oliveira

Um Dom Quixote gordo no deserto do esquecimento. Oliveira Lima e a construção de uma narrativa da nacionalidade / Júlio Cesar de Oliveira Vellozo. -- São Paulo, 2012.

Orientador: Paulo Teixeira Lumatti.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros. Programa de Pós-Graduação. Área de concentração: Estudos Brasileiros. Linha de pesquisa: Sociedade e cultura na América Portuguesa e no Brasil

Versão do título para o inglês: The fat Dom Quixote in the desert of oblivion. Oliveira Lima the building of a narrative of the nationality.

Descritores: 1. Lima, Oliveira, 1867-1928 2. Historiografia 3. Primeira República (1889-1930) I. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros. Programa de Pós-Graduação II. Título.

IEB/SBD01/2012

Para minha mãe, uma pernambucana lá do sertão

Para Luciana e Isabel, com amor

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar ao meu orientador, Paulo Teixeira Iumatti. Foi ele quem me apresentou Oliveira Lima ainda na graduação e só isso já bastaria para uma dívida impagável. Mas, para além de ter feito as honras e ter me permitido a convivência com o Dom Quixote Gordo durante estes dois anos, foi um orientador diligente e atencioso, que soube combinar com inteligência liberdade e direção.

Não posso deixar de fazer referência à professora Gabriela Pellegrino Soares que orientou a minha iniciação científica. Foi ela quem me ajudou a evitar uma tendência por demais generalista e apriorística e me fez perceber as diferenças entre o ofício do historiador e o dos outros cientistas sociais.

Agradeço também a todos os professores do IEB, especialmente àqueles que estiveram comigo nos conselhos dos quais fiz parte como discente. Destaco a convivência que tive na Comissão de Pós-Graduação com Flávia Toni, Alexandre Barbosa e Marco Antonio Moraes, e espero que o jovem programa de que fiz parte com tanto gosto possa continuar avançando.

Mônica Duarte Dantas, que me deu quatro cursos diferentes na graduação e pós-graduação foi uma importante referência e uma presença constante durante todo o meu percurso. Ana Paula Cavalcanti Simione me apresentou as artes plásticas em dois cursos dos quais nunca vou esquecer; além disso, sempre atenta aos dilemas do meu trabalho, ajudou mais de uma vez clareando caminhos e possibilidades. Agradeço também a Cristina, secretária do nosso programa, sempre tão dedicada e atenciosa com todos.

Todos os funcionários dos arquivos que visitei foram muito prestativos: Arquivo Nacional, Arquivo do Estado em São Paulo, Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros da USP, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, Biblioteca Nacional, Arquivo Jordão Emerenciano no Recife. No IHGB contei com a atenção inteligentíssima do Doutor Pedro Tórtima, que me deu dicas preciosas. No Arquivo Jordão Emerenciano fui recebido com grande carinho e atenção por seu diretor Hildo Leal Rosa que passou um dia inteiro ocupado em me ajudar.

A professora Ângela Alonso recebeu-me em sua sala para uma conversa animada sobre Joaquim Nabuco e Oliveira Lima que foi muito esclarecedora e que me permitiu fazer conexões importantes para o meu trabalho.

De toda a minha pesquisa, talvez o momento mais agradável tenha sido a conversa que tive com Fernando da Cruz Gouvêa na sala de seu apartamento em Boa Viagem no Recife. Gouvêa é o maior conhecedor da obra e da vida de Oliveira Lima, tendo escrito uma obra monumental, em três volumes. Apesar disso, não goza de todo reconhecimento de que é merecedor, talvez por não fazer parte dos quadros da academia. Agradeço pelas indicações, os presentes, a conversa divertida e o delicioso doce de goiabada cascão que comemos juntos.

A minha banca de qualificação deu, a partir de uma leitura muito atenta e minuciosa, grandes contribuições que busquei absorver. Aos professores Alexandre Barbosa e Ana Lúcia Lana Nemi meus mais sinceros agradecimentos.

Agradeço a CAPES de quem recebi uma bolsa durante um período do mestrado, ajuda que foi de grande valia e que contribuiu para o resultado do trabalho.

Os amigos também foram importantes, tanto quando incentivaram com palavras de apoio, quanto quando me desviaram para o bar – afinal, é preciso parar para refletir. Agradeço a Fernando Borgonovi, Vandrê Fernandes, André Tokarski e Renata Petta, dentre muitos que poderia citar. Fernando Szegeri, Lúcia Stumpf e Felipe Maia foram, além de companheiros de balcão, meus interlocutores mais frequentes. Agradeço a todos por terem estado por perto.

Por último, justamente por serem as mais importantes, agradeço às mulheres da minha vida, Luciana e Isabel, que tiveram que dividir as minhas atenções com o Dom Quixote Gordo, presença constante na nossa casa nestes últimos anos. Agora que estou livre dele, ao menos por enquanto, elas vão até enjoar de mim.

E, como é praxe dizer, sobre os eventuais méritos desta dissertação todos os citados têm responsabilidade e participação; já os erros, as insuficiências e as omissões são de minha total responsabilidade.

SUMÁRIO:

Introdução.....	12
Capítulo 1 - Um Dom Quixote Gordo no Deserto do Esquecimento.....	24
1.1 Pressupostos.....	26
1.2 Em busca do contexto.....	30
1.3 Naturalismo, sentido de missão e uma pauta teórico-política.....	31
1.3.1 Oxiênio mental naturalista.....	31
1.3.2 Um sentido de missão.....	37
1.3.3 Grativando em torno a uma pauta teórico-política.....	44
1.4 A Reivenção da História Nacional.....	58
1.4.1 O Deserto do Esquecimento.....	60
1.4.2 A Crise do Diplomata. Um lugar ao lado de Capistrano.....	70
1.4.3 A Batalha Pan-americana.....	81
Capítulo 2 – Uma narrativa da nacionalidade.....	91
2.1 Correio do Brasil.....	91
2.2 Pernambuco, seu desenvolvimento histórico.....	93
2.3 Aspectos da Literatura Colonial.....	102
2.4 Nos Estados Unidos, Impressões Políticas e Sociais.....	105
2.5 No Japão, Impressões da Terra e da Gente.....	111
2.6 As três Américas.....	133
2.7 O Movimento da Independência.....	143
2.8 O Império Brasileiro.....	153
2.9 Oliveira Lima Jornalista.....	160
Capítulo 3 – Um intelectual entre dois arcaísmos.....	170
3.1 Uma recepção cheia de símbolos.....	170
3.2 Um pernambucano saquarema.....	172
3.3 Portugal de Oliveira Lima	191
3.4 Portugal e Pernambuco na formação de uma sensibilidade arcaísta.....	197
Conclusão.....	201
Referências bibliográficas.....	205

“(...) é um esquema, mas o esquema da própria vida”

Henry Focillon

“A Hespanha é naturalmente levada pelo seu temperamento a obedecer a impulsos cavaleirescos; é a pátria de Dom Quixote e não de Bentham”.

Oliveira Lima

RESUMO

VELLOZO, Júlio. Um Dom Quixote Gordo no Deserto do Esquecimento. Oliveira Lima e a construção de uma narrativa da nacionalidade. 2012. Dissertação (Mestrado em Culturas Brasileiras) – Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. São Paulo.

O tema de nosso estudo é a obra do historiador e diplomata pernambucano Oliveira Lima, elaborada entre 1895 e 1928. Oliveira Lima construiu uma narrativa da nacionalidade que valorizou o papel da colonização portuguesa e afirmou como elementos distintivos das tradições nacionais as transições pactuadas, a ausência de rupturas e a tolerância diante das diferenças sociais e raciais.

Esta interpretação foi elaborada justo em um momento no qual predominavam as visões anti-ibéricas e anti-monárquicas, o que colocou Lima na contra-corrente da história e da História, transformando-o em um Quixote Gordo, na definição a um só tempo ácida e carinhosa de Gilberto Freyre.

O autor considerava que três momentos fundamentais haviam forjado a nacionalidade: a vinda da corte portuguesa para o Brasil, a forma que tomou declaração de independência em relação a Portugal e o reinado de Dom Pedro II. Em meio a uma obra vastíssima, a tríade de escritos que informa esta narrativa da nacionalidade é, em nossa visão, composta por: *Dom João VI no Brasil (1909)*, *O Movimento da Independência (1921)* e *O Império Brasileiro (1928)*.

Palavras-Chave: Historiografia, Primeira República, Iberismo. Oliveira Lima

ABSTRACT

VELLOZO, Júlio. The Fat Dom Quixote in the Desert of Oblivion. Oliveira Lima The building of a narrative of the nationality. 2012. Dissertation (Master's Degree in Brazilian Cultures)

The subject of our study is the work of the historian and diplomat from Pernambuco, Oliveira Lima, developed between 1895 and 1928. Oliveira Lima built a narrative of the nationality that valued the role of the Portuguese colonization and affirmed as a distinguishing element of the national traditions the agreed transitions, the lack of ruptures and the tolerance toward the social and racial differences.

This interpretation was elaborated right in a moment when anti-iberian and anti-monarchic visions were predominant, which put Lima in the counter-current of history and History, changing him into a Fat Quixote, in Gilberto Freyre's at the same time acidic and affectionate definition.

The author considered that three fundamental moments had built the nationality: the coming of the Portuguese royalty to Brazil, the way the independence from Portugal happened, and the kingdom of Dom Pedro II. Among a very wide work, the triad of writings that informs this narrative of the nationality is, in our understanding, composed by: *Dom João VI no Brasil (1909)*, *O Movimento da Independência (1921)* e *O Império Brasileiro (1928)*.

Keywords: Historiography, First Republic, Iberism. Oliveira Lima

Introdução

“Ao rever o escrito, surge a pergunta: se o meu olhar tivesse repousado por mais tempo nesse céu noturno, talvez as cores turvas tivessem se dissolvido em pura clareza(…)”

Johan Huizinga

Este trabalho tem por objetivo estudar a obra do intelectual e diplomata pernambucano Manuel de Oliveira Lima.

Lima foi autor de uma obra vasta, que comportou uma série de estudos sobre a história do Brasil e de Portugal, uma obra de história das civilizações, um livro de história literária, uma peça de teatro¹, variados relatos de viagem e um sem-número de contribuições jornalísticas.

Resistindo às iniciativas de reinvenção da história levadas a cabo durante os primeiros anos da República, o autor erigiu uma interpretação alternativa da formação da nacionalidade brasileira, que valorizava a colonização ibérica e a obra do segundo reinado. O fez em uma chave distinta da dominante, que estava, em geral, polarizada por características deterministas e evolucionistas. Ao mesmo tempo, foi além de reiterar a escola pré-republicana, que tinha em Varganhen seu mestre, na medida em que partia de instrumental e contexto diferentes.

Para além disso, o autor buscou construir um caminho mediado entre o iberismo descendente e o americanismo ascendente, reconhecendo no último um caminho de modernização, mas valorando no primeiro suas características positivas, que permitiram a fundação de uma cultura brasileira específica e com forte alteridade em relação à América Espanhola e, especialmente, à América Inglesa. Seu pan-americanismo foi o da integração entre três conjuntos distintos, sem que houvesse nenhum tipo de hierarquização. Neste aspecto, também esteve em choque com a maioria dos intelectuais de seu tempo, polarizados entre os que não aceitavam nenhum tipo de aproximação com os EUA, caso de Eduardo Prado, e os monroístas radicais, caso de Joaquim Nabuco.

¹ Cf. *El Secretario del Rey*. in. LIMA, Oliveira, *Obra Seleta*, organizada sob a direção de Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1971.

Sua obra oferece uma interpretação sobre a história do Brasil que teria grande influência na historiografia posterior. A ideia de uma forte continuidade na história brasileira, com os eventos como a Independência, a Abolição e a República resultando de arranjos e compromissos entre setores diversos, é reproduzida, de variadas maneiras, até os dias atuais. A sua visão sobre Dom Pedro II, imperador amigo das artes e dos livros, criado como uma “planta de biblioteca”, órfão da nação, homem triste e circunspecto, símbolo maior da probidade e do desapego ao poder, imperador quase republicano, líder de uma “democracia coroada” ecoaria durante muito tempo em nossa historiografia². Ângela Castro Gomes, em seu *História e Historiadores*, demonstrou a grande influência que as interpretações de Oliveira Lima teriam durante o Estado Novo, dando base às visões nacionalistas típicas do regime³.

Apesar de relativamente bem estudada, se compararmos com o número de abordagens que receberam outros intelectuais de seu tempo⁴, a grande maioria dos estudos tem um caráter laudatório e privilegia o aspecto do diplomata e do polemista, deixando de lado o Oliveira Lima historiador.

Os cinco trabalhos mais globais sobre Oliveira Lima são os de Barbosa Lima Sobrinho, Fernando da Cruz Gouvêa, Gilberto Freyre, Teresa Malatian e Carlos Guilherme Motta.

Oliveira Lima, Dom Quixote Gordo, obra de Gilberto Freyre, é muito interessante por apresentar aspectos da vida e da personalidade do autor que talvez não pudessem vir à luz de outro modo. Além disso, o livro é uma prova cabal, dada pelo próprio Freyre, da influência determinante que Oliveira Lima teve em sua obra. Entretanto, o tom sentimental do livro, que algumas vezes evolui para uma postura quase hagiográfica, faz com que a obra perca em força interpretativa. Apesar disso, as pistas e insights, salpicados por todo o livro, são luminosos como não podia deixar de ser em uma obra de Gilberto Freyre.

Barbosa Lima Sobrinho faz um estudo muito interessante da vida e da obra de Oliveira Lima, levantando aspectos fundamentais, em especial no que se refere à relação entre o lugar de Oliveira Lima e sua produção. Entretanto, o texto também resvala no estilo laudatório, em

² Cf. CARVALHO, José Murilo, *Dom Pedro II, Ser ou Não Ser?* São Paulo: Companhia das Letras, 2007; OLIVEIRA, Camillo. *A Democracia Coroada, Teoria Política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1957; SCHWARCZ, Lília Moritz, *As Barbas do Imperador*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

³ GOMES, Ângela de Castro, *História e Historiadores*. São Paulo: Editora FGV, 2001.

⁴ José Veríssimo e Alberto Torres são casos assim, mesmo tendo tido papel muito importante na vida intelectual de seu tempo não receberam um número de estudos relevante. O caso do último talvez seja ainda mais lamentável, na medida em que sua obra foi apreendida quase sempre através do filtro interessado da interpretação que lhe deu Oliveira Vianna.

especial quando trata de questões relativas à história política de Pernambuco e à polêmica de Lima com Rio Branco. Outro problema é que, tendo sido escrito para funcionar como introdução a uma seleta de textos do autor de *Dom João VI no Brasil*, o ensaio adquire um caráter mais descritivo do que analítico. Seu valor, entretanto é indiscutível e chama a atenção para a qualidade dos textos de Sobrinho voltados para a história intelectual⁵.

Fernando da Cruz Gouvêa construiu uma biografia de Oliveira Lima em três alentados volumes. A obra tem grandes méritos e é um guia absolutamente fundamental para qualquer estudioso do diplomata pernambucano. Amparada em vastíssima pesquisa e em documentação inédita, é um relato minucioso dos mais diversos aspectos da produção e da vida do biografado. Seu limite, como no caso dos textos anteriores, está também na visão um tanto apologética. Nos poucos momentos em que Gouvêa deixa a descrição para realizar uma análise dos processos, sua admiração por Lima o impede de construir uma visão mais multilateral. Apesar disso, estudiosos de Oliveira Lima estarão ainda durante muito tempo, para parafrasear Capistrano ao falar de Varnhagen, sob a sombra da obra de Gouvêa. Trata-se de uma sombra ótima, diga-se.

Teresa Malatian escreveu o livro mais consistente sobre Oliveira Lima. Baseado em ampla documentação e pesquisa extensa, *Oliveira Lima e a Construção da Nacionalidade* é uma biografia intelectual que acompanha a obra de Lima até o ano de 1913, quando ele deixa o corpo diplomático brasileiro.

A obra tem grandes méritos, mas, segundo nos parece, padece de dois limites principais. O primeiro é o recorte temporal, já que ao acompanhar a trajetória de historiador-diplomata de Lima, que se encerra em 1913, a opção de Malatian foi fazer um recorte que deixou de fora algumas das obras mais importantes do autor, escritas depois daquela data. Conforme dissemos acima, consideramos que em especial *O Movimento da Independência* e *O Império Brasileiro* são fundamentais, constituindo parte, em nossa visão, do momento síntese de sua interpretação sobre a nacionalidade brasileira. Conforme tentaremos demonstrar, é justamente quando a atividade de diplomata deixa de ser central para Lima que ele se propõe a ocupar o espaço de historiador da nacionalidade, buscando se posicionar em um lugar original, de descobridor de um sentido profundo no passado brasileiro. O segundo limite é metodológico, já que Teresa Malatian acaba por dar um peso demasiado à origem de classe

⁵ Outro exemplo de texto de grande qualidade do autor é seu livro sobre Alberto Torres Cf. SOBRINHO, Barbosa Lima. *Presença de Alberto Torres: sua vida e pensamento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.

do autor e aos seus compromissos com os interesses e a visão de mundo da aristocracia agrária decadente de Pernambuco. Apesar de estas relações serem reais, elas acabam por se transformar em uma chave explicativa geral, o que acaba por prejudicar o trabalho. Ainda assim, o livro de Teresa Malatian tem grandes qualidades e é o que de melhor se produziu sobre a obra de Lima.

Há ainda o artigo de Carlos Guilherme Motta, publicado como parte do livro *História e Contra História, Perfis e Contrapontos*⁶, que traça um breve, mas muito agudo retrato intelectual do autor, bastante calcado no texto de Barbosa Lima e nas memórias do autor de *Dom João VI no Brasil*. Em nossa visão, é a obra que mais se aproximou de uma interpretação satisfatória, justamente por ter buscado uma visão de conjunto sobre a obra de Oliveira Lima e por estar livre de uma abordagem apriorística. Se o autor tivesse desenvolvido seus argumentos em um texto de maior fôlego, seguindo as pistas que ele mesmo elenca no artigo, o resultado poderia ter sido muito marcante.

Para além destes cinco autores que nos parecem fundamentais, um texto bastante interessante é a tese de doutoramento de Fábio Murici que constrói uma comparação entre a visão de Enrique Rodó, José Martí e de Oliveira Lima sobre as Américas⁷. O limite fica por conta de uma abordagem muito focada em um momento específico da vida intelectual de Lima, marcado pela publicação de *Nos Estados Unidos, Impressões Políticas e Sociais*. Entretanto, a feliz ideia de um estudo comparado entre os três autores e a execução fina levada a cabo pelo autor dão grande qualidade ao texto, que é relevantíssimo para a compreensão da obra do autor pernambucano. Tem as mesmas qualidades, mas padece do mesmo limite o livro de Helder Gordim Silveira, *Joaquim Nabuco e Oliveira Lima Faces de um Paradigma Ideológico da Americanização das Relações Internacionais do Brasil*⁸. Nos dois casos, fique claro, a limitação é absolutamente compreensível, na medida em que os objetivos dos dois autores não é o de oferecer uma interpretação global da obra de Oliveira Lima, mas abordá-la de acordo com os recortes escolhidos.

Um problema comum nas interpretações sobre Oliveira Lima, portanto, é a generalização de opiniões sobre o autor baseada na abordagem de poucas obras. Os estudos mais voltados para

⁶ MOTA, Carlos Guilherme. *História e Contra-História, Perfis e Contrapontos*. Rio de Janeiro: Globo, 2010.

⁷ SANTOS, Fábio Murici dos Santos. *Os Homens já se entendem em Babel: mito e história da América em Oliveira Lima, José Enrique Rodó e José Martí*. 2004. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

⁸ SILVEIRA, Helder Gordim. *Joaquim Nabuco e Oliveira Lima. Faces de um Paradigma Ideológico da Americanização das Relações Internacionais do Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

a questão das relações internacionais e do americanismo costumam ter como obra de referência o livro *Nos Estados Unidos, Impressões Políticas e Sociais* e os livros de história comparada das Américas. Outros, que buscam abordar Oliveira Lima como um historiador da independência, se concentram em *Dom João VI no Brasil* e em *O Movimento da Independência*. Isso tem levado a certa esquizofrenia interpretativa: ora o autor é pintado como francamente americanista, com uma visão calcada no racismo científico, ora é visto como um antinorte-americano meio fora do tempo; ora é apresentado como um liberal admirador da democracia norte-americana, ora como um iberista radical e conservador.

Daí nos parece derivar a importância de um estudo que tente olhar o conjunto da trajetória de Lima e de sua obra, para que possamos ir construindo, através de aproximações, uma compreensão mais próxima da “*vidobra*”⁹ do autor.

II

Nossa opção metodológica é mais bem definida pela negativa. Todo o esforço deste trabalho foi não criar um arcabouço metodológico apriorístico, que acabasse por impedir a compreensão do nosso objeto em sua complexidade.

Apesar de não a termos aplicado, simpatizamos com a visão sustentada por Renato Janine Ribeiro, que defende que o método deve ser formalizado somente ao final da feitura do trabalho. É como se uma parte do desvendamento do objeto pesquisado fosse apresentar “ao leitor sem medo” qual metodologia foi capaz de levar a pesquisa a cabo. Em suas palavras:

“O que este corpos, este assunto que escolhi trabalhar, me traz de novo, de irreduzível a tudo o que li e estudei? O que ele me faz mudar, nas minhas idéias, e, quem sabe, em mim mesmo? Porque – se ele me fizer mudar alguma coisa no que eu pensava, e mais ainda em como eu sentia – o que se poderá querer de melhor? Pois o valor do pensamento está exatamente em sua capacidade de arrancar capas, de desvestir hábitos, de mudar.

Por isso, se o investimento nos métodos e no rigor é obviamente importante, não é, porém, o decisivo. Basta ler a bibliografia de ciências humanas e sociais neste país para ver que parte razoável não passa de aplicação mecânica de teorias a objetos, e que muito do poder explosivo, inovador, que teriam estes últimos se exaure num exercício acadêmico de limitado alcance. Trabalhos que poderiam inovar esfalfam-

⁹ Cf. DOSSE, François. *O Desafio Biográfico, Escrever uma Vida*. São Paulo: Edusp. 2009.

se na redundância e no ritual acadêmico. Perde-se com isso o que é mais interessante na pesquisa e na escrita de feitiço intelectual, que é por-se em xeque diante da novidade”¹⁰.

Nossa busca foi seguir Oliveira Lima, indo pelas linhas de menor resistência, deixando que suas opções e suas ideias falassem e, de certo modo, conduzissem a feitura do trabalho. Tentamos evitar, na medida do possível, ser conduzidos pela auto-imagem que o autor buscou construir. Como demonstrou Maria Lúcia Pallares-Burke¹¹, entretanto, fugir da adoção acrítica desta auto-construção não significa considerar que ela não tenha algo a dizer sobre o personagem.

A intenção de nosso trabalho foi historicizar a produção de Lima sem, contudo, dar a impressão de uma linha reta evolutiva em sua produção. Daí a pertinência de relacionar vida e obra, demonstrando como as disjuntivas que se abriram na trajetória do autor tiveram influência em sua produção, e como as ideias que ele sustentou provocaram mudanças de curso inesperadas em sua vida.

Partimos da visão de Fernando Novais de que o que diferencia a história das outras ciências sociais é a sua busca fundamental por reconstituir. Em um jogo de palavras que nos parece interessante Novais afirma que outras ciências sociais reconstituem para explicar, enquanto a história explica para reconstituir¹².

Nosso estudo é fundamentalmente um trabalho de história. Entretanto, como era de se esperar de uma dissertação defendida no Instituto de Estudos Brasileiros da USP, casa que tem como uma de suas características a interdisciplinaridade, buscamos estabelecer alguma vizinhança com a literatura. Fizemos isso recrutando um bom número de literatos para compor o elenco da trama com Oliveira Lima, já que eles fizeram parte do contexto intelectual que tentamos reconstituir. Além disso, tivemos nos romances e nos romancistas uma das fontes mais importantes do trabalho. Mergulhar neste universo das letras do início do século foi das coisas mais prazerosas que este trabalho proporcionou.

¹⁰ RIBEIRO, Renato Janine. *Ao Leitor Sem Medo. Hobbes escrevendo contra o seu tempo*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004, p 112.

¹¹ Cf. BURKE-PALLARES, Maria Lúcia. *Gilberto Freire: Um Vitoriano nos Trópicos*. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.

¹² NOVAIS, Fernando. SILVA, Rogério F. *Nova História em Perspectiva*. São Paulo: CosacNaify, 2011.

Apesar de ser um estudo de obra, fizemos uma tentativa de reconstituir o contexto intelectual no qual os textos de Lima estiveram inseridos. Para tanto nos referenciamos, de modo bastante livre, nas ideias de autores como Quentin Skinner e Roger Chartier, que buscaram um meio termo entre as abordagens contextualistas e textualistas.

Skinner afirma em seu famoso ensaio *Meaning and understanding in the history of ideas*¹³ que sua abordagem oferece uma alternativa que supera tanto o textualismo quanto o contextualismo, vistos por ele, ambos, como incapazes de uma correta compreensão quer dos textos, quer dos autores. Para tanto o autor oferece o caminho do contextualismo linguístico, que busca reconstituir os debates tais como se deram, buscando mapear a intencionalidade dos autores na conjuntura exata.

Para o autor, só é possível compreender um texto em seu contexto discursivo na medida em que a sua intencionalidade é determinada pelo momento e pelos desafios concretos que lhe estão colocados coetaneamente. Não há possibilidade de se buscar em um autor questões que para ele não teriam pertinência porque não faziam parte de seu ambiente linguístico.

Daí porque, em uma perspectiva skinneriana, reconstituir a ambiência onde os debates se colocaram é tarefa fundamental do historiador das ideias, na medida em que é esta que dá significado para o discurso do agente.

A afirmação de Skinner de que o contextualismo linguístico supera as duas linhas clássicas de interpretação (textualismo, contextualismo) talvez seja demasiadamente otimista. Ele nos parece mais *uma das* boas maneiras de combiná-las, fugindo de um dos pecados capitais cometidos pelos que buscam compreender ideias sustentadas no passado: dotar os personagens das nossas expectativas, sempre acordes com a nossa visão de mundo. Ou, o que é ainda mais comum, atribuir a atores do passado ideias que eles não poderiam sequer conceber, dado o momento histórico determinado em que viviam e o contexto discursivo no qual estavam inseridos.

Roger Chartier critica com veemência todas as visões que buscaram substituir a agência pela construção de modelos seriais, ou de generalizações estruturais, como a operada pela chamada história das mentalidades. Para ele, a história dos intelectuais, que só pode ser vista como parte da história da cultura, deve ser realizada através de uma abordagem qualitativa.

¹³ Cf. SKINNER, Quentin, *Significado y comprensión en la historia de las ideas*. Prismas, Revista de historia intelectual, N4, 2000.

Ao sustentar que um texto não mantém uma relação transparente com a realidade que lhe é externa, Chartier propõe um programa de estudos fundamentalmente contextual, que busca identificar as condições de produção do texto, o ambiente intelectual no qual ele foi preparado. Além disso, tem importância para o historiador francês o desvendamento da intencionalidade do autor, através do olhar para esta trama complexa da produção¹⁴.

Foi esta abordagem que nos impeliu a reconstituir quais eram os dilemas, as questões, as preocupações, em suma, a pauta que mobilizava as atenções dos homens de letras que conviveram com Oliveira Lima. Qual tipo de pergunta estava colocada a eles, e, ainda mais importante, que tipo de respostas o tempo, ou contexto, disponibilizava para aqueles letrados tão ciosos de seu papel na história?

Esta busca foi importante ofensiva e defensivamente. Do primeiro modo para buscarmos compreender os sentidos dos textos limianos que eram quase sempre suas respostas às questões concretas que estavam colocadas para a sua geração. E defensivamente, já que compreender quais eram os dilemas do contexto intelectual do que o autor foi parte é um modo de evitarmos, na medida do possível, projetar sobre ele os dilemas do nosso contexto.

Entretanto, não nos ocupamos em identificar palavras, termos, significados linguísticos, como talvez fosse a tarefa de uma abordagem skinneriana ou poccokiana clássicas.

Tampouco fomos atrás da circulação, da recepção, da maneira como foi compreendida a obra de Lima, o que talvez fosse obrigatório em uma abordagem como a que sustenta Chartier. Nosso aproveitamento da visão dos intelectuais da chamada Escola de Cambridge e das posições metodológicas do historiador da cultura francês foi bastante interessada e instrumental. A vantagem desta interpretação mais pragmática do método era desfrutarmos de maior liberdade para “seguir” Oliveira Lima; a desvantagem era correr o risco de uma abordagem eclética demais. Fizemos as contas e achamos que valia a pena.

Buscar reconstituí-lo, buscando as aproximações¹⁵ possíveis, não transforma o contexto em nosso objeto, já que não é nosso intuito usar a obra de Oliveira Lima para compreender o seu tempo¹⁶. O que queremos é compreender o contexto como um recurso para compreendermos a obra.

¹⁴ Cf. CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas representações*. Lisboa: Difel, 1990

¹⁵ Cf. NOVAIS, Fernando. *Aproximações*. São Paulo: CosacNayfy, 2005 – para a discussão da ideia de aproximação ver especialmente os artigo *Historiografia: Exame de Consciência do Historiador*, e a entrevista com o autor que consta da edição.

¹⁶ A nossa opção em não usar a obra para entender o contexto não se dá por desconsiderar a validade deste método, bem pelo contrário. Trabalhos como os de Robert Schwarz e, principalmente de Raimundo Faoro, que

Por acreditarmos nesta forte historicidade da produção de Lima, não optaremos por filiá-lo a nenhum tipo de linhagem de pensamento. Não consideramos que a obra de Lima possa ser vista como parte de uma “família teórica”¹⁷ com seus ascendentes e descendentes. A propósito, o intelectual pernambucano é um desses que inviabilizam tipologias atemporais. Liberal ou conservador? Hegemônico ou contra-hegemônico? Herdeiro dos luzias ou dos saquaremas? Racista ou antirracista? Veremos o quanto Lima é arisco e fugidio, de difícil classificação e, talvez por isso, tão interessante.

Do mesmo modo, não nos parece possível e nem desejável classificar Lima em uma das correntes internacionais de pensamento, definidas, por exemplo, por autores como Antonio Paim e João Cruz Costa¹⁸, conforme demonstrado por Ângela Alonso. Estes, cada qual ao seu modo, viram o desenvolvimento da chamada geração de 1870 como resultado da chegada ao Brasil das correntes filosófico-políticas estrangeiras. Ambos focaram suas análises nas obras, buscando identificar no ruído entre doutrina e aplicação as especificidades do pensamento dos autores.

Estas abordagens não nos parecem contribuir para o entendimento da obra de Lima, dentre outros motivos por desconsiderarem a historicidade concreta do processo de produção e a intenção imediata do autor, sempre relacionadas ao ambiente intelectual no qual ele estava inserido.

O melhor método nos parece ser deixar de lado categorias apriorísticas – como liberalismo, positivismo, etc. – e buscar, na concretude da relação trajetória/obra, ou *vidobra*, como quis François Dosse¹⁹, o entendimento. A classificação do autor em categorias fechadas, em correntes de pensamento, nos levaria a buscar no texto o que se afasta e o que se aproxima destas correntes, perdendo o contato com a nervura do processo concreto.

Isso não significa, de nenhuma maneira, deixar de considerar que a *vidobra* de Lima foi influenciada pela enorme força que teorias como o positivismo, o darwinismo social, o spencerismo, todas produto e produtoras do ambiente naturalista no qual ele estava inserido, tiveram sobre os autores do período. Mas abordaremos estas teorias como parte do contexto,

usaram a obra de Machado de Assis para compreender o império, mostram as possibilidades deste caminho. Cf. SCHWARCZ, Robert. *Ao Vencedor as Batatas*. São Paulo: Editora 34, 2002. FAORO, Raimundo. *Machado de Assis: A Pirâmide e o Trapézio*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2001.

¹⁷ Cf. BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*. Revista Dados, v. 48, n2 Rio de Janeiro abril/junho 2005, s/n.

¹⁸ COSTA, Cruz. *Contribuição à história das ideias no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. PAIM, Antonio. *A Filosofia da Escola do Recife*. Rio de Janeiro: INL, Record, 1966.

¹⁹ DOSSE, François. *O Desafio Biográfico, Escrever uma Vida*. São Paulo: Edusp. 2009.

como certa ambientação da cena intelectual, que respondia, na verdade, a desafios muito concretos, como tentaremos demonstrar.

Quando afirmamos que nossa opção será a de compreender a obra no contexto de sua produção, estamos optando por um tipo de contextualismo, livremente inspirado em autores como Pocock, Skinner e Roger Chartier. Não estamos optando (por conveniência, não por uma rejeição categórica) por um contextualismo clássico, que busca reconstruir o cenário econômico e social da época, as classes e seus interesses, etc. Não nos parece que este tipo de contexto tenha sido o determinante para definir a obra de Lima. Também não buscaremos explicar o autor por sua origem de classe, ou mesmo pelos compromissos, indiscutíveis, que este tinha com a visão de mundo da aristocracia açucareira decadente.

Isso não significa dizer que restringiremos a nossa abordagem ao tempo imediato da vivência de Lima, ou da realização de uma obra. Consideramos que em um determinado contexto, a existência de campos de experiência e de horizontes de expectativa²⁰ permite que convivam temporalidades diferentes. Esta visão talvez seja ainda mais importante se considerarmos as características deste ambiente naturalista, onde o futuro tinha uma dimensão muito concreta nas vivências. Uma época de certezas, onde o passado estava desmoralizado e onde o futuro era, a um só tempo, próximo e intangível, dada a sensação de vertigem do progresso – eis o ambiente no qual o arcaísmo de Lima se estabeleceu²¹.

Aqui é preciso ressaltar que o desvendamento destes móveis não encerra o problema, pelo contrário, só nos dá as ferramentas para a abordagem concreta – poderíamos dizer interna – das obras de Lima. Nossa hipótese só pode ser demonstrada se fizermos o caminho de ida e de volta, dos contextos para as obras e das obras aos contextos.

Filiamos-nos à ideia defendida por Ângela Alonso de que é impossível separar as dimensões filosóficas e políticas das obras dos homens do tempo de Oliveira Lima. Cada ideia, cada conceito, era tensionado muito em função das questões políticas que estavam colocadas no debate. Separar agentes políticos de filósofos, como se esta divisão fosse possível no período, é um erro que não resiste a uma análise do papel concreto desempenhado por estes

²⁰ Cf. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora PUC Rio, 2006. Para uma abordagem combinada dos métodos de Quentin Skinner e Reinhart Koselleck ver JASMIN, Marcelo Gantus. *História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, v. 20, n. 57, Feb. 2005.

²¹ Ao dizermos que Lima estava em minoria, não queremos afirmar que estivesse sozinho. A metáfora do Quixote não tem o sentido de dizer que ele era um cavaleiro solitário. O tipo de reação de Oliveira Lima pode ser verificado, mutadis mutandis, em muitas outras formações sociais que viverem processos de modernização acelerada. Os casos da Argentina, do Uruguai e da Alemanha são só alguns dos que poderíamos citar. Mesmo no Brasil havia outros intelectuais que tiveram reações com este signo.

atores. Mesmo Oliveira Lima, que esteve a maior parte de sua vida distante do palco concreto da política, escreveu sempre pautado pelos debates políticos de seu tempo.

Por último, gostaríamos de esclarecer o tipo de uso que queremos fazer da ideia “oxigênio mental naturalista”. Não estamos adotando uma visão estruturalista, que colocaria os sujeitos subordinados a estruturas intangíveis. Muito pelo contrário, cremos bastante no papel dos agentes. Entretanto, deixar de lado o reconhecimento de que havia um certo clima geral, uma ambientação de cariz fortemente evolucionista, nos parece dificultar o entendimento da atividade intelectual no período. Estamos de acordo com o que diz Carl Schorske:

“Ao que o historiador deve renunciar agora, e principalmente ao enfrentar o problema da modernidade, é a postulação prévia de uma categoria geral abstrata – o que Hegel chamou de *Zeitgeist*, e Mill de ‘característica da época’. Se antigamente esta percepção intuitiva de unidades foi útil, agora devemos nos dispor a empreender a busca empírica de pluralidades, como condição prévia para encontrarmos modelos unitários na cultura. Entretanto, se reconstruirmos o curso das transformações nos diversos ramos da produção cultural, seguindo suas modalidades próprias, poderemos adquirir uma base mais sólida para determinar as semelhanças e diferenças entre eles. Isso, por sua vez, poderá nos levar às preocupações e formas comuns de enfrentar as experiências, que unem os homens como produtores de cultura num espaço social e temporal compartilhado²²”.

Buscaremos, portanto, como recomenda Schorske, compreender a obra do autor reconhecendo que ela era parte das “formas comuns de enfrentar as experiências, que unem os homens como produtores de cultura num espaço social e temporal compartilhado²³”.

III

Nossa dissertação será dividida em três capítulos e algumas poucas páginas escritas à guisa de conclusão.

²² SCHORSKE, Carl. *Viena fin-de-siècle*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 33, 34.

²³ *Ibidem*.

No primeiro tentaremos cumprir três objetivos: descrever este ambiente naturalista no qual o autor traçou sua trajetória e construiu a sua obra; posicionar o autor em meio às redes de sociabilidade intelectual das quais ele participava; identificar os debates principais que estavam colocados para a intelectualidade no período e anunciar o seu posicionamento geral sobre eles, questão que será aprofundada no segundo capítulo.

No segundo capítulo buscaremos fazer um estudo de algumas obras de Oliveira Lima, tentando interpretá-las no texto e buscando construir uma história da produção dos textos limianos.

No terceiro capítulo o objetivo será descrever as fortes relações estabelecidas pelo autor com Portugal e Pernambuco, responsáveis, em parte, pelo espírito arcaísta que foi determinante na obra de Oliveira Lima. Tentaremos, neste capítulo, estabelecer as relações entre a vinculação de Lima com essas “pequenas pátrias” e a construção de sua narrativa da nacionalidade.

CAPÍTULO 1

1. Oliveira Lima: um Dom Quixote Gordo no deserto do esquecimento

1.1 Pressupostos

Oliveira Lima foi um dos intelectuais mais importantes e reconhecidos do Brasil no início do século XX. Nascido no Recife em 1867, seu pai era um rico comerciante português e sua mãe uma filha da aristocracia da terra, já decadente e empobrecida. Foi muito jovem para Portugal, onde realizou os seus estudos, concluindo o Curso Superior de Letras de Lisboa, coisa pouco comum à época, quando o direito, a medicina e a engenharia eram as profissões mais usuais para os filhos das elites.

Oliveira Lima casou-se quando já vivia em Portugal com Flora Cavalcanti – mulher culta e sofisticada para os padrões de opressão de gênero da época, que se transformou em sua parceira de vida inteira. Sua vinculação com Flora o ligaria ainda mais à aristocracia pernambucana, já que a família de sua esposa era de um ramo tradicional da “açucarocracia”. Este laço sempre seria ressaltado por Lima e teria papel importante em sua trajetória, como veremos adiante.

Por interferência de seus contatos familiares, integrou-se ao serviço diplomático brasileiro, onde fez carreira até 1913, tendo servido em Portugal, na Inglaterra, nos EUA, na Alemanha, no Japão, na Venezuela e na Bélgica. Foi considerado, durante sua carreira, um dos principais membros do serviço diplomático brasileiro, apesar dos constantes atritos com o Barão do Rio Branco e de sua atitude sempre polêmica, de certa forma imprópria a uma atividade que exigia cautela e discrição.

Se esta atividade lhe trouxe enormes dissabores, frutos da sua “pena incontinente²⁴”, também possibilitou seu acesso a arquivos em diferentes partes da Europa, onde pôde desenvolver sua atividade de historiador. Pode-se dizer – estudando sua biografia e especialmente sua correspondência –, que boa parte de sua expectativa em relação a deslocamentos e promoções estava vinculada à proximidade de arquivos úteis à sua atividade intelectual. Assim, Lima soma-se a uma larga tradição de historiadores diplomatas, que vem de Varnhagen e chega a Alberto Costa e Silva e Evaldo Cabral de Mello.

²⁴ Foi Joaquim Nabuco quem disse, na época de suas polêmicas com Lima, que o seu conterrâneo tinha uma pena incontinente. NABUCO, Joaquim. *Joaquim Nabuco: Diário*. Rio de Janeiro: Bem Te Vi. 03 de fevereiro de 1906, p. 600.

A ligação entre diplomacia e história é fundamental, já que, na maioria das vezes, a defesa de um ponto de vista só pode amparar-se no passado. O que nos parece é que em determinado momento da carreira, quando os atritos com Rio Branco e Nabuco pareciam inviabilizar uma progressão na atividade que animasse Lima, o autor foi sacrificando o diplomata em benefício do historiador, imolando no altar de Clio as convenções de postura e as concessões de opinião que a atividade diplomática pedia.

Em meio a uma obra muito ampla, que inclui até mesmo uma peça de teatro elogiada por Machado de Assis e Euclides da Cunha²⁵, foi seu trabalho de historiador que distinguiu Oliveira Lima como intelectual importante.

Reconhecido por seus pares, foi integrado ainda muito jovem ao círculo mais importante de letrados do Rio de Janeiro, que se reunia em torno à Academia Brasileira de Letras. Quando esta foi criada, em 1897, os dez membros fundadores elegeram outros 30 para completar o quadro, dentre eles Lima que, aos 29 anos, venceu Barão do Rio Branco, Assis Brasil e Fontoura Xavier, todos mais velhos e consagrados. Os três, por uma dessas ironias da história, em função de uma série de questões que abordaremos adiante, seriam seus inimigos de vida inteira.

O autor de *Dom João VI no Brasil* foi membro ativo e proeminente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e dos Institutos Históricos de Pernambuco e São Paulo. As revistas destas instituições, onde Oliveira Lima escreveu dezenas de artigos, são fonte importante para o estudo da produção e da trajetória do historiador pernambucano. Como membro do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP), foi figura-chave nas comemorações do centenário da Revolução de 1817, iniciativa de grande importância que visava o posicionamento de Pernambuco no processo de reinvenção das tradições²⁶ levado a cabo na República. Até hoje há um busto de Lima no átrio de entrada da instituição.

Muito prestigiado internacionalmente, especialmente no período posterior à sua aposentadoria, proferiu palestras em um grande número de universidades em Portugal, nos Estados Unidos, na França, na Argentina e na Bélgica. Foi professor de Harvard entre 1915 e 1916 e no final da vida deu aulas de Direito Internacional da Universidade Católica de

²⁵ A peça é *El Secretário Del Rey*, uma obra em três atos publicada em 1904. A crítica elogiosa de Machado está ASSIS, Machado. *Oliveira Lima: El Secretário del Rey*. In: *Machado de Assis, Obras Completas*, vol. III. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. p. 223. Foi publicada originalmente na Gazeta de Notícias em 02/06/1904.

²⁶ Cf. HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Washington. Em 1925, o conceituado professor Harold Temperley, da Universidade Cambridge, escreveria no suplemento literário do *Time* de Londres que Oliveira Lima era a maior autoridade viva em história do Brasil e de Portugal na primeira metade do século XIX. Em reconhecimento internacional como intelectual, dentre seus contemporâneos, talvez só tenha sido superado por Joaquim Nabuco e Rui Barbosa.

Em 1910 se envolveu de modo apaixonado na campanha civilista de Rui Barbosa à presidência. Apesar de estar vivendo na Bélgica por conta de sua atividade de diplomata, escreveu artigos, mobilizou argumentos, assinou manifestos. A derrota de Rui o decepcionou profundamente, além de ter trazido uma situação de grande desconforto em relação aos setores que apoiaram Hermes da Fonseca e que depois ascenderam ao poder.

Colecionador obsessivo de livros, mapas e manuscritos, conseguiu durante sua vida constituir uma grande brasileira, que doou, pouco antes de morrer, para a Universidade Católica de Washington, assegurando em troca que a instituição oferecesse uma cadeira sobre Portugal e o Brasil. Nesta coleção também há móveis coloniais e objetos de artes em geral ligados a Pernambuco.²⁷

Apesar de ter gozado grande prestígio intelectual, Oliveira Lima foi derrotado nas duas principais batalhas que empreendeu – a primeira por ocupar um espaço de destaque no corpo diplomático nacional, a segunda por firmar sua interpretação da história nacional²⁸. Esta última batalha é a que nos interessa de modo mais direto neste estudo.

Estas derrotas estão interligadas de modo interessante. O fato de Lima ter se imbuído da missão quixotesca de defender o legado ibérico e, especialmente o papel de Dom Pedro II, foi determinante para que ele não tivesse sucesso maior em sua carreira diplomática.

No ambiente do início do século, em meio à reinvenção da história nacional que estava sendo levada a cabo, a interpretação de Lima sobre o passado do país teve forte implicação política com grandes consequências para sua atividade profissional. Sua visão sobre a história – arcaísta e pró-ibérica a seu modo – o levou a batalhas políticas sem chance de

²⁷ Cf. ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. *Eu vi o mundo... ele começava no Recife*. In *Remate de Males*, no 24, Campinas, 2004. Este colecionismo de Oliveira Lima, assim como o seu papel nas comemorações do centenário da Revolução de 1817, serão tratados em capítulo posterior, quando analisaremos as vinculações do autor de *Dom João VI no Brasil* com Pernambuco e Portugal.

²⁸ Dois parênteses. Ao falarmos que Oliveira Lima perdeu a batalha para firmar a sua interpretação de história nacional queremos dizer que ele não se viu vitorioso em vida, já que a República conseguiu manter, até o Estado Novo, uma interpretação da história nacional baseada em uma forte crítica ao passado bragantino. Em segundo lugar, não estamos afirmando que Oliveira Lima inaugurou uma visão da história nacional absolutamente nova, já que, em certo sentido, ele é um continuador de uma visão, conforme mostraremos adiante, que tinha antecessores em historiadores como Varnhagen e Visconde de Cairu, dentre outros.

vitória. Assim, na atribulada vida do escritor pernambucano, o historiador derrotou o diplomata.

Os episódios que selaram seu destino como diplomata foram provocados por polêmicas que envolveram sua visão da história nacional.

No primeiro, por ocasião da preparação da 3ª Conferência Pan-americana que se realizou no Rio de Janeiro, questionou a defesa de Nabuco de que o país deveria se separar da Europa “como a terra da lua” e aproximar-se dos Estados Unidos. A visão do seu amigo e conterrâneo, na opinião de Lima, consagraria de modo definitivo a rejeição do passado do país, ligando o Brasil a uma América que ele admirava, mas que considerava estranha às nossas tradições culturais. O debate, feito em termos muito duros, separou Lima de Joaquim Nabuco, seu principal interlocutor e defensor nas polêmicas do Itamaraty. O presidente Rodrigues Alves, preocupado com a radicalidade da intervenção pública de Oliveira Lima na polêmica, pediu que Rio Branco o punisse. O Barão, em um lance típico de sua sagacidade, decidiu preservar Lima, usando os ataques deste contra Nabuco para diminuir o prestígio crescente do líder abolicionista.

O segundo episódio ocorreria sete anos depois, quando o ministro das Relações Exteriores Lauro Muller convidou Oliveira Lima, que o havia procurado pedindo aposentadoria, para ocupar a legação do país em Londres. O posto era um velho sonho do intelectual pernambucano, menos pela importância do cargo, mais pela possibilidade de estar próximo de arquivos valiosos cujo potencial ele conhecia bem²⁹. Entretanto, as opiniões de Lima sobre o legado de Dom Pedro II o levaram a dar declarações que foram consideradas simpáticas à monarquia e aos Bragança. Com base nisso, o poderoso senador Pinheiro Machado liderou um movimento para que o Senado rejeitasse a indicação do diplomata para o cargo, insinuando ligações inexistentes de Lima com intentos restauracionistas. A defesa de Lima foi feita por Rui Barbosa, que enfrentou os argumentos do senador Machado frontalmente, mas acabou derrotado.

Oliveira Lima se aposentou por conta deste episódio, mas ainda assim não estaria livre de perseguições por seus delitos de opinião. Durante a Primeira Guerra Mundial foi acusado de

²⁹ Oliveira Lima publicaria uma *Relação dos Manuscritos Portugueses e Estrangeiros Existentes no Museu Britânico de Londres*. Em toda a sua vida buscou possibilidades de se acercar dos arquivos ingleses, se a indicação para a legação de Londres houvesse sido concretizada, teria possibilitado o acesso a este material durante longo período. Cf. *Relação dos Manuscritos Portugueses e Estrangeiros Existentes no Museu Britânico de Londres* Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo LXV. Parte II. Ano 1903. Rio de Janeiro.

pró-germanismo por ter se recusado a apoiar o esforço bélico dos aliados. Sua posição, que esteve em um ponto intermediário entre pacifismo e uma simpatia pela Alemanha, mais uma vez o colocou em minoria entre os intelectuais brasileiros que, em sua maior parte, desenvolveram um posição germanófoba. Rui Barbosa, que havia sido até então um forte aliado de Lima entrou em sua linha de tiro, por defender com grande radicalidade a entrada do Brasil na guerra. A história se repetia de modo dramático: depois de perder amizade de Nabuco por conta de uma polêmica radicalizada, perdia a de Rui Barbosa, seu último defensor de prestígio.

Como consequência deste posicionamento que Oliveira Lima considerava pacifista, mas que era denunciado no Brasil como pró-germânico, o autor pernambucano foi impedido pelo governo inglês de entrar em seu território, graças à ação de velhos inimigos no corpo diplomático. Os planos do autor que incluíam uma velhice tranquila de pesquisas em Londres, local onde planejava instalar a sua brasileira, foram, assim, frustrados, o que causou grande dor ao autor de *Dom João VI no Brasil*.

As posições do diplomata pernambucano sobre a história nacional não eram apenas teoria e abstração. Em um momento no qual a nação era reinventada, partindo da necessidade de legitimação do poder republicano, a visão de Lima ganhava uma dimensão política imediata, deixando-o na contracorrente da história e da História. Aqui vida e obra se misturam e se influenciam mutuamente, se determinam de modo cruzado, tornando quase impossível uma separação.

A trajetória do Dom Quixote Gordo³⁰, como o nomeou carinhosamente Gilberto Freyre, não pode ser compreendida através das interpretações que privilegiam a análise das estratégias de disputas por espaço dentro do campo literário ou intelectual. Por sua personalidade arisca, sua pena afiada, seu gosto pela defesa de posicionamentos minoritários, as ideias de Lima nunca foram instrumentais à luta por poder. Bem pelo contrário, sua “incontinência da pena”, na expressão de Nabuco, foi o elemento que lhe obstou ocupar o espaço que lhe cabia

³⁰ Gilberto Freyre teria uma profunda convivência com Oliveira Lima na década de 20 e o considerava uma grande influência. Oliveira Lima foi seu principal ponto de apoio no início de sua carreira acadêmica, incentivando-o, abrindo contatos, apontando caminhos. O autor de *Casa Grande e Senzala* escreveu um livro a respeito do diplomata. Cf. FREYRE, Gilberto. *Oliveira Lima, Dom Quixote Gordo*, Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1970.

na diplomacia brasileira e o empurrou a uma trajetória onde a sua legitimação teve que ser buscada internacionalmente, nos Estados Unidos e na Europa³¹.

Como ocorreu aos intelectuais de seu tempo, escolheu, dentre a pauta teórico/política da época, marcada pelo tema da nação, alguns debates para encarar. Reforma da diplomacia, reinvenção da história nacional, civilismo antimilitarista e o posicionamento do país diante de Europa e Estados Unidos, foram os seus preferidos. Em todos estes temas se bateu por suas posições encarando cada batalha como se fosse a última em um quixotismo bastante imprudente. Passou a vida colecionando muitos inimigos e poucos aliados, granjeando respeito pela sua coragem ao mesmo tempo em que minava suas oportunidades de ascensão na carreira diplomática.

Oliveira Lima morreu em 1928, desfrutando de razoável prestígio intelectual tanto no exterior, marcadamente nos Estados Unidos, na França, na Inglaterra e em Portugal, quanto no Brasil. Entretanto, saiu de cena magoado com a trajetória que havia percorrido, com um forte sentimento de que havia sido injustiçado em seu país. Em uma saída melancólica e algo teatral pediu que fosse enterrado na cidade onde morresse e que seu túmulo não tivesse o seu nome, mas a inscrição “aqui jaz um amigo dos livros”, no que foi atendido. Seu corpo está enterrado segundo essas instruções em Washington DC, Estados Unidos. A placa com os dizeres foi enviada de Pernambuco.

Suas memórias, publicadas depois de sua morte, revelam com clareza este amargor de quem perdeu. Mas a derrota, como acontece muitas vezes no caso dos intelectuais, não foi definitiva e nem completa. O constructo teórico de Oliveira Lima, consubstanciado em uma visão cumulativa da história nacional, que privilegia as continuidades ao invés das rupturas, voltaria a ter força mais tarde. Sua interpretação do papel de Dom João VI como semeador da nacionalidade, sua visão sobre o caráter positivo e peculiar do nosso processo de

³¹ A este respeito, Rui Barbosa diria: um dos pontos em que sempre achei matéria de grave censura ao Barão do Rio Branco foi a longa preterição do Dr. Oliveira Lima antes da sua nomeação para Bruxelas e, mais tarde, a sua conservação naquele posto quando se abriram vagas em Londres e Washington, especialmente esta, para a qual não havia, a meu ver, no corpo diplomático, outro homem cuja escolha não derogasse a sucessão de Nabuco (...)

Ora, à vista de tudo isto, considerando eu o Dr. Oliveira Lima o membro mais notável do nosso corpo diplomático, e entendendo, como abertamente sempre declarei desde a morte de Nabuco, ser aquele o seu natural sucessor em Washington, a minha consciência não me permitiria ter voto na questão tão falsamente suscitada, com tão pouca sinceridade, pelo chefe do PRC. SOBRINHO, Barbosa Lima. Op. cit. p. 45

independência, sua defesa do segundo reinado como uma democracia coroada ganhariam força novamente, em especial a partir do Estado Novo³².

Nos anos 50, quando no Brasil a história política foi perdendo espaço para a história econômica, Oliveira Lima e sua obra conheceram um novo ocaso. Mas, na década de 80 a recuperação do prestígio da narrativa e da história política chamou novamente a atenção para este historiador que, na contramão do naturalismo racialista e geográfico de seu tempo, produziu um livro de sabor micheletiano, como *Dom João VI no Brasil*.

Nem um monarquista da pena como Afonso Celso³³, nem um republicano *enragé* como Silvio Romero, nem um historiador oitocentista como Vanhagem, nem um naturalista determinista e cético como o primeiro Capistrano, nem um antiamericanista conservador como Eduardo Prado, nem um moroísta radical como Nabuco: Oliveira Lima posicionou-se na pauta reformista que polarizou a intelectualidade de seu tempo de um modo interessante e singular. É desta singularidade que buscamos nos aproximar nesta pesquisa.

1.2 Em busca do contexto

Como primeiro passo para compreendermos a “*vidobra*”³⁴ de Oliveira Lima, nos parece fundamental nos aproximarmos do tipo de sociabilidade intelectual vivenciada pelo autor em sua trajetória. Como tentamos afirmar na introdução, a obra de Oliveira Lima foi composta em um contexto concreto, respondendo a desafios bastante determinados e a interlocutores específicos. Com eles, nosso autor estabeleceu relações complexas que envolviam afetividade, disputa, alianças, cumplicidades.

Estas relações estavam determinadas por um ambiente discursivo que envolvia as respostas dadas por estes agentes a um determinado estado de coisas e desafios. Uma espécie de pauta comum de questões, que eram abordadas a partir de um mesmo instrumental linguístico/conceitual, que só pode ser entendido no contexto concreto no qual eles viviam.

Parece-nos que três elementos eram fundamentais para as vivências e relações estabelecidas pelos intelectuais entre si e com o mundo à sua volta: a) o forte ambiente naturalista, que

³² Cf. GOMES, Ângela Castro. *História e Historiadores. A política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

³³ Cf. ALONSO, Ângela. *A Década Monarquista de Joaquim Nabuco*. Revista da USP. N. 83. Setembro- Novembro 2009. p. 54-63.

³⁴ C.f. DOSSE, François. *O Desafio Biográfico, Escrever uma Vida*. São Paulo: EDUSP, 2009

criava uma sensação de vertigem do progresso e inevitabilidade do processo de modernização; b) o espírito de missão que a intelectualidade do período assumia, creditando a si o papel de orientar o processo de reformas, questão que se ampliaria com a decepção provocada pela experiência republicana; c) existência de uma pauta político-teórica reformista que tinha como sentido principal o encaminhamento do processo de formação da nação e consequente inserção do país na modernidade.

Eram estes fatores que compunham a cena na qual Oliveira Lima foi um dos atores importantes. Tentaremos primeiro enxergá-lo em movimento dentro deste enquadramento amplo; mais à frente buscaremos focar o nosso personagem, vendo como ele se posicionou nesta pauta geral.

1.3 Naturalismo, sentido de missão e uma pauta teórico-política.

1.3.1 O Oxigênio Mental Naturalista

A atividade humana aumenta em uma progressão pasmosa. Já os homens de hoje são forçados a pensar e a executar, em um minuto, o que seus avós pensavam e executavam em uma hora. A vida moderna é feita de relâmpagos no cérebro e de rufos de febre no sangue³⁵.

(Olavo Bilac)

Nós sabemos que nestes últimos tempos a ciência marcha com velocidade prodigiosa, de forma que quem parar um momento, a fim de tomar fôlego, é logo deixado para trás³⁶

(Clóvis Bevilacqua)

Variam os marcos inaugurais, de resto pouco importantes – final da Guerra do Paraguai (1870), queda do gabinete Zacarias (1868), aprovação da Lei do Ventre Livre (1871) –, mas

³⁵ BILAC, Olavo. In. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

³⁶ BEVILACQUA, Clovis. In. ALONSO, Ângela. *Ideias em Movimento. A geração de 1970 e a Crise do Brasil - Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 142

é praticamente consensual a ideia de que a década de 1870 marca o início da queda do Império.

Dentre os elementos fundamentais para que a “tradição imperial”³⁷ fosse derrubada está a ação opositora de parte importante da intelectualidade do período. Nomeados à posteriori³⁸ de geração de 1870, esta elite letrada contribuiu para minar, através de sua propaganda e ações políticas, as bases do regime imperial.

Avultam entre os intelectuais do período as diferenças de crenças, visões, talentos, origens sociais, influências e afinidades. Mas nos parece haver um denominador comum que unia os intelectuais que conviveram com Oliveira Lima – do engenheiro negro André Rebouças ao aristocrata pernambucano Joaquim Nabuco; do germanófilo monista Silvio Romero, ao seu contendor na crítica literária José Veríssimo; do historiador naturalista Capistrano de Abreu ao polígrafo João Ribeiro; do positivista Euclides da Cunha, aos céticos Machado de Assis e Aluisio Azevedo; do ultranaturalista Julio Ribeiro ao simbolista místico Cruz e Souza –: a forte certeza de que a humanidade estava sendo arrastada por uma força invisível e poderosa, rumo a um futuro do qual não se poderia fugir. Ainda que houvesse diferentes valorações para este processo – elementos mais otimistas, outros menos –, não havia muitas dúvidas sobre a existência e, ainda mais importante, sobre a relativa intangibilidade do caminho para o progresso.

Daí o profundo mal-estar de uma geração que se via na incumbência de agir, mas que se deparava com uma forte sensação de impotência diante de leis imutáveis e determinadas por forças fora do controle dos homens, como a raça e o meio.

Esta intelectualidade assistia a uma verdadeira vertigem do progresso, consubstanciada em novos inventos, na mudança radical que as cidades viviam e na retomada do colonialismo e da conquista por parte das velhas potências da Europa, dos Estados Unidos e, um pouco mais tarde, até do Japão.

Foi respondendo (também) a este clima geral de mudanças, a esta vertigem do progresso, que o Império fez sua primeira grande tentativa reformista durante o gabinete liderado pelo Visconde do Rio Branco. Pode-se encontrar com grande facilidade nas justificativas para as

³⁷ Cf. ALONSO, Ângela. *Ideias em Movimento. A Geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. Para a autora esta tradição imperial estava assentada em três pilares: o romantismo, o catolicismo e o liberalismo estamental. A elite letrada da chamada Geração de 1870 contribuiu para por abaixo o regime, na medida em que corroeu o consenso em torno a estes parâmetros.

³⁸ Apesar do termo Geração de 1870 ter sido atribuído posteriormente, os atores deste processo percebiam que faziam parte de algo importante, vide a já gasta citação de Silvio Romero, que falava do “bando de ideias novas”.

reformas da década de 70, a sustentação baseada no progresso geral que a humanidade vivia e no qual o Brasil deveria se inserir. O uso do termo “emperrado” para qualificar os adversários das reformas denota com clareza a ideia de que havia um processo, um movimento em curso.

Isso foi notado com grande agudeza por Maria Alice Rezende de Carvalho:

Daí que, nos anos 70, quando a capital do Império começou a dar mostras de uma intensa atividade econômico-social e a ‘cena-urbana’ ameaçou borrar os travejamentos espirituais da civilização agrária, os cientistas tenham sido convocados, em nome das ‘luzes’, a intervir, dando partida ao que se poderia considerar o impulso reformador do Império. Por meio dele, a política imperial reconhecia um deslocamento importante dos valores que pavimentaram a sua trajetória até então, e tentava integrar o ‘futuro’ – aquela região nebulosa da nova ontologia brasileira – ao seu domínio; reconhecia, afinal, na história o novo lugar semântico onde se aninhariam as discussões sobre a cidade brasileira e sobre o ‘atraso’ relativo do país no concerto das nações civilizadas do mundo, insinuando-se, na agenda pública e no discurso do próprio imperador, o tema do progresso³⁹.

Esta sensação de vertigem pode ser flagrada com grande clareza na obra de um sem número de autores. Memórias, romances, artigos para a imprensa são fontes quase inesgotáveis para se detectar isto.

Olavo Bilac, cronista talentoso, expressa este sentimento. O que em outras transições na história talvez não fosse percebido “a olho nu”, era uma forte sensação para os homens do período:

A atividade humana aumenta em uma progressão pasmosa. Já os homens de hoje são forçados a pensar e a executar, em um minuto, o que seus avós pensavam e executavam em uma hora. A vida moderna é feita de relâmpagos no cérebro e de rufos de febre no sangue⁴⁰.

³⁹ CARVALHO, Maria Alice Rezende. *O Quinto Século. André Rebouças e a Construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan. IUPERJ- UCAM, 1998. p. 151

⁴⁰ BILAC, Olavo. In. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Em uma chave análoga está o depoimento de Graça Aranha, intelectual cuja trajetória biográfica guarda grandes semelhanças com a de Oliveira Lima. Falando das transformações do seu pensamento quando garoto, dá uma mostra da velocidade angustiosa com a qual as pessoas iam absorvendo a nova visão de mundo, advinda da influência do pensamento europeu e que vinha embalada por esta vertigem do progresso:

A minha vida foi uma aspiração de conhecimento e por este conhecimento tomar posse do Universo. Libertei-me do preconceito político e, o que é mais difícil, libertei-me do preconceito estético. Libertei-me de todo o terror. (...)

Aos doze anos neguei Deus, aos quatorze neguei o direito natural, aos quinze neguei o princípio monárquico e o direito à escravidão. Dos dezesseis em diante acrescentei às minhas negações a libertação estética. Quando cheguei ao Recife, aos treze anos e meio, encontrei Tobias Barreto. Para receber a sua força educativa de negação e crítica o meu espírito estava preparado com a iniciativa da negação religiosa que realizei por mim mesmo. O prestígio de Tobias Barreto foi fascinante. Eu estava apto para receber todas as demolições do Direito Natural e da Teologia e propagar todas as revoltas contra a metafísica, contra a ordem política e social⁴¹.

Em um artigo de jornal escrito para comemorar a virada do século, quando já estava afastado do governo, Rui Barbosa descreve os efeitos deste processo de mudanças tão acelerado:

Como quer que for porém, não regateemos a esse magnífico período secular o seu merecimento. Seu caráter foi, em geral, magnânimo e radioso. Aboliu a escravidão. Resgatou, na família europeia, quase todas as nacionalidades oprimidas. Generalizou o governo do povo pelo povo. Elevou os direitos da consciência a uma altura sagrada. Depurou a liberdade, a justiça e a democracia. Criou a opinião pública, e deu-lhe a soberania dos Estados. Entronizou a igualdade legal. Fundou a educação popular. Extraíu da ciência benefícios e portentos, que deslumbram a fantasia. Mudou a paz e a guerra. Transfigurou a face dos continentes e dos mares.⁴²

⁴¹ ARANHA, Graça. *O meu romance pessoal, Memórias*. In: *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1969. p. 539

⁴² BARBOSA, Rui. *No século XX*. In: *Obras Completas*, vol. XXVIII, tomo III. Fundação Casa de Rui Barbosa, 1901, p. 6. Disponível em www.casaruibarbosa.gov.br

Nem todos, entretanto, viam as mudanças em termos de libertação, como o faziam Graça Aranha e Rui Barbosa. Em vários intelectuais se desenvolve o sentimento de que um mundo mais humano e mais ameno estava morrendo.

A visão que alguns intelectuais tinham da cidade, agora tomada pelo frenesi das massas, é um dos vários exemplos possíveis para este mal-estar. Afonso Freitas, escritor e membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, registra o fenômeno de modo bastante interessante:

(...) o progresso, firmado no moderno sistema utilitarista da luta pela vida, atulhando a formosa urbe paulistana de uma multidão que se acotovela e se comprime em uma azafama quase feroz, atravancando-a de veículos que rolam em contínuo e vertiginoso vai e vem, que se atropelam e se chocam não raro espatifando coisas e esmagando pessoas por amor à velocidade transformam os hábitos do povo paulistano, tornando impraticáveis na moderna capital os velhos costumes tradicionais (...) A grande massa de povo que enche de atividade febril as ruas da metrópole (...) no desejo e na necessidade da conquista do bem-estar, todo esforço que cada elemento da sociedade moderna carece de desenvolver para não ser esmagado pelos interesses adversos, exerceram funda e rápida influência nas velhas populações paulistas transformando-lhes o sistema patriarcal de existência, modificando-lhes os vetustos hábitos, dirimindo-lhes crenças, sugerindo-lhes novas ideias (...) trocando a felicidade sadia (...) de outrora, pelo inferno da felicidade brilhante, candente como ferro em brasa, do viver moderno⁴³.

E Afonso Freitas continua sua descrição pungente das mudanças que destroem o mundo que lhe dava segurança:

A transcorrência da vida social moderna baseia-se na movimentação agitada, no aproveitamento rápido do tempo; a prática dos velhos hábitos da primitiva população cidadã paulistana, firmava-se na morosidade contemplativa; daí a transformação realizada numa rapidez cosmorâmica dos nossos hábitos e do nosso viver material no último trintênio⁴⁴.

⁴³ FREITAS, Afonso. In. FERREIRA, Antônio Celso. *A Epopeia Bandeirante. Letrados, Instituições e Invenção Histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora da UNESP, 2002. p. 154

⁴⁴ Ibidem.

Registros como este podem ser recolhidos de intelectuais de vários países da América Latina. As transformações de Buenos Aires ou de Montevideú, por exemplo, provocaram uma forte sensação de dissolução das tradições e uma reação da intelectualidade platina. As preocupações de José Henrique Rodó com a entrada massiva de imigrantes é exemplo deste tipo de reação arcaizante⁴⁵.

A sensação de intangibilidade era comum tanto aos que viam o progresso e a ciência como elementos desmistificadores e libertadores, como Graça Aranha e Rui Barbosa, quanto aos que o viam como destruidor de um mundo familiar e tranquilizador, como Afonso Freitas e Lima Barreto.

Conforme foi notado por Elias Thomé Saliba, havia uma sensação geral de desajuste entre o espírito do século e o processo vivido por estes atores. A “escrita nervosa” de Silvio Romero, na caracterização feliz de Antonio Cândido⁴⁶, oscilante entre a adesão aos determinismos típicos do período e a busca pelas manifestações genuínas da cultura nacional, pendular entre o cientificismo naturalista e o romantismo de tipo alemão⁴⁷, não é fruto de nenhum tipo de confusão ou ecletismo, como quis Thomaz Skidmore⁴⁸, mas desta tensão. Agir parecia, a um só tempo, imperioso diante da necessidade de completar a construção da nação, e inútil frente à imanência dos processos históricos e sociais.

Este quadro sombrio, entretanto, não teve força para resultar em uma paralisia destes letrados. O enorme desafio do que havia por se fazer levava-os a um espírito de missão, a um sentimento de que, diante da confusão reinante, só mesmo aqueles que tinham tido acesso às letras poderiam encontrar saídas.

Inspiravam-se, é certo, no papel desempenhado pela intelectualidade europeia em debates análogos, como os levados a cabo durante e após as unificações alemã e italiana. Além disso, o papel de liderança desempenhado por intelectuais latino-americanos como Sarmiento e Mitre, ambos tendo exercido inclusive a presidência da Argentina eram enxergados como referência⁴⁹ do papel que os letrados deveriam desempenhar.

⁴⁵ Cf. RAMA, Angel. *A Cidade e as Letras*. São Paulo: Brasiliense, 1995. MITRE, Antonio. *O Dilema do Centauro. Ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

⁴⁶ CANDIDO, Antonio. *O Método Crítico de Silvio Romero*. São Paulo: Ouro sob o Azul, 2006.

⁴⁷ Cf. SCHNEIDER, Alberto Luiz. *Silvio Romero, Hermeneuta do Brasil*. São Paulo: Anablume, 2005, p. 120.

⁴⁸ SKIDMORE, Thomaz. *Preto no Branco – Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

⁴⁹ Cf. ASSIS, Machado. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1985, p. 1015

Em 1888 Machado de Assis publicaria uma crônica falando justamente da passagem do poder de Mitre para Sarmiento, realizada em 1868, que encerrara o período do caudilhismo no país. Sua reverência pelos dois líderes está claramente ligada ao fato de se tratar de dois letrados. É claro que este espírito de missão era menos forte em uma personalidade como a de Machado, mas justo por isso nos parece interessante a sua visão positiva sobre os dois letrados/presidentes. Joaquim Nabuco, em conferência realizada na Universidade de Yale também falava com enorme admiração do papel jogado por Bartolomé Mitre:

O general Mitre é para vós um estranho. É triste, do ponto de vista continental, que um herói nacional da América do Sul, com uma vida tão longa, tão brilhante e nobre, pudesse viver e morrer sem que esta nação, em conjunto, tivesse consciência dele. Não é necessário outra prova de quanto a América Latina é pouco conhecida entre vós⁵⁰.

Olhando para a grande maioria dos políticos da República – ou velhos monarquistas convertidos ou novos argentários sedentos das benesses do poder – a intelectualidade optou por uma atitude proativa diante do que julgavam ser os grandes problemas nacionais.

1.3.2. Um sentido de missão

Como já afirmamos, uma elite intelectual de cariz reformista emergiu no cenário político nacional a partir da década de 70 do século XIX.

Esta elite carregou consigo um sentido de missão, uma sensação de que cabia a ela, pequena ilha de letramento em meio a um mar de analfabetos, a tarefa de dirigir, direta ou indiretamente, a inserção do país no concerto das nações civilizadas. Nas palavras de Nicolau Sevcenko: “(...) eles tendiam a considerar-se não só como agentes dessa corrente transformadora, mas como a própria condição precípua de seu desencadeamento e realização⁵¹”. Para o autor *de Literatura como Missão*:

⁵⁰ NABUCO, Joaquim. *O Sentimento da Nacionalidade na História do Brasil*. In. *Joaquim Nabuco Essencial*. MELLO, Evaldo Cabral (org.) p.530

⁵¹ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura Como Missão. Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*. Op. cit., p. 97.

Os tópicos que esses intelectuais enfatizavam como as principais exigências da realidade brasileira eram: a atualização da sociedade com o modo de vida promanado da Europa; a modernização das estruturas da nação, com sua devida integração na grande unidade internacional; e a elevação do nível cultural e material da população⁵².

O caminho para chegar a isso passava pela abolição da escravidão e pelo cumprimento de uma pauta liberal relativamente progressista, que incluía ampliação de direitos políticos, liberalização da atividade econômica, oferecimento de oportunidades educacionais e, em alguns casos mais radicais, reforma agrária.

Ajudava a encorpar o caldo oposicionista a baixa porosidade do aparelho de Estado durante o Império, bastante fechado para os novos talentos. Obstados em suas possibilidades de desenvolvimento pelo esquema de poder saquarema, vários jovens intelectuais ampliavam sua incompatibilização com o arranjo de poder imperial⁵³. Dito de outro modo, havia um espírito de missão, mas não havia espaço para que ele se realizasse por dentro do regime monárquico.

A proclamação da República não significou nem o cumprimento da pauta reformista pelos novos dirigentes do país e nem a abertura de grandes espaços para que os letrados o realizassem. Apesar das mudanças trazidas à tona por uma constituição mais liberal e da abertura de espaços de poder para alguns destes descontentes o novo regime se demonstrava incapaz de levar a cabo as reformas ansiadas, ao menos na velocidade das expectativas.

A abolição e a República não vieram acompanhadas da solução para o problema da incorporação na sociedade e no “povo brasileiro” da imensa massa de libertos; não ofereceram solução para a questão da composição étnica da população; não resolveram o dilema trabalhador imigrante/ trabalhador nacional; não tiveram iniciativas no sentido de ampliar a alfabetização no país; não deram passos que buscassem formalizar e consolidar a língua portuguesa falada no Brasil; mantiveram e até ampliaram em alguns aspectos os defeitos do sistema representativo vindos do Império.

⁵² SEVCENKO, Nicolau. *Literatura Como Missão. Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*. Op. cit., p. 97

⁵³ Cf. Ângela Castro Gomes. Op. cit; CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem – O Teatro das Sombras*. 2ª Edição revista. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Relume-Dumara, 1996.

A ascensão de uma nova classe de argentários, formada por gente que soube aproveitar as oportunidades trazidas pela entrada vultosa de capitais e pela orgia do encilhamento, também incomodava uma camada que, em grande parte, era oriunda do mundo rural e patriarcal e carregava, em certo sentido, sua visão de mundo.

Não é difícil encontrar no código de conduta sustentado por estes elementos, fosse ele praticado ou não, valores de tintas aristocráticas. Deste ponto de vista, é interessante pensar na pesquisa feita por Sérgio Miceli que identificou que a grande maioria destes intelectuais da Belle Epoque, ou ao menos dos que desenvolveram sua atividade entre 1908 e a eclosão modernista, chamados por ele de “anatolianos”, era formada por gente oriunda de famílias da aristocracia rural decadente⁵⁴.

Além disso, a relativa liberdade que a intelectualidade gozou durante o reinado de Dom Pedro II recuou, ao menos nos primeiros anos do novo regime republicano. Não poucos intelectuais foram perseguidos, alguns tendo que fugir do Rio de Janeiro ou mesmo buscar o exílio, casos de Olavo Bilac e Eduardo Prado, respectivamente.

Assim, aos olhos de uma parte muito importante da República das Letras, baixada a poeira provocada pelo tumulto dos últimos anos do século XIX, a sensação era mais de continuidade do que de ruptura e boa parte do que havia de mudança profunda lhes parecia ruim. Uma parte representativa dos grandes dilemas que haviam incompatibilizado figuras tão dispares quanto Joaquim Nabuco e Silvio Romero com o poder permaneciam como obstáculo que impedia o país de cumprir sua vocação de nação moderna e liberal.

Assim, acreditamos em uma forte continuidade entre a elite letrada que se incompatibilizou com o Império e a que atravessou as primeiras décadas de República. A pauta teórico-política inesgotada e a sensação de que a tarefa de constituição da nação permanecia em aberto, mesmo após a proclamação da República, dá unidade a esta República das Letras. Uma unidade na diversidade.

O sentido de missão que continuava, somado à oposição e descrença geral que foi granjeando o novo regime republicano, provocou, em ritmos diversos, uma reorganização e reagrupamento desta intelectualidade em torno a uma pauta reformista⁵⁵, recauchutada de acordo com as novas condições.

⁵⁴ Cf. MICELI, Sérgio. *Poder, sexo e letras na república velha. Estudo clínico dos anatolianos*. In. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

⁵⁵ Para a compreensão de nosso argumento é importante notar que, ao afirmarmos que a intelectualidade estava agrupada em torno a uma pauta de problemas não quer dizer que ela oferecesse repostas unificadas a eles. O

Vista por muitos como possibilidade de libertação, a República rapidamente fez de grande parte de seus maiores entusiastas “paladinos malogrados”, na feliz expressão de Nicolau Sevcenko. Malogro já antes sofrido pelos monarquistas, que haviam se transformado em “exilados interiores”, como quis Wilson Martins⁵⁶, ou em “monarquistas da pena”, como os caracterizou Ângela Alonso⁵⁷.

Este sentimento de decepção atingiu uns mais cedo, outros mais tarde. O ritmo foi diverso, mas o vetor de incompatibilização com o novo regime foi comum à grande maioria, ou ao menos à parte mais importante da intelectualidade.

Entre os que se decepcionaram cedo está Euclides da Cunha, republicano radical desde a mocidade na Escola Militar, onde havia protagonizado um episódio de desobediência que lhe rendeu a prisão⁵⁸. Em 1890, menos de um ano depois da proclamação da República, em carta ao pai, o autor de *Os Sertões* demonstra sua decepção com o regime, além de uma profunda tristeza com as vacilações de Benjamim Constant, herói dos moços de farda como ele:

(...) perdeu a auréola, desceu à vulgaridade de um político qualquer, acessível ao filhotismo, sem orientação, sem atitude, sem valor e desmoralizado. (...) Eu creio que se não tivesse a preocupação elevada e digna que me nobilita, teria de sofrer muito, ante esse descalabro assustador, ante essa tristíssima ruína de ideais longamente acalentados...⁵⁹

Entre os que se decepcionaram mais tarde está Alberto Torres. Ser um homem público de destaque da Primeira República não o impediu de construir um dos diagnósticos mais duramente críticos sobre o país e seus governantes. Nas palavras de Torres:

Somos um país sem direção política e sem orientação social e econômica. Este é o espírito que cumpre criar. O patriotismo sem bússola, a ciência sem síntese, as

que havia era um temário comum de questões, em torno aos quais os elementos gravitavam, vinculadas em geral aos múltiplos aspectos do (que eles acreditavam ser o) processo formativo da nação.

⁵⁶Cf. MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira. Vol. V (1897-1914)*. São Paulo: Editora Cultrix, EDUSP, 1977. ver, especialmente, p. 42-43.

⁵⁷Cf. ALONSO, Ângela. Op. Cit.

⁵⁸ VENTURA, Roberto. *Euclides da Cunha e a República*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 10, n. 26, Abril. 1996 encontrado em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141996000100024&lng=en&nrm=iso>. acessado em 21 abril de 2011. doi: 10.1590/S0103-40141996000100024.

⁵⁹ Cunha, Euclides. In. VENTURA, Roberto. Op. cit.

letras sem ideal, a economia sem solidariedade, as finanças sem continuidade, a educação sem apoio, atuam como elementos contrários e desconexos, destroem-se reciprocamente, e os egoísmos e interesses ilegítimos florescem, sobre a ruína da vida comum.

(...) No Brasil, fora das teorias, tudo quanto se tem por vida do pensamento e da opinião, é um estado de aérea divagação, erudita e brilhante, em que as ideias se diluem, dilatam-se e evoluem-se, como para fugir à vida real, numa gaseificação de tropos e palavras sonoras – pulverizadas em frases e generalizações mais vagas, de todas as escolas⁶⁰.

E Alberto Torres continua, inclemente, em trecho em que parece polemizar com a verve verborrágica de Rui Barbosa:

Nesta sociedade sem povo, onde as classes se defrontavam quase com o rigor das castas da Índia, enquanto os donos da terra extraíam inconscientemente a seiva do solo, os legisladores enchiam os anais do Parlamento desses intermináveis discursos, tão usados na época da decadência, onde, a propósito do fato impressionista do dia, se acumulam inúmeros argumentos e copiosas citações de autores estrangeiros, sem que se chegasse jamais a conhecer nossos problemas positivos e permanentes, e a atingir os fenômenos reais da vida nacional e suas causas íntimas e profundas. Não era de surpreender que o nosso caminhar fosse sendo conduzido por força de impulsos, ou por fatalidade de dissolução entre movimentos desorientados⁶¹.

Este mal-estar com o novo regime tinha variadas motivações e adquiria por isso expressões as mais diversas. Lima Barreto incomodou-se com o culto ao cientificismo⁶² e com o tratamento que a modernização urbana, que tentava modelar o Rio de Janeiro de acordo com

⁶⁰ TORRES, Alberto. In. SOBRINHO, Barbosa Lima. *A Presença de Alberto Torres*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 310,311,312.

⁶¹ Idem. p. 311.

⁶² Em carta a Gregório Fonseca, Lima Barreto demonstra a força deste sentimento, provocada pela leitura de uma obra de João Ribeiro, onde o cientificismo ganhava um de seus contornos mais comuns, o racismo científico: “Não tenho podido ir aí. Ando cheio de trabalho e de especulações. Você dirá isso ao Alcides, a quem mando muitas lembranças. Creio mesmo que seu fosse visitar vocês causaria um grande desgosto aos dois. Estou monomaníaco. Medito uma refutação a um trecho da história do João Ribeiro, não ao que dizem as palavras, mas ao espírito que as ditou e que se esconde debaixo delas. Imagine você que trato de indagar se a ciência, dado o grau de probabilidade, poderia ter juízos formais e condenatórios; e sem face do grau de probabilidade dela, esses juízos condenatórios não são equivalentes a anátemas, a excomunhões religiosas”.

as necessidades do século, dava aos mais pobres⁶³. Sua literatura foi toda baseada nesta sensação de desajustamento, e o autor foi crítico dos que escreviam desconhecendo a realidade à sua volta, tendo encontrado em Coelho Neto, escritor que ocupava o centro da ribalta no período, o alvo preferencial de seus ataques.

Outra expressão deste desajustamento com o espírito naturalista e o cientificismo foi a adesão de uma parcela relativamente importante da intelectualidade ao movimento simbolista, que com seu sentido místico de fuga do real cumpria o papel de fornecer um caminho de alheamento diante de uma realidade pouco aprazível e confusa⁶⁴.

Entretanto, a maior parte da intelectualidade que se incompatibilizou com o novo poder não optou por fugas, buscou maneiras de continuar a batalha pela velha pauta que não havia sido cumprida nem pela abolição e nem pela República. Ao contrário do que afirma parte da historiografia, a maioria dos que lutaram contra o Império, ao verem suas expectativas por transformação frustradas, continuaram a batalha, ainda que em outras condições. É interessante ver, por exemplo, o depoimento de Silvio Romero, que via a necessidade de que os intelectuais mantivessem o engajamento e se dedicassem aos temas fundamentais que estavam colocados para construção da nacionalidade:

Todo homem que empunha uma pena no Brasil deve ter uma vista assentada sobre tais assuntos [nosso problemas capitais na atualidade], se ele não quer faltar aos seus deveres, se não quer embair o povo (...). O Brasil é um país em formação; nunca é demais esclarecer qual o seu futuro⁶⁵.

Não era diferente a visão de seu principal contendor (involuntário, diga-se) José Veríssimo:

O estudo da pátria brasileira, em todos os aspectos que nô-la representam tal qual é, não como simples agremiação política, mas, como uma nacionalidade consciente, pareceu-me sempre dever ser ponto de partida para onde deviam convergir os esforços de todos os seus escritores, de todos os seus sábios e de todos os seus artistas, e a única base positiva para assentarmos uma cultura, como dizem os alemães, verdadeiramente nacional. É esta a inspiração principal de

⁶³ Cf. SEVCENKO, op. cit. ; BARBOSA, Francisco de Assis. *A Vida de Lima Barreto*. São Paulo: Edusp, 1988.

⁶⁴ Cf. BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2006.

⁶⁵ ROMERO, Silvio. *História da Literatura Brasileira*. Tomo 1. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953. P.36

minha obscuríssima vida literária, e o espírito que dirige todos os meus desvaliosos trabalhos⁶⁶.

Os dois intelectuais, malgrado estarem em campos opostos do ponto de vista de suas concepções, apontam no mesmo sentido: a atividade do literato deveria levar em conta a busca por compreender a realidade nacional e por contribuir para que ela fosse modificada.

Quando afirmamos que houve um processo de incompatibilização com o novo regime e de engajamento desta camada de letrados, não estamos falando, necessariamente, de uma oposição frontal, comungada por todos em intensidade, alvo e motivações. O que havia era uma ideia genérica de que as transformações introduzidas pela República tinham ficado pela metade e a sensação de que os novos donos do poder não tinham interesse ou capacidade de levar a cabo as reformas que haviam embalado as expectativas desta geração de letrados.

Os meios para obter esta transformação ansiada variavam, havendo duas macroinfluências, uma liberal e outra cientificista. Isso olhado de longe. De perto, vendo o pensamento concreto dos indivíduos, o que se encontramos são as mais diversas combinações destas duas grandes matrizes, como poderemos ver no caso específico de Oliveira Lima.

Não estamos em acordo com Nicolau Sevcenko quando ele afirma que houve um processo de desagregação da geração reformista, com seus sobreviventes se dividindo entre muitos aderentes cúpidos ao novo regime e poucos elementos que resistiram de forma isolada e, muitas vezes, desesperada. cremos em uma continuidade, sob novas formas da luta pela pauta reformista, agora revista e reelaborada. O que não significava unidade absoluta entre os intelectuais. Pelo contrário, se o estabelecimento de uma pauta de temas que permaneciam em aberto mantinha-os unidos, a polêmica sobre eles separava-os em uma miríade de posições diferentes e complexas, dificilmente agrupáveis em classificações. E é justamente esta realidade que torna o alvorecer do século XX tão interessante ao estudioso da história intelectual.

Resumindo o argumento: independentemente de ter havido adesões a governos determinados e alheamento de alguns intelectuais que preferiram se afastar de tudo, manteve-se no período republicano um espírito de missão por parte da intelectualidade, que se via imbuída do papel de oferecer interpretações, caminhos, diagnósticos, que pudessem instrumentalizar a conclusão do processo formativo da nação. Isso se consubstanciava em uma pauta teórico-

⁶⁶ VERÍSSIMO, José. *Estudos de Literatura Brasileira*. 2 Série. São Paulo: Editora Itatiaia, 1977.

política, que vinha do Império e que não havia sido cumprida pela abolição e pela República. Em torno a esta pauta, recauchutada diante da nova realidade, se conformou um processo de reorganização e recomposição desta intelectualidade.

1.3.3. Gravitando em torno de uma pauta teórico-política

Parte da historiografia tem visto o momento posterior à proclamação da República como um instante de desarticulação da ação política da intelectualidade. Em chaves diversas, vários estudos tendem a enxergar a Primeira República como um momento ou de desalento, ou de preocupação exclusiva com os aspectos próprios à atividade de um campo intelectual autônomo.

Nicolau Sevcenko⁶⁷ vê duas atitudes típicas dos letrados diante do novo poder republicano: a adesão ou o alheamento. A primeira atitude, a de adesão, teria sido tomada pelos elementos mais oportunistas, que abandonavam a luta reformista, ou pelos mais pragmáticos, que viam no caminho da aproximação com o poder a única chance de realizar reformas. A segunda atitude, a de alheamento, teria sido a dos que, como Lima Barreto e Euclides da Cunha, não aceitaram os desmandos dos novos poderosos. Estes letrados teriam oscilado entre a denúncia cética e o afastamento, entre o combate e a desesperança. A disjuntiva adesão ou alheamento teria separado e desarticulado a intelectualidade que outrora sustentara a pauta reformista.

Outra visão que parte do mesmo pressuposto de esvaziamento e desarticulação é a de Ângela Castro Gomes. Para a autora, após a abolição e a proclamação da República, houve uma desmobilização dos elementos que se envolveram nestas lutas. A partir daí, estes teriam se ocupado da criação de um campo intelectual autônomo e dos temas próprios à atividade de letrados. A principal materialização deste processo seria a fundação da Academia Brasileira de Letras em 1897⁶⁸, espaço no qual não cabia a política.

A crítica literária contribuiu para a construção desta concepção de alheamento. Alfredo Bosi, em seu brilhante *História Concisa da Literatura Brasileira*, consagra a ideia de que, após 1889, a literatura partiu para a posição acomodada de “sorriso da sociedade”, repercutindo a afirmação famosa de Afrânio Peixoto. Para o autor:

⁶⁷ Cf SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão*. Op.cit.

⁶⁸ Cf. GOMES, Ângela Castro. Op. cit.

Alcançadas as metas políticas da Abolição e do novo regime, a maioria dos intelectuais cedo perdeu a garra crítica de um passado recente e imergiu na água morna de um estilo ornamental, arremedo da belle époque europeia e claro signo de uma decadência⁶⁹.

Sem desconsiderar que os fenômenos descritos são válidos para uma parcela da intelectualidade, consideramos que este tipo de visão nubla o processo de rearticulação que descrevemos e não retrata fielmente uma intelectualidade que se manteve mobilizada por temas políticos candentes, talvez até de modo mais ativo do que nos anos finais do Império.

Reconhecemos que o ambiente naturalista, a vertigem do progresso e a sensação de intangibilidade, captados por um “equipamento mental evolucionista e determinista”⁷⁰, impediam que esta ação fosse um programa completamente consciente e por isso não pensamos o processo em termos de uma espécie de “partido dos intelectuais”. Mas consideramos que a existência de uma pauta comum de desafios, que eram os da constituição da nação, oferece-nos uma chave através da qual podemos olhar para além das diferenças entre os elementos, criando um mirante interessante para compreendermos a ação desta República das Letras.

Portanto, ao contrário do que as visões acima acabam por afirmar, os intelectuais do período imediatamente posterior à proclamação da República se mantiveram polarizados por uma pauta política, envolvidos com os desafios da constituição definitiva do Brasil como nação e da inserção do país nos trilhos da modernidade⁷¹.

Não nos preocupa definir qual foi o momento exato em que se conformou um campo intelectual autônomo, porque esta não é uma questão decisiva para a análise que buscamos oferecer. O que nos parece é que em determinados momentos históricos, que talvez pudéssemos nomear como situações de crise, pautas teórico-políticas polarizam setores amplos da intelectualidade, estejam eles ou não agrupados em um campo já conformado.

⁶⁹ BOSI. Op. Cit.

⁷⁰ O termo equipamento mental evolucionista é emprestado de Elias Thomé Saliba e Nicolau Sevcenko. Cf. SALIBA, Elias Thomé. op. Cit; SEVCENKO, Nicolau. *Literatura Como Missão*. op. cit.

⁷¹ Estudos relativamente recentes têm, por vias diversas, focado a intelectualidade do período a partir da chave de seu engajamento nos problemas sociais. Cf. LUCCA, Tânia Regina. *A Revista do Brasil: Diagnóstico para a Nação*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999; BOTELHO, André *Aprendizado do Brasil: nação em busca de seus portadores sociais*, Campinas: Editora da UNICAMP. Ângela de Castro Gomes, em outro estudo, apresentaria uma visão mais matizada do desengajamento, ao menos do que tange aos historiadores: GOMES, Ângela de Castro *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte, 2009.

Dito de outro modo, a separação completa entre política e filosofia, ou mesmo política e literatura, não nos parece operativa para o período de que tratamos, não pela ausência de autonomia nesse campo, mas porque a pauta reformista que organizou os debates da intelectualidade do período não havia expirado.

Seguindo os passos de Fritz K. Ringer em seu estudo sobre a intelectualidade alemã no mesmo período⁷², nos parece fundamental notar que os letrados brasileiros se consideravam um grupo. Isso pode ser notado na maneira como se tratavam, nos diagnósticos críticos que ofereciam sobre a condição da intelectualidade no período, na busca do reconhecimento inter pares. Romances como *Mocidade Morta*, de Gonzaga Duque, e *A Conquista e Fogo Fátuo*, de Coelho Neto, que tratam dos círculos intelectuais dos quais os autores faziam parte, são demonstrativos disso; tratam fundamentalmente dos sentimentos que eram comuns e que uniam estes letrados⁷³. Isso reforça a ideia de que é preciso relativizar as noções que apontam para a dispersão e o alheamento. No romance *A conquista* Coelho Neto, falando aos seus companheiros de jornada intelectual, deixa claro tanto o sentimento de grupo, quanto a ideia de que eles teriam uma missão importante a cumprir:

Este livro, amigos meus, é mais vosso do que meu, porque na sua composição entrou apenas a minha memória. Como o ollam venho contar aos que surgem a odisséia da nossa mocidade. Triste, triste foi a nossa vida posto que, de longe em longe, como um raio de sol atravessando nuvens tempestuosas, o riso viesse palidamente à flor dos nossos lábios. Mas chegamos, vencemos... Deus o quis! E, se ainda não tomamos de assalto a praça em que vive acastelada a indiferença pública, já cantamos em torno e, ao som dos nossos hinos, ruem os muros abalados, e avistamos, não longe, pelas brechas, a cidade Ideal dos nossos sonhos.

Mas no dia em que nela pudermos entrar vitoriosos, pisando a verde, macia e cheirosa folhagem, indo repousar à sombra das árvores, perto da frescura e do murmúrio da água, nesse dia, reunidos pela saudade, sacrificaremos, com

⁷² Segundo o autor: “foi uma certa constelação de atitudes e emoções que os uniu, contagiando até mesmo sua linguagem e seus métodos de discussão. Não devemos tentar explicar os sentimentos que tomaram conta deles apenas por sua erudição; portanto, nossa explanação será, muitas vezes mais de caráter psicológico do que lógico. Ao mesmo tempo, precisamos voltar atenção para aquelas reações e opiniões mais comuns entre os professores universitários alemães enquanto grupo, deixando de lado as idiossincrasias e diferenças individuais que seriam de interesse dos biógrafos. Temos motivos para assim proceder, porque os acadêmicos alemães de 1890 a 1932, consideravam-se como um grupo. Julgavam-se parte de uma elite ameaçada das ‘vigas mestras da cultura alemã’, membros de um segmento instruído distinto da nação”. RINGER, Fritz K. *O Declínio dos Mandarins Alemães*. São Paulo: Edusp, 2000.

⁷³ NETO, Coelho. *A Conquista*. Porto: Livraria Chardon de Lello e Irmãos, 1913; NETO, Coelho. *Fogo-Fátuo*. Porto: Livraria Chardon de Lello e Irmãos, 1929. DUQUE, Luis Gonzaga *Mocidade Morta*. Rio de Janeiro: INL, 1971.

religioso sentimento, aos manes dos que ficaram adormecidos à sombra dos ciprestes.

É vosso todo este livro, meus amigos. Eu vim seguindo a caravana que a Musa precedia, cantando, como Minam, à frente de Israel, no êxodo. Vim seguindo e apanhando pelo caminho saibroso e seco as gotas de sangue, as gotas de lágrimas, as estrofes sonoras, os arrancados soluços e os suspiros que deixáveis e, durante a marcha, só três vezes paramos, com as líras caladas, os olhos lacrimejantes, para guardar na terra santa os que caíam [grifo nosso]⁷⁴.

Parece-nos importante relativizar também a percepção de que a participação de intelectuais em instâncias de governo significasse adesão acrítica ao poder constituído. A aproximação destes elementos do poder de Estado era um processo quase natural, na medida em que a atividade literária não sustentava a existência dos indivíduos e a complexificação do aparelho de Estado demandava o recrutamento de elementos letrados. Angel Rama, falando do processo de complexificação do estado no conjunto da América Latina percebeu que:

Às (atividades que exigiam intelectuais) já existentes na administração, as instituições públicas e a política, acrescentaram-se as provenientes do rápido crescimento de três setores que absorveram em grande número os intelectuais, estabelecendo uma demanda constante de novos elementos: a educação, o jornalismo e a diplomacia⁷⁵.

Além disso, instituições intelectuais formalmente não estatais acabavam por cumprir, quase que naturalmente, papéis que estavam na lógica dos interesses do Estado. É claro que o IHGB, por exemplo, já não podia ser o mesmo do Império, já que o velho instituto esteve afastado do poder republicano por um largo tempo. Mas no caso dos institutos históricos estaduais, a vinculação com a lógica do poder é enorme, na medida em que a intelectualidade era mobilizada para fornecer uma série de elementos que municiassem a disputa entre os estados aberta com a fórmula federativa da constituição de 1891. Conforme afirmou Paulo Teixeira Iumatti:

⁷⁴ NETO, Coelho. *A conquista*. Rio de Janeiro, Chardon de Lello e irmão, 1928. p. 4.

⁷⁵ RAMA, Angel. Op.cit.

Com efeito, com o advento da República, vários Institutos Históricos e Geográficos regionais passaram a polarizar a produção historiográfica dos diferentes estados brasileiros, cujas classes dominantes buscavam espaço no campo de lutas aberto pela fórmula descentralizadora adotada na Constituição de 1891. O que vemos a partir de então é a construção de diversas historiografias regionais, as quais disputam entre si um lugar de destaque na memória nacional, cultivando episódios e figuras regionais, publicando documentos e construindo (ou destruindo) mitologias⁷⁶.

É interessante notar que estes institutos não apenas organizavam a ação da intelectualidade local em função da razão de Estado, como agiam no sentido de trazer para esta atividade intelectuais importantes “do centro”. Não por outro motivo, Oliveira Lima foi membro dos Institutos de São Paulo e de Pernambuco, tendo sido em muitos casos elemento ativo na legitimação dos pleitos destas instituições, conforme veremos no capítulo três deste trabalho.

Além desta ação de sentido centrífugo dos estados, que buscavam deter mais poder, havia uma reação em sentido oposto por parte do centro, que mobilizava a intelectualidade com vistas à construção de um discurso unificador, nacional. Esta foi a chave principal da ação de Lima, que construiu uma visão do protagonismo de Pernambuco, mas como parte de uma grande narrativa nacional.

Este tipo de relação entre os intelectuais e o Estado, entretanto, não redundava em posturas acríticas ou em vinculação absoluta a projetos de poder específicos, ao contrário do que parece fazer crer Nicolau Sevcenko. São inúmeros os exemplos de intelectuais muito críticos ao poder constituído que cumpriram funções no Estado. Poderíamos citar Alberto Torres, que foi presidente do estado do Rio de Janeiro; Rui Barbosa, que foi ministro e cumpriu funções na diplomacia; Olavo Bilac, Coelho Neto, Luís Murat, Aluísio Azevedo, Pardal Mallet e Alberto Oliveira, que ocuparam funções públicas no estado do Rio de Janeiro⁷⁷ e os muitos que fizeram parte do corpo diplomático brasileiro, como Joaquim Nabuco, Graça Aranha, Aluísio Azevedo, Assis Brasil, Salvador de Mendonça, Medeiros e Albuquerque e o próprio Oliveira Lima⁷⁸. Outros ainda ocuparam ou tentaram ocupar postos no parlamento.

⁷⁶ IUMATTI, Paulo. *O Percurso para o Sentido da Colonização e a Dinâmica da Historiografia Brasileira nas Primeiras Décadas do Século XX*. In: IUMATTI, Paulo; SEABRA, Manoel; HEIDEMANN, Heins Dieter. *Caio Prado e a Associação dos Geógrafos Brasileiros*. São Paulo: Edusp, 2008. p. 127.

⁷⁷ SOBRINHO, Barbosa Lima. *Presença de Alberto Torres. Sua Vida e Pensamento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 220.

⁷⁸ Aluísio Azevedo, demonstrando que a presença de intelectuais em governos era coisa comum, respondia as críticas dos que se descontentavam com tal fato: “Literatos no funcionalismo...que escândalo! Fôssemos nós

Para citar dois dos mais duros críticos da primeira República, Manoel Bomfim e Silvio Romero⁷⁹ foram deputados, participando, portanto, da faina política *stricto sensu*.

Levantamos estes elementos para afirmar a nossa hipótese de que o ambiente intelectual no qual Oliveira Lima esteve inserido foi o de uma intelectualidade crítica, mobilizada em torno a uma pauta teórico-política e que as relações desta com o Estado não significaram necessariamente uma adesão cúpida.

Esta pauta reformista tinha como eixo a questão da nacionalidade. A sensação da grande maioria desta intelectualidade era a da incompletude. O desenvolvimento do país havia sido obstado pela escravidão e pela colonização ibérica e mesmo tendo conseguido se livrar do trabalho escravo e da monarquia, o Brasil não deixara de conviver com sua herança e suas chagas. Diante do debate europeu sobre o tema da nação, que se fazia sob o enorme impacto de eventos como as unificações italiana e alemã, o colonialismo europeu e a ascensão dos Estados Unidos, estes elementos se sentiam desafiados a encontrar caminhos para a construção da nacionalidade, partindo do precário material de que dispunham⁸⁰.

Esta sensação de precariedade havia sido reforçada até mesmo por autores que se identificavam com a monarquia e que não tinham uma posição refratária a Portugal. Toda a campanha abolicionista feita por Joaquim Nabuco, por exemplo, em especial a partir da publicação de *O Abolicionismo* se baseava na ideia de que a escravidão havia corrompido o corpo social da nação, o que tornava necessária, após o fim do trabalho escravo, uma reforma profunda que pudesse regenerar o corpo nacional. Não se tratava mais, apenas, de abolir a escravidão e resolver a chaga moral que ela significava, era necessário reconhecer que o mal que ela fizera deixara marcas muito ruins. Este tipo de posição contribuía para a ideia de que a República recebera uma herança maldita e que havia muito por fazer no sentido de constituir o Brasil como nação⁸¹.

analfabetos e ninguém daria importância ao caso, que é comum: mas escrevemos artigos e peças, publicamos livros. Haverá pouca vergonha maior?”. In. SOBRINHO, Barbosa Lima. op. cit, p. 221.

⁷⁹ Apesar de só ter vencido em uma oportunidade, Silvio Romero disputou cargos eletivos em 1890, 1894, 1898, 1900 e 1902. Cf. SHNEIDER, Alberto Luiz. *Silvio Romero, Hermeneuta do Brasil*. São Paulo: Anablume, 2005, p. 120.

⁸⁰ Outra fonte interessante para se perceber a influência das correntes de pensamento que discutiam o tema da nação sobre a nossa República das Letras está em ROMERO, Silvio. *Lucros e Perdas: Crônica Mensal dos Acontecimentos*. Rio de Janeiro: Livraria Contemporânea, 1883. Ver especialmente p. 39, 40 e 41.

⁸¹ Em função de sua caracterização desta chaga que a escravidão tinha significado, Nabuco nunca teria condições de fazer um balanço positivo do passado no que dizia respeito à sociedade. Quando defendia a monarquia brasileira, sempre o fazia do ponto de vista de sua postura liberal. Oliveira Lima, pelo contrário, conforme veremos, construiu uma visão positiva do passado brasileiro também no que dizia respeito ao tipo de relações sociais que a colonização, o período joanino e império haviam nos legado.

A sensação de estranhamento, desajuste, descompasso é uma constatação presente o tempo todo nos escritos da época. Nas palavras de Elias Thomé Saliba:

Toda a geração de intelectuais, jornalistas e pensadores brasileiros que viu nascer a República esforçou-se para forjar um conhecimento sobre o Brasil em todas as suas peculiaridades, pois aquele momento, que se seguiu ao advento da República, parecia uma rara, e talvez única, oportunidade histórica de o país se pôr no nível do século, integrando-se de uma forma definida no mundo ocidental. O advento da República e os efeitos combinados da nova expansão europeia representaram uma esperança para as gerações de pensadores do início do século XX. Mas, dotados de um equipamento intelectual herdado das linhagens ideológicas positivistas e evolucionistas – equipamento este já originado de uma crise da racionalidade cognitiva –, acabariam oscilando entre a adoção de modelos deterministas e a reflexão sobre suas implicações; entre a exaltação de uma ‘modernidade nacional’ e a verificação de que o país, como tal, era inviável. Sem possuir propriamente uma nação, marcado por extremas diversidades regionais, convivendo com a chaga social do trabalho escravo como herança e com um Estado praticamente reduzido ao servilismo político, o país apresentava-se aos olhos desses intelectuais de um modo insólito e dramático: como construir uma nação se não tínhamos uma população definida ou um tipo definido? Diante daquela amálgama de passado e futuro, alimentado pela República, quem era o *brasileiro*?⁸²

Entretanto, malgrado as dificuldades, a pauta reformista foi debatida e caminhos foram propostos. A intelectualidade do período seguia prescrevendo soluções para os dilemas da nação.

Talvez as pautas mais importantes tratadas pela intelectualidade do período tenham sido a composição racial da população brasileira e os caminhos para a constituição de um povo homogêneo e mais próximo da raça branca; a relação entre trabalhador nacional/trabalhador estrangeiro; a unificação da língua nacional, como forma de avançar no processo de construção de uma alteridade em relação a Portugal e também como elemento garantidor da unidade nacional; a ampliação do letramento da população, formada por uma massa imensa de analfabetos, questão que interessava diretamente aos escritores, que necessitavam de um mercado de consumidores de livros; o posicionamento do Brasil diante do quadro

⁸² SALIBA, Elias Thomé. *A Dimensão Cômica da Vida Privada na República Brasileira*. In: SEVCENKO, Nicolau. *História da Vida Privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 296.

internacional, marcado pelo ressurgimento do colonialismo das grandes potências e pela ascensão dos Estados Unidos; o processo de reinvenção da história nacional, que reavaliava o papel da colonização portuguesa e do Segundo Reinado; as reformas do aparelho de Estado diante das necessidades impostas pela modernização capitalista. Estes três últimos temas foram grandes preocupações de Oliveira Lima, e seu posicionamento em torno a eles, polêmico em todos os casos, foi fundamental em sua inserção no contexto das discussões do período.

Estas questões foram tratadas em espaços determinados, em torno dos quais esta intelectualidade gravitava: o Instituto Histórico e Geográfico, as livrarias e cafês, alguns jornais e revistas importantes, a sede das editoras. Mas o centro de maior relevo se constituiu em torno ao complexo Academia Brasileira de Letras / *Revista Brasileira*, polarizados pela dupla José Veríssimo e Machado de Assis. Mais tarde, o *Almanaque Garnier*, especialmente na fase em que João Ribeiro foi seu editor, cumpriu um papel também de grande relevância e de certo modo se acoplou à Academia, constituindo uma espécie de “Complexo Garnier”⁸³.

Arriscamos dizer que a fundação da Academia Brasileira de Letras, ainda que possa ser considerado sob certo ponto de vista teórico/metodológico como um dos movimentos da autonomização incipiente do campo, foi um gesto dos mais importantes para o reagrupamento e a reorganização da intelectualidade. Foi um ponto de apoio fundamental para a continuidade do debate da pauta reformista.

Isto se deu especialmente porque, conforme demonstrou Lúcia Paschoal Guimarães, neste período o IHGB perdeu força e vivia um período de dificuldades⁸⁴, dada a sua histórica vinculação com a monarquia. O republicanismo, que manteve uma postura muito intolerante com tudo que remetesse à figura de Pedro II, demoraria a arrefecer suas prevenções contra o velho instituto, assim, o papel da Academia e dos instrumentos que a cercavam acabou sendo decisivo num primeiro momento.

Em torno a estes instrumentos gravitou um número importante de intelectuais que se uniam pela pauta comum e se diferenciavam pelas visões próprias acerca dos temas tratados. A *Revista Brasileira*, o *Almanaque Garnier*, as reuniões da Academia Brasileira de Letras e de

⁸³ Sobre o importante papel cumprido pelo *Almanaque Garnier*, conferir. Cf. DUTRA, Eliana Freitas. *Rebeldes Literários da República*. Belo Horizonte: Editora da UFMG,

⁸⁴ Cf. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2006.

suas comissões, transformaram-se em um palco importante de debates sobre o país e seu futuro⁸⁵.

Este papel só pôde ser cumprido porque Veríssimo, amparado pelo prestígio de Machado de Assis, conseguiu imprimir à sua atividade e aos instrumentos de que dispunha um caráter fortemente “ecumênico”⁸⁶. A *Revista Brasileira* e a Academia, esta última até por suas características e ambições, não vinham para organizar mais uma igreja em torno a uma escola europeia, ou à diletância literária. Sua pretensão era a de fazer orbitar em torno de si, de modo relativamente livre, as mais diferentes visões. O que unia todos era o sentido de missão repaginado, a sensação de que cabia à elite letrada o papel de propor as reformas de que o Brasil necessitava.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, depois da fase de baixa da qual falamos, foi recuperando o seu prestígio, nunca perdido de forma completa. Sob a administração de Max Fleiuss a partir de 1900, e especialmente depois da presidência do Barão do Rio Branco, a casa passou a ter um papel relevante na cena intelectual nacional⁸⁷.

Oliveira Lima participaria destes dois núcleos principais, sendo bastante prestigiado por ambos. Eles cumpriram um papel fundamental em reconhecer o talento do escritor pernambucano e em lhe emprestar o prestígio intelectual de que Lima gozou.

Como dissemos de início, o autor pernambucano esteve entre os primeiros eleitos da Academia Brasileira de Letras. Além da eleição, que funcionou como um bilhete de entrada no círculo da consagração interpares, José Veríssimo e Machado ofereceram sempre críticas muito favoráveis às produções de Lima. Talvez pudéssemos arriscar que Veríssimo foi o mais constante apoiador das iniciativas intelectuais do autor pernambucano, além de um dos

⁸⁵ Cumpriram um papel análogo, mas não igual, outros agrupamentos, como o que se dava em torno a José do Patrocínio e que envolvia, dentre outros, o ativíssimo Olavo Bilac.

⁸⁶ Este ecumenismo pode ser visto na composição da Academia, que estava muito longe de ser formada apenas pelas figuras que faziam parte da corte de Machado de Assis. Já desde o início, os membros oriundos da chamada Escola do Recife eram seis dentre os acadêmicos (Sousa Bandeira, Graça Aranha, Clóvis Bevilacqua, Silvio Romero e, um pouco mais tarde Martins Júnior e Artur Holando). Além disso, o outro grupo importante que se organizava em torno a José do Patrocínio teve, além do próprio, Olavo Bilac dentre os membros da Academia. Vale ressaltar que vários autores, dentre eles José Veríssimo e Ângela Alonso questionam a própria existência desta Escola do Recife, creditando-a mais a uma tentativa de Silvio Romero e outros de criar uma alteridade forçada com o grupo carioca. Cf. ALONSO, Ângela. Op. cit. VERÍSSIMO, José. op. cit.

⁸⁷ É interessante notar que não havia concorrência entre o Instituto e a Academia, o que reforça a ideia de certa unidade entre a intelectualidade do período. Segundo a autora: “o animado grupo de *A Semana* desempenharia um papel destacado na fundação da Academia Brasileira de Letras (1897). Participaria também, do processo de renovação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A este respeito, vale acrescentar que inexistiam rivalidades entre a novata academia e o tradicional Instituto. Estabelecera-se uma via de mão dupla entre os dois redutos intelectuais, por onde circulavam com familiaridade tanto os integrantes do bonde, quanto outras personalidades de relevo da República das Letras”. GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Op.cit.

raros amigos de vida inteira. Segundo a esposa de José Veríssimo, em um dos momentos em que este se viu mais perseguido e atacado, provavelmente quando decidiu deixar a Academia Brasileira de Letras no episódio da eleição do autor inédito Lauro Muller, o escritor paraense andava pela casa, amaldiçoando os adversários, apontando para retrato de Lima e dizendo: “este sim é meu amigo, este é meu amigo de verdade⁸⁸”.

A força do julgamento de Veríssimo era grande e servia como um importante instrumento de consagração. Ele ofereceu crítica positiva logo à primeira produção do autor de *Dom João VI no Brasil*, o livro de história regional *Pernambuco: seu desenvolvimento histórico*. Na verdade, ainda antes de publicar seu livro de estreia, Lima já era colaborador da *Revista Brasileira*. Publicou artigos como *As Memórias de Barras*, *O Romance Francês em 1895*, *Guilherme Moniz Barreto*, *O Destino dos Estados Unidos*, *As Memórias do Príncipe de Bismarck* e um ensaio que antecipava alguns argumentos de sua obra maior, *Dom João VI no Brasil*. Seus livros *Aspectos da Literatura Colonial Brasileira* e *Nos Estados Unidos*, tiveram trechos antecipados nas páginas da publicação.

Voltando a *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico*, até mesmo Capistrano de Abreu, sabidamente pouco afeito ao elogio gratuito, deu entusiasmadas boas-vindas ao iniciante:

Tão raramente trabalhos sobre a nossa história, que bastaria esta circunstância para provocar toda simpatia ao jovem escritor. Mas ele possui títulos mais sérios: estilo sóbrio e elegante, narrativa fluente, informação variada, ideias assentes e que, mesmo quando contestáveis, dão o que pensar, porque procedem de reflexão.

Elogiava ainda a capacidade demonstrada por Lima de analisar os documentos recém-revelados por José Higino no que dizia respeito à guerra holandesa. Apesar de algumas críticas, marcadamente no que dizia respeito à ausência do elemento geográfico tão caro à Capistrano, o elogio do historiador cearense funcionava como um forte registro do potencial do estreante.

Depois de ter publicado uma série de obras que alcançaram reconhecimento havia uma expectativa de que Lima escrevesse um livro de grande fôlego, uma obra muito marcante. Todo o círculo intelectual do Rio de Janeiro sabia da preparação de *Dom João VI no Brasil*, cujo processo de elaboração o autor reportava em cartas constantes para Joaquim Nabuco,

⁸⁸ LIMA, Oliveira. *Memórias. Estas minhas reminiscências. Rio de Janeiro:*

José Veríssimo, Machado de Assis, Euclides da Cunha, dentre outros. Esta sensação de expectativa foi expressa por João Ribeiro, em uma crítica ao *Elogio de Varnhagen*, discurso feito por ocasião da posse de Lima na Academia Brasileira de Letras:

A história, na Academia, só tem hoje dois cultores: Rio Branco, que, aliás, estaria dispensado de escrever, porque mais do que a escreveu, fê-la viva, aumentando o nosso Império para além das fronteiras, com aquela energia, saber e aquela capacidade de trabalho que nele é única; Joaquim Nabuco, que é o mais eloquente brasileiro (...); a estes agora vem juntar-se Oliveira Lima, com seus dotes próprios de investigador consciencioso e diligente, sem grandes méritos literários e artísticos, é verdade, mas com grande solidez, fundamento e segurança de crítica⁸⁹.

João Ribeiro registrava também uma crítica que muitos outros repetiriam: Lima tinha um estilo de escrita prolixo e repetitivo. Mas, arremataria com o sentimento de que o autor estava próximo de escrever uma obra de grande importância:

[há] inegável progresso de forma e de expressão, quando se cotejam as suas primeiras produções e as últimas. São aquelas quase destituídas de graça, falhas que as fariam de leitura difícil, se não fossem tais defeitos amplamente resgatados pelo empenho e importância dos assuntos. Estou convencido, pois, de que em Oliveira Lima, as qualidades de escritor cada vez mais se esmeram e se apuram e esse progresso é essencial porque a história ainda hoje tão incerta como no tempo de Tucídides, não se pode desobrigar da eloquência e da poesia que a devem animar. *E não tardará, talvez, que o novo acadêmico se nos apresente com o seu livro definitivo a desafiar os louvores e a admiração dos que, como eu, acreditam na sua vocação de historiador* [Grifo Nosso]

Em carta para Oliveira Lima, Euclides da Cunha, muito próximo do autor pernambucano, demonstra a expectativa que a feitura do livro causava nos círculos letrados do Rio de Janeiro:

⁸⁹ SOBRINHO, Barbosa Lima. op. cit. p.49

A velha metrópole [Rio de Janeiro] evoca-me d. João VI; e daí, naturalmente, algumas perguntas: vai muito adiantado o trabalho? Não poderemos ler aqui, no Jornal ou no Estado algum excerto antes da leitura definitiva no Instituto?

Creio que todos os seus amigos o aguardam com a mais simpática e ardente expectativa⁹⁰.

A publicação de *Dom João VI* foi elemento decisivo da consagração de Oliveira Lima. O livro receberia crítica positiva praticamente unânime, constituindo uma exceção relevante a opinião de Capistrano de Abreu, que considerou o livro prolixo e pouco atencioso à abertura dos portos. Entretanto, a crítica de Capistrano foi feita em cartas a amigos, não atingindo nem o público leitor da obra, nem mesmo o próprio Lima. Já João Ribeiro publicou uma crítica consagradora:

[trata-se] do livro mais completo e mais bem feito que temos desse período essencial, e das origens da nossa independência política, obra de arte e de ciência [composta de quadros em que o autor] alia a erudição e a ciência às qualidades do escritor⁹¹.

Euclides da Cunha leu *Dom João VI no Brasil* logo depois de ter prestado o famoso concurso para a cadeira de lógica do Colégio Pedro II. Seu juízo também foi bastante favorável, o que importava muito para Oliveira Lima, que o tinha muito alta conta. Em carta para o autor pernambucano Euclides da Cunha afirma:

O meu fim principal é dizer-lhe que terminei ontem a uma e meia da madrugada o primeiro volume do d. João VI; e não resisto, absolutamente, à ansiedade de mandar-lhe o meu primeiro aplauso. O primeiro capítulo desagradou-me; todos os outros, porém, cativaram-me, surpreenderam-me e alguns, sobretudo aqueles onde revivem apagados aspectos do velho Rio de Janeiro, revelaram-me inesperados tons de estilo descritivo com que eu de todo em todo não contava. Deve compreender que dou, nestes dizeres, uma impressão incompleta – capaz de ser retificada mais tarde. Mesmo o primeiro capítulo, que a massa dos assuntos torna pouco atraente, talvez se mostre sob uma outra forma com a segunda leitura.

⁹⁰ CUNHA, Euclides. Carta a Oliveira Lima. Rio, 15 de fevereiro de 1907. In. GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo. *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: Edusp, 1997.

⁹¹ RIBEIRO, João. In. SOBRINHO, Barbosa Lima. op. cit. p. 55.

Penso, por ora, o seguinte: se todo o livro progredir no crescendo do primeiro volume, será inegavelmente, um grande livro. Infelizmente o Felix Pacheco, julgando-me tolhido pelo célebre concurso, encomendou a José Veríssimo juízo crítico que aparecerá no Jornal. Digo infelizmente para mim; porque o Sr realmente tem tudo a lucrar com a substituição. E como o jornal (entre as suas inúmeras idiossincrasias) tem a de não inserir dois artigos sobre o mesmo livro (nunca entendi os motivos de tal resolução!) – direi o meu juízo pelo Estado de São Paulo⁹².

Esta posição adquirida por Oliveira Lima entre a elite letrada brasileira – que começara a ser granjeada com suas primeiras publicações na *Revista Brasileira*, e que de certa forma era coroada com o que se considerava uma obra de maturidade – ia sendo reforçada pelo reconhecimento que o autor ganhava internacionalmente. Este processo de consagração internacional, quando da publicação de *Dom João VI* apenas se iniciava, mas seus primeiros movimentos já se faziam sentir, especialmente em Portugal⁹³. Mais tarde, o prestígio internacional se ampliaria e, como dissemos antes, concorreria para que o historiador ocupasse um lugar de destaque crescente entre a intelectualidade brasileira, sempre sequiosa das opiniões vindas da Europa.

Identificado como um dos expoentes intelectuais da Academia Brasileira de Letras e do complexo que a cercava, Oliveira Lima também passava a ser alvo daqueles que, ambicionando um lugar entre os consagrados, não o conseguiam. Um exemplo desta reação é a raiva que lhe devotava o brilhante Emílio de Menezes, que havia sido preterido para uma vaga na academia, com a ajuda do voto de Lima, pelo poeta Vicente de Carvalho. Os ataques ao diplomata pernambucano estavam sempre relacionados à sua obesidade e a sua vaidade intelectual, ambas absolutamente indiscutíveis. Não resistimos a reproduzir um poema de Menezes tão cruel quanto divertido dedicado a Oliveira Lima:

De carne mole e pele bambalhona
Ante a própria figura se extasia

⁹² CUNHA, Euclides. Carta a Oliveira Lima. Rio, 15 de fevereiro de 1907. In. GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo. *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: Edusp, 1997. p. 416.

⁹³ Já em 1890, quando o autor contava apenas 23 anos, o *Jornal do Recife*, falando de seu correspondente, afirmava: “Não foi, porém, o *Jornal do Recife* que somente recolheu os escritos do ilustre pernambucano. Vivendo nos melhores círculos literários e jornalísticos de Lisboa, o Dr. Oliveira Lima tem sido um dos redatores da *Revista de Portugal*, dirigida por Eça de Queiroz, do *Repórter*, redigida por Oliveira Martins e da *Gazeta de Portugal*, sendo festejado por escritores e estimado pela melhor sociedade de Lisboa (...). *Jornal do Recife*, edição de 9 de outubro de 1890.

Como Oliveira – ele não dá azeitona
Sendo Lima – parece melancia

Atravancando a porta que ambiciona
Não deixa entrar, nem entra. É uma mania!
Dão-lhe por isso alcunha brincalhona
De para-vento da diplomacia.

Não existe exemplar na atualidade.
De corpo tal e de ambição tamanha,
Nem para a intriga igual habilidade.

Eis em resumo, esta figura estranha
Tem mil léguas quadradas de vaidade
Por milímetro cúbico de banha⁹⁴.

O fato é que os ataques só confirmavam a posição de prestígio e de centralidade que Lima ia adquirindo, cada vez mais ungido pelo patrocínio da intelectualidade ligada ao Complexo Garnier. Ele utilizaria todo este capital em duas batalhas, das quais passaremos a tratar. A primeira por reagir à avalanche revisionista da história brasileira que havia sido aberta a partir da proclamação da República; a segunda contra a vinculação do Brasil aos Estados Unidos e a conseqüente separação do país em relação à Europa, marcadamente Portugal. O fio que liga as duas lutas é a construção por parte de Lima de uma narrativa própria da história nacional, bastante minoritária em seu tempo, contrariando tanto os áulicos do novo regime, quanto os críticos jacobinos da República. Veremos isso melhor adiante.

2. A reinvenção da história nacional.

2.1 Deserto do esquecimento

Nossa história está atravessando uma crise, que se pode resolver, quem sabe por mutilação definitiva. Uma escola religiosa, (...) mais política em todo caso do que

⁹⁴ MENEZES, Emílio. NETO, A. L. Machado. *Estrutura Social da República das Letras. Sociologia da Vida Intelectual Brasileira – (1870-1930)*. São Paulo: Edusp, 1973.

religiosa, pretende reduzir a história nacional a três nomes: Tiradentes, José Bonifácio e Benjamin Constant (...). A ideia é que entre Tiradentes e José Bonifácio de um lado e Benjamin Constant de outro, isto é, entre a Independência e a República, estende-se um longo deserto de quase setenta anos a que passo a dar o nome de *deserto do esquecimento* [grifo nosso]⁹⁵

(Joaquim Nabuco, 1896)

A GLÓRIA do fundador de nossa Pátria [Dom Pedro I] não a poderão arrancar as investidas dos demolidores de nosso passado⁹⁶.

(Afonso Arinos, 1897)

A República trouxe consigo um processo complexo de reinvenção de tradições. Parte do trabalho de enterrar definitivamente a monarquia, que havia sido derrubada em um movimento realizado a ferro frio e que não contara com participação popular, estava no duplo movimento de legitimar o novo regime e deslegitimar o antigo.

Conforme demonstrou José Murilo de Carvalho⁹⁷, esta ação passava por reinventar símbolos, criar novos ícones, ressignificar episódios e creditar heroísmo a figuras relativamente esquecidas.

Isto não foi realizado necessariamente por intelectuais que estivessem mobilizados por um fito legitimador e oportunista, por mais que estes existissem. Na verdade, o espírito do século, as novas teorias, a sensação cientificista de que tudo poderia ser explicado pela frieza de um método corretamente aplicado, fazia com que reescrever a história nacional fosse um anseio da elite intelectual do período. Aqui, portanto, a razão de Estado casava-se harmonicamente com um sentimento sincero de rever o passado.

Agiam neste mesmo sentido as referências francesas que a todos eram importantes. A revolução francesa buscou esta mesma reinvenção da história e dos símbolos e, especialmente em seu período mais radical, tentou fazer uma completa tábula rasa do passado, dando a entender que a revolução marcava um começo para a França e para o mundo. Conforme afirma Robert Levine, quando a notícia da proclamação da República

⁹⁵ NABUCO, Joaquim. *Discurso de Posse na Seção de 25 de outubro de 1896 do IHGB*. In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, p. 79.

⁹⁶ ARINOS, Afonso. *Afonso Arinos: Obra Completa*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.

⁹⁷ Cf. CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

chegou ao Recife, uma pequena multidão se reuniu espontaneamente em frente ao consulado francês daquela cidade e cantou a Marselhesa⁹⁸.

As citações de Joaquim Nabuco e de Afonso Arinos, que servem de epígrafe para este trecho do nosso trabalho demonstram a reação dos dois intelectuais a esta reinvenção. O tom, como se pode perceber com clareza, é defensivo. Os dois letrados, monarquistas que eram, sentem o caráter político desta reinvenção, percebem a iconoclastia em relação ao passado bragançino, e reagem ao que identificam como uma ação que enfraquece ainda mais o posicionamento político de ambos.

A defensiva de Nabuco e Arinos tinha toda a razão de ser. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, principal instituição intelectual do Império, viveu depois de 1889 um período de grandes dificuldades, identificado que era com o regime monárquico. A crise do IHGB chegou ao auge quando Aristides Lobo, ministro do governo provisório de Deodoro, chegou a redigir o texto que encaminhava o fechamento da instituição, no que foi impedido por Tristão de Alarcao⁹⁹. Na verdade, o desprestígio do instituto era o de uma visão da história nacional, que tinha na linha de continuidade com a tradição bragançina, no culto aos vultos do Império e na ideia de que o processo constitutivo da nacionalidade era obra do Estado, os seus vértices. Não é à toa que Nabuco – que vivia no período um ostracismo que lhe permitiu escrever *Um Estadista do Império*¹⁰⁰ –, tenha escolhido o público do IHGB para se posicionar contra a criação do “deserto do esquecimento”.

Esta ofensiva contra a história tradicional tinha alguns vanguardistas. Raul Pompéia, em carta escrita a Rodrigo Octávio¹⁰¹ quando este lhe encaminhava para leitura a obra *Festas Nacionais*, ataca com todo o talento de sua verve incendiária, em tom wagneriano, a forma de fazer história consagrada pelo instituto:

No meio desta imensidade vácuca de mistificações ou dissimulações que é o

⁹⁸ Sobre a ação de “zerar o passado” por parte dos revolucionários franceses cf. HUNT, LYNN. *Política, Cultura e Classe na Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007; AGULHON, Maurice. *O Aprendizado da República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. Sobre a marselhesa em Pernambuco. LEVINE, Robert M. A Velha Usina. *Pernambuco na Federação Brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 1980. p. 123.

⁹⁹ Cf. GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Editora do Museu da República, 2006.

¹⁰⁰ Cf. ¹⁰⁰ Cf. ALONSO, Ângela. *A Década Monarquista de Joaquim Nabuco*. Op. cit.

¹⁰¹ O livro de Rodrigo Octávio é considerado por Wilson Martins como a primeira obra que busca fazer esta reinvenção republicana da história nacional. Cf. MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. V.4, EDUSP, 1978. pp. 411-42.

ambiente normal da nossa crítica de história e costumes sociais, onde a agitação logomachica dos gritadores acha modo de dizer menos, mil vezes menos do que o silêncio para o esclarecimento da consciência pública oprimida, onde o advento da verdade é tão comumente e tão lastimavelmente tolhido pela mercancia produtiva do civismo, pela prostituição bem paga dos generosos impulsos da alma patriótica, no meio deste áspero deserto de corrupção e de hipocrisia (...) [suas] palavras de audácia, de espontaneidade sadia e íntegra quais no seu epítome de narrativa e comentários se destacam, são como uma aparição consoladora de oásis.

O coração repousa um pouco aí, do infundável prazo de asfixia que faz o regime obrigado do amor da pátria no Brasil¹⁰².

Este “amor obrigado da pátria” levaria os autores da história do Brasil a uma postura idealista, que não buscava a realidade em sua crueza, mas a mistificava, acabando mais por cegar do que por esclarecer. Segue Raul Pompéia:

Com a serena singeleza honesta do seu caráter, você vai semeando descuidosamente proposições vingadoras... Os nossos mais graves pensadores de sociologia emudecem confundidos e hesitantes em frente aos problemas. É o fato que todas as nossas discussões de crítica social, todas, sem exceção de uma só, desde que há o raro ânimo de indagar um pouco, vão invariavelmente esbarrar a uma interrogação; quando não retrocedem entre sarcásticas e acovardadas pela curva de uma reticência. O mistério perene é a nossa economia política.

A esfinge impenetrável e parva é o símbolo desanimador da nossa psicologia de povo...O seu despretenhoso livro das festas, sem cuidar dos riscos com que se deixam aterrorizar os nossos perpetuamente constrangidos e perpetuamente interditos analistas de história e economia política, vai direito ao âmago das dificuldades. Venham daí as consequências que vierem! Afronta o rebelde segredo: visita de perto a obscura esfinge impressionante; e para que se conheça bem, bate-lhe no bojo... É de papelão afinal de contas este animal sagrado da religião de temor que nos obseda! Destampa-se o enigma com um piparote¹⁰³!

Para Raul Pompéia, o conhecimento estaria à mão, bastando para alcançá-lo a aplicação do método científico que não deveria se amedrontar em chegar a conclusões ruins nem em ser

¹⁰² POMPÉIA, Raul. *Carta ao Autor de As Festas Nacionais*. Rio de Janeiro: Tipografia d. G. Leuzinger & Filhos, 1893, p. 6

¹⁰³ Ibidem.

travado pelo “amor obrigado da pátria”. O problema do conhecimento no Brasil seria uma opção feita de modo consciente pelo mistério. Abandonada esta opção, com “um piparote”, a realidade poderia ser desvendada, ainda que em sua crueza.

Somava-se ao desprezo pelo período imperial uma crescente rejeição às raízes ibéricas do país. Autores dos mais diversos se sucediam nas caracterizações de que a colonização portuguesa havia legado ao Brasil mais defeitos do que qualidades. Alguns, como o já citado Raul Pompéia, e outros, como Manuel Bomfim, levavam a crítica ao paroxismo.

Para Bomfim, o parasitismo que fora exercido pela metrópole portuguesa sobre a colônia tinha se transformado em uma permanência poderosa, em um entrave decisivo para a modernização do país. O parasitismo de Portugal havia se transmutado, depois da Independência, no parasitismo do Estado sobre o povo, do capital estrangeiro sobre a nação, do senhor sobre o escravo. Tudo isso era Portugal, que ainda existia na essência do Brasil. Para ele havia uma “historiografia bragantina” que construiu uma interpretação falsa da história, dando à colonização portuguesa um papel positivo. Esta deveria ser derrotada e substituída por uma visão “brasileira”. Cabia ao Brasil republicano livrar-se dos restos do bragantinismo na história e da influência lusa na sociedade e na cultura. Em suas palavras:

Em verdade, que significação pode ter, para o Brasil, a política de conservação? Nos povos experimentados, quando a sucessão dos governos corresponde aproximadamente à opinião do país, para o desenvolvimento das suas tradições essenciais, a política de conservação será uma forma de equilíbrio, porque o passado vale como lastro nas oscilações de sempre e manancial de indicações, ao longo da evolução necessária. Então, ele é, de fato, a chave do futuro. Mas, para nós, quando o passado incorpora, apenas, o bragantismo alastrado no oligarquismo reinante, a política de conservação significa soterramento na podridão crescente, que é mesmo o nosso passado. De tudo que é história, no Brasil soberano, só temos a conservar o que nunca se realizou: o sonho de liberdade e justiça para a plena expansão desta nacionalidade, em gênio americano-brasileiro.

E no inevitável duelo passado-futuro, não há que poupar, até a total eliminação de todo o mesmo passado, que só tem sido mal¹⁰⁴.

¹⁰⁴ BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*. Rio de Janeiro: Record, 1998. p. 657

Para o já citado Raul Pompéia, a manutenção dos portugueses em cargos importantes de governo, na imprensa e mesmo na composição da população das cidades era obstáculo à independência plena. Florianista radical, jacobinista de raiz, sua posição seria comum entre outros que eram parte desta mesma corrente.

Euclides da Cunha, nos textos em que tratou da história do país, marcadamente em *Da Independência à República*, apresentava o passado brasileiro como uma sucessão de erros, oriundos da ignorância e da perfídia das elites coloniais e, especialmente, imperiais. A má herança portuguesa também é retratada como obstáculo a ser transposto.

João Ribeiro, historiador importante no período, via o passado ibérico como responsável por uma vagarosidade estrutural da história nacional. O feudalismo e a exploração portuguesa haviam criado uma temporalidade lenta, que precisava ser rompida. Pensando a luta entre as raças como motor das transformações, acreditava que o elemento progressista era a raça miscigenada, que surgia em luta contra o elemento português, representante do passado que precisava ser derrotado.

No tema da alfabetização, dos mais importantes da pauta teórico-política de que estamos tratando, o passado brasileiro também era visto com maus olhos. José Veríssimo, um dos que mais se ocupou da questão, creditava à herança ibérica a ausência do hábito de leitura entre nós. Para ele, o único livro cuja circulação podia ser constatada durante a colônia eram *Os Lusíadas*. Em uma comparação cheia de significado, afirmava a enorme importância que havia tido a reforma protestante para a difusão do livro na Europa enquanto aqui, os jesuítas, apesar de difundirem a necessidade da leitura, o fizeram de modo ineficiente, já que “sua instrução não fazia senão ocupar a memória”¹⁰⁵.

Silvio Romero não era menos crítico à herança ibérica. Apesar de valorizar traços da cultura portuguesa, como certa bonomia, fruto de um espírito comunitarista e avesso à violência, via a colonização como um dos entraves que o país precisava superar para concluir sua entrada na modernidade. Os latinos em geral, e os ibéricos em particular, eram inferiores aos europeus do norte, mais aptos ao progresso¹⁰⁶.

¹⁰⁵ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Op. cit.

¹⁰⁶ Anos mais tarde, especialmente quando começou a divisar a possibilidade do colonialismo alemão ameaçar a unidade do país, Silvio Romero adquiriria uma outra postura em relação à herança ibérica, defendendo que houvesse uma ação consciente do governo e dos intelectuais no sentido de valorizar as raízes lusas do Brasil. Cf. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Redemoinhos de Atlântida (1915-1920)* Hist. R., Goiânia, v. 16, p. 133-149, jan/jun 2011. SCHNEIDER, Alberto Luiz. Silvio Romero, *Hermeneuta do Brasil*. São Paulo: Anablume Editora, 2005.

Menos pela assertividade das colocações sobre o assunto, e mais por sua influência e primazia entre os historiadores do período, nos parece fundamental a visão de Capistrano de Abreu. Ainda que o historiador cearense apresentasse o balanço de modo mais sofisticado, sem grandes generalizações, que de resto não eram de seu perfil, tinha uma visão absolutamente negativa do passado do país. A citação é longa e já relativamente gasta, mas vale a pena reproduzi-la:

Vida social não existia, porque não havia sociedade; questões públicas tão pouco interessavam e mesmo não se conheciam: quando muito sabem se há paz ou guerra, assegura Lindley. É mesmo duvidoso se sentiam, não uma consciência nacional, mas ao menos capitania, embora usassem tratar-se de patricio e paisano. Um ou outro leitor de livro estrangeiro podia falar na possibilidade da independência futura, principalmente depois de fundada a república dos Estados Unidos da América do Norte e divulgada a fraqueza lastimável de Portugal.

Não se inquiria, porém, o meio de conseguir tal independência vagamente conhecida, tão avessa a índole do povo a questões práticas e concretas. Preferiam divagar sobre o que se faria depois de conquistá-la por um modo qualquer, por uma série de sucessos imprevistos, como afinal sucedeu. Sempre a mesma mandriice intelectual de Bequimão e dos Mascates!

Cinco grupos etnográficos, ligados pela comunidade ativa da língua e passiva da religião, moldados pelas condições ambientes de cinco regiões diversas, tendo pelas riquezas naturais da terra um entusiasmo estrepitoso, sentindo pelo português aversão ou desprezo, não se prezando, porém, uns aos outros de modo particular — eis em suma ao que se reduziu a obra de três séculos¹⁰⁷.

Oliveira Lima construiu uma interpretação da história nacional que recuperou o papel da herança ibérica, mas em uma chave metodológica que não era a mesma dos historiadores tradicionais do IHGB, como Varnhagen, por exemplo. Partindo de um acesso à documentação impar, possibilitado pela sua vida europeia; com os conhecimentos adquiridos em um curso universitário que tinha no fazer histórico o seu foco e que contava com professores de grande qualificação; tendo metabolizado ao seu modo as novas correntes historiográficas científicas e pós-científicas; buscando construir um tipo de narrativa que incorporava uma miríade complexa de aspectos sociais, culturais, ainda que sob a

¹⁰⁷ ABREU, Capistrano. *Capítulos de História Colonial*. São Paulo: Itatiaia, 1988. p. 292.

presidência da narrativa política; e aderindo a um novo paradigma de conhecimento que via o fazer histórico como complexo e não positivo, Oliveira Lima desafiava o revisionismo republicano a partir de um patamar bastante mais alto do que o que ofereciam os velhos historiadores do instituto¹⁰⁸.

É preciso dizer que a obra do escritor pernambucano tem uma trajetória complexa, com uma primeira fase em que suas conclusões não diferiam muito da dos historiadores republicanos que viam a colonização anglo-saxã como superior. Isto está especialmente colocado no livro *Nos Estados Unidos*, uma de suas obras mais difundidas, escrita em 1898 e publicada no ano seguinte. No próximo capítulo trataremos das obras de Lima detidamente e isso ficará mais claro. Basta, por ora, afirmarmos que, especialmente depois de sua volta do Japão em 1903, Lima mudaria de visão e passaria a valorizar a colonização portuguesa e o período imperial, marcadamente o reinado de Dom Pedro II.

É difícil compreender quais foram os móveis desta mudança de pontos de vista. O que nos parece é que três fatores podem ter influído para tanto: uma lenta mudança de paradigma metodológico, que ia se dando no período com o enfraquecimento da ênfase em teorias de tipo determinista; o contato com a obra de autores como Franz Boas (sabemos que ao menos em 1908 Oliveira Lima já havia tido contato com ela¹⁰⁹); e um mergulho mais profundo e definitivo no estudo da história nacional, provocado pelas decepções do escritor pernambucano com a carreira diplomática (falaremos melhor disto mais adiante).

Já munido de um instrumental metodológico mais livre de determinismos, admirado com a obra portuguesa no oriente, é provável que a própria pesquisa para a feitura de *Dom João VI no Brasil* o tenha aproximado de uma visão mais pró-ibérica. Dito de outro modo, a ausência de um método rígido e apriorístico pode ter contribuído para que o autor tenha mudado sua visão durante os estudos para a realização de sua obra mais importante.

¹⁰⁸ Esta mudança pode ser verificada de modo claro no discurso de Oliveira Lima quando tomou posse na Academia Brasileira de Letras. Fazia o elogio de Francisco Adolfo de Varnhagen, escolhido como patrono de sua cadeira. Citando o Duque de Broglie, dizia que ao historiador era necessário: “Combinar sagacidade da verificação com o talento da exposição, aliar circunspeção do pesquisador à habilidade do narrador, o que , demandando, em rigor, aplicar-se à evolução de um povo ou de uma nacionalidade, tempo mais que o de uma vida e inteligência mais do que a humana, convida à elaboração das monografias e, como consequência, produz a dispersão da matéria histórica. Não há, com efeito, quem não esteja convencido de que o século atual será, irremediavelmente, o século dos especialistas”. LIMA, Oliveira. *Elogio a Varnhagen*. In. SOBRINHO, Barbosa Lima (org). *Oliveira Lima: Obra Seleta*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1971, p. 531

¹⁰⁹ Oliveira Lima esteve com Franz Boas e o ouviu no Congresso de Americanistas de Viena, onde foi delegado representando o Brasil. Lá o antropólogo apresentou um trabalho.

Esta narrativa da nacionalidade que Oliveira Lima construiu durante sua vida (algo que Capistrano de Abreu, sempre instado a isso, preferiu não ousar fazer¹¹⁰) está consubstanciada em três livros que formam uma visão global sobre a história brasileira: *Dom João VI no Brasil* (1908), *O Movimento da Independência* (1922) e *o Império Brasileiro* (1928). Apesar de terem sido escritos em um longo intervalo de 20 anos, mantêm uma linha de raciocínio coerente e cobrem o período da história nacional propriamente dita, inaugurada, segundo a visão de Lima, pela transferência da corte.

A interpretação de Oliveira Lima, que viria à tona com o livro *Dom João VI no Brasil*, vinha ao encontro do que haviam sustentado os chamados monarquistas da pena, marcadamente Joaquim Nabuco e Eduardo Prado. Assim, Lima não estava tão sozinho.

Entretanto, a visão de Eduardo Prado estava mais preocupada em atacar a República nascente do que em recuperar o conjunto do passado brasileiro. Sua defesa de Dom Pedro II não se confundia com uma valorização do legado ibérico. Além disso, após a sua morte, os monarquistas mais ativos eram muito poucos para sustentar um discurso contra-hegemônico. Em uma de suas crônicas Olavo Bilac afirma: “temos aqui, no máximo, vinte monarquistas sinceros, seguros, declarados, intransigentes irredutíveis. À frente destes estão os Srs. Visconde de Ouro Preto, Conselheiro João Alfredo, Conde Afonso Celso e Carlos de Laet¹¹¹”.

No caso de Joaquim Nabuco, a influência seria mais importante¹¹². Em *Minha Formação* e em *Um Estadista do Império*, o autor apresenta uma visão que se assemelha à que Oliveira Lima sustentaria. Em ambas as obras, Joaquim Nabuco afirma que havia uma tradição que conformava a evolução da história brasileira, marcada pela ausência de conflitos, pelas transições pacíficas, em suma, por um tipo de trajetória livre de rupturas, retomando, em patamar superior, a visão sustentada pelos historiadores ligados ao IHGB. Entretanto, em um tempo relativamente curto, Nabuco abandonaria o seu período de ostracismo que lhe servia para a confecção destas obras e aderiria ao regime. Este movimento, feito por um monarquista convicto até a véspera, cobrou-lhe certo silêncio sobre o passado. Se Oliveira

¹¹⁰ cf. AMED, Fernando. *As Cartas de Capistrano de Abreu*. São Paulo: Alameda, 2006.

¹¹¹ BILAC, Olavo. In. DIMAS, Antonio. *Bilac, o Jornalista*. Crônicas – Vol. 1. Op.cit. p. 103.

¹¹² Sobre a visão de história de Joaquim Nabuco expressa em *Minha Formação* e *Um estadista do Império* cf. GOMES, Ângela de Castro. *Rascunho de história imediata: de monarquistas e republicanos em um triângulo de cartas*. Remate de Males, Revista do Departamento de Teoria Literária da Unicamp, n 24, Campinas, 2004; CARVALHO, Maria Alice Rezende. *O Quinto Século. André Rebouças e a Construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan. IUPERJ- UCAM, 1998.

Lima saiu da diplomacia para entrar na História¹¹³, Nabuco saiu da História para entrar na diplomacia.

Em um esforço contrafactual de imaginação, é possível pensar, entretanto, que se Joaquim Nabuco não tivesse abjurado de suas posições de crítico severo do novo poder republicano o autor continuaria a construção de sua obra de historiador. Se isso tivesse ocorrido, mantida a linha do que foi escrito no seu período de ocaso momentâneo, é possível que o autor de *O Abolicionismo* tivesse chegado a uma obra muito parecida com a de Oliveira Lima.

O fundamental é que notemos que a obra de Joaquim Nabuco influenciou profundamente o pensamento e as interpretações do autor de *Dom João VI no Brasil*. Marcas da influência do líder abolicionista são muito claras nos melhores livros de Lima, principalmente em *O Movimento da Independência* e em *O Império Brasileiro*. Nesta última obra, conforme veremos, Nabuco é o grande interlocutor, ora aberto, ora oculto. Segundo Fernando da Cruz Gouvêa¹¹⁴, malgrado toda a disputa violenta que os envolveu, Oliveira Lima morreu com um busto do conterrâneo sobre a sua mesa de trabalho.

Em um primeiro momento, ao contrário do que ocorrera, por exemplo, a Eduardo Prado, que precisou se exilar, a visão positiva de Oliveira Lima sobre o passado brasileiro não foi vista como uma simpatia política pela monarquia. Isso só aconteceria muitos anos depois, a partir de motivações outras. Lima partia de uma posição de certa legitimidade diante do poder republicano, não só pela consagração que obtera ainda jovem, mas fundamentalmente pelos serviços que prestara à República nascente.

Quando da intensa propaganda feita por Eduardo Prado na Europa contra o regime republicano, Oliveira Lima foi um de seus principais contendores, escrevendo uma série de artigos publicados na *Nouvelle Revue*, em Paris, intitulados *Sept Ans de Republique au Brésil*. Esta posição deu a Lima condições de construir sua interpretação positiva do legado português sem ser acusado de fazer qualquer tipo de proselitismo monarquista (o que mais tarde mudaria, conforme veremos).

Outro elemento que dava condições para Lima fazer esta defesa era certa mudança de paradigma que se verificava no período. A Constituição de 1891 havia produzido um grande rearranjo institucional, com a transferência de uma série de atribuições aos estados. Este processo provocou um período de mudanças no poder, com fortes disputas territoriais,

¹¹³ Usamos aqui a maiúscula porque falamos da História como disciplina.

¹¹⁴ Informação oral dada ao autor da dissertação por Fernando da Cruz Gouvêa. Imaginamos que ela tenha sido auferida por ele nas várias entrevistas que realizou com os parentes de Lima.

simbólicas, políticas, dos estados entre si e destes com governo central. A resolução dessas demandas pedia forte concurso dos intelectuais, mobilizados tanto pelos interesses dos estados, quanto do governo central. O tipo de produção intelectual demandada por este processo de rearranjo – mais especializada, monográfica, parcial parece ter levado a intelectualidade do período a uma compreensão cada vez mais clara do sentido limitado do conhecimento, especialmente quando ele era voltado para as ciências não naturais. Mesmo sem ter o poder de dissipar o forte oxigênio mental cientificista e ainda que se apoiando nele, este processo de rearranjo forçou uma diminuição do prestígio das grandes interpretações generalizadoras e calcadas nos determinismos de raça e de meio¹¹⁵. Tudo isso, nos parece, era mais um elemento que contribuía para a criação de um ambiente de maior tolerância para o debate intelectual, com o qual não puderam contar letrados monarquistas como, por exemplo, Eduardo Prado.

Oliveira Lima foi um dos intelectuais que mais absorveu este ajuste no paradigma que vinha do século XIX. Em especial após sua volta do Japão vê-se em seus escritos uma postura de maior humildade diante do conhecimento e de grande tolerância para o debate intelectual. Além disso inicia-se aí o longo processo de enfraquecimento da visão racista do autor que é bastante marcada em escritos anteriores, especialmente em *Nos Estados Unidos*, *Impressões Políticas e Sociais*.

Para levar a cabo a luta por sua visão sobre a história nacional, o autor pernambucano não se furtou a mobilizar o Instituto Histórico e Geográfico, onde suas opiniões sempre tinham obtido audiência e guarida. Em um discurso feito no IHGB em 1913, nomeado sugestivamente de *O Atual Papel do Instituto Histórico*, o autor chamou os historiadores da casa às armas:

Não vos faço, meus caros consócios, a injúria de pensar que podeis sequer recear que o carinho pelo passado que se traduz pelo amor da verdade na sua evocação, e portanto da exatidão na sua documentação, possa ser suspeito de tendências reacionárias. O tradicionalismo é uma manifestação de progresso e não de atraso: os povos só se cultivam quando atingem um grau elevado de adiantamento. Somente espíritos estreitos e obcecados de jacobinos eivados de paixão e fustigados pelo interesse – porque nestes subsiste muito mais o espírito de Barère do que o de Saint-Just – poderão pretender o contrário e querer romper a

¹¹⁵ Cf. IUMATTI, Paulo Teixeira. *Conhecimento, Política e Instituições no Brasil (1889-1934)*. Em preparação.

continuidade de nossa história, continuidade que faz a sua substância e a sua beleza.

Desde o descobrimento até hoje, o caminho percorrido tem sido árduo e tenso, mas a marcha há sido incontestavelmente gloriosa¹¹⁶

Lima continua o discurso ecoando os argumentos de Nabuco, dezessete anos depois de seu conterrâneo e depois inimigo ter falado do “deserto do esquecimento”:

Para amar o Brasil como ele deve ser amado, não se pode denegrir um período para enaltecer outro, não se devem exaltar os próceres da independência à custa dos portugueses que a tornaram possível, ou os propagandistas da República à custa dos homens de Estado do Império, que nos deram o gosto da paz, da ordem associada à liberdade e das cousas da inteligência¹¹⁷.

Relativizando a ideia de nação incompleta, que era o mote principal do pessimismo republicano sobre o passado, Oliveira Lima apresentava um quadro no qual a tarefa de constituição da nacionalidade já estava, de certo modo, concluída quando da queda de Dom Pedro II. Partindo de argumentos semelhantes aos que seriam sustentados mais tarde por autores como Gilberto Freyre, diz Lima:

Tudo quanto for de natureza a reforçar entre nós o sentimento nacional, o sentimento brasileiro, deve ser cuidadosamente cultivado, e todos lucram em verificar que a nossa história, por mais local que pareça, é toda ela a mesma, obedecendo aos mesmos intuitos e à mesma direção; que nos são comuns seus espíritos e seus processo; que a língua, a religião, a tradição e a velha alma portuguesa nos fizeram iguais, e tão iguais, que apesar das variantes na dosagem maior ou menor dos elementos exóticos, o brasileiro é o mesmo do extremo Norte ao extremo Sul, havendo talvez menos diferença entre um paraense e um paulista, um mineiro e um pernambucano, do que entre um provençal e um normando, um catalão e um andaluz¹¹⁸.

¹¹⁶ LIMA, Oliveira. *O Atual Papel do Instituto Histórico* In. SOBRINHO, Barbosa Lima Op. cit, p.

¹¹⁷ Ibidem

¹¹⁸ Ibidem

Vê-se no trecho acima que para Oliveira Lima a construção da nação havia sido em grande parte concluída, ao menos no que dizia respeito à unidade territorial e a constituição de um povo relativamente uno. Tínhamos uma alma, uma língua, tradições, religiosidade em uma homogeneidade maior do que muitas das nações mais civilizadas da Europa¹¹⁹. Assim, o historiador pernambucano se diferencia até mesmo dos poucos elementos que como ele valorizavam o legado português, mas que consideravam que não tínhamos uma nação constituída, caso, por exemplo, de Alberto Torres¹²⁰.

Para preencher o deserto do esquecimento, Oliveira Lima sugeria na ocasião de seu pronunciamento a realização de um congresso nacional de história. Anos antes, o autor pernambucano já havia sido delegado do IHGB ao XVI Congresso dos Americanistas, onde apresentara um trabalho em seção coordenada com o antropólogo norte-americano Franz Boas, de quem o escritor guardou forte impressão¹²¹. Na ocasião, escreveu uma série de crônicas, onde lamentava a ausência de reuniões deste tipo no Brasil. No discurso *O Atual Papel do Instituto Histórico*, ele apresentaria concretamente a proposta de que o Brasil realizasse um congresso histórico “(...) formando-se assim uma federação intelectual e afetiva”.

A proposta de Lima foi aceita e “dias depois da citada conferência de Manuel de Oliveira Lima, Max Fleiuss e Afonso Arinos encaminharam à Mesa Diretora uma proposta formal visando à convocação do Primeiro Congresso de História Nacional¹²²”. Conforme demonstrou Lúcia Maria Paschoal Guimarães:

O recorte temporal coberto pelo Primeiro Congresso privilegiava, portanto, o período 1500-1871. É interessante notar que a fixação da última data-limite incorporava à história nacional boa parte do Segundo Reinado, tirando-o do tal deserto do esquecimento, aludido por Joaquim Nabuco¹²³.

¹¹⁹ Já em sua primeira obra, Pernambuco, seu desenvolvimento histórico, nas considerações finais, o autor aponta para uma visão de que a obra de constituição da nacionalidade estava completa. Cf. LIMA, Oliveira. Pernambuco, seu desenvolvimento histórico. Op. Cit.

¹²⁰ Na angustiosa opinião de Torres, absolutamente oposta à de Lima: “Somos um país novíssimo, sem raça própria, sem nacionalidade, sem caráter (...) Este Estado não é uma nacionalidade, este país não é uma sociedade; esta gente não é um povo (...)”. TORRES, Alberto. *A Organização Nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978 p. 94

¹²¹ Sobre a proposta de Lima de convocação do Congresso, ver a já citada GUIMARÃES, Lúcia Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu...* Op. cit.; Sobre a relação da obra de Lima com Franz Boas ver FREYRE, Gilberto. *Oliveira Lima: D. Quixote Gordo*. Recife: UFPE, 1970 e

¹²² GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Op cit., p. 81.

¹²³ Idem. p. 82

Assim, amparado por seu grande prestígio intelectual, Lima pôde oferecer ao revisionismo republicano uma resistência segura e relativamente bem sucedida. Para tanto, se apoiou no clima algo tolerante do debate intelectual da época, que ia se ampliando com a percepção crescente de que o conhecimento histórico era sempre parcial.

Entretanto, sua visão sobre o passado brasileiro não seria tão bem recebida quando evoluísse em posicionamentos nos embates diplomáticos. Assim, se na pauta teórico-política da interpretação do passado Lima conseguiu se sair relativamente ileso, apesar de se manter em minoria, no que dizia respeito à política internacional isso não se repetiria e o Quixote Gordo sairia do combate bastante avariado.

2.2 A crise do diplomata. Um lugar ao lado de Capistrano.

A preparação do livro *Dom João VI no Brasil* coincidiu com um processo agudo de crise entre o Barão do Rio Branco e Oliveira Lima. Em 1903, o ministro emitiu um decreto deslocando Oliveira Lima de seu posto no Japão para a legação do Brasil em Lima. A posição era estratégica, já que o Itamaraty buscava encaminhar a solução para as disputas territoriais que envolviam a Bolívia e o Peru. Entretanto, Lima aguardava um posto na Europa, o que considerava mais de acordo com o prestígio que amealhara até então. Além disso, era no velho continente que Lima poderia ter contato com os arquivos que possibilitariam a continuação em alto nível de sua atividade de historiador.

A reação do diplomata pernambucano ao deslocamento foi a pior possível e demonstrou um preconceito em relação aos países da América Latina, coisa que mais tarde, ao menos parcialmente, se desvaneceria. Em carta para Joaquim Nabuco, à época seu grande amigo e protetor no Itamaraty, escreveu:

Não me acusa a consciência de haver feito tanto mal que deva de justiça ser escolhido para correr todas as legações distantes e exóticas. Para o Japão vim com prazer, e no Japão estou com grande prazer. É um país encantador como natureza, um centro importante da política do mundo, um teatro de experiências interessantes. O Peru é, porém, um país morto, um meio por assim dizer nocivo à atividade intelectual. Deve pesar sobre nós com o peso do seu passado, não só

colonial como incásico. O Cabo Frio disse-me em 1895, quando fui promovido a 1º secretário para Washington, que ‘Peru só na mesa, assado, e para quem gosta’. E eu não gosto.

O desgosto com a nomeação se ampliaria com o recebimento de um telegrama do Barão, que andava profundamente agastado com a demora de Lima em realizar o trâmite da transferência. O tom de cobrança do texto¹²⁴ feriu muitíssimo a sensibilidade Lima, espírito sempre fechado às críticas e dono de uma sobrançeria exagerada. O telegrama do Barão marcaria a abertura de uma guerra que se manteve, ora em baixa, ora em alta intensidade, até o falecimento inesperado de Rio Branco, em 1912.

Quando Oliveira Lima chegou ao Rio de Janeiro para aguardar as instruções do Barão relativas a seu deslocamento para Lima, depois de se demorar bastante na Europa e de passar por Pernambuco, iniciou colaboração com o jornal *Correio da Manhã*, uma folha abertamente oposicionista. Os artigos versavam sobre a necessidade de uma reforma diplomática e, apesar da força da argumentação – que se inseria no espírito geral de modernização do Estado brasileiro, uma das pautas teórico-políticas de que tratamos – impressionaram a todos pela assertividade.

Neles Lima criticou com grande veemência a atividade dos diplomatas brasileiros, sempre mais ocupados com a vida mundana dos salões, recepções e jantares do que em atividades práticas, que redundassem em proveitos para país. Para o intelectual pernambucano, urgia uma reforma que mudasse isso, unificasse as carreiras modernizando-as e transformando os diplomatas em agentes mais concretos dos interesses nacionais, especialmente no que dizia respeito ao comércio. Nas metáforas alinhavava exemplos do que um diplomata não deveria ser. Boa parte deles bem poderia ser aplicada à figura do Barão, conforme demonstrou Paulo Roberto de Almeida¹²⁵.

¹²⁴ O telegrama do Barão que feriu tão gravemente os brios de Lima dizia: “São passados quatro meses não sei ainda quando Vossa Excelência poderá estar no posto que lhe foi assinalado ou se poderá chegar a tempo de intervir nas graves questões pendentes cuja negociação vai brevemente começar com a chegada dos enviados do Peru e Bolívia. Rogo-lhe portanto que me declare pelo telégrafo se o seu estado de saúde ou outras razões não lhe permitem acudir ao apelo do Governo, para que este possa providenciar com urgência expedindo já daqui outro Ministro e devo prevenir a Vossa Excelência que a não ser essa não terá o Governo tão cedo outra Legação em que possa utilizar seus serviços”

¹²⁵ Cf. ALMEIDA, Paulo Roberto. *O Barão do Rio Branco e Oliveira Lima: Vidas Paralelas, Itinerários divergentes*. In: ALMINO, João; CARDIM, Carlos Henrique. *Rio Branco, a modernização e a América do Sul*. Rio de Janeiro: EMC.

A ação de Lima era bastante radical, já que ele, um subordinado, defendia em tintas muito fortes uma reforma geral baseada em um diagnóstico bastante ruim da situação da diplomacia brasileira. Apesar da proverbial paciência do Barão, que, como diz o ditado, sabia guardar os seus rancores na geladeira, tratava-se de uma espécie de declaração de guerra.

Como punição pela demora de Oliveira Lima em aceitar a ida para o Peru, coisa que devia parecer a Rio Branco um ato de enorme arrogância e pretensão, dada a importância da tarefa, o Barão foi deixando o historiador pernambucano de molho no Rio de Janeiro, sem nova legação e sem função que lhe ocupasse o tempo. Mesmo quando foi deslocado para a Venezuela Lima ficou um longo período sem receber instruções, o que não impediu o seu espírito irrequieto e provocador de firmar acordos de fronteiras não autorizados pelo Barão.

Enquanto sua polêmica com o Rio Branco ia consumindo suas possibilidades de ascensão na carreira diplomática, Lima ia sendo cada vez mais ganho para a ideia de concentrar sua atividade nos estudos históricos. Como quem fortalece os laços de um amor para se esquecer de outro, o intelectual pernambucano passa a se debruçar absolutamente na produção de *Dom João VI no Brasil*, livro que o autor pretendia que fosse a sua obra-prima. É interessante a observação feita por Evaldo Cabral de Mello sobre a influência da crise na carreira diplomática sobre a elaboração do livro:

Não fosse a perseguição que lhe moveu o Barão do Rio Branco, todo poderoso ministro das Relações Exteriores da época, relegando-o aos corredores da Secretaria de Estado, e Oliveira Lima não teria disposto dos vagares para trabalhar no Arquivo Nacional, na Biblioteca Nacional e no próprio arquivo do Itamaraty e da legação dos Estados Unidos no Rio. Sem saber, o barão prestava uma grande contribuição à historiografia brasileira¹²⁶.

Assim, a estada ociosa no Rio de Janeiro, que parecia ao Barão do Rio Branco uma punição se transformara em uma bela oportunidade para que Oliveira Lima fizesse o que mais gostava: se enfiar em arquivos para escarafunchar documentos úteis ao seu *Dom João VI*. Apesar disso, tanto o escritor pernambucano como o ministro sabiam que tanto tempo sem uma missão ia desgastando o protagonismo de Lima como diplomata e consumindo as suas

¹²⁶ MELLO, Evaldo Cabral de, Folha de São Paulo, 13 de Setembro de 1996.

possibilidades no Itamaraty. Lima, em sua correspondência, demonstrava não se importar com isso e torcia para que o Barão o esquecesse na paz dos arquivos.

O já citado *Elogio a Varnhagen*, discurso pronunciado por Oliveira Lima quando de sua posse na Academia, nos parece um manifesto público da opção pela história em detrimento à diplomacia. Nele, o diplomata pernambucano compara sua trajetória com a de Varnhagen, também historiador e diplomata, e apresenta a superioridade da primeira atividade em relação à segunda. A posse e o discurso de Lima deram-se em 17 de julho 1903, se estivermos certos, mais ou menos no momento desta inflexão em sua trajetória. Dizia Oliveira Lima:

Não é maldizer da diplomacia lembrar que, mercê da maravilhosa facilidade de comunicações, do devassamento da vida política pelos jornais, da virtual cessação de todo o sigilo de Estado, da colocação dos cargos públicos ao alcance de todos os cidadãos, não mais permanecendo privilégio de uma casta, de outras circunstâncias ainda, ela deixou de ser uma arte para tornar-se uma profissão. Os diplomatas dependem agora tão de perto e descansam tanto sobre o chefe de sua corporação, gozam assim de tão pouca iniciativa e autonomia, que já foram irreverentemente tratados de meros tocadores de certo instrumento antimusical, que Rossini tinha em horror, e que a gravidade acadêmica me dissuade de mencionar. Pelo contrário, o historiador moderno carece de ser, além de um erudito, um artista; de descobrir, ele próprio, as fontes, analisar-lhes o valor, saber aproveitar o manancial que delas brota, quando ainda livre de impurezas, e arrecadá-lo em vaso do mais puro cristal por ele mesmo facetado¹²⁷.

Ao decidir concentrar-se na atividade de historiador, Oliveira Lima nos parece ter escolhido ocupar um lugar de muito destaque entre os historiadores brasileiros. Esta posição ambicionada, nos parece, foi a de reinar ao lado de Capistrano de Abreu, que era reconhecido por todos como a principal autoridade no assunto naquele momento.

O historiador cearense foi reconhecido em vida como o inaugurador da história realizada com “métodos modernos” no Brasil. É bastante curioso pensar sobre a origem desta visão, especialmente se notarmos que Capistrano de Abreu não escreveu, à exceção de Capítulos de História Colonial, nenhuma obra de maior fôlego sobre a história nacional, tendo se

¹²⁷ LIMA, Oliveira. *Elogio a Varnhagen*. In. SOBRINHO, Barbosa Lima (org). *Obra Seleta de Oliveira Lima*. Rio de Janeiro, 1971, p. 531.

concentrado em produzir textos monográficos sobre fatos determinados, além de prefácios, traduções e trabalhos mais focados. O que de mais global escreveu o historiador cearense foi a sua anotação da obra de Varnhagen, a quem respeitava muito, mas que considerava datado. Além de não ter escrito uma obra de maior vulto sobre o Brasil, Capistrano era, conforme notou agudamente João Ribeiro, um historiador que concentrava o fundamental de suas pesquisas no século XVI: “era pois um arqueólogo de nossa história: índios, capitanias, jesuítas, primeiros governadores, primeiro povoamento e primeiras migrações constituíam o melhor de suas preocupações¹²⁸”. Ângela Castro Gomes demonstra que João Ribeiro se ressentia do fato de Capistrano não considerar interessantes temas fundamentais e marcantes como a Guerra do Paraguai, a ocupação holandesa, a inconfidência mineira e, muito menos a proclamação da República.

Talvez tenha sido justamente este desinteresse pelo acontecimento e sua busca de desvendar aspectos mais estruturais que tenham causado a sensação geral na intelectualidade de época de que Capistrano fazia algo de muito diferente. Somava-se a isso, claro, o grande talento e erudição e a sua postura aberta, não apriorística. Devia causar espécie a uma geração impactada pelas certezas naturalistas assistir a um tipo de trabalho que se assemelha ao que hoje chamamos de “paradigma indicário” – a capacidade de perceber um detalhe, uma coisa fora do lugar, uma pista em desarmonia com o todo, e persegui-la, até conseguir derivar dela conclusões importantes¹²⁹. Humberto Campos, escritor de percepções muito agudas, dizia que Capistrano tinha “um faro da verdade¹³⁰”.

Oliveira Lima tinha admiração por Capistrano, mas partia de outro método, onde o acontecimento, a história política e, conseqüentemente, o “grau de narrativa” tinham um posto mais alto¹³¹. Neste momento, portanto, ao ver as perspectivas de sua carreira como diplomata sumirem no horizonte, e já sendo o historiador respeitado, Lima quis, nos parece, um posto ao lado de Capistrano nos domínios de Clio.

O autor pernambucano começa justo neste momento a falar seguidamente da ausência de uma história mais global que fosse além da de Varnhagen. O tema torna-se certa obsessão e

¹²⁸ RIBEIRO, João. In: GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1999. p. 91.

¹²⁹ Cf. GINSBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais. Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. Na verdade Ginzburg fala do surgimento do paradigma na virada do século XIX para o XX, mas seria arriscado demais ir além da ilação que fizemos acima.

¹³⁰ Devemos a Ângela Castro Gomes a descoberta do brilhante perfil de Capistrano feito por Humberto de Campos. GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV Editora, p. 93.

¹³¹ Para a ideia de “grau de narrativa” cf. BURKE, Peter. *A Escrita da História*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, especialmente pp. 328-329.

aparece em diversos registros, uns mais otimistas, onde o autor fala que as condições já estão dadas para tanto, outros mais pessimistas, onde o autor considera que é preciso antes ampliar o número de estudos monográficos. Mas o fato é que a questão toma uma proporção algo impressionante em suas preocupações. No seu já citado *Elogio a Varnhagen*, diz Oliveira Lima:

No Brasil, apenas hoje, e graças justamente ao labor indefeso de Varnhagen, há estudos especiais como os de Norberto de Sousa sobre a conjuração mineira, do Dr. José Higino sobre o domínio holandês no norte e do Sr. Lúcio de Azevedo sobre os jesuítas no Grão-Pará, e ao impulso prestado às monografias, dissertações e comparações de documentos pelas associações de que são modelos o Instituto Histórico do Rio de Janeiro e, em menor escala, os Institutos de Pernambuco, Ceará, Bahia, São Paulo, etc., *poderá um sincretizador tentar firmar numa vista de conjunto a sua concepção particular do desenvolvimento pátrio*¹³². [Grifo Nosso]

É interessante notar que Oliveira Lima combina a ideia de uma história geral com o fato de que ela representará, necessariamente, a visão particular deste autor. Ou seja, não está associada à ideia de história geral a noção de uma história definitiva. Para ele, a possibilidade de se escrever esta obra naquele momento está associada fundamente com o abandono das ilusões sobre a possibilidade de um conhecimento absolutamente positivo sobre o passado. É justamente porque este tipo de conhecimento é impossível que não há sentido em continuar esperando por mais e mais documentos, como se da quantidade pudesse emergir uma história absolutamente científica.

Em outro discurso afirma que:

O Brasil tem, por ora, tido grandes pesquisadores como Varnhagen, mas não possui ainda um grande historiador. Por isso não logra nesse terreno oferecer os marcos da distância percorrida. Frei Vicente do Salvador e o Sr. Capistrano de Abreu parecem-se e juntam-se, mau grado três séculos que os separam, pelo fato de que o último o que procura é averiguar, com o seu grande faro, se o que o primeiro escreveu é autêntico, e fidedigno, e preencher, com o trabalho próprio as deficiências do cronista.

¹³² LIMA, Oliveira. *Elogio a Varnhagen*. Op.cit. p. 534. In. SOBRINHO, Barbosa Lima. Oliveira Lima, obra seleta. Rio de Janeiro: INL, 1976. p. 667

Outros serão os que mais tarde, valendo-se das informações do frade e das correções do erudito, edificarão sobre tal base o monumento verdadeiro da história brasileira, decorando-o com os labores primorosos do seu estilo pessoal e sobre ele projetando a luz de uma compreensão geral e profunda dos fatos históricos.

Para semelhante resultado nada trará uma maior contribuição do que a extraordinária coleção de papéis públicos e particulares, de monografias, de dissertações, de memórias de peças oficiais, que constitui a Revista do Instituto Histórico¹³³.

Esta visão mais subjetiva da história é acompanhada pela valorização de uma série de fontes que tem também este caráter mais subjetivo. Para além dos mapas, dos tratados, dos documentos “mais duros”, Lima tem dá grande atenção, por exemplo, às cartas privadas, vistas como fontes privilegiadas:

As cartas privadas dão imenso valor a qualquer estudo histórico; não porque elas revelem tudo, mas porque o deixam perceber e a verdade nelas transparece mais facilmente do que nos papéis oficiais. São portanto indispensáveis para a compreensão exata de uma época e das suas personagens, contanto, bem entendido, que as utilize o intérprete com o necessário critério. É por isso lastimável que tantos arquivos de homens públicos do Brasil se tenham extraviado sem deles poder o estudioso colher informações interessantes sobre o passado nacional. Joaquim Nabuco não teria podido escrever a excelente biografia paterna, que é antes a história do segundo reinado, se o velho Senador Nabuco não tivesse sido um ótimo arquivista dos seus próprios papéis¹³⁴.

No mesmo período avultam as referências negativas por parte de Lima a um tipo de historiador que busca apenas o detalhe, que pinça um aspecto e acaba por gastar em torno a ele todo o seu esforço. Do labor deste tipo de historiador somente poderia resultar material subsidiário, fontes secundárias, matéria-prima bruta. Mais importante do que saber se Oliveira Lima está fustigando Capistrano (e pode ser que esteja), é notar que estava clara ao escritor a necessidade, e talvez possamos dizer a *oportunidade*, de oferecer ao país uma narrativa mais global da formação da nacionalidade. Em suas palavras:

¹³³ LIMA, Oliveira. *O Instituto Histórico do Rio de Janeiro*. In. SOBRINHO, Barbosa Lima. *Oliveira Lima, obra seleta*. Rio de Janeiro: INL, 1976. p. 667

¹³⁴ LIMA, Oliveira. LIMA, Oliveira. *Cotegipe*. In. SOBRINHO, Barbosa Lima. *Oliveira Lima, obra seleta*. Rio de Janeiro: INL, 1976. p. 734

O Sr. José Veríssimo, que costuma acompanhar com muita perspicácia e fixar com muita finura os cambiantes do pensamento contemporâneo, decerto refletia ao fazer aquela observação, a preferência que muitos recentemente tem ido reconquistando nos espíritos mais cultos a síntese sobre a análise histórica.

Taine, com seus “pequenos fatos” a colecionar, deu origem a uma escola exagerada de historiadores de detalhes. Nota-se que o mestre somente as confeccionava para deduções arquitetadas sobre eles, que podiam ser mais ou menos exatas mas eram sempre vistas largas e novas lançadas sobre as aglomerações de sucessos e de pormenores de sucessos.

Muitos de seus discípulos e imitadores ficaram infelizmente nos pormenores, ou porque se afogassem na sua massa ou porque não tiveram à mão uma bóia para sobrenadar nesse oceano de fatos. (...)

(...) Entre nós, pior do que tudo isso, já se escreveu um folheto histórico para provar, com abundancia de documentos, que o atentado perpetrado contra certo governador colonial não passou de um tiro, quando corretamente se há escrito dois; ainda que não tendo o referido governador morrido do ferimento recebido, uno ou duplo o projétil, parecesse o número de tiros completamente indiferente à musa da história¹³⁵.

No *Elogio a Varnhagen*, Lima também fala da história feita com recortes limitados, criticando os que se apoiam em determinados momentos da obra monumental do Visconde de Porto Seguro:

(...) prosseguindo com essas comparações sugeridas pela gastronomia, poderíamos dizer que Varnhagen foi e continua a ser a peça de resistência de nossa refeição histórica, o assado sólido, gordo, apetitoso na sua simplicidade, pois é cozinhado à velha moda portuguesa, sem adubos nem temperos franceses, com um molho leal e nenhum acompanhamento. Dessa peça um artista menos escrupuloso ou mais destro corta uma lasca, condimenta-a, guarnece-a de túbaras e de cogumelos e apresenta um novo prato, menos substancial, porém grato ao paladar e falsamente leve para o estômago.

¹³⁵ LIMA, Oliveira. *O Sr. Alfredo de Carvalho*. In: In. SOBRINHO, Barbosa Lima. *Oliveira Lima, obra seleta*. Rio de Janeiro: INL, 1976. p. 670

Estes elementos nos levam a crer que Oliveira Lima pensava em construir um tipo de interpretação global da formação da nacionalidade brasileira e essas manifestações eram certa demarcação do terreno onde o autor pretendia se posicionar. Sem anular o esforço feito por Capistrano, Oliveira Lima parecia querer oferecer um tipo alternativo de história, que não necessitaria substituir a do autor cearense, já que Lima via, como já tentamos demonstrar, a possibilidade de que o mesmo momento da história fosse abordado de pontos de vistas distintos produzindo resultados igualmente válidos, ainda que diferentes. O autor pernambucano queria, supomos, reinar ao lado do cearense, com cada um representando um tipo de fazer histórico.

Lima buscou se afirmar através de um tipo moderno de história, que não fosse, entretanto, aquele mais voltado para as estruturas – como a geografia, a língua, os caminhos. Acreditava na importância do acontecimento e se apoiava num “grau maior de narrativa¹³⁶”. Este peso da narrativa na obra de Oliveira Lima nos ajuda a compreender o recurso do autor aos personagens marcantes. Parece-nos que, em boa medida, o recurso de Lima é mais estilístico do que metodológico, mesmo considerando que estilo e método não podem ser separados, conforme demonstra Peter Gay¹³⁷. Afirmar, entretanto, que as duas dimensões da escrita da história não podem ser separadas não significa dizer que elas sejam a mesma coisa.

Além de ser um recurso de estilo, nos parece que a própria opção pelo alto grau de narrativa leva, de alguma maneira, a esta valorização. Como afirma Peter Burke:

(...) a narrativa não é mais inocente na história do que é na ficção. No caso de uma narrativa de acontecimentos políticos, é difícil evitar enfatizar os atos e as decisões do líder, que proporcionam uma linha clara à história, à custa dos fatores que escaparam ao seu controle¹³⁸.

O que queremos afirmar, em suma, é que o recurso de Oliveira Lima a estes personagens vai além do que foi feito pelos historiadores românticos, como Carlyle, por exemplo. Para Lima, fundamentalmente um historiador da política, alguém aberto para as contingências da história, o papel dos sujeitos tem bastante peso.

¹³⁶ Para a ideia de grau de narrativa cf. BURKE, Peter. *A História dos Acontecimentos e o Renascimento da Narrativa*. In; *A Escrita da História. Novas perspectivas*. BURKE, Peter. São Paulo: Editora da UNESP, especialmente pp. 328,329,330.

¹³⁷ GAY, Peter. *O Estilo na História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

¹³⁸ BURKE, Peter. *A História dos Acontecimentos e o Renascimento da Narrativa*. In; *A Escrita da História. Novas perspectivas*. BURKE, Peter. São Paulo: Editora da UNESP, especialmente pp. 330.

Por mais que existam momentos de apologia a alguns personagens, esta não é a tônica geral em sua obra. É assim que o seu Dom João VI é a um só tempo arguto e covarde, ponderado e pusilânime, bondoso, mas quase sempre invadido por uma inveja do próprio filho. Estes perfis complexos, em que se equilibram qualidades e defeitos, seriam aplicados tanto aos personagens que mereceram a sua simpatia, como Dom João e Palmela, quanto aos que não gozavam desta, como Dom Pedro I e Carlota Joaquina.

A visão de Oliveira Lima sobre a história nacional não diferia, em suas malhas mais largas, da que fora sustentada por Varnhagen ou pelos historiados do velho IHGB. A visão do Visconde de Porto Seguro era a de uma história sem grandes rupturas, com transições pacíficas, desquites amigáveis, superações negociadas – *mutatis mutandis* o mesmo macro processo narrado por Lima. Mesmo a visão positiva sobre Dom João VI e seu legado não era algo inaugurado pelo intelectual pernambucano¹³⁹. Entretanto, Lima, além de complexificar muito o argumento, tiraria esta narrativa de uma chave ético-política, para assentá-la em um método mais moderno. Longe de se resumir a uma história político-diplomática, a uma narração das opções feitas pelos grandes homens, Oliveira Lima articula as mais diferentes dimensões da realidade, desde sua primeira obra, onde política, economia, cultura e sociedade se apresentam em relações complexas.

Lima partia também, como já afirmamos, de uma visão mais modesta das possibilidades do conhecimento histórico, uma noção clara de que os objetos que a disciplina tenta compreender são de difícil acesso. Assim, dois estudos sobre um mesmo evento poderiam, na visão de Lima, resultar em dois produtos diferentes e igualmente válidos. Talvez o fato de Lima ter tido uma grande vivência como diplomata o ajudou nesta percepção, na medida em que as disputas típicas à atividade se organizam em torno destes pressupostos metodológicos, já que as mesmas histórias são contadas, nas contendas, especialmente nas que envolvem território, de modo absolutamente diversos pelos contendores.

A visão de história que Oliveira Lima ia adquirindo era até certo ponto antideterminista e reconhecia que a história não podia ser alvo de métodos completamente positivos, análogos aos das ciências naturais. Em suas palavras:

¹³⁹ Uma história das visões sobre o período joanino está em. GUIMARAES, Lucia Maria Paschoal. *D. João VI e a Gênese do Império Brasileiro na Obra de Varnhagen*. Acervo. Rio de Janeiro, v. 22, p. 99-108. Jan/jun. 2009.. p. 99; GUIMARAES, Lucia Maria Paschoal. *A Historiografia e as dimensões do reinado americano de Dom João VI*. *Revista Brasileira*. Fase VII. Jan/fev/mar. 2007, n 54. p. 163-185.

É certo que houve precipitação no enlace da ciência com a história, que um organismo moral tem que ser tratado diferentemente de um organismo físico, que as leis sociais são mais complicadas e menos fatais que as leis biológicas. Do *flirt* que tiveram, se derivou, contudo para a história uma dose de experiência que lhe faltava, quando turva pelos ‘princípios imutáveis e universais da natureza humana’¹⁴⁰.

A preocupação de Lima era que diante da incompletude dos documentos, a expectativa demasiada em relação a uma história completamente científica levasse à paralisia, ou ao contentamento comodista com compilações, comentários, ou recortes muito reduzidos. Para o autor de *Dom João VI* era inevitável ao historiador apelar para seu instinto, e era lícito que ele, apoiado inclusive na literatura, se arriscasse para poder supor o que a documentação era incapaz de oferecer.

O autor dos *Estudos Pernambucanos* não se julga autorizado a produzir por intuição, como alguns dos antigos mais célebres e quem sabe se também não mais duradouros escritores de história quis antes proceder como lhe mandava o espírito de seu século, pela documentação e pela indução. É fato que o abuso do método científico encurta a visão e reduz a assimilação, quando não dispersa a produção em narrações fragmentadas e que desculpam o seu acanhamento e limitação com o pitoresco¹⁴¹.

Este apelo ao instinto não era novidade na discussão sobre o fazer histórico. Entretanto, se buscarmos o contexto do discurso de Lima, não podemos deixar de perceber que naquele momento estas afirmações adquiriam um caráter modernizador para a atividade histórica nacional, que talvez vivesse de fato uma paralisia angustiosa, provocada pelo fato de não poder cumprir todos os requisitos de uma história com pretensões à ciência.

Capistrano aparentemente não gostava do tipo de história feita por Oliveira Lima. Apesar dos elogios feitos ao seu primeiro livro, logo o autor cearense adquiriria um postura bastante refratária em relação ao colega pernambucano. Apesar de terem trocado correspondências durante um período, a relação entre os dois era fria. Em carta a João Lúcio de Azevedo

¹⁴⁰ LIMA, Oliveira. *O Sr. Alfredo de Carvalho*. In: In. SOBRINHO, Barbosa Lima. *Oliveira Lima, obra seleta*. Rio de Janeiro: INL, 1976. p. 670

¹⁴¹ Idem.

afirmava que: “o bojudo pernambucano, com suas considerações desencontradas, não raro superficiais, agrada-me pouco¹⁴²”.

A superficialidade, notada por Capistrano, provavelmente resultava da pouca atenção dada por Oliveira Lima aos aspectos mais estruturais da história, tão caros ao historiador cearense, como a geografia por exemplo,. Este desencontro de métodos e visões reforça a noção da potencial complementaridade da obra dos dois brilhantes historiadores. Este potencial nos parece ter sido identificado por Lima.

2.3 A batalha pan-americana.

O embate sobre as relações do Brasil com os Estados Unidos seria feito por este Oliveira Lima desgostoso com a atividade de diplomata, cada vez mais ganho por uma visão pró-iberista e otimista em relação ao passado nacional.

Desde o final do século XIX, a política externa brasileira vinha sofrendo uma inflexão lenta, mas segura, no sentido de uma aproximação com os Estados Unidos. Ela era reflexo do forte desenvolvimento do grande país do norte, que desde a década de 1870, juntamente com a Alemanha e o Japão, vinha rompendo a unipolaridade do domínio inglês no mundo.

Os republicanos brasileiros, ao menos os que acabaram por deter a hegemonia do processo no novo regime, tinham no liberalismo norte-americano sua principal referência. A constituição estadunidense foi a base confessa da Carta de 1891. Para além disso, os EUA pareciam, à intelectualidade brasileira, a nação que encarnava o futuro e o progresso, dado o vertiginoso desenvolvimento auferido sem sacrifício relevante da liberdade.

O imperialismo nascente dos EUA parecia, para uns inevitável, para outros preferível diante do europeu. Esse debate estava atravessado por uma grande inquietação: o fantasma do imperialismo das grandes potências. Conforme Nicolau Sevckenko:

(...) tratava-se do temor obsessivo extremamente difundido e sensível em todo tipo de escritor, de que o Brasil viesse a sofrer uma invasão das potências expansionistas, perdendo sua autonomia ou parte do seu território. Espantados com

¹⁴² In. SOBRINHO, Barbosa Lima. . *Oliveira Lima, obra seleta*. Rio de Janeiro: INL, 1976. p. 73

o ritmo delirante com que as grandes potências procediam à retalhação do globo terrestre, com os quistos de imigrantes inassimiláveis que se formavam e cresciam em seu território, e com o próprio vazio demográfico de amplos espaços do país que assumiam a feição de uma terra de ninguém, disponível a qualquer conquista, políticos, jornalistas, cronistas e escritores assumiam uma postura de alarme e defesa, dando o melhor de si para aliviar a nação dessa aflição que, em parte, eles mesmos geraram¹⁴³

Silvio Romero, se preocupava muito com a colonização alemã no sul do Brasil para ficarmos em um exemplo desta sensação de eminência de uma eventual conquista. Apesar de considerar a imigração de europeus do norte um grande bem, Romero denunciava a formação de um verdadeiro enclave germânico em terras nacionais, que poderia servir de cabeça de ponte para a conquista alemã da região. Conforme demonstrou José Luis Beired, preocupação análoga era compartilhada pela intelectualidade argentina no que dizia respeito à presença italiana¹⁴⁴.

Comentando as posições dos que resistiam à aproximação com os Estados Unidos, em carta endereçada a Araripe Júnior, Euclides da Cunha afirma, não sem antes declarar-se “discípulo de Gumplowicz”:

Não calculo até que ponto se possa aceitar o seu otimismo sobre a hegemonia norte-americana. Mas, dado mesmo que ele falhe por completo e que o malsinado imperialismo ianque se exagere até a posse dos países estranhos, de que nos valeriam lamúrias de superstições patrióticas?

Vi no seu artigo um significado superior, sugerindo uma medida prática; subordinados à fatalidade dos acontecimentos, agravados pela nossa fraqueza atual, devemos antes, agindo inteligentemente, acompanhar a nacionalidade triunfante, preferindo o papel voluntário de aliados à situação inevitável de vencidos¹⁴⁵.

¹⁴³ SEVCENKO, Nicolau, *Literatura Como Missão, Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 84

¹⁴⁴ Cf. BEIRED, José Luis. *Sob o signo da Nova Ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. 1. ed. São Paulo: Loyola/Programa de Pós-Graduação em História Social-USP, 1999.

¹⁴⁵ CUNHA, Euclides, *Carta a Araripe Júnior*, 27 fevereiro de 1903. In. GALVÃO, Walnice Nogueira, GALOTTI, Oswaldo, *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

A simpatia pelos Estados Unidos também esteve presente na visão de Olavo Bilac. Apesar de seu nacionalismo bastante marcado, não via grande ameaça na aproximação com os EUA, nem mesmo nas possibilidades de intervencionismo alemão no sul. Quanto à aproximação com os norte-americanos, via nela mais naturalidade do que na preferência até então dada aos europeus.

A primeira grande resistência à aproximação com os Estados Unidos havia sido oferecida por Eduardo Prado. O seu livro *A Ilusão Americana*¹⁴⁶ era um manifesto contra as intenções dos EUA e uma defesa apaixonada da manutenção das relações preferenciais com a Europa.

Oliveira Lima no seu livro *Nos Estados Unidos, Impressões Políticas e Sociais*, havia traçado uma visão muito positiva dos EUA. Todo o eixo da obra, conforme notou Barbosa Lima Sobrinho, é recomendar que o Brasil trilhasse o mesmo caminho dos Estados Unidos. Este é o livro onde uma visão baseada no determinismo de raça tem mais força em toda a obra de Lima. Ele sustenta claramente a superioridade dos anglo-saxões e credita a isso o progresso verificado nos Estados Unidos.

Entretanto, o giro que se verifica na visão de Lima após sua vinda do Japão pode ser percebido com grande clareza neste tema. A ideia da superioridade racial e civilizacional dos Estados Unidos seria abandonada e o autor pernambucano passaria a ver na colonização ibérica um grande trunfo para o desenvolvimento posterior do país.

Enquanto Oliveira Lima aguardava o deslocamento para Venezuela, Joaquim Nabuco, agora em Washington, buscava dar forte aceleração à aproximação do Brasil com os Estados Unidos. Em suas palavras:

Ninguém é mais do que eu partidário de uma política exterior baseada na amizade com os Estados Unidos. A doutrina de Monroe impõe aos Estados Unidos uma política que começa a se desenhar, e, portanto, a nós todos também a nossa. Em tais condições a nossa diplomacia deve ser principalmente feita em Washington. Uma política assim valeria o maior dos exércitos e a maior das marinhas...

Para mim a doutrina de Monroe (...) significa que politicamente nós nos desprendemos da Europa tão completamente e definitivamente como a Lua da Terra. Neste sentido é que sou monroísta¹⁴⁷.

¹⁴⁶ Cf. PRADO, Eduardo. *A Ilusão Americana*. São Paulo: Ibrasa, 1980.

¹⁴⁷ NABUCO, Joaquim. In ANDRADE, Olímpio de Souza. *Joaquim Nabuco e o Brasil na América*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, Coleção Brasileira, 1978, p.32

Diante desta disposição de Nabuco, Oliveira Lima reagiu com enorme dureza. Ocupou as páginas das folhas onde escrevia e atacou com assertividade as posições do até então melhor aliado e amigo. Denunciava que os Estados Unidos queriam, com o apoio de Nabuco, usar a 3ª Conferência Pan-americana para arrancar dos países ali presentes a autorização para que os Estados Unidos interviessem nos países inadimplentes com a Europa antes que o velho continente o fizesse.

Oliveira Lima aproveitou o ensejo para fazer uma dura denúncia dos Estados Unidos e de sua política intervencionista e imperialista. Retomava uma linha de argumentação esposada, em primeiro lugar, por Eduardo Prado¹⁴⁸, mas somava a ela a defesa da unidade dos países da América do Sul, especialmente Brasil, Argentina e Chile, considerados por ele os mais avançados do continente.

Esta posição o colocava em confronto aberto com Joaquim Nabuco, que, como vimos, se transformara em um defensor radical da aproximação com os Estados Unidos. Este confronto, feito de forma pública às vésperas da Conferência Pan-americana, punha Nabuco em péssimos lençóis, tanto diante dos norte-americanos com quem negociava, quanto diante da opinião pública nacional. Lima era, neste momento, um dos principais nomes do Itamaraty, o que dava ao choque ares algo apocalípticos.

Aqui talvez seja interessante abrir um parêntese para falarmos um pouco da relação entre Nabuco e Oliveira Lima, única maneira de aquilatarmos o custo do gesto do autor de *Dom João VI no Brasil*.

Mais velho do que seu conterrâneo, Nabuco estabelecera com Lima uma relação fraternal muito profunda. Quando Oliveira Lima era adolescente e vivia em Portugal editava, com o patrocínio do pai, um pequeno jornal chamado *Correio do Brasil*. Em uma das passagens de Nabuco por Lisboa, em 1881, Lima brindou-o com um texto de homenagem, um elogio seguido de um pequeno perfil biográfico. Ao ter contato com a publicação, Nabuco lhe escreveu uma carta muito afável, da qual reproduzimos um trecho:

Acham-me para político moço demais; o que dirão, porém, quando virem que o meu biógrafo é um jornalista da sua idade? O seu juízo a meu respeito é apenas uma tradução da sua simpatia. Mal sabia eu que, no menino que dava todas as notícias da última hora, estava um botão de jornalista a desabrochar a toda a pressa, voltado para o sol da pátria.

¹⁴⁸ Cf. PRADO, Eduardo. *A Ilusão Americana*. São Paulo: Ibrasa, 1980.

(...) Acho muito bem feita toda a parte noticiosa do periódico e se essa fosse desenvolvida e os intervalos da publicação certos e mais curtos, o seu jornal podia dar as últimas notícias do Brasil aos brasileiros na Europa¹⁴⁹

Despedia-se como “co-provinciano, colega e amigo”, o que deve ter tocado bastante o jovem editor, que tinha apenas 15 anos na ocasião.

A partir de 1897, a correspondência entre os dois pernambucanos se estreitaria muito, como nota Fernando da Cruz Gouvêa¹⁵⁰. Nabuco vivia na época seu período de desilusão e oposição em relação à República, enquanto Lima mantinha acesa forte esperança no novo regime e no futuro do país.

Quando Nabuco foi convidado a integrar o serviço diplomático brasileiro pelo presidente Campos Sales, a amizade pôde se estreitar ainda mais e passou a incluir visitas mútuas e até deslocamentos dentro da Europa para que encontros entre as famílias fossem possíveis. Nabuco, com a enorme autoridade de que dispunha, passou a ser forte ponto de apoio para Lima, especialmente nos embates que este passou a ter com o Barão do Rio Branco.

Nabuco nunca teve dificuldades em se mobilizar para evitar os atritos entre o Barão e Oliveira Lima, por quem demonstrava sincera estima. No caso do já referido deslocamento para o Peru, Nabuco intercedeu, em uma tentativa de demover o ministro da ideia do deslocamento ou de, no mínimo, abrandar o agastamento do Barão com as demoras do colega pernambucano. Em carta a Rio Branco, Nabuco apelava:

Vem [Oliveira Lima] muito cansado da travessia, tem que fazer nova para ir receber suas ordens, e está com grande medo de ser forçado depois do Japão a ir para o Peru. Eu prometi-lhe que escreveria a V. para telegrafar-lhe uma palavra para Madri [para onde pretendia, apesar de tudo, deslocar-se Oliveira Lima] sobre suas verdadeiras intenções quanto a ele. Suponho, com efeito, que V. só o fará empreender essa nova viagem aos antípodas se precisar absolutamente dele em Lima por causa das complicações do Acre. Como sei o conceito que V. faz dele, penso que V. não mandará para tão longe senão por motivo de força maior um dos mais hábeis auxiliares de que V. pode dispor em nosso Corpo Diplomático¹⁵¹.

¹⁴⁹ NABUCO, Joaquim. *Cartas a amigos*, vol 1, São Paulo: Progresso Editorial, 1949, pg. 75 e 76.

¹⁵⁰ GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Oliveira Lima: Uma Biografia*. Vol 2. Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Recife: 1996, p. 291.

¹⁵¹ NABUCO, Joaquim. *Carta aos Amigos*. Op.cit.

Assim, ao enfrentar Nabuco na polêmica acerca da relação entre Brasil e Estados Unidos, Lima estava queimando o seu último navio no que dizia respeito às suas possibilidades no Itamaraty, rompendo com o seu último aliado importante e fiador, pouco tempo depois de ter enfrentado de peito aberto o todo poderoso Barão do Rio Branco.

A radicalidade da polêmica foi tanta que o presidente Rodrigues Alves pediu a Rio Branco que advertisse Lima por conta de suas opiniões nos jornais. Em um dos artigos, o intelectual pernambucano dizia:

“Porque, é mister nunca esquecer, a primitiva doutrina, a de Monroe, visava, no dizer de seu autor, à exclusão de novas conquistas europeias do solo americano, então fremente pela libertação; enquanto a nova doutrina, a do Sr. Theodore Roosevelt, proclama, sem ambages, o dever que incumbe — não se diz por delegação de quem — aos Estados Unidos de obrigarem outras repúblicas do seu continente, as famosas irmãs a cumprirem suas obrigações para com os estranhos¹⁵²”.

Em outro texto, discordava abertamente de Joaquim Nabuco e expunha a visão do conterrâneo, que considerava servil aos interesses dos Estados Unidos:

Sustentou de fato o Sr. Nabuco ‘que estas democracias não devem absolutamente considerar o papel que os Estados Unidos tenham assumido ao manterem a doutrina de Monroe, como de modo algum ofensivo ao orgulho e dignidade de qualquer uma delas; antes como um privilégio em cuja posse devem os Estados Unidos ser amparados pela simpatia e *gratidão* latino-americana’.

Não me parece que o caso de gratidão se entenda com todas as repúblicas latino-americanas: para algumas, pelo menos, a expressão não teria significado (...). Quanto a nós, pretendemos, na verdade, em 1824, chamar para nosso lado os Estados Unidos na contenda ainda aberta com Portugal por motivo da independência, e fomos até ao ponto de propor aliança para repulsa do inimigo, segundo o que nos afigurava uma legítima e estrita compreensão da então fresquíssima doutrina Monroe. Como os Estados Unidos se esquivaram, porém, à

¹⁵² LIMA, Oliveira. *Pan-americanismo*, Brasília: Senado Federal. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1980, p. 77.

coadjuvação (...), ficamos num excelente pé para não termos gratidão que manifestar¹⁵³.

Oliveira Lima acreditava que o objetivo dos Estados Unidos era criar uma espécie de protetorado na América Latina, subordinando os países diretamente. Para ele, a ocasião da 3ª Conferência Pan-americana seria utilizada para criar algum tipo de regulamentação jurídica internacional que autorizasse os EUA a intervir militarmente em qualquer país do continente antes que os europeus o fizessem, quando se tratasse da cobrança de dívidas.

Além deste tipo de preocupação de caráter geopolítico, Oliveira Lima estava bastante agastado com a ideia de Nabuco de que era preciso “nos desprendermos da Europa tão completa e definitivamente como a Lua da Terra”. Para Lima, realizar este movimento era completar a obra do revisionismo histórico republicano, rejeitando completamente o passado brasileiro, jogando no opróbrio a obra que havia sido construída antes de 1889. Para o autor, as tradições brasileiras eram fundamentalmente as européias e romper este vínculo era uma negação do que a trajetória nacional havia acumulado até aqui.

Dito de outro modo, o tipo de vinculação com os Estados Unidos que Nabuco e os monroístas mais radicais sustentavam parecia aos olhos de Lima uma ruptura com a dinâmica de formação da nacionalidade brasileira, uma forma de fazer tábula rasa do passado, algo com o que o autor já não estava disposto a concordar. O debate sobre a aproximação com os Estados Unidos, apresentado por Nabuco como um afastamento da Europa, soou para Lima como mais um passo no sentido da ruptura com o nosso passado, justamente o passado que ele estava disposto a recuperar com seu labor de narrador da nacionalidade.

Como contraponto à visão que ia se formando, Lima abandonou de modo radical a interpretação positiva que esposara até então sobre a sociedade norte-americana e passou afirmar que, em muitos aspectos, esta era inferior à construída pelos ibéricos. Para ele, as marcas principais da sociedade norte-americana eram a falta de tradições, a valor absoluto dado ao dinheiro, a ausência de solidariedade e, contrariamente ao que era comum afirmar, a existência de uma democracia de fachada. Falando sobre o sistema político norte-americano, afirmaria Lima:

¹⁵³ Idem, p. 68.

Os Estados Unidos encaminham-se, verdade é, para uma militarização que está em desacordo com suas origens liberais e suas preocupações cívicas (...) não passando por enquanto de uma forma de expressão do seu pendor imperialista propagado e lisonjeado nos últimos tempos pelos acontecimentos e pelos personagens que toda a gente conhece¹⁵⁴.

Em outro texto fala do Senado norte-americano:

Toda a ambição do homem público brasileiro era ter ingresso no Senado, posição vitalícia que lhe garantia a importância política, embora não lhe acarretasse proventos pecuniários. O Senado imperial era uma assembleia de pobretões, da mesma forma que o Senado americano é uma assembleia de ricos, a expressão mais acabada da plutocracia que explora em seu proveito o trabalho, enchendo-lhe o estômago e os bolsos – panem et circenses – com as sobras dos lucros auferidos pelos capitalistas arqui milionários (...) ¹⁵⁵.

No debate sobre a 3ª Conferência Pan-americana, Oliveira Lima sustentou que havia três Américas distintas: a anglo-saxã, a hispânica e a portuguesa, cada qual com características culturais próprias. Como política, defendeu que, como pré-condição para um pan-americanismo que não fosse simples subordinação aos EUA, era necessária uma aliança entre os países da América do Sul, nucleada por Brasil, Argentina e Chile. Em contradição com a visão depreciativa que era quase unânime entre os seus pares, e que ele próprio havia sustentado até pouco tempo atrás, Lima passaria a estudar a história latino-americana e a encontrar nela algo além de barbárie, caudilhos e lutas intestinas. Servindo na Venezuela, passa a participar das reuniões da sociedade histórica local e em seus livros e artigos começam a aparecer uma série de autores argentinos, chilenos, venezuelanos, e colombianos.

Dentre os personagens importantes da história, ganha força a figura de Simon Bolívar nas interpretações de Lima. Em vários textos da polêmica sobre o pan-americanismo, Oliveira Lima cita a sua política de unidade latino-americana. Sem abandonar a crítica ao caudilhismo e sem deixar de citar as intenções pouco democráticas do libertador, vê-se uma

¹⁵⁴ LIMA, Oliveira. *América do Sul Versus América do Norte*. In. SOBRINHO, Barbosa Lima. op. cit. p.

¹⁵⁵ LIMA, Oliveira. *Memórias: Estas Minhas Reminiscências*. Op. cit.

mudança forte na valoração que o autor fazia da América Espanhola. Falando do Congresso do Panamá, de 1825:

Concebera-o Bolívar num belo voo imaginativo, feliz até na localização geográfica, a saber, o istmo que liga os dois continentes, que já naquele tempo se pensava em perfurar e que os Estados Unidos vão agora cortar, como que involuntariamente simbolizando, ao contrário de sua real intenção, que o continente sul deve seguir seu destino, independente do norte¹⁵⁶.

Não nos parece que o móvel principal de Lima seja um latino-americanismo anti-imperialista de tipo contemporâneo, nem mesmo algo com o mesmo conteúdo do que era sustentado, por exemplo, pelo radicalismo de Manoel Bomfim¹⁵⁷. O móvel mais profundo desta visão é a busca de uma resistência iberista de fundo cultural e histórico contra os Estados Unidos, que representavam para Lima este outro tipo de civilização, que ameaçava o que o Brasil havia construído até então.

Ao contrário das interpretações que foram feitas até hoje sobre a obra e a vida de Lima, vemos as duas discussões – a polêmica sobre a aproximação com os Estados Unidos, e o balanço da colonização ibérica e do segundo reinado –, como um só movimento do pensamento do autor pernambucano, onde é impossível separar as ideias políticas da visão sobre a história nacional.

Ao seu modo, Lima acabou por nadar contra a corrente, tanto em um debate quanto em outro, resistindo às duas visões, ambas marcadas por colocar um ponto forte na ideia de progresso, de inevitabilidade da hegemonia dos EUA, etc.

De certo modo, Lima inscreve-se num tipo de resistência anti-moderna que se verificou em todo o mundo e também na América Latina. Mas apenas de certo modo, na medida em que o historiador Pernambucano tem, diante da questão, não apenas uma postura negativa, já que pensa um tipo de modernização na qual o passado não devesse ser abandonado.

Em suma, para Lima o passado não era obstáculo, mas um trunfo para a construção do futuro. Foi por esta visão que o Quixote Gordo combateu seus moinhos.

¹⁵⁶ LIMA, Oliveira. *Pan-americanismo*. op. cit. p. 43.

¹⁵⁷ BOMFIM, Manoel. *América Latina, Males de Origem*. São Paulo: Topbooks, 2005.

Capítulo II

Uma narrativa da nacionalidade

Neste capítulo discutiremos alguns dos textos mais importantes de Oliveira Lima, escolhidos de acordo com o sentido geral de nosso trabalho, buscando uma interpretação mais global de sua obra. Diferente da abordagem do primeiro capítulo, onde o esforço foi reconstituir o contexto intelectual dentro do qual o autor se moveu, agora nosso foco estará nos textos. Assim, nos remeteremos ao contexto ou à fortuna crítica somente quando isso contribuir para o entendimento destes.

Seguiremos a opção metodológica que fundamenta este trabalho: buscar iluminar nosso objeto de diferentes ângulos, construindo *aproximações*. Assim, será inevitável que abordemos alguns assuntos já tratados, mas o faremos desta vez de um mirante diferente. Da soma dos pontos de vista talvez possamos construir a aproximação que buscamos.

Usaremos na maior parte do tempo a ordem cronológica da produção dos escritos que escolhemos. Entretanto, em determinado momento, optamos por agrupar tematicamente escritos variados, por compreendermos que deste modo poderíamos demonstrar melhor o conteúdo e dinâmica das mudanças que se verificaram em sua visão sobre determinados temas.

1.1 Correio do Brasil

A estreia de Lima como produtor de textos deu-se bastante cedo, quando o autor era estudante em Lisboa. O jovem Oliveira Lima publicava um pequeno jornal, destinado a dar aos brasileiros notícias da Europa, marcadamente as de caráter político e cultural.

Esta opção feita ainda na adolescência por construir uma trajetória vinculada às letras era pouco comum à sua família. Seu pai era comerciante e seu irmão continuou os negócios paternos. No período em que Lima se aproximou deste tipo de opção, as atividades de homem público, literato, historiador estavam bastante ligadas. Desta maneira, neste primeiro

momento, nos parece que a atividade de homem de letras se constituía como algo subordinado à sua busca por ser um homem público.

Este *Correio do Brasil*, nome da publicação promovida por Lima com o patrocínio paterno, teve duas fases, uma primeira mais rudimentar e uma segunda quando a publicação se tornou quinzenal e contou com a coeditoria de Manuel Vilas-Boas, seu colega de faculdade. Esta fase mais madura da publicação deu-se a partir de 1884, quando Lima já era aluno do Curso Superior de Letras de Lisboa. Foi através do *Correio* que Oliveira Lima e Joaquim Nabuco tiveram o seu primeiro contato intelectual¹⁵⁸, inaugurando uma relação que, como vimos, seria muito marcante para o autor de *Dom João VI no Brasil*.

O Correio do Brasil acabou tendo alguma repercussão do outro lado do Atlântico, como podemos perceber pelo contato feito por Aluísio Azevedo por conta de uma crítica feita pelo jovem Lima ao seu romance *O Mulato*. Através desta correspondência o escritor maranhense enviava a Portugal um exemplar de *A Casa de Pensão*, pedindo igual divulgação na publicação luso-brasileira:

Por este livro poderá o benévolo crítico d'O Mulato julgar se com o tempo e com o trabalho consegui apurar um poço mais o estilo e alargar a frase.

Entretanto, não é por isso que o remeto, mas sim porque julgo que a leitura de semelhante produção, genuinamente brasileira ou melhor fluminense, não será de todo desagradável a quem se mostra tão interessado pelo Brasil (...)

Este, como aqueles três últimos romances citados, é escrito para certa ordem de público e nem sempre se conserva dentro do círculo da escola moderna; todavia, recomendo-o ao futuro *Correio do Brasil*, a cuja redação peço licença para enviar as obras que for publicando e pela qual me declaro penhorado e grato¹⁵⁹.

Depois disso, Lima passou a colaborar com jornais e revistas do Brasil e de Portugal, como o *Jornal do Brasil*, sob editoria de Ulisses Viana, a *Revista de Portugal*, de Eça de Queiroz e o *Jornal do Recife*, espaço importante para a consagração de Lima como um intelectual

¹⁵⁸ Em 1881 Joaquim Nabuco passara por Portugal e, por iniciativa do cunhado de Lima, Araújo Beltrão, o líder abolicionista foi convidado para falar no parlamento português. Este, na verdade, foi o primeiro contato de Lima com o autor de *Um Estadista do Império*. Entretanto, podemos considerar que o primeiro “contato intelectual” deu-se com a publicação do perfil de Nabuco, conforme exposto no primeiro capítulo deste trabalho.

¹⁵⁹ Carta de Aluísio Azevedo à redação do *Correio do Brasil*. Rio de Janeiro. 18, março 1885. In: MALATIAN, Teresa. *Oliveira Lima e a Construção da Nacionalidade*. Bauru: Edusc, 1995.

pernambucano. Neste último faria uma longa série de artigos de crítica de arte, tratando das artes plásticas portuguesas, holandesas, inglesas e francesas, a partir de sua visita a museus destes países da Europa Ocidental. A sua circulação no grupo de Eça que ficou conhecido como Os Vencidos da Vida e ao ambiente no qual o autor viveu em Portugal serão tratados no próximo capítulo.

1.2 Pernambuco, seu desenvolvimento histórico.

O treinamento oferecido pelo Curso de Letras, o seu forte interesse pelas artes, pelo jornalismo e pela atividade de bibliófilo deram a Lima o repertório que lhe possibilitou a preparação de sua obra de estreia: *Pernambuco, seu Desenvolvimento Histórico*. O livro veio a lume em 1895, publicado pela editora Leipzig.¹⁶⁰

A decisão de ser um historiador não é a mais comum à época: a grande maioria da intelectualidade buscava desenvolver sua atividade na literatura. Mesmo os que buscavam construir uma interpretação mais sociológica do Brasil, como Silvio Romero, não deixavam de enveredar por ela¹⁶¹, ainda que fosse na condição de críticos e historiadores da “área”. Lima, entretanto, só se aventurou por estas plagas uma vez, conforme vimos, ao escrever uma peça de teatro.

Seu primeiro livro marcava duas opções das quais Oliveira Lima não abriria mão e que foram determinantes em toda a sua trajetória: a de ocupar um espaço entre os homens de letras brasileiros *como historiador*, e a de vincular-se de modo claro, profundo e perene a Pernambuco.

A afinidade do autor de *Dom João VI no Brasil* com a história talvez tenha se desenvolvido no Curso Superior de Letras de Lisboa, que era, também, um curso de história. Lima manteria forte afinidade com a instituição de ensino durante toda a sua vida, e escreveria

¹⁶⁰ O livro tem data de 1895, mas o prefácio é datado de 1893. Barbosa Lima Sobrinho lembra que o parecer para a admissão de Lima no Instituto Histórico e Geográfico é de 1894 e cita o livro. Este teria saído com data errada? Os membros do IHGB teriam tido acesso ao texto antes da publicação e já o teriam considerado um livro? Houve algum tipo de pequena edição anterior? Não há respostas satisfatórias a estas perguntas, sendo mais provável que o livro tenha sido escrito até 1893 e publicado pela F.A Brockhaus de Leipzig apenas em 1895.

¹⁶¹ Silvio Romero buscou com sua obra magna, *História da Literatura Brasileira* compreender o país, tendo a literatura como fonte fundamental para a tarefa. Influenciado pelo cientificismo racialista, mas também pelo romantismo alemão, o autor sergipano acreditava que estudando as manifestações literárias podia compreender o país. Cf. ROMERO, Silvio. *História da Literatura Brasileira*. 4. Vol. Rio de Janeiro : B. L. Garnier, 1888

muitas vezes sobre os seus professores, suas aulas e sua vivência acadêmica. Nestes textos fica flagrante o interesse pelos temas e aulas mais ligados à história. Malgrado ser esta uma visão construída pelo autor à posteriori, consciente ou inconscientemente, nos parece que os sabores da atividade de historiador encantaram o paladar do autor pernambucano desde cedo.

Outro elemento era a necessidade que o diplomata tinha de demonstrar conhecimentos em história, mormente em um momento no qual ainda havia fronteiras a serem definidas. A defesa dos interesses de uma nação – sejam eles territoriais, comerciais, ou políticos – em geral se baseia, ao menos retoricamente, na história. Não por outro motivo, a esmagadora maioria dos intelectuais que jogaram papel determinante na diplomacia da Belle Époque brasileira produziram obras históricas, que serviram para credenciá-los como elementos que detinham a erudição necessária para sua atividade profissional¹⁶². Podemos pensar nos casos de Joaquim Nabuco, Assis Brasil, Salvador de Mendonça, Barão do Rio Branco e, claro, no próprio Oliveira Lima.

A segunda decisão, de iniciar seus trabalhos por um livro de história regional pernambucana, talvez tenha sido o primeiro grande sinal da decisão de Lima de construir uma trajetória fortemente vinculada à província natal, malgrado o fato de ter tido com ela um contato físico tão pequeno, já que se mudara de lá ainda criança.

Esta opção por vincular-se a Pernambuco foi tão firme que liga o começo e o fim da trajetória do autor. Flora, esposa de Oliveira Lima e sua parceira intelectual, em um discurso feito por ocasião de uma homenagem póstuma ao historiador realizada no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco afirmaria:

Tudo o que se relacionava com Pernambuco lhe merecia particular carinho. Ainda me lembro da alegria com que ele começou a me ditar o seu primeiro livro – *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico*. Dava, deste modo, cumprimento a uma promessa feita aos doze anos de idade em carta ao seu tio, e padrinho, o íntegro desembargador Quintino José de Miranda, de que seu primeiro livro seria a História de Pernambuco¹⁶³.

¹⁶² O uso do termo “profissional” para qualificar a atividade diplomática neste momento precisa ser usado com certo cuidado, já que o processo de profissionalização da atividade estava em curso.

¹⁶³ Citado por GOUVEA, Fernando da Cruz. *Oliveira Lima: Uma biografia*. Vol. I, p. 235. Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco.

Esta promessa feita ao tio ainda na infância não deixa de lembrar o juramento do menino Nabuco, feito ainda em Massangana, de lutar contra a escravidão. A referência a estes compromissos travados na infância denotam um recurso comum na operação biográfica, que é o de reforçar um elemento da trajetória com a ideia de que o biografado estava vocacionado para ele desde a meninice.

A obra de estreia de Lima, *Pernambuco seu Desenvolvimento Histórico*, começa com uma prolixa digressão sobre a expansão marítima do século XVI, bastante desnecessária à economia da obra. Aliás, a prolixidade era característica marcante de Lima e seria ressaltada como ponto negativo mesmo nas críticas positivas sobre seus livros¹⁶⁴.

Já neste começo, no longo introito sobre a expansão marítima, é interessante notar uma visão bastante negativa do legado ibérico, refletindo o sentimento majoritário sobre o assunto na época. Repercutindo visões comuns no Brasil republicano e mesmo dentre historiadores portugueses menos nacionalistas, Lima afirmaria:

Como os atraía a própria vida de ostentação e vício de Lisboa, quando não iam, além mar, piratear na Índia, teatro de vil ganância e requintada crueldade.

Não os prendia a veneração da habitação solarenga no meio da independência campestre: nem podia ser bem viva esta tradição em um país caracterizado na Meia Idade pela ausência do feudalismo. O fidalgo português até desabitua-se de todo de viver altivamente nas suas terras como o senhor castelhano, embora bocejando uma preguiça desdenhosa, e afeiçoara-se à vida da capital, então pejada de riquezas orientais, mergulhando na devassidão, quando não salientando-se pela brutalidade (...) O reino não soube criar relações mercantis com outras nações da Europa, e na Índia toda a política colonial consistiu em uma ladroeira aventureira, na qual fraternizavam o rei e o soldado¹⁶⁵.

Continua Lima opondo o espírito prático e empreendedor do colonizador britânico, à rapacidade da ação lusa:

¹⁶⁴ Exceção à ideia de que Lima seria prolixo pode ser encontrado no ensaio sobre o historiador pernambucano escrito por Carlos Guilherme Motta, para quem o autor de *Dom João VI no Brasil* teria um estilo “direto”. Cf. MOTA, Carlos Guilherme. *História e Contra-História. Perfis e Contrapontos*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2004

¹⁶⁵ LIMA, Manuel de Oliveira. *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico*. Recife: Editora de Pernambuco, 1975. p. 6.

Outros motivos não o impeliam com decisão. O português pensou sempre mais em acometer e roubar o hindu do que em convertê-lo, e isso mesmo sem método, porque em matéria de comércio nunca se chegou na Península à concepção de um sistema vantajoso. Lisboa foi no século XVI, período de sua maior prosperidade, um mero entreposto por onde transitavam, caminho de Flandres, as cargas ultramarinas.¹⁶⁶

Em obras posteriores, especialmente a partir de *No Japão, impressões da terra e da gente*, esta visão sobre o papel dos portugueses no Oriente sofre uma radical inflexão, com o autor afirmando justamente o contrário: os portugueses, dentre todos os povos, teriam tido uma especial habilidade para a colonização.

O catolicismo é outro elemento muito criticado na obra, ainda fortemente marcada pelo espírito cientificista, coisa que se esvaneceria da visão do autor tempos depois. Os padres em geral, e os jesuítas em particular, são vistos por Lima como meros “parasitas” que representavam forte obstáculo ao espírito deste “século no qual a humanidade procurara emancipar-se da tirania espiritual e da opressão política, contrapondo a natureza à fê, a objetividade crítica à subjetividade tradicional¹⁶⁷”.

Mais tarde, na obra de Lima, os jesuítas ocupariam um papel muito positivo, porque teriam sido o mais forte elemento civilizador até o momento de sua expulsão. Talvez possamos dizer que, na visão que o autor desenvolveria, o legado positivo que o Brasil colonial havia passado à mão de Dom João VI seria a conjunção da obra dos jesuítas com a da elite agrária pernambucana. Participaria deste consórcio benfazejo, mais física do que intelectualmente, mais apoiado na coragem do que no espírito, o bandeirantismo paulista.

Já repercutindo o que seria uma marca da visão de Pernambuco sobre a história nacional, Oliveira Lima constrói a sua narrativa envolvendo a trajetória de outras províncias do (que ele chamava) norte¹⁶⁸. Sua construção dá a compreender que, sendo Pernambuco o centro da região setentrional do país, sua história era, de certa forma, o *motor* da história da região. Como veremos adiante, as comemorações do Centenário da Revolução Pernambucana de

¹⁶⁶ Ibidem.

¹⁶⁷ Idem. p. 36

¹⁶⁸ O termo nordeste só seria consagrado tempos depois, conforme historiou de modo brilhante Gilberto Freyre. Cf. FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. São Paulo: Global Editora, 2004.

1817, cuja comissão foi presidida por Oliveira Lima, teriam este mesmo sentido muitos anos depois. Sobre a hegemonia de Pernambuco na região ele é explícito em sua primeira obra:

A hegemonia de Pernambuco no Norte, pode-se dizer em todo o Norte, porque ainda a Amazônia se não desenhava, estabeleceu-se neste fim do século XVI. Pernambuco, que já dera o seu contingente de homens e mantimentos para expedição de Estácio de Sá contra os índios do Rio de Janeiro, colonizou a Paraíba e o Rio Grande do Norte à custa de sangue seu, libertando do gentio estes territórios, e vê-lo-emos mais tarde prosseguir na sua marcha civilizatória até o Ceará e o Pará, emancipar o Maranhão de uma brilhante ocupação francesa, e sacudir de todo o Norte o arraigado domínio holandês¹⁶⁹.

A obra de Lima é uma das pioneiras na construção da ideia de que Pernambuco foi o elemento fundamental para a manutenção do nordeste como território brasileiro, não só por ter expulsado os holandeses e optado por fazer parte de Portugal¹⁷⁰, mas por ter feito a conquista e civilização do norte do país. É como se ao bandeirantismo paulista, reivindicado como mote para afirmação de São Paulo no período inicial da República, os pernambucanos opusessem um papel análogo desempenhado pelo “Leão do Norte”. Vencendo o gentio, civilizando regiões inóspitas, agregando territórios “à custa de sangue seu”, a província tinha uma imensa folha de serviços prestados à nação.

Lima iria além disso. Para ele a terra de Duarte Coelho e de seus descendentes havia sido o centro da civilização da América portuguesa no período colonial. Portugal transplantara para as terras americanas do sul a civilização europeia, enxertando em ambiente tropical os elementos que fariam brotar um tipo de nobreza especial. Especial porque, sem abrir mão do que trazia de bom em sua educação, era temperada pelos duros desafios impostos pelo novo ambiente.

Pernambuco, seu desenvolvimento histórico já traria um traço que seria comum a toda a obra de Oliveira Lima: a preocupação em retratar cenários complexos, que incluíam, para além da história política, diplomática e militar, elementos da vida cotidiana. Esta busca por reconstituir o passado, ressuscitando-o à moda micheletiana, que daria tanto sabor ao livro *Dom João VI no Brasil*, já está presente em sua primeira obra:

¹⁶⁹ LIMA, Manuel de Oliveira. *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico*. Recife: Editora de Pernambuco, 1975. p. 26

¹⁷⁰ MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. RJ: Nova Fronteira, 1986

Fora do trabalho, regalavam-se os fazendeiros com banquetes, nos quais a cozinha pátria já não podia blasonar de genuína pela infiltração de temperos indígenas e introdução de novos e magníficos legumes, caças, pescados diferentes que faziam esquecer no gosto os da metrópole. A farinha de mandioca era excelentemente recebida, e juntamente com o arroz e o milho, cultivavam-se de preferência ao trigo, centeio e cevada¹⁷¹.

E continua o autor, em um estilo que lembra Capistrano:

A lembrança da mãe pátria resumbrava todavia a cada passo nas cerimônias do culto, que fortaleciam a fé rejuvenhecida pelas prédicas insinuantes dos jesuítas; nas festas religiosas de respeitadas usanças (...)

O Padre Cardim relata que no dia do casamento de uma olindense abastada, ‘se correram touros e jogaram cannas, pato e argolinhas’ (...) dos palanques os aplaudiram as damas faceiras, tão senhoras e não muito devotas, de que fala o jesuíta, as faces avermelhadas com araribá na clausura do gyneceus cheios de escravas (...)’¹⁷²

O autor segue falando da Pernambuco do período colonial em uma narrativa presidida pelos fatores políticos, uma história *evenementielle*, mas toda permeada de aspectos da vida cotidiana, em uma busca por reconstituir, ou ressuscitar, o termo nos parece mais preciso, o que era a vida em Pernambuco colonial e imperial.

O livro não se baseia em uma pesquisa extensa de documentos primários, conforme advertência feita pelo próprio autor no prefácio. Na verdade, esta ancorado em uma série de materiais coligidos por outros pesquisadores, marcadamente por José Higino. Mas é uma contribuição que serviu sobejamente para posicionar Oliveira Lima nos círculos letrados do Rio de Janeiro e para iniciar uma trajetória que o credenciaria como principal autoridade no que dizia respeito à história de Pernambuco.

¹⁷¹ LIMA, Manuel de Oliveira. *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico*. Recife: Editora de Pernambuco, 1975. p. 38

¹⁷² *ibidem*

Mesmo partindo de documentos revelados por outros autores, a abordagem de Oliveira Lima tem bastante de original. Talvez os elementos mais interessantes neste sentido sejam as interpretações dos processos de lutas e revoluções que viveu a província.

A interpretação da Revolução Pernambucana de 1817, tema que o autor visitaria muitas vezes em sua carreira, traz a ideia da precedência de Pernambuco na luta pela independência. Deixando de lado o caráter separatista que a revolta tomaria, Lima preferiu ressaltar o discurso que os revoltosos sustentavam e afirmou que esta era a única revolução que o Brasil tinha assistido. Para o autor, esta revolta se destacava de outras justamente por sustentar um programa “moral” adiantado, que tinha a ver com o pensamento mais progressista do século.

Guarda ainda o maior interesse a visão do autor sobre a Guerra dos Mascates. Oliveira Lima coloca a questão das dívidas entre fazendeiros de Olinda e comerciantes de Recife como o motivador principal do ódio nutrido pelos primeiros em relação aos últimos. O autor apresenta, se bem que em poucas páginas, uma raiz econômica para a ruptura. Conforme demonstra Fernando da Cruz Gouvêa¹⁷³, esta visão não havia ocorrido a Robert Southney e nem a Varnhagen, que creditaram o evento ao nascente nativismo pernambucano, ou a causas mais ligadas à perda de status social e poder político por parte da aristocracia de Olinda¹⁷⁴. Segundo suas palavras:

A ojeriza votada pelos fazendeiros aos negociantes tinha, além da razão da nacionalidade, um motivo especial na execração acalentada por todo o devedor contra o seu credor. Desembarcados sem vintém, os mascates, como eram desdenhosamente chamados os comerciantes portugueses pelo fato de muitos reinóis exercerem o ofício de mercadores ambulantes, conseguiam a troca de

¹⁷³ GOUVEA, Fernando da Cruz. *Oliveira Lima: Uma biografia*. Recife: Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco, 1976. p. 30

¹⁷⁴ Sem reconhecer o protagonismo de Lima na afirmação da importância da questão das dívidas, Evaldo Cabral de Melo faria uma crítica interessante ao autor de *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico*: “no seu livro de síntese (...) Oliveira Lima dedicou apenas 14 páginas aos anos de 1654 a 1710”. E credita o baixo perfil dado ao período ao fato de que o período holandês chama muito a atenção dos historiadores: “diante da pletera arquivística do período holandês, a segunda metade do século XVII faz ainda hoje figura de parente pobre. São raras as fontes narrativas; a documentação, quase toda monotonamente administrativa, é de consulta difícil e penosa e, mercê deste caráter oficial, exclui automaticamente grandes fatias do passado colonial, impossibilitando a síntese de período, tão ao gosto da historiografia oitocentista”. MELLO, Evaldo Cabral. *A Fronda dos Mazombos. Nobres contra Mascates*, Pernambuco, 1666-1715. São Paulo: Editora 34. 2003. p. 15. Ao menos para este primeiro livro, a crítica de Mello teria toda a razão de ser e se encaixaria à perfeição no caso de Oliveira Lima. Mais tarde, entretanto, especialmente a partir da sua ida a Londres, Lima se transformaria em um pesquisador bastante tenaz, como o comprovam a publicação pelo autor da *Relação dos Manuscritos Portugueses e Estrangeiros Existentes no Museu Britânico de Londres*.

aturado trabalho e rigorosa economia, meios de fortuna que a agricultura não fornecia mais aos seus devotos, esparsos pelos duzentos e cinquenta engenhos da capitania¹⁷⁵.

A revolução de 1848 mereceria pouca simpatia do historiador pernambucano. Fernando da Cruz Gouvêa credita esta posição ao caráter antilusitano do processo, o que teria um peso negativo para Lima do ponto de vista pessoal, já que seu pai havia sido vítima do sentimento “mata-marinheiro” em Recife mais de uma vez. Sem descartar a pertinência desta ideia, nos parece que Lima só nutria alguma simpatia pelas rebeliões que haviam tido como programa as ideias políticas mais elevadas¹⁷⁶. Para ele, 1848, assim como a Guerra dos Mascates, era um tipo de disputa que tinha como mote interesses materiais, disputa por privilégios, e não objetivos “morais”, como no caso de 1817.

Há entre os estudiosos de Oliveira Lima certa polêmica sobre a influência da historiografia alemã sobre sua obra, o que vem à tona especialmente para a feitura de *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico*, já que o autor terminou sua redação em Berlim. Barbosa Lima Sobrinho sustenta a ideia de que a estada na Alemanha permitiu ao autor contato com os mestres da disciplina daquele país. Já Teresa Malatian, baseada nos estudos de Fernando da Cruz Gouvêa, aponta que é improvável que tal contato tenha acontecido.

O que nos parece é que as influências sofridas por Oliveira Lima são de tal ordem complexas e difusas que é difícil identificá-las com clareza. O que é possível afirmar com segurança é que durante os estudos no curso de letras feitos em Portugal o autor teve largo contato com germanismo já que os professores daquela instituição, marcadamente os menos positivistas, como Jaime Moniz e Consigliere Pedroso eram admiradores da cultura germânica em geral, e dos historiadores alemães em particular. Daí a identificar uma forte influência¹⁷⁷ rankeana na obra de Oliveira Lima é um passo mais longo, que não estamos dispostos a dar.

¹⁷⁵ LIMA, Manuel de Oliveira. *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico*. Recife: Editora de Pernambuco, 1975. p. 202.

¹⁷⁶ Esta posição refratária a 1848 seria mais bem formulada em *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. Cf. LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: 2002. Publifolha.

¹⁷⁷ Pensando o campo das artes plásticas, Michael Baxandall faz uma forte relativização do conceito de influência, negando a validade de seu uso. Propõe em lugar disso uma visão mais complexa, mais difusa, e um caminho de ida e volta entre o elemento que “influencia” e o que é influenciado. Pensamos que, *mutatis mutandis* a sua visão nos auxilia a fugir este tipo próprio de “obsessão das origens”, como afirmava Marc Bloch. Cf. BAXANDALL, Michael. *Padrões de Intenção*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006, especialmente páginas 100 a 106. BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Teresa Malatian considera que Oliveira Lima foi um discípulo de Oliveira Martins, historiador português com quem o autor conviveu durante um tempo em Lisboa. Sua visão sobre a relação entre ciência e arte no fazer histórico era compartilhada por Lima, que a praticou largamente, do mesmo modo a valorização do momento da escrita, da construção de uma narrativa que costurasse os fatos, guiada pela insubstituível intuição do historiador. Outro fato que os unia era a busca por personagens-chave, capazes de fornecer ao historiador um ponto de apoio para a compreensão do tempo e um recurso para organizar a própria narrativa.

Entretanto, estas visões não são exclusivas de Oliveira Martins, ocupando um espaço quase de lugar comum na historiografia da época, sendo apropriadas aqui e acolá tão largamente, que é praticamente impossível um mapeamento da origem da influência. Dito de outro modo, não havia uma divisão clara entre adeptos da história narrativa, vista como arte, parente próxima da literatura, e a visão cientificista, marcada pelo ambiente naturalista da época ou pela influência do historicismo alemão. A maior prova deste convívio complexo é o próprio Oliveira Martins, que professava a dimensão artística do fazer histórico ao mesmo tempo em que tinha o racismo científico como sua principal chave explicativa. A fraqueza do determinismo racial como elemento organizador da visão de Oliveira Lima sobre a evolução histórica de Pernambuco já nos parece suficiente para considerarmos um exagero sua caracterização como um discípulo de Oliveira Martins. O estudo de Valentim Alexandre, *Oliveira Martins e Questão Nacional*, mostra que justo no período da convivência deste com Lima, o autor português vivia a fase de sua obra onde as explicações raciais eram a chave de toda a sua interpretação¹⁷⁸. Mais tarde, com *Dom João VI no Brasil* as diferenças entre os dois autores seriam ainda mais substantivas, já que é justamente Oliveira Martins o autor da caracterização do rei português como um poltrão covarde devorador de frangos, visão que Lima queria combater¹⁷⁹.

Parece-nos pouco útil, tanto à compreensão do homem, quanto da obra a realização de um exercício de arqueologia das influências. O fato é que Lima, como muitos outros intelectuais

¹⁷⁸ ALEXANDRE, Valentim. *Questão nacional e questão colonial em Oliveira Martins*. Análise Social, Vol. XXXI (135). pp. 183-201.

¹⁷⁹ Mesmo tendo tido todo este papel nos estudos sobre *Dom João VI* Oliveira Martins seria citado somente uma vez na obra de Oliveira Lima sobre o período joanino, e o faria de modo bastante crítico: “O monarca que fúteis compiladores de memórias, como a doidivanas Marquesa de Abrantes, expuseram quase imbecil à posteridade, e de quem escarneceu sem dó, glosando anedotas postiças, um historiador cheio de talento e de prevenções como Oliveira Martins, compreendeu o que muitos políticos, julgados tanto mais atilados do tempo, não quiseram perceber, o que escapou a Metternich e Chateaubriand, a saber, que com a intervenção estrangeira apenas lucraria a causa popular. LIMA, Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. São Paulo: Topbooks, Rio de Janeiro, 2006. p. 644.

de seu tempo, tinha contato com variados modos de pensar o mundo e de realizar o seu fazer de historiador e apropriava-se destas visões combinando-as, de acordo com seus objetivos mais imediatos.

Pernambuco descrito por Oliveira Lima em seu primeiro livro era a terra do primeiro impulso civilizador do Brasil, dado através do empreendimento dirigido por Duarte Coelho; era ainda a terra que havia mantido a integridade do território nacional, ao optar por expulsar os holandeses e também o “ninho brasileiro das aspirações avançadas¹⁸⁰” na medida em que havia sido a localidade mais aberta à visita das ideias avançadas vindas do exterior. Esta caracterização laudatória, que esteve sustentada pelo Instituto Histórico local durante o século XIX¹⁸¹, entretanto, é sustentada em um livro muito interessante, dentre outras coisas porque capaz de articular uma grande variedade de aspectos, econômicos, sociais, culturais e políticos. A estréia de Lima foi marcante.

1.3 Aspectos da Literatura Colonial Brasileira.

O segundo livro de Oliveira Lima foi *Aspectos da Literatura Colonial Brasileira*, também escrito quando de sua estada na Alemanha. É interessante investigar as motivações que levaram Lima a escrever uma história da literatura. Elemento que nos parece fundamental é a vinda a lume da *História da Literatura Brasileira*¹⁸² escrita por Silvio Romero e publicada em 1888. O livro do escritor sergipano, uma pesquisa exaustiva sobre os escritores brasileiros desde a colônia, buscava flagrar, no fazer literário, a compreensão positiva do espírito nacional à moda dos mestres do romantismo alemão.

Romero tinha na época um papel importante entre os letrados brasileiros e, apesar de estar em atrito permanente com o grupo ao qual Lima se vinculava, liderado por José Veríssimo e Machado de Assis, era uma referência forte para o jovem pernambucano. Talvez tenha contribuído para esta empatia o germanismo do autor sergipano, análogo ao de alguns mestres que Lima havia tido no Curso de Letras.

¹⁸⁰ Idem. 295.

¹⁸¹ Sobre a historiografia nativista pernambucana do século XIX Cf. MELLO, Evaldo Cabral. *Rubro Veio. O Imaginário da Restauração Pernambucana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

¹⁸² Cf. ROMERO, Silvio. *História da Literatura Brasileira*. 4 tomos. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

O primeiro a fazer uma ligação direta entre os livros foi o próprio Oliveira Lima, que reconheceu prontamente o papel do texto de Romero para a sua obra¹⁸³. Entretanto, considerando que o livro do estudioso sergipano tinha pretensões a explicação global, a própria decisão de Lima de escrever outro livro tratando do mesmíssimo assunto demonstra que, apesar dos elogios, a obra não o havia satisfeito completamente.

José Veríssimo, que como já afirmamos no capítulo anterior se transformaria em pouco tempo em um forte aliado de Lima, se enciumou com a simpatia do jovem pernambucano por Romero, seu mais declarado desafeto. Ao fazer a crítica do livro do historiador pernambucano, afirmou-o superior ao de escritor sergipano, pois levava vantagem “no modo de apreciar os escritores, geralmente mais compreensivo e penetrante que o daquele¹⁸⁴”. Tratava-se, claro, de um flagrante exagero, uma provocação explícita a Romero, o mais ferino e atilado dos provocadores.

As críticas de José Veríssimo apontam para um problema que seria minorado, mas que nunca desapareceria da obra de Oliveira Lima: a prolixidade e a falta de foco no assunto abordado. O crítico paraense, mesmo sendo de todo simpático ao livro, não deixaria de dizer que a obra poderia ser reduzida a um terço de seu total sem prejuízo do argumento central. Para além disso, criticaria também a inclusão de Antonio José da Silva, o judeu, entre os literatos brasileiros, sendo que este somente nascera aqui, indo ainda menino para Portugal. Num livro de história literária, o recurso à busca de um personagem-chave parece vedado. Entretanto Lima, que tinha em sua utilização um recurso narrativo e estilístico, elege Gregório de Matos para o papel, identificando-o como o “fundador da literatura brasileira”. Talvez este seja o aspecto mais interessante do livro, pois a partir daí o autor pernambucano constrói uma interpretação muito interessante da obra do poeta baiano, por quem nutre uma admiração bastante pronunciada. É irresistível pensar que Oliveira Lima, ao encontrar no século XVI uma pena tão ferina e amiga da polêmica quanto a sua, tenha sentido algum tipo de funda identificação. Hildon Rocha, em interessante prefácio que abre uma das edições de *Aspectos da Literatura Colonial Brasileira* afirma, falando de Matos:

O poeta acabou punido pela represália dos figurões acertados pela terrível seta de sua mordacidade programática. Gregório de Matos sacrificou a posição

¹⁸³ Cf. LIMA, *Aspectos da Literatura Colonial Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, Instituto Nacional do Livro, 1984.

¹⁸⁴ VERÍSSIMO, José. *Estudos de Literatura Brasileira*. Vol. 6. p. 33

conquistada pelos seus então notórios méritos de jurisperito. Os seus propalados ‘desregramentos de hábitos e incontinência da sua língua’ acrescentaram-se aos motivos – e pretextos – que seus inimigos exploraram para incompatibilizá-lo com a respeitabilidade das funções judicantes¹⁸⁵.

As mesmas palavras não poderiam ser utilizadas para caracterizar Lima? Nabuco, quando a amizade dos dois já havia acabado, reclamava de “incontinência da pena” do conterrâneo, assim como Gregório de Mattos assumia a sua “incontinência da língua”. Deste modo o elogio de Oliveira Lima a Matos¹⁸⁶ era, em muitos sentidos, um autoelogio e, arrisquemos, a declaração de intenções de um polemista iniciante.

O primeiro capítulo, criticado por José Veríssimo como desnecessário, é muito marcado pela interpretação romeriana, que via nas características impostas pelas raças a chave explicativa para o desenvolvimento da literatura nacional. Esta seria um produto mestiço brasileiro e traria em si as características que cada raça havia lhe legado. Não é à toa que Veríssimo tenha se desgostado tanto com o primeiro capítulo da obra de Lima: ele trazia justamente o determinismo que o escritor paraense rejeitava na obra de Romero.

Outra característica deste primeiro capítulo é uma marca positivista, que não se repetiria em nenhuma das outras obras de Oliveira Lima. Para ficarmos em um exemplo, o escritor pernambucano toma emprestado ao ideólogo do positivismo a caracterização das raças que formaram a nacionalidade brasileira: os brancos teriam um caráter essencialmente especulativo, enquanto os amarelos seriam fundamentalmente ativos e os negros afetivos¹⁸⁷.

A marca mais forte do livro, entretanto, é a do historiador que já se apresentava. A crítica dos escritores, apesar de bem feita, pormenorizada e “compreensiva”, como afirmou o juízo abalizado de Veríssimo, é apenas o recheio de uma obra sobre história colonial. Isto se dá especialmente no capítulo quatro, dedicado ao estudo da Escola Mineira, conforme detectou

¹⁸⁵ ROCHA, Hilton. In. LIMA, Oliveira. *Aspectos da Literatura Colonial Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1984. p. 43

¹⁸⁶ Afirmar que Gregório de Matos era um rebelde não quer dizer que ele fosse um elemento progressista, como demonstrou sobejamente Alfredo Bosi em um lindo capítulo de seu *Dialética da Colonização*. O poeta baiano era na verdade um arcaísta, reagindo com incontinência ao processo de mercantilização vivido por sua província. Mas este arcaísmo não é mais um ponto de contato com nosso autor, capaz de estimular identidade? Cf. BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

¹⁸⁷ Cf. LIMA, Oliveira. *Aspectos da Literatura Colonial Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, INL, 1984. p. 63.

agudamente Hilton Rocha. Trata-se mais de um escrito de um historiador político de social do que de um estudioso da literatura¹⁸⁸.

Oliveira Lima planejava que *Aspectos da Literatura Colonial* fosse o primeiro passo, um estudo de antecedentes, para uma obra maior que ele pretendia escrever sobre o romantismo brasileiro. A não feitura desta segunda obra talvez seja um indicativo forte de que, ao perceber que a obra que escrevera era mais uma obra de história geral do que de história da literatura, Lima tenha decidido voltar o leito que iniciara com *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico*.

Em suma, *Aspectos da Literatura Colonial* nos parece um experimento interessante, que demonstrou o talento de Oliveira Lima para tratar de assuntos diversos. Talvez tenha se constituído em um exercício significativo para que o autor pudesse mais tarde se afirmar como um historiador capaz de utilizar, para além das fontes consagradas, mais objetivas, também as de cariz mais subjetivo, como as correspondências pessoais, as memórias, etc.

1.4 Nos Estados Unidos, Impressões Políticas e Sociais. Determinismo e americanismo

Obra determinante para a compreensão dos caminhos que Lima percorreu em seu pensamento é *Nos Estados Unidos, Impressões Políticas e Sociais*, publicado em 1889.

O livro é fruto dos estudos e observações realizados quando Lima serviu como diplomata nos Estados Unidos, entre 1896 e 1900. Este foi o período no qual a política externa brasileira viveu um processo de lenta flexão, migrando o seu eixo prioritário de relações da Inglaterra para os Estados Unidos. Esta complexa transição, realizada de modo relativamente dilatado no tempo, provocou intensas e ricas discussões em toda a América Latina e marcou de modo profundo a obra do autor pernambucano. Oliveira Lima foi, como já vimos no primeiro capítulo e voltaremos a ver no terceiro, um dos protagonistas deste embate de ideias.

Nos Estados Unidos, Impressões Políticas e Sociais reunia artigos publicados na *Revista Brasileira*, dirigida por seu amigo e defensor José Veríssimo, entre 1896 e 1899, além de artigos publicados no *Jornal do Commercio* entre 1896 e 1998. Este dado é fundamental para compreendermos a arquitetura do livro e tom das opiniões professadas por Lima.

¹⁸⁸ Cf. Idem. p. 8.

Tratavam-se de ideias sobre os Estados Unidos emitidas por um diplomata em atividade no país, justamente no momento em que a tarefa da legação brasileira nos EUA era promover, com todos os cuidados necessários, o processo de aproximação estratégica com a principal potência das Américas.

Dito de outro modo, era absolutamente fundamental para um diplomata resguardar-se de dar opiniões muito peremptórias, especialmente se ruins, sobre um país, especialmente se nele estivesse cumprindo uma missão. Em carta escrita a um interlocutor que não conseguimos identificar em função do desgaste do papel, Lima fala dos limites que tinha para descrever o presidente Castro da Venezuela:

O atual presidente é um tipo curioso, com um lado superior. Escrevi dele um perfil, tanto quanto podia dizer em um perfil sem ofender as conveniências do cargo¹⁸⁹.

Esta contextualização ajuda a matizar o caráter por vezes laudatório da análise que Oliveira Lima faz da sociedade norte-americana e se aplica igualmente a outros escritos do autor que tenham o mesmo caráter¹⁹⁰.

Duas questões nos parecem ser os elementos que vertebram esta obra de Lima sobre o Estados Unidos: sua caracterização sobre o imperialismo norte-americano e a comparação que o livro faz do processo de colonização nos EUA e no Brasil.

Para o intelectual pernambucano, o imperialismo norte-americano era natural, atávico, inevitável. Tratava-se de um impulso irresistível, irrefreável, fruto das grandes leis do desenvolvimento social e não de uma opção governamental – estas podiam, no máximo, acelerar ou procrastinar um processo já em curso. Em uma visão premida pelo darwinismo social, Lima parece encarar como uma lei natural do desenvolvimento dos povos a dominação de civilizações inferiores pelas superiores, vendo o processo, inclusive, como civilizatório e benfazejo.

Os casos de colonialismo norte-americano sobre os quais Lima se debruça com maior vagar são os de Cuba e Filipinas. Em ambos os países, a colonização ibérica – despótica, atrasada, supersticiosa – poderia ser substituída por algo superior.

¹⁸⁹ Carta a destinatário desconhecido datada de 15 outubro, 1905. Arquivo Público Estadual de Pernambuco. Fol 05.10.13. Fol. Ca 97 p. 96 s12

¹⁹⁰ Cf. LINS, Álvaro. *Rio-Branco. O Barão do Rio Branco (1845-1912)*. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1945.

Ou seja, neste momento, ao contrário do que veremos mais tarde, o autor pernambucano pensa que a colonização ibérica não é capaz de civilizar, ou, para ser mais exato, de preparar um povo para a entrada na modernidade. Neste contexto, um povo antes colonizado pelos ibéricos ganharia em ser colônia, formal ou informal, dos Estados Unidos. Em suas palavras:

Ninguém de boa-fé contesta, penso, que os Estados Unidos saberão colonizar melhor do que a Espanha, isto é, que saberão dotar as ex-colônias espanholas com condições de progresso material diferentes das que atualmente possuem. Havaí, que é de fato há mais de meio século uma colônia americana, de um lado, e do outro Cuba e Porto Rico, aí estão para serem cotejadas e responderem por si à interrogação, se fosse preciso formulá-la¹⁹¹.

Portanto, a situação de barbárie dos povos colonizados pela Espanha não tinha a ver *apenas* com aspectos raciais, mas também com o tipo de cultura legada pela metrópole, já que uma ocupação norte-americana poderia reverter a dinâmica ruim e talhar estes povos para o progresso.

Convivem em *Nos Estados Unidos* duas explicações para o atraso, uma de raiz racial, que via nos povos não arianos precárias condições para o desenvolvimento de uma civilização avançada, e outra de caráter cultural, que responsabilizava os espanhóis por uma colonização jesuítica e despótica. Há aqui uma composição entre racismo científico e crítica à cultura ibérica, tendo esta última o papel definidor na interpretação oferecida pelo autor de *Nos Estados Unidos, Impressões Políticas e Sociais*.

O segundo elemento que explica e naturaliza o imperialismo norte-americano tem raiz na economia mundial. Para Oliveira Lima os Estados Unidos, que haviam se desenvolvido com o forte concurso de capitais europeus, marcadamente ingleses, estavam se transformando de devedor em credor da Europa. Isso porque a traumática quebra da casa bancária Baring Brothers, as perdas oriundas da grande crise Argentina e o malogro dos investimentos no Canal do Panamá levaram pânico aos investidores, que em função disso repatriaram grandes massas de capital para a Europa, marcadamente para Londres. A sobra de capital no centro,

¹⁹¹ LIMA, Oliveira. *Nos Estados Unidos. Impressões Políticas e Sociais*. In: SOBRINHO, Barbosa Lima. (org). *Oliveira Lima – obra seleta*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1971. p. 916

quando a crise se amainou, levou a uma radical baixa dos juros e, conseqüentemente, a uma forte queda do montante devido pelos Estados Unidos.

Este processo fazia com que sobrasse muito capital nos EUA, já que o país havia estruturado uma economia pujante o suficiente para fazer frente ao pagamento das dívidas com alguma folga. Em um impulso natural das leis econômicas, portanto, a enorme massa de capital sobrando nos EUA necessitava buscar novos espaços para a sua remuneração. Isto não se fazia pacificamente, mas através de uma política ativa de conquista, fosse a conquista aberta, feita a *manu militari*, fosse a conquista matizada, levada a cabo somente pela ação diplomática, política e econômica.

A qualidade das análises dos grandes movimentos da economia internacional é uma constante na obra de Lima, o que está relacionado intimamente à sua visão de que a atividade do diplomata deveria ser muito mais voltada à questão econômica do que era. Neste particular, no estudo e compreensão da economia mundial, Oliveira Lima estava muito à frente tanto de Rio Branco, quanto de Joaquim Nabuco, os dois que formavam com ele, às vistas dos contemporâneos, a trinca de ouro da diplomacia brasileira.

O livro apresenta uma visão comparativa das evoluções dos Estados Unidos e do Brasil. Está movido pela disposição de, partindo do exemplo norte-americano, apontar caminhos para o desenvolvimento do país. Se já havia uma corrente bastante ampliada de pensadores que queriam adotar o caminho norte-americano, fração bem representada por gente como André Rebouças¹⁹², Oliveira Lima oferecia com seu livro mais um subsídio para este caminho, expondo quais eram, em sua opinião, os elementos da experiência norte-americana que o Brasil deveria seguir.

O tema da composição racial da população, que era um dos que pautava a intelectualidade da época, conforme afirmamos no primeiro capítulo, é uma preocupação constante no livro. Como não poderia deixar de ser para um autor ainda polarizado pelo determinismo, Oliveira Lima via na raça um elemento importante.

Entretanto, ao estudarmos os determinismos raciais da época, é sempre interessante buscar a distinção do que poderíamos chamar de *raça-raça* e de *raça-cultura*¹⁹³; na escrita de Oliveira Lima, é preciso identificar em quais momentos ele está falando de inferioridades de

¹⁹² cf. CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *O quinto século, André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro, Revan/Iuperj, 1998

¹⁹³ Guardadas as diferenças, uma visão análoga é apresentada por Ricardo Benzaquen em seu *Guerra e Paz*, livro que oferece uma interpretação de *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre. Cf. BENZAQUEN, Ricardo. *Guerra e Paz. Casa Grande e Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. São Paulo: Editora 34, 1994.

raça do ponto de vista biológico, e em quais ele está falando de inferioridades do ponto de vista da cultura. Ou seja, o termo *raça* é empregado com dois sentidos distintos.

Esta distinção não é de menor importância para se compreender a obra do autor, na medida em que, no segundo caso, que chamamos para efeito de exposição de “*raça-cultura*”, trata-se de um tipo de atraso que pode/tende a ser superado com o tempo, através do contato com “*raças* mais adiantadas” (culturalmente). Este contato podia ser provocado tanto pela conquista e (re)colonização quanto pelo instrumento da imigração em massa.

O sucesso do empreendimento norte-americano devia-se principalmente ao tipo de cultura legado pelos ingleses, que possibilitara o desenvolvimento de uma civilização moderna, democrática e, fundamentalmente, talhada para a busca incessante do progresso material. Justamente porque se tratava de algo vinculado fundamentalmente à “*raça-cultura*” é que o caminho norte-americano poderia ser seguido pelo Brasil, já que não havia obstáculos de caráter racial/biológico que fossem intransponíveis.

A proeminência do conceito de “*raça-cultura*” na interpretação de Lima também fica comprovada pela visão que o autor tinha do papel da Inglaterra nos Estados Unidos. Para Lima, o enorme sucesso da experiência norte-americana tinha a ver *também* com qualidades da *raça* anglo-saxã, mas tinha muito mais relação com o tipo de aclimação e de vivência que os que vieram de lá tiveram no solo americano¹⁹⁴. Aqui, talvez, Lima ecoasse o tipo de raciocínio de um historiador como Jackson Tunner¹⁹⁵, que creditava à influência da expansão da fronteira a criação da nacionalidade norte-americana. O seu livro *The Frontier in American History* havia sido publicado em 1893 e é bastante provável que Lima tenha tido contato com ele¹⁹⁶.

Oliveira Lima elogia em seus escritos coligidos em *Nos Estados Unidos* medidas que visavam o espalhamento do ex-escravos pelo território nacional e o aproveitamento destes nas fábricas, onde seu trabalho mais barato poderia fornecer melhores condições para o desenvolvimento. O autor pernambucano (em uma postura comum à época, mas que nos soa

¹⁹⁴ Análise bastante minuciosa e interessante desta visão de Lima sobre a Inglaterra se encontra em: GOUVEA, Fernando da Cruz. *Oliveira Lima: Uma biografia*. Op. cit. especialmente entre as páginas 95 e 119.

¹⁹⁵ Para um estudo comparativo entre as visões de Turner e de Lima consultar. SOUZA, Melissa Mello e, *Brasil e Estados Unidos*

¹⁹⁶ Oliveira Lima nutria muitas reservas em relação à Inglaterra. Reservas que, em alguns momentos de sua trajetória, se transformaram em uma verdadeira anglofobia. Isso talvez tenha origem no ambiente português no qual Lima se formou. Boa parte de seus professores, por exemplo, via a Inglaterra e sua postura imperial como fonte dos males de Portugal e tinham uma forte simpatia pela Alemanha. Isso não impediu, entretanto, que Oliveira Lima tenha tentado na maior parte de sua vida viver na Inglaterra, predileção que, nos parece, ia além da alegada proximidade com os arquivos. Trata-se de mais um dos aspectos contraditórios da figura de Lima.

terrível nos dias de hoje) critica todas as iniciativas que tentaram dar aos negros qualquer possibilidade de participação nos negócios políticos dos EUA. Afirmava que um país que havia tratado os negros como animais durante tantos anos, não poderia elevá-los de uma vez à condição de agentes políticos, sob pena de ver o ódio racial produzido por tantos anos de ignomínia dividir a sociedade de modo definitivo.

Na verdade, Oliveira Lima ataca o segregacionismo porque pensa que ele perpetuaria o ódio. Ao mesmo tempo considera que, em função dos graves erros cometidos pelos EUA no trato com os escravos, por demais violento, seria necessária uma integração lenta e continuada. Por isso ele elogia as medidas que têm a ver com a mistura do negro na população norte-americana. Dentre os meios para tanto, acredita que o caminho mais eficaz é a integração na indústria em expansão, em postos subordinados, o que garantiria mão de obra barata e, ao mesmo tempo, um processo seguro de integração social.

A visão de Lima sobre a democracia norte-americana e sobre a relação entre Estado e sociedade é outro elemento que merece destaque no livro. Para o autor, nos EUA, o elemento fundamental do progresso era o violento impulso econômico, combinado com uma cultura da busca pelo enriquecimento. Assim, apesar dos mecanismos democráticos, o que havia de fundamental na cultura norte-americana era o impulso por enriquecer. Por isso a política, apesar de ser aberta a todos, era vista com certo desinteresse, baseado em um “otimismo da indiferença”. Segundo o autor:

como um todo, a nação americana ignora ou não se interessa pelas lutas propriamente políticas e só conhece e se apaixona pelos conflitos econômicos – que outra coisa não foi no fundo a guerra pela abolição da escravatura e não é agora o movimento de expansão colonial, ainda que o ideal humanitário haja também servido numa e noutra questão de êmbolo propulsor¹⁹⁷.

Esta invasão do campo da política pelo interesse econômico, a ascensão dos novos ricos aos maiores postos públicos, vistos aqui como positivos e naturais, seriam duramente criticados pelo autor em um futuro próximo.

¹⁹⁷ Nos Estados Unidos (...) Op. cit. p. 115.

Assim, mesmo em um livro laudatório sobre os Estados Unidos, a democracia norte-americana não era o elemento que impressionava Lima. Ele a enxergava como submetida ao impulso pelo enriquecimento, subjugada e instrumental a ele.

É preciso notar que Oliveira Lima escrevia embebido em um ambiente profundamente marcado pela ideia de inevitabilidade do progresso, de darwinismo social, de determinismo racial, o que explica o seu elogio ao colonialismo. Soma-se a isso o fato de que, ao contrário de muitos de seus contemporâneos que pouco circularam fora do Brasil¹⁹⁸, Oliveira Lima adquiriu toda a sua formação na Europa justo no momento no qual a intelectualidade promovia (consciente ou inconscientemente) o arcabouço teórico e simbólico que naturalizava a sanha colonial.

Aqui é interessante recuperar o estudo de Edward Said, que retrata como as narrativas, especialmente os romances, mas também os livros de história, foram uma base da justificativa do processo de colonização. Para o autor, o imperialismo era “uma política, uma estética e até mesmo uma epistemologia”. Mesmo em relação a Joseph Conrad, autor de *Coração das Trevas*, talvez o mais pungente e impressionante romance de denúncia do colonialismo, afirma:

“é inútil procurar outras alternativas não imperialistas: o sistema simplesmente as eliminou ou as tornou inconcebíveis. A circularidade, o fechamento perfeito da coisa toda é inexpugnável não só em termos estéticos, mas também mentais¹⁹⁹”.

Mesmo que consideremos a expressão “círculo de ferro” um pouco radical, não podemos negar que era difícil, especialmente a partir da Europa, romper com a visão dominante.

Um choque civilizacional, entretanto, aguardava o Dom Quixote Gordo.

1.5 No Japão, Impressões da Terra e da Gente. O Choque Japonês

Em 1901 o diplomata foi indicado para cumprir uma missão junto à legação brasileira no Japão. É interessante notar que o historiador pernambucano resistiu tenazmente à sua

¹⁹⁸ Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha e Lima Barreto, para ficar em três contemporâneos de Oliveira Lima nunca estiveram na Europa.

¹⁹⁹ SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 112

indicação para o posto. Ainda que o deslocamento significasse uma promoção, Lima viu a mudança para a Ásia como um distanciamento do centro da civilização e como um óbice aos seus estudos históricos; o Japão não poderia lhe oferecer o material com o qual ele se fartava nos arquivos lisboetas e londrinos.

Entretanto, ainda no navio que o levava para a sua nova missão, a resistência de Lima começou a ser vencida. O contato com japoneses a bordo e as leituras que fazia como introdução à realidade complexa do país foram transformando esta indisposição em simpatia.

Depois da chegada, em pouco tempo de vivência no país, esta predisposição se transformaria em encantamento e Lima se abriu para uma experiência cultural apetitosa. Passava a ver a cultura do Japão como algo a apreender, e a ver os japoneses como um ramo intelectualmente interessante da família humana. Espécie de antropólogo²⁰⁰ amador, tentando sofregamente adquirir aparato intelectual para compreender o novo mundo à sua volta, o Lima determinista, naturalista e racista, toma, com a ida ao Japão, um verdadeiro banho de relativismo cultural.

Encantado com a arte, curioso com os costumes, interessado pela filosofia, Lima aproveitou os vinte e um meses em que viveu no país para um mergulho na cultura japonesa. Segundo Paulo Yokota, em prefácio escrito em 1997 ao livro de Oliveira Lima *No Japão, Impressões da Terra e da Gente*:

“Pode-se afirmar que não se conhece, ainda hoje, nenhuma obra de brasileiro sobre o Japão tão completa como esta pioneira contribuição de Oliveira Lima. Mesmo comparada com as de autores em língua estrangeira, poucos chegaram a observações tão precisas e cheias de sensibilidade, penetrando no âmago da alma japonesa²⁰¹”

Entretanto, *No Japão* é mais do que um livro de viagem escrito por um observador arguto. Supera bastante em qualidade *Nos Estados Unidos*, apresentando um tipo de relato mais

²⁰⁰ Os pendores de Oliveira Lima para leituras de tipo antropológico, registradas especialmente em *Dom João VI no Brasil*, seriam registradas por Roberto da Matta, Gilberto Freyre e Guilherme Pereira das Neves. Cf. NEVES, Guilherme Pereira das Neves. *Dom João VI no Brasil*. In: MOTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*. São Paulo: SENAC, 2000. MATA, Roberto. Resenha em O Globo, caderno Prosa e Verso, Rio de Janeiro, 29 junho, 1996, pp. 1-2. FREYRE, Gilberto. *Dom Quixote Gordo*. Op. cit.

²⁰¹ YOKOTA, Paulo. In: LIMA, Oliveira. *No Japão, Impressões da Terra e da Gente*. São Paulo: Toopbooks, p. 9

complexo, que consegue articular, de modo muito mais sofisticado, aspectos sociais, históricos e políticos, em um estilo que se consolidaria em *Dom João VI no Brasil*. Comparando o livro de Lima sobre o Japão com outro sobre o mesmo tema escrito pelo diplomata Luis Guimarães Filho, o intelectual português Fidelino Figueiredo afirma:

A obra do primeiro [Oliveira Lima] é um substancioso tratado, espesso e integral sobre o Japão, que sua crítica inteligência busca explicitar objetivamente na suas antigas relações com os portugueses, no seu isolamento, na sua repentina europeização e na hábil defesa de seu peculiarismo nacional. Há muita e muita penetrante análise direta neste livro valioso, há também grande conhecimento da moderna literatura japonista, e há ainda um lúcido esforço interpretativo, mas só por via intelectual. Pelo contrário, *Samurais e Mandarins* é um livro de emoção, em que a comovida sensibilidade do autor [Luis Guimarães Filho] vai sem plano registrando em vívida linguagem os aspectos que mais tocaram o seu sentimento, quase todos externos. Enquanto Oliveira Lima inquiriu e explicou tudo com método, Luís Guimarães gozou o Japão, não se preocupando que sua visão de Nippon não fosse completa e se reduzisse a uma espécie de antologia emotiva²⁰².

Entretanto, só este interesse pela cultura japonesa talvez não fosse suficiente para amolecer a visão determinista do autor. A pedra de toque da experiência japonesa de Lima foi seu balanço do processo de modernização vivido pelo Japão e que ele pôde acompanhar como observador privilegiado. Dito de outro modo, um Lima extasiado diante do Japão, descobriu que a acelerada modernização à japonesa era marcada por um mecanismo de apropriação do novo que não necessitava anular o velho; pelo contrário, se apoiava nas antigas tradições para melhor se aclimatar. Este caminho se transformaria na via defendida por Oliveira Lima para a modernização brasileira.

Aqui o historiador pernambucano se distanciaria definitivamente de toda a historiografia jacobina e republicana que tinha em relação ao passado uma atitude iconoclasta e que considerava que a obra da modernização começava do zero, ou até mesmo de um patamar negativo, dado o passado ibérico.

Para o autor o longo período de isolamento consciente vivido pelo Japão durante a dinastia dos Tokugawa, onde todo o contato com o exterior foi evitado, havia forjado um tipo de

²⁰² FIGUEIREDO, Fidelino. In: LIMA, Oliveira. *No Japão, Impressões da Terra e da Gente*. São Paulo: TOPBOOKS, MEC, 1997. p. 16,17.

cultura baseada no nacionalismo, na disciplina, no senso de hierarquia, na ausência de abertura para as frivolidades da modernidade. Isso permitiu que o Japão, quando se abriu, levasse a cabo um tipo de modernização que não anulou as tradições do país. Em suas palavras:

As ideias e as invenções de fora são absorvidas sem que se perca o cunho nacional, como parece ser o receio do patriotismo chinês, ao assustar-se com as inovações. A poesia clássica japonesa, manifestação toda particular, floresceu, sobretudo no período de importação da civilização continental búdica, e as damas da corte imperial, cuja tradição de gosto poético até hoje se manteve, foram as intérpretes desse conservantismo literário que se coadunava perfeitamente com a animação dispensada a todas as indústrias de luxo originadas da convivência coreana.

O Japão introduziu estradas de ferro, telégrafos, telefones, todo o material moderno, mas, na sua vontade deliberada de conservar os estrangeiros à respeitosa distância, quer tudo isso japonês, na propriedade quando não possa ser no aspecto, e com afã e rara e característica confiança nos próprios recursos (...) ²⁰³

Este tipo de modernização que se apoiava nas tradições só era possível porque havia sido realizada pelo alto, de modo dirigido por um poder consciente do caminho a ser traçado. Daí a insistência de Lima no elogio à disciplina, ao comedimento, ao respeito quase religioso pelo poder do imperador – ele havia garantido que este tipo de condução complexa fosse levada a cabo.

Esta transição pelo alto também garantia que os interesses particulares, tão visíveis na América hispânica e, porque não dizer, na inglesa, não se sobrepusessem, no caso japonês, a uma vontade coletiva que só poderia ser interpretada pelo Estado.

Esta admiração pela modernização pelo alto, que Lima também devotaria à Alemanha de Bismarck, trincaria o liberalismo de Lima, sem nunca, entretanto, eliminá-lo. Daí para a frente, na obra do historiador, poderemos encontrar a convivência, algumas vezes tensa, entre uma visão liberal, que defendia o sufrágio universal, as atribuições do parlamento, a propriedade, a iniciativa individual e a libertação feminina ²⁰⁴, com a defesa da ordem, da

²⁰³ LIMA, Oliveira. *No Japão, Impressões...* Op. Cit. p. 44,45.

²⁰⁴ O tema da condição feminina foi tratado muitas vezes por Oliveira Lima. É muito raro, dentre os seus muitos escritos de viagem, o que não buscasse notar a situação das mulheres em relação aos homens. Em *No Japão, Impressões da Terra e da Gente* e em *Nos Estados Unidos*, o tema tem grande importância. Lima também fez conferências inteiras tratando da questão, sempre com uma visão, guardada a situação da época e a

obediência aos poderes constituídos, da proeminência do Estado nos campos mais diversos, da manutenção das velhas tradições.

Assim, a experiência japonesa contribuiria para tirar Oliveira Lima do remanso das certezas, tão típicas do período, para a percepção da enorme complexidade da realidade social. Talvez não seja arbitrário notar que esta derrocada das certezas, que causaria em tantos pensadores uma sensação angustiosa, foi para Lima uma descoberta feliz. O tom geral do livro – ameno, fresco e em todo simpático à diversidade, nos parece demonstrar isso de modo bastante claro.

O único momento do livro em que Oliveira Lima parece demonstrar certa angustia é quando ele percebe, de modo surpreendente, que mesmo com toda a resistência, a modernização destruiria o que o Japão tinha de mais bonito: suas tradições e características culturais marcantes. O escritor pernambucano constata, depois de se derramar em uma narrativa amorosa sobre o país, num repente, que não há passado capaz de se perpetuar diante da violência do progresso:

Com o regime industrial dominante (...) a separação das classes, cavada pelo dinheiro, será tão profunda quanto foi no antigo regime a cavada pelo orgulho militar.

Na pujança fabril reside, contudo, a condição sine qua non da prosperidade e, portanto da grandeza do Japão. Como um vírus maligno ela, porém, envenenará a alma japonesa. A riqueza e o imperialismo caminham de mãos dadas, e de mãos dadas também precipitar-se-ão um dia ao abismo, arrastando consigo a nação que içaram até o tope da montanha²⁰⁵

Provavelmente chocado com a violência da própria conclusão, tão diametralmente oposta ao que ele havia afirmado no frio e pragmático *Nos Estados Unidos*, Oliveira Lima tenta contemporizar a afirmação, com a profissão de fé de um otimismo de nota forçada:

. (...) O velho Japão subsistirá sem dúvida eternamente em aspectos múltiplos e ricos de tradição, de graça e de sedução. A opulência não leva a renegá-los, antes

sua condição de homem, bastante progressistas. Se compararmos sua visão com a de Humberto Campos, por exemplo, podemos constatar esta realidade. Cf. CAMPOS, Humberto. *Melhores Crônicas de Humberto de Campos*. São Paulo: Global Editora, 2008.

²⁰⁵ LIMA, Oliveira. *No Japão, Impressões da Terra e da Gente*. São Paulo: TOPBOOKS, MEC, 1997. p. 175

dá-se o luxo de perfilhá-los, e na decadência, então, esses aspectos tornam-se mais visíveis e saudosos. O novo Japão é que terá que revelar-se pela fundição do caráter nacional num molde de ouro, o qual o bushidô ou espírito de cavalaria renega, porque só lhe era familiar e querido o molde de bronze em que fora vazado o seu regime feudal²⁰⁶.

É preciso aquilatar toda a dimensão do significado deste reconhecimento por parte de Lima. Na visão do racismo científico, que fazia parte dos esquemas explicativos do autor até então, os orientais eram um dos ramos mais atrasados da família humana. Para se constatar isso basta nos remetermos ao debate feito no Brasil e em outros países em fins do século XIX sobre a promoção da imigração chinesa para substituir o trabalho escravo, no qual a visão média sobre os asiáticos fica bastante explícita.

Oliveira Lima, pelo contrário, em grande parte dos assuntos abordados no livro marca a superioridade do Japão frente à Europa em tintas fortes. Para falar da questão racial afirma que os japoneses não querem mistura com os europeus, porque têm um profundo orgulho de raça. Em outro momento, ao caracterizar o trabalho dos missionários protestantes que insistiam em pregar aos japoneses a partir de uma postura professoral diz Lima:

Em vez de pregarem temperança a cules que, depois de uma jornada fadigosa, se contentam com um bochecho a mais de saquê, porque não vão os missionários recomendá-la a marinheiros que regurgitam litros de uísque, ao ponto de asseverarem dois grandes armadores de Liverpool que não há vapor mercante que saia das docas inglesas, exceção feita dos melhores paquetes, cuja oficialidade e tripulação não estejam debaixo da influência do álcool? Em vez de aconselharem mansidão a homens que não brigam, nem ralham, nem se decompõe a propósito de tudo, e tanto que a língua japonesa, no dizer dos filólogos que a hão estudado, não tem juras e é deficientíssima em termos injuriosos, por que não ensiná-la a indivíduos que fazem do boxe e da faca um argumento persuasivo em corriqueiro? Em vez de apontarem decência e a moralidade a um povo que, praticando muito embora o vício, porque a natureza humana não pode ser exclusivamente virtuosa, o confina, esconde e até disfarça poetizando-o, porque não incuti-las em povos que, materializando e dourando o pecado, o exaltam e glorificam por seus atos de forma muito mais sugestiva?

²⁰⁶ LIMA, Oliveira. *No Japão, Impressões...* op. cit. p. 175

Um instante de reflexão serena e imparcial mostrará à farta que mais razão assistiria aos japoneses se despachassem para a Europa, desta terra da suavidade, onde os velhos não têm rabuge e as crianças quase não choram, umas dúzias de missionários xintó e budistas que tentassem purificar a atmosfera moral do East End e outros bairros miseráveis europeus, cujo mal se espraia muito à vista porque a pobreza é demasiado nua para encobri-la²⁰⁷.

Ao reconhecer que os japoneses tinham tantas vantagens culturais, já que estavam promovendo uma modernização elevada e apontavam um caminho que poderia servir de parâmetro para o Brasil, o autor rebaixava em seu esquema explicativo o determinismo racial. Na verdade, o livro eleva o que chamamos anteriormente de raça-cultura para a condição de chave explicativa principal. Veremos que este equilíbrio mudaria em obras posteriores, mas a visão do autor sobre o Japão feriu de morte o esquema mais rígido visto em *Nos Estados Unidos*.

Isso não significou, entretanto, o abandono completo do racismo científico. Na verdade, em nossa visão, a experiência japonesa abriu espaço para uma superação que só aconteceria de modo mais completo a partir de *O Movimento da Independência*, livro publicado em 1921. No seu livro *Impressões da América Espanhola*, coletânea de artigos publicados em O Estado de S. Paulo, há uma abordagem parecida com *Nos Estados Unidos, Impressões da Terra e da Gente*, muito marcada pela questão racial. Trata-se, portanto, de um processo bastante complexo, lento, com idas e vindas. O determinismo racial foi, de todos, o de mais difícil (e poderíamos dizer, incompleta) superação.

A nossa hipótese é a de que a obra *No Japão, Impressões da Terra e da Gente* marca um momento especial em sua trajetória, na medida em que o “choque japonês” abre o espaço em sua sensibilidade a outro tipo de postura diante do conhecimento. A enorme complexidade da realidade com a qual Oliveira Lima teve contato contribuiu para que o autor adquirisse, diante da realidade uma postura mais humilde e diante da história uma consciência da complexidade da disciplina.

Oliveira Lima percebia que o tipo de civilização que o Japão construía era tão diversa da dos outros ramos da humanidade e tão complexa que para explicá-la era necessário mobilizar um tipo de aparato teórico que, em grande parte, nem estaria disponível para um intelectual ocidental. Esta complexidade imensa talvez tenha lhe mostrado que o correr da vida humana

²⁰⁷ LIMA, Oliveira. *No Japão, Impressões da Terra e da Gente*. São Paulo: TOPBOOKS, MEC, 1997.

não pode ser compreendido a partir de quatro ou cinco leis científicas do desenvolvimento social.

Se em *Nos Estados Unidos*, Oliveira Lima considera que só há um caminho para o progresso, todo ele baseado na cultura de origem anglo-saxã desenvolvida nos EUA, onde os interesses particulares, o individualismo, o culto à riqueza, são condições *sine qua non* para o avanço rumo à modernidade, em *No Japão* o autor descobre que o caminho para o futuro está franqueado para outras culturas. Passam a existir as condições para que o autor abandone progressivamente a prescrição de um americanismo radical e passe a defender que o Brasil construa um caminho próprio para a modernização que se baseie em suas tradições.²⁰⁸

O choque japonês teria outro papel fundamental, o de permitir que Oliveira Lima mudasse a sua visão sobre a colonização ibérica. Se em *Pernambuco seu desenvolvimento Histórico*, os portugueses eram gente cúpida e disposta ao crime, que estivera na Ásia com o único intuito de roubar, conforme a citação que apresentamos no início do capítulo, em *No Japão* o autor afirma:

Também – e por certo as oitavas de Camões, recordando perenemente tantas glórias, são um dos motivos máximos da infalível sugestão – o nome português brilha para nós no Oriente com uma luz vivíssima, assim como a língua do poeta vibra para sempre em palavras soltas nas línguas dos diferentes estranhos povos com que o Reino esteve em contato (...)

(...) é triste registrar que os portugueses do Oriente agora pela maior parte se acanham de ser portugueses. A decadência de hoje, comparada com a passada grandeza e com a prosperidade presente de outras metrópoles poderosas, os move a acolherem-se de preferência à larga sombra da bandeira britânica, esquecendo a

²⁰⁸ Talvez este despertar de Oliveira Lima para o papel da tradição tenha a sua melhor representação no tipo de visão apresentada pelo autor sobre um caso bastante inusitado. Logo que chegou ao país um líder político japonês de propostas europeizantes, relativamente contrário às tradições japonesas, defensor, por exemplo, do fim da educação tradicional ministrada no país, foi assassinado por um militante tradicionalista. Diante do crime a opinião pública se dividiu com uma importante parte da população apoiando, explícita ou implicitamente, o assassino. A narrativa do fato feita pelo escritor pernambucano nos parece de todo simpática à ação do criminoso. Enquanto a vítima, Hoshi Toru, é retratada por Lima como um político corrupto, oportunista, arrivista social, portador de uma “fama de desonestidade pública que o tisonava”, “advogado proscrito”, o homem que o matou, Iba Sotaro, é o “filho de um samurai” homem “fora de seu tempo”, “cultor da nobre arte da espada”, parte da categoria dos samurais que são “nervos e cérebro da nação, aspirando, pela prática do valor e exibição do mérito, às honras e posições que nos velhos tempos recompensavam a bravura e o devotamento”. A descrição dos contendores trai o fato de que, ao narrar a luta entre o novo e o velho no Japão Oliveira Lima ia se libertando das cadeias do evolucionismo e expiando sua visão determinista.

nacionalidade e em muitos casos até a língua de seus maiores (...). Os naturais de Macau, por exemplo, dizem-se fora quase todos oriundos de Hong Kong, sem mais se lembrarem que Macau é um posto europeu há quatro séculos quase e Hong Kong há pouco mais de meio século apenas²⁰⁹.

Como conclusão quase inevitável, o autor chega à formulação que o acompanharia daí por diante: o Brasil devia valorizar seu passado e suas tradições ibéricas e, ao contrário do que pensara até então e do que sustentavam a maioria dos pensadores do início da República, o passado português não era um opróbrio, mas um trunfo:

Nós porém brasileiros, não temos iguais motivos para olvidar ascendência e, demais, andamos todos hoje em dia tão *pétris d'histoire* que mal podemos furtar-nos aos pensamentos gradiloquos, privilégio noutras eras dos espíritos cultos.

Não logramos esquecer-nos, pelos portos percorridos da Arábia, do Ceilão, da Indochina, onde a esta hora tremulam todos os pavilhões, que já foi o português o único a afoitar-se a flutuar: antes a cada instante nos recordamos que, dentro os europeus, foram os portugueses os primeiros, chegados pelo mar, a desembarcar sem medo, mercadejar sem descanso e dominar sem peidade nas terras tropicais, gordas, férteis e luxuriantes do continente asiático, tanto quanto nos seus areais inóspitos, bordados de rochas nuas e negras (...)²¹⁰

Em outra mudança fundamental, o autor passa a valorizar o papel desempenhado pela igreja católica, especialmente pelos jesuítas. Assumiria, assim, o seu “catolicismo histórico²¹¹”. Se em *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico* Oliveira Lima havia visto os homens da Companhia de Jesus como responsáveis por uma colonização despótica das almas e os padres como gente cúpida e interesseira, em *No Japão* sua visão se alteraria radicalmente:

²⁰⁹ Idem, p. 28

²¹⁰ Ibidem, p. 29

²¹¹ “Devo dizer que nunca ouvi um sermão que me satisfizesse e que acho que o púlpito lucraria com mais ensino de moral que de teologia. Se não sou um católico praticante e meu espírito se rebela contra certos dogmas, nutro no entanto um sentimento que eu já defini como ‘catolicismo histórico’. Aprecio e exalto os benefícios que a religião cristã, mais do que qualquer outra trouxe à civilização, e admiro a disciplina eclesiástica que permite o cumprimento de tão sublimes feitos de abnegação e de sacrifícios como, por exemplo, o dos jesuítas que em todo o mundo imolaram suas vidas pela fé e vazaram no século XVI em moldes duradouros a cultura do Brasil que sem eles teria crescido disforme e repelente”. LIMA, Oliveira. *Memórias, estas minhas reminiscências*. Recife: Secretaria de Cultura 1986. P. 9.

Os missionários jesuítas abordaram ao Japão num momento particularmente apropriado ao êxito da sua *generosa propaganda*, na qual se viram, por motivos políticos e em ódio aos monges budistas que insuflavam a anarquia feudal para fazê-la redundar em proveito próprio (...)

Em primeiro lugar o catolicismo acabava de atravessar a grande e temerosa crise da Reforma e apresentava-se, ele próprio reformado de abusos, melhorado e disciplinado. O Concílio de Trento consolidara-o tanto sob o ponto de vista dos dogmas como da organização, e a criação da milícia jesuítica, de defesa do ideal católico, estava-lhe fornecendo alguns dos seus tipos mais acabados e perfeitos, na faina de realizar a desmedida ambição moral da Ordem, que era a unidade do gênero humano sob o regime da igreja [Grifo Nosso]²¹².

Dentro de seu método (ou estilo, como já vimos) de escolher personagens-chave que aparassem a narrativa, ao falar dos jesuítas, Oliveira Lima escolhe São Francisco Xavier, co-fundador da Companhia de Jesus e conhecido como Apóstolo do Oriente. É claro que a escolha tem muito a ver com o grande número de relatos em língua acessível (Oliveira Lima não dominava o japonês) que tinham Xavier como personagem central. Mas a identificação do próprio Lima com personagens que pregavam com veemência para públicos hostis ganhava novo capítulo. Em suas palavras:

A audaz tentativa do apóstolo foi de todo ponto infrutífera na capital, que ele logo abandonou por seara mais proveitosa. A sua política era acertada: induzir primeiro os grandes e os governantes para então atuar, de cima para baixo, sobre o povo; mas partia infelizmente de um ponto errôneo, apresentando-se andrajoso e piolhoso, segundo com louvor narra Fernão Mendes Pinto, numa terra em que o asseio é indispensável e o luxo tanto mais acatado quanto é dado a poucos, por escassez de bens ou antes de opulentos, e mesmo por concepção, exhibi-lo. Um cardeal perfumado, pomposo e espetaculoso, com um cortejo de monsenhores, de guardas nobres e de alabardeiros, ferindo a imaginação japonesa, poderia, com presentes e dádivas, chegar sem demora até a presença dos conselheiros íntimos do Micado: nunca o lograria um eclesiástico roto e mal lavado, que só pela bravura, fervor e paciência impressionaria *à la longue* o seu auditório²¹³.

²¹² LIMA, Oliveira. *No Japão, Impressões da Terra e da Gente*. São Paulo: TOPBOOKS, MEC, 1997. pp. 16,17.

²¹³ Idem. p. 75

A mudança de visão de Lima estava, por óbvio, associada à sua nova avaliação da colonização ibérica, já que o aspecto missionário é um dos elementos fundamentais da empreitada colonial. Não era possível reformar sua visão do papel português, sem mudar suas afirmações sobre o papel exercido pelos missionários católicos no oriente.

O Japão seria, daí por diante, uma forte referência de Lima. O autor criou com a terra do sol nascente uma relação de profundo respeito e admiração, que seria invocada nos momentos mais diversos de sua vida.

1.6 Dom João VI no Brasil

Oliveira Lima foi retirado do Japão pelo Itamaraty para ser transferido para o Peru. O posto era importante, dadas as complexas negociações fronteiriças a serem feitas com o governo de lá e com a Bolívia, mas era indesejado pelo historiador pernambucano que esperava, depois de uma estada em local tão distante, ser locado em algum lugar da Europa.

Para tentar evitar o deslocamento, Lima buscou o apoio prestigiado de seu amigo cada vez mais próximo, Joaquim Nabuco. O autor de *Um Estadista do Império* gozava de enorme prestígio e mandou uma carta bastante forte para Rio Branco, pedindo para que a transferência de Lima fosse revista²¹⁴.

Rio Branco, entretanto, não vacilou em sua decisão, já que estava absolutamente concentrado neste período em resolver os problemas fronteiriços do país e não demonstrava disposição de ceder às idiossincrasias de uma das estrelas da constelação de letrados que tinham posto no Itamaraty. Um telegrama algo grosseiro de Rio Branco cobrando a presença imediata de Lima no Rio de Janeiro para receber as instruções concernentes à ida ao Peru foi, na opinião de Fernando da Cruz Gouvêa, o elemento que deu início à escalada de hostilidades entre o Barão e nosso personagem. É importante notar isso porque, como já

²¹⁴ A interessante carta de Nabuco tem o seguinte teor: “O Oliveira Lima passou por Genova onde estivemos juntos. Vem muito cansado da travessia, tem que fazer nova para ir receber suas ordens e está com grande medo de ser forçado depois do Japão a ir para o Peru. Eu prometi-lhe que escreveria a V. Para telegrafar-lhe uma palavra para Madri sobre suas verdadeiras intenções quanto a ele. Suponho, com efeito, que V. só o fará empreender essa nova viagem aos antípodas se precisar absolutamente dele em Lima por causa das complicações do Acre. Como sei o conceito que V. faz dele, penso que V. não mandará para tão longe senão por força maior um dos mais hábeis auxiliares de que V. pode dispor em nosso Corpo Diplomático. Cf. GOUVEA, Fernando da Cruz. Op. Cit. p. 524.

vimos e continuaremos vendo, da crise do diplomata nascerá o Oliveira Lima que escreveu *Dom João VI no Brasil*.

Oliveira Lima embarcou para o Brasil, depois de breve estada na Europa, em dez de junho de 1903 de onde vinha, muito contrariado, se apresentar ao Barão para seguir para o Peru. A esta altura, o diplomata pernambucano pensava seriamente na possibilidade de encerrar completamente sua trajetória diplomática e se dedicar de corpo e alma ao jornalismo e aos estudos históricos.

Parece-nos importante esta pequena digressão biográfica para afirmar (ou de certa forma reafirmar, já que tratamos disso no primeiro capítulo) que havia um equilíbrio complexo entre as atividades de historiador e de diplomata de Lima. Em uma primeira fase, quando sua trajetória era fundamentalmente a de diplomata, seus escritos de historiador nos parecem fundamentalmente subsidiários à construção de sua carreira, serviam para aumentar as suas credenciais, para melhor localizá-lo dentre os seus pares. A atividade de diplomata pede aos seus membros, especialmente aos mais proeminentes, habilidades no que diz respeito à história, já que boa parte das justificativas para pleitos, disputas, é assentada em argumentos históricos.

Assim, a disputa com Rio Branco fez Oliveira Lima desencantar-se com a diplomacia. Sua atividade de historiador, antes subsidiária à carreira de diplomata, passa a ganhar absoluta centralidade. O trabalho de Lima no Itamaraty, que ainda subsistiria por nove anos, passa a ser mero ponto de apoio (financeiro, inclusive), para sua faina de historiador.

Isso tem implicação imediata em sua obra, daí o giro que representa *Dom João VI no Brasil*. O livro, ao contrário dos anteriores, pela primeira vez busca oferecer uma interpretação original, própria, sobre o sentido geral do desenvolvimento da história brasileira. Com os olhos abertos pelo “choque japonês”, já conseguindo vislumbrar a possibilidade de caminhos originais que levassem à modernização, sensível para a possibilidade de dar valor à tradição, Oliveira Lima pôde fincar a primeira estaca de sua tríade²¹⁵ interpretativa.

No período do seu “castigo” no Rio de Janeiro, passou dias inteiros na Biblioteca Nacional, preparou a edição de sua *Relação de Manuscritos do Museu Britânico* patrocinada pelo IHGB (que lhe consolidava a condição de principal erudito brasileiro no que dizia respeito à documentação existente na Europa), foi recebido pelo Instituto em sessão especial e tomou

²¹⁵ A tríade seria formada, em nossa visão por *Dom João VI no Brasil*, *O Movimento da Independência e O Império Brasileiro*. Dos dois últimos falaremos adiante.

posse na Academia Brasileira de Letras na presença do presidente da República. O tempo livre passava “na Garnier (...) com o Machado, o Veríssimo (que acho magro e abatido), João Ribeiro, Silva Ramos, Medeiros e Albuquerque²¹⁶”. Ou seja, Lima curava as mágoas da vida diplomática aprofundando os laços com uma rede de sociabilidade que lhe fagocitava cada vez mais para a vida intelectual. Além de desfrutar deste tipo de relação, da qual gostava muito, preparava entre os seus pares a recepção para o livro que escrevia.

Conforme dissemos no primeiro capítulo, havia grande expectativa sobre a publicação de *Dom João VI no Brasil*. Todos sabiam que Oliveira Lima pesquisava sobre o tema há muitos anos, tinha tido acesso à documentação nos principais arquivos da Europa, dedicara-se de corpo e alma à conclusão de um livro que, segundo sua expectativa e de seus amigos, marcaria época. De acordo com Octávio Tarquínio de Souza:

Para levar a cabo a grande obra, o homem suscetível e brigão nascido para espadachim não obstante sua corpulência de obeso, forjou uma pachorra de velho frade e durante anos se entretive nas coleções do Arquivo Nacional, da Biblioteca Nacional, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério dos Negócios Estrangeiros da França, do Departamento de Estado dos Estados Unidos, da Embaixada Americana no Brasil, do Museu Britânico, da Real Biblioteca da Ajuda. Muitos dos documentos em que se apoiou eram inéditos ou só tinham sido manuseados por um ou outro pesquisador menos atilado e sobre eles não se havia até então feito qualquer trabalho²¹⁷.

O livro veio a lume somente em 1908 e era a obra mais ambiciosa sobre a história nacional escrita desde a História Geral de Varnhagen. Falamos em obra sobre a história nacional porque o livro está longe de se restringir a uma história da corte, do Rio de Janeiro, ou a uma biografia de Dom João VI. Trata-se de um texto que articula de modo muito complexo as dimensões mais variadas da vida, em um esforço de reconstituição global que lembra a narrativa de Jules Michelet.

É ainda, em sua grande ambição, um narração complexa dos caminhos pelos quais o Rio de Janeiro e a corte iniciaram o movimento centrípeto que plasmaria a unidade nacional, tarefa só concluída pelo Império. Dito de outro modo, o livro não é a biografia que visa recuperar a

²¹⁶ GOUVEA, Fernando da Cruz. *Oliveira Lima, uma biografia*. Op. cit. p. 666.

²¹⁷ SOUZA, Octávio Tarquínio. *Prefácio à 2 edição de Dom João VI no Brasil*. In: LIMA, Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

figura vilipendiada de Dom João VI, conforme é apresentado na maioria das vezes. É fundamentalmente a narrativa dos processos – sociais, políticos, culturais e econômicos – através dos quais a corte no Rio pôs em movimento *o moto* que formaria a nacionalidade brasileira.

A crítica ao livro feita por Capistrano de Abreu, que se ressentiu da demora de Oliveira Lima de tratar da abertura dos portos, nos ajuda a compreender qual o verdadeiro sentido da obra. O objetivo do autor era justamente abrir o foco, já que a maioria dos estudos sobre o período centraliza na abertura do comércio toda, ou quase toda a transcendência da presença da corte.

Há no autor pernambucano uma visão complexa da interação entre os processos e os sujeitos, onde as habilidades, inabilidades, formações e deformações de caráter dos grandes personagens têm papel, mas não são o determinante. Assim, a decisão do sujeito Dom João VI de vir ao Brasil é vista como algo determinante, mas também como parte de um processo histórico vertiginoso, objetivo, poderoso, que foi a expansão napoleônica. Se há a opção feita pelo indivíduo, esta não é feita livremente, ao talante do agente, mas é condicionada por processos complexos e fora de seu controle.

Ao demonstrar que a opção pela vinda ao Brasil era um debate bastante antigo e afirmar que a história deste debate esteve o tempo todo condicionada pelas fases distintas do longo processo de decadência de Portugal, o autor articula de forma complexa o objetivo com o subjetivo, a estrutura com os agentes.

Para a economia de nosso trabalho, é fundamental perceber que o livro apresenta o período anterior à chegada de Dom João com tintas razoavelmente lisonjeiras. A vinda de Dom João é inaugural em certo sentido, mas não em todos, já que a obra da colonização portuguesa havia criado as condições para que a presença da corte cumprisse o papel fundador que acabou cumprindo.

Um dos momentos em que fica clara esta visão positiva da colonização é a caracterização do Rio de Janeiro colonial como certa Lisboa tropical, onde, na comparação com a metrópole, a natureza luxuriante, a beleza física, substituía o que faltava de urbanidade na nova morada da corte. Em suas palavras: “(...) era o Rio, tomado no conjunto, uma espécie de Lisboa,

irregular e ainda assim banal, com os documentos artísticos de menos e uma frondosíssima vegetação a mais”²¹⁸.

Seria uma constante no livro uma espécie de valoração social e *mesmo civilizacional* da beleza natural do país, marcadamente no caso das cidades do Rio de Janeiro, do Recife e de Salvador. Para Lima não havia a oposição intransponível entre cultura e natureza, mas algo como uma interação, que superava tanto a dicotomia do romantismo, que via o bucolismo campestre como algo melhor do que a vilania da cidade, quanto a do cientificismo *tout court* que via a natureza como um adversário a ser domado²¹⁹. Neste sentido, para Lima, a beleza natural do Brasil foi elemento fundamental para aclimação de Dom João e dos seus auxiliares que se afeturaram ao Brasil e que dele não quiseram sair. Para isso, como para tantas outras coisas mais no livro, se apoia no depoimento do corpo diplomático estrangeiro²²⁰.

Luccock teve uma verdadeira intuição desse estado d’alma do soberano ao escrever as seguintes palavras, a propósito da diligência empregada pelo gabinete de Londres e particularmente por lord Strangford para, depois da paz geral, promover o regresso para a Europa da dinastia que eles próprios tinha decidido a exilar-se: ‘o frio e fleumático político do norte raramente calcula o efeito das belas paisagens sobre o espírito humano; pois de contrário não esperaria que a corte de Portugal deixasse sua nova residência. Esta influência é silenciosa, mas poderosa; seu operar é universal e perpétuo, renovado por cada sol nascente e ajudado por cada luar refulgente. Ela há aqui frequentemente combatido o estímulo do interesse e destruído a persuasão do argumento, e é geralmente mais eficiente nos espíritos que menos se apercebem do seu exercício. A sugestão da natureza tem contribuído para tornar a corte portuguesa desejosa quase de alterar a sua designação, e os estrangeiros favorecem-lhe esta inclinação falando da corte do Rio e não mais da corte de Lisboa’. Roi Du Brésil, nunca de outra forma se referia

²¹⁸ Idem, p. 67

²¹⁹ As páginas brilhantes de Euclides da Cunha sobre a Amazônia talvez sejam o registro mais impressionante deste sentimento de oposição insuperável entre natureza e cultura. Em páginas wagnerianas, o autor se vê assustado diante do enorme desafio, para ele quase intransponível, mas que ao mesmo tempo precisava ser vencido, daquela vastidão indevidada. O nome escolhido para o seu livro, *À margem da história*, mostra esta noção de oposição entre o homem e sua saga e o mundo natural. Cf. CUNHA, Euclides. *À Margem da História*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

²²⁰ Os membros do corpo diplomático estrangeiro eram fonte muito importante do historiador, na medida em que estes elementos eram obrigados, por dever de ofício, de enviar relatórios pormenorizados da situação dos países em que viviam. Aproveitando-se da condição de diplomata e do fato de ter vivido boa parte de sua vida em locais que possuíam arquivos preciosos deste ponto de vista o autor fez grande uso deste tipo de fonte, especialmente em *Dom João VI no Brasil*, *O Movimento da Independência* e, por motivos óbvios, *O Reconhecimento do Império*.

a Dom João o cônsul-geral de França, Lesseps, na sua correspondência oficial para Paris²²¹.

A formação de uma elite dirigente para o país partia de um duplo processo. Em primeiro lugar, estes elementos iam se diferenciando dos seus pares metropolitanos pelas dificuldades impostas pelo novo ambiente, que os obrigavam a um processo de superação criativa; em segundo lugar, pelas facilidades e prazeres fornecidos pela vida em uma espécie de paraíso terreal, que os prendia, conforme a descrição feita por Luccock e citada por Lima.

Uma sociabilidade mais tranquila, mais pacata, poderíamos até dizer mais feliz, veio ser rompida pela entrada dos novos elementos que vieram com a corte. É interessante sentirmos a descrição do cotidiano vivido no Rio colônia, pintado em cores pouco verossímeis pelo autor:

(...) por isso o viver fluminense não variou tanto quanto se poderia imaginar com a trasladação da família real, perdendo até em troca de certa presunção adiantada que assumiu, uma boa parte do seu antigo encanto provinciano.

Ao tempo de Luiz de Vasconcelos, quando se construiu no sítio mais fresco da cidade um Passeio Público no gosto amaneirado do século, com seus tanques e repuxos, suas pirâmides de granito com inscrições e suas estatuetas alegóricas, as famílias tomaram por costume ali se reunirem às noites, especialmente as de luar. Entoavam-se modinhas e lundus com o acompanhamento das ondas quebrando-se de mansinho contra o paredão do terraço, cujo parapeito era guarnecido de vaso de flores, e o divertimento acabava por alegres comezainas ao relento.

A chegada em forte pelotão da fidalguia do reino prejudicou semelhante feição desprestigiada da existência social do Rio de Janeiro, sem substituí-la por nada de muito melhor. A famosa ucharia, ninho da criadagem real estabelecido atrás do Paco, derramou pela cidade o fartum das suas intrigas, imoralidades e cizânias, tornando a instituição, em certo sentido, típica da nova ordem das coisas²²².

²²¹ LIMA, Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. São Paulo: Topbooks, Rio de Janeiro, 2006, p. 399

²²² Idem. p. 80.

O que havia de acanhamento no local aonde Dom João viera instalar-se devia-se à condição colonial que o Brasil vivera até então²²³, onde quase todo o tipo de desenvolvimento material e espiritual era vedado pelo governo central. Entretanto, o que faltava em desenvolvimento material e educação, sobrava em espírito de solidariedade, em simplicidade, e uma agradável vida alegre e frugal. Coisas que a vinda da corte estragou já de chegada.

Ainda mais importante do que isso é considerar que, segundo Lima, o que havia de fundamental na conquista do território estava concluído quando a corte se instalou no Rio de Janeiro. O que faltava era exploração científica, mas a obra da incorporação das extensões continentais do país estava concluída por gente como os bandeirantes que, apesar de tê-la feito em busca de ouro e indígenas para escravizar, já que “não se interessavam pela zoologia nem pela botânica”, tinham concluído uma “obra magnífica”.

Uma diversidade regional importante, descrita pelo autor, imposta pelas diferenças no tipo de colonização que se deu, não tirava o caráter relativamente uniforme do país e de sua população quando da chegada da corte. Havia, em suas palavras que mais tarde se transformariam em uma visão bastante consolidada em obras como a de Gilberto Freyre, uma “unidade na diversidade”:

A população de todo o Brasil assemelhava-se afinal de norte a sul e de leste a oeste. Pode dizer-se que era homogênea pela aparência resultante das mesmas origens e cruzamentos, pelas indústrias pouco variadas e distribuídas por zonas determinadas, pelas feições salientes do caráter. Por este lado a uniformidade dentro da diversidade, indispensável para manter a coesão de uma sociedade que tendia a evoluir e cuja atividade se dispersava em ocupações diferentes, dava um desmentido à latente inclinação separatista que tinha estado alimentando durante o período colonial direta dependência administrativa das capitanias em relação à metrópole distante²²⁴.

No capítulo “O que era o resto do Brasil”, Oliveira Lima descreve as especificidades das regiões do território antes da chegada da corte. Esta narrativa da diversidade, entretanto, é apresentada como uma afirmação da identidade cultural que, malgrado as diferenças, já se

²²³ Para Lima, em certo sentido, a condição colonial teria fim com a vinda de Dom João, dando início ao movimento (não no sentido de um movimento organizado, mas no sentido do movimento da história) da independência.

²²⁴ Idem. p. 121, 122.

fazia sentir em todo o território. A tarefa da uniformização cultural, tão importante para constituição da nacionalidade, segundo a visão dos contemporâneos, já estava em franco curso quando da chegada da corte.

Aqui se completava a conversão de Oliveira Lima para uma visão positiva da colonização portuguesa e ao mesmo tempo inaugurava sua defesa incondicional da unidade do território brasileiro contra todo tipo de reivindicação regional que cheirasse a separatismo. Aqui Lima já dava o alerta do que seria sua interpretação futura sobre a obra dos grandes estadistas do Império que haviam, malgrado erros e insuficiências, mantido a unidade nacional.

É fácil perceber que isto estava na contramão da maioria das interpretações sobre o assunto, sempre muito influenciadas pelo espírito republicano, seja o dos jacobinos que queriam uma forte ruptura com o passado, seja o dos áulicos do novo regime, que viam em qualquer manifestação de apreço pelo passado brasileiro sinal de inclinação monarquista.

Neste interessante capítulo também é possível ver a tentativa de Lima de envolver as principais regiões do país no processo de constituição da nacionalidade. Na descrição das características regionais avulta uma tentativa, bastante artificial, de dar a cada província alguma das características que formariam o todo de um país mais tarde. É assim que a Bahia é vista com a região onde a arte mais se desenvolveu, Minas Gerais como a terra da pujança econômica, São Paulo como o lugar do povo humilde, frugal e estudioso²²⁵ e Pernambuco como o ponto de partida e garantia da nacionalidade, muito em função da expulsão dos holandeses e da opção consciente por ter se mantido com Portugal.

O livro também descreve toda a mudança econômica provocada pela presença da corte, que acabou por (re)estabelecer uma série de comunicações e relações de todas as regiões do território com o Rio de Janeiro. Deste modo, o poder se interiorizava, adentrava o país e ia dando-lhe um tipo de encorpamento que as cortes portuguesas não teriam a menor condição de retirar mais tarde.

Neste sentido, não nos parece ser exagerado afirmar com Guilherme Pereira das Neves que o livro de Lima:

²²⁵ Oliveira Lima chega ao ponto de afirmar a existência, sem citar fontes, de leitores de Kant em uma São Paulo colonial onde “existia gosto pelos estudos, mesmo abstratos, sendo cultivada a filosofia”. Quando fala dos ingleses no Rio de Janeiro no segundo capítulo afirma ser sua característica uma natural hipocrisia; quando se refere aos britânicos de Pernambuco, contudo, afirma que estes “exertavam certa franqueza e liberdade de bom tom”. Até em matéria de qualidade dos ingleses Pernambuco levava a palma...Este capítulo, talvez por estar muito vinculado a visão apriorística da unidade na diversidade, em vários momentos se transforma em um verdadeiro pout pourri de afirmações arbitrárias não sustentadas por nenhum tipo de fonte.

(...) atribuiu uma outra dimensão à narrativa desconjuntada de Francisco Adolfo de Varnhagen nos últimos capítulos da História Geral do Brasil (1854-1857) e que antecipa quase todos os temas e interpretações dos mais importantes trabalhos posteriores sobre o período, como os de Beatriz Nizza da Silva, de Maria Odila Silva Dias, de José Murilo de Carvalho e de Valentim Alexandre²²⁶.

Dom João VI no Brasil tem também a característica de colocar o processo da vinda da corte para o país e o governo de Dom João VI dentro dos quadros da história internacional e latino-americana. Tanto a decisão da vinda, de que se ocupa o primeiro capítulo, quanto o desenvolvimento do governo joanino é visto como parte do acelerado processo histórico napoleônico e pós-napoleônico. Também o processo das lutas pela independência latino-americana, traçados por Lima com grande conhecimento, especialmente no que diz respeito à região do Prata, ajudam a conformar este quadro geral, que é fundamental para a compreensão do processo que autor pretende abordar.

Aí vêm à tona dois trunfos de Oliveira Lima, do qual outros historiadores seus contemporâneos não desfrutavam: sua habilidade de historiador da diplomacia, herdada de sua condição “profissional” e seu contato com a historiografia latino-americana, por enquanto, especialmente a Argentina.

Esta sua habilidade de historiador da diplomacia vinha do cargo exercido e das exigências que a atividade diplomática impunha. Lima já havia escrito, dentre outros, um texto mais de fundo, bastante elogiado, chamado *Reconhecimento do Império*²²⁷. Nele havia desenvolvido e treinado, nos parece, os métodos para lidar com fontes que reputamos de grande importância para o seu trabalho, como a correspondência dos diplomatas, de resto pouco utilizada pelos historiadores brasileiros seus contemporâneos. Conforme ressalta Guilherme Pereira das Neves²²⁸ Oliveira Lima foi o responsável por trazer à tona a correspondência de Joaquim do Santos Marrocos, funcionário da chancelaria-mor do reino e analista de primeira ordem dos acontecimentos que assistia.

A inserção da sua narrativa nos quadros internacionais não tem a ver só com a formação de Lima ou com suas habilidades, mas com a própria visão do autor sobre o significado e a

²²⁶ NEVES, Guilherme Pereira. *Dom João VI no Brasil*. In: MOTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil. Um Banquete no Trópico*. São Paulo: SENAC, 2000.

²²⁷ LIMA, Oliveira. *O Reconhecimento do Império*. Rio de Janeiro: H Garnier, 1901.

²²⁸ Cf. NEVES, Guilherme Pereira. *Dom João VI no Brasil*. In: MOTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil. Um Banquete no Trópico*. São Paulo: SENAC, 2000 p. 156

dinâmica dos acontecimentos. A narrativa do livro se dá no amplo quadro da situação mundial, com focos concentrados ora na península ibérica, ora no Prata, ora no Rio de Janeiro.

O livro demonstra que, ao vir para o Brasil, Dom João VI assume a condição de um jogador com alguma relevância no quadro internacional. A partir do Rio de Janeiro e aproveitando-se da enorme fragilidade da Espanha, abalada pelos sucessos da invasão napoleônica, Dom João passa a adotar uma posição regional “imperialista”, ocupando a Guiana e também o Uruguai. No primeiro, caso o governante buscava uma posição privilegiada para negociar ao final do conflito, no segundo, estender a fronteira meridional do país o máximo possível.

Para além deste imperialismo temporão, Portugal passou a dispor de um trunfo inesperado: a ambiciosa Carlota Joaquina que, com a prisão de Fernando VII, seu irmão, passava a ser uma alternativa para exercer a soberania tanto sobre a Espanha quanto sobre as colônias da América. Oliveira Lima descreve este processo e o jogo complexo de forças que sustentavam estas alternativas, desnudando os interesses do grupo em torno a Carlota Joaquina, a visão do próprio Dom João e a atividade dos apoiadores do pleito da princesa no Prata e na Espanha.

É aqui que o livro demonstra a sua alma dupla: é também uma história de Portugal. Lima demonstra como de um monarca cercado e sem recursos, sempre ameaçado pela Inglaterra, pela França e pela Espanha, Dom João se transformara, a partir do estabelecimento da corte no Rio de Janeiro, em um elemento de proa no jogo político europeu. Inverte, assim, os termos em a questão esteve colocada pela historiografia portuguesa: ao invés de um momento de desmoralização, o reinado de Dom João VI fora em certo sentido, um momento de brilho fugaz na longa e dolorida decadência portuguesa.

Dom João VI no Brasil é também notável pelo tratamento que dá a questão da contingência na história. Distancia-se tanto de uma visão providencialista, que pode ser ainda encontrada em Varnhagen e Lisboa, quanto dos determinismos que estão na obra de Capistrano, especialmente do primeiro²²⁹. Afirmar em seu lugar uma história (também) política aberta às contingências, cheia de opções e de alternativas.

Menos importante do que valorizar a opção feita por Dom João VI – dando a ela ares de sagacidade, tirando dela ares de covardia – o que nos parece central é ver que o príncipe

²²⁹ Para esta ideia de “dois capistranos” conferir WEHLING, Arno. *A Invenção da História*. Rio de Janeiro/Niterói., Gama Filho/UFRJ, 1994. REIS, João José. *As Identidades do Brasil. De Varnhagen a FHC*. Tomo 1. Rio de Janeiro: Editora da FGV.

regente tomou *uma* decisão entre *várias* que lhe estavam à disposição. Se tivesse optado por outro caminho, outra teria sido a história. Mas a contingência para Lima não se dá ao talante dos grandes homens, é também o jogo complexo de forças sociais, que defendem tal o qual posição, em um processo aberto. *Dom João VI no Brasil* é uma descrição deste tipo de embates e debates, das motivações de cada uma das correntes, dos elementos que levaram cada uma delas a vencer aqui e perder acolá. Esta sua capacidade de descrever estas cenas políticas complexas, estas variáveis em luta, se ampliaria ainda mais em *O Movimento de Independência*, conforme veremos.

Ou seja, em meio ao ambiente naturalista, onde o que se buscavam eram as leis do desenvolvimento social, Lima construiu uma obra que demonstra como as contingências da política foram fundamentais para o rumo que a nacionalidade tomou. Num trecho cheio de eloquência esta visão fica bastante ressaltada:

De fato, se lançarmos os olhos para a Europa de 1807, veremos um extraordinário espetáculo: o rei da Espanha mendigando em solo francês a proteção de Napoleão; o rei da Prússia foragido da sua capital ocupada pelos soldados franceses; o Stathouder, quase rei da Holanda, refugiado em Londres; o rei das Duas Sicílias exilado da sua linda Nápoles; as dinastias da Toscana e Parma, errantes; o rei do Piemonte reduzido à mesquinha corte de Cagliari, que o gênio de publicista do seu embaixador na Rússia, Joseph de Maistre, basta entretanto para tornar famosa; o Doge e os X enxotados do tablado político; o czar celebrando entrevistas e jurando amizade pela se segurar em Petersburgo; a Escandinávia prestas a implorar um herdeiro dentre os marechais de Bonaparte; o imperador do Sacro Império e o próprio Pontífice Romano obrigados de quando em vez a desamparar seus tronos que se diziam eternos e intangíveis.

Os Bragança não podiam decerto pretender fatos mais clementes. Careciam de olhar friamente para o futuro, tão pouco propício que se estava revelando às velhas casas reinantes. A inação tornara-se um recurso impossível: não a permitiria a marcha do ciclone²³⁰.

O estilo quase de *thriller* demonstra o quanto a situação tinha de dramaticidade e imprevisibilidade²³¹. Tratava-se de um jogo em aberto, que seria sucedido por outras

²³⁰ Idem. p. 49.

²³¹ José Murilo de Carvalho faz um exercício onde a linhagem deste raciocínio do caráter fundador fica explícito: “Pessoalmente, nas várias intervenções que fiz na imprensa, em mesas-redondas e em palestras,

situações limite, onde mais uma vez o desfecho foi um, mas poderia ter sido outro. Vemos, portanto, que apesar de usar metáforas biológicas, como a ideia de que o Brasil era uma criança pronta para nascer, Lima não olha o processo como inevitável num evolucionismo pobre. Tanto a independência, quanto a unidade deram-se a partir de uma série de sucessos que foram frutos da luta política e social entre forças diversas.

Trata-se, por isso, de um livro que se destaca dentre os que foram publicados neste contexto intelectual. Uma obra que tinha todas as condições para concluir a consagração de Oliveira Lima como um dos principais interpretes da história nacional.

Conforme afirma Carlos Guilherme Motta, Oliveira Lima era um historiador:

Profundamente centrado na história dos acontecimentos – uma história événementielle solidamente construída, diga-se – e providenciando fundamentalmente para a questão nacional e o pan-americanismo (...) quando

busquei distinguir entre o impacto da vinda e sua valorização. Minha tese tem sido sempre que sem a vinda da corte não haveria Brasil. Em outras palavras, que a vinda da corte foi condição necessária, embora não suficiente, da existência do Brasil assim como hoje o conhecemos. Esse ponto me parece difícil de negar. Tenho usado como argumento um pequeno experimento mental que me parece convincente. O exercício consiste em supor a muito plausível opção de D. João por permanecer em Portugal em vez de fugir para a colônia. As consequências dessa hipotética decisão não são difíceis de imaginar. Basta verificar o que de fato se deu, logo depois da fuga de D. João, na Espanha e em suas colônias da América: prisão e exílio dos reis e fragmentação da colônia.

Assim que desapareceu a monarquia que por três séculos as governara, as várias subdivisões administrativas e judiciárias da colônia espanhola começaram a buscar nova fonte de legitimidade. Durante pelo menos uma década, várias opções foram alvitadas e tentadas, em meio a revoltas e guerras. O resultado final foi que os quatro vice-reinados e até mesmo as quatro capitanias-gerais se fragmentaram ao ponto de constituírem 16 repúblicas independentes em 1830. Bolívar foi o exemplo quase patético de tentativa de preservar o Vice-Reinado de Nova Granada. Ao final, nem mesmo conseguiu manter unida a capitania-geral da Venezuela, que se dividiu em dois países, a Venezuela e a Colômbia.

Com toda a probabilidade, a colônia portuguesa teria seguido o mesmo caminho. Não havia nela diferença em relação à espanhola que justificasse supor desenlace diferente. Apenas variaria o número de países. A fragmentação se faria de acordo com as tradições históricas e o nível de riqueza das várias partes da colônia. Dificilmente, as 18 capitanias-gerais existentes em 1808 formariam 18 novos países, pois muitas delas não tinham condições de sustentar sua independência. Pode-se, no entanto, imaginar com certa facilidade a formação de um país ao norte, abrangendo o antigo Estado do Maranhão e Grão Pará, com capital em Belém; outro no que hoje se chama Nordeste, sob a liderança de Recife (foi o que eventualmente se formou na Confederação do Equador); mais um na Bahia, com eventual conexão africana; outro no que hoje se conhece por Sudeste, abrangendo as capitanias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Mato Grosso e Goiás e, finalmente, uma república dos pampas ao sul, com ou sem fusão com a Banda Oriental.

O número de países que eventualmente se formariam não é relevante. O ponto importante é que a colônia não se manteria e, como consequência, não haveria Brasil. Alguns dos países resultantes da fragmentação, o do Sudeste, por exemplo, poderiam adotar o nome de Brasil, até mesmo o de República dos Estados Unidos do Brasil, mas não seria o Brasil de hoje. Tendo-se ainda em vista as enormes dificuldades encontradas na preservação da unidade da antiga colônia, mesmo com a vinda da corte e a manutenção da monarquia, acho difícil contestar esse ponto (...)” In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 28, nº 56, p. 551-572. 2008

faleceu em 1928, sua obra já o qualificava como o principal historiador da formação da nacionalidade brasileira²³².

Falando da importância da vivência europeia e universitária de Oliveira Lima, afirma Mota:

Dir-se-ia que o historiador percebeu, em suas andanças e leituras o patamar e o tom em que movimentavam e escreviam os grandes historiadores de seu tempo, desprezando a solenidade banal, o historicismo simplista, os determinismos redutores, o psicologismo barato, a história-crônica. Nesse sentido, ele se afastava também do modelo antigo de Varnhagen, e das veredas nem tão modernas de seu contemporâneo Capistrano de Abreu²³³.

O que estamos tentando demonstrar é que uma série de determinantes como a abertura de um ambiente onde o conhecimento passava a ser mais monográfico e parcial, com o enfraquecimento dos determinismos, conforme sustentamos no primeiro capítulo; a vivência universitária do autor, que se ampliaria nos anos seguintes, mas que já era significativa naquele momento; a experiência japonesa, que tivera forte papel em valorizar para autor a força das tradições; a descoberta da possibilidade de caminhos alternativos para a modernidade haviam dado as condições para que, com *Dom João VI no Brasil* Oliveira Lima escrevesse uma das mais complexas e consistentes obras da historiografia luso-brasileira até então.

1.7 As três Américas. Para conformar a identidade, construir a alteridade

Outro tema fundamental da obra de Oliveira Lima diz respeito aos seus escritos sobre as Américas, especialmente os que foram feitos a partir dos primeiros anos de 1910.

Em uma classificação generalista, podemos dizer que existem dois tipos principais de escritos de Oliveira Lima sobre as Américas: o primeiro é o que busca responder a questões concretas colocadas pela política internacional, marcadamente sobre o pan-americanismo, já

²³² MOTA, Carlos Guilherme. *História e Contra-História. Perfis e Contrapontos*. Rio de Janeiro: Editora Globo. pp.87-88

²³³ Idem. p. 89.

referido de alguma maneira no primeiro capítulo; o segundo são os estudos de história comparada das Américas portuguesa, espanhola e inglesa.

O fundo comum dos escritos de Lima é a ideia de que a história havia produzido três unidades culturalmente distintas, que tinham o seu devir histórico se movendo em temporalidades diferentes. Não se trata de uma afirmação acaciana, apesar da aparência. Distinguir as três Américas, cada qual com sua temporalidade própria era fundamental para o tipo de pensamento que Lima desenvolvia, por dois motivos:

Primeiro porque estabelecer a distinção era uma forma eficaz de contrapor-se ao monroísmo de Roosevelt que tinha como discurso a ideia da identidade de destinos do conjunto da América. Afirmar que havia uma forte coincidência cultural e uma diacronia que unia a todos naturalizava o tipo de predomínio que o país do norte começava a estabelecer sobre o conjunto das Américas.

O segundo motivo que levava Lima a estabelecer a distinção entre as três Américas estava ligado à construção de sua narrativa da nacionalidade brasileira, sua tese sobre o processo de evolução do Brasil. Não se pode construir uma identidade sem estabelecer toda uma série de alteridades que a signifiquem. O autor de *Dom João VI* encontrou nos Estados Unidos e na América Espanhola os dois negativos a partir dos quais firmou uma interpretação e uma narrativa da nacionalidade brasileira.

Foi a partir destes móveis que Lima escreveu alguns textos que nos parecem ser fundamentais para a apreciação do conjunto de sua obra, marcadamente *América Latina, América Inglesa –*, *Panamericanismo*, de 1907, *Impressões da América Espanhola*, 1904-1906 *A Evolução Brasileira comparada com a Hispano Americana e com a Anglo Americana*, de 1914²³⁴. Comentaremos em conjunto estes textos e alguns artigos menores, tentando demonstrar que tipo de diferença o autor estabeleceu entre as distintas formações sociais americanas.

A primeira grande distinção feita por Oliveira Lima se dava entre a América de colonização anglo-saxã e a América de colonização ibérica. Para ele estas duas partes do grande continente estavam separadas por tradições e por um tipo de evolução histórica distinta.

²³⁴ LIMA, Oliveira. *Impressões da América Espanhola*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1953; LIMA, Oliveira. *América do Sul Versus América do Norte*. In. SOBRINHO, Barbosa Lima. op. cit.; LIMA, Oliveira. *Pan-Americanismo. Monroe, Bolívar, Roosevelt*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.

Para Lima, a América ibérica estava ligada por laços muito mais profundos à Europa do que a América inglesa. O tipo de colonização levado a cabo por espanhóis e, especialmente, por portugueses, tinham resultado em uma presença muito mais profunda das tradições do velho mundo já que estas, ao terem se aberto à interpenetração e ao mestiçamento tinha infundido nas culturas nascentes com muito mais vigor as suas características.

Nos dizeres de Barbosa Lima Sobrinho:

De tal modo que se pode dizer que o que o mais que tudo separa as duas Américas [para Oliveira Lima] a inglesa e a latina, é a presença da Europa, diversificada pela fusão de componentes, que hoje integram a América espanhola e a América portuguesa²³⁵.

A ideia de que a presença das tradições europeias era elemento fundamental da afirmação da nacionalidade brasileira é um dos pilares da visão de mundo de Oliveira Lima. Ela seria um dos motes fundamentais, como afirmamos acima, de sua rejeição ao monroísmo e de sua custosa ruptura com Nabuco. É claro que incomodava profundamente a Oliveira Lima a violência e a arrogância que o colonialismo norte-americano demonstrava, mas chocava-o muito mais a ideia de que, ao nos aproximarmos dos EUA, estaríamos afastando-nos do tipo de civilização que a Europa havia nos legado.

Neste sentido, para além de uma constatação de cunho sociológico, afirmar que a América ibérica era mais europeia continha uma valoração, uma afirmação de superioridade diante da América inglesa. Esta em tudo nova, em tudo rejeitando o passado, em tudo inventando o novo, acabava por ser uma construção social sem a profundidade cultural e intelectual que só a tradição é capaz de legar.

Na maior parte do tempo, Oliveira Lima viu os Estados Unidos como a pátria do utilitarismo, do culto ao dinheiro, do novo riquismo, da quase ausência de valores intelectuais e aristocráticos. O radicalismo com que o autor defendeu esta ideia variou bastante durante sua vida, tendo atingido o auge nos anos da polêmica com Joaquim Nabuco. Mas mesmo quando este sentimento foi mais fraco, por exemplo, quando da produção de um livro laudatório como é *Nos Estados Unidos, Impressões Políticas e*

²³⁵ LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Oliveira Lima, sua vida e sua obra*. In: *Obra Seleta de Oliveira Lima*. Rio de Janeiro: MEC-INL, 1971, p. 112

Sociais, este tipo visão sobre o país é explícito, conforme tentamos demonstrar anteriormente.

É neste sentido que Lima afirma que dentre a América ibérica e a América inglesa existe uma importante diferença cultural, ou talvez intelectual. Feita em um artigo para a *Deutsche Revue*, a afirmação causou imensa celeuma, já que vários dos inimigos de Lima o acusaram de antiamericanismo e de expor o país ao ridículo por considerar a América Latina intelectualmente superior aos Estados Unidos. Falando da existência de um importante número de letrados nos países da América ibérica, afirmou Lima:

É até o que encerra um dos seus contrastes com a América do Norte, onde o movimento intelectual cada dia mais se estende e se torna dos mais fecundos, mas onde a vida não possui na sua generalidade, mau grado todo o resplendor da opulência, *esse refinamento básico, espontâneo e natural* da vida latino-americana em vários dos seus focos de cultura, como, por exemplo, Rio de Janeiro, Santiago, Lima e Caracas [Grifo nosso²³⁶]

Esta contraposição opulência material *versus* refinamento espontâneo dá conta de demonstrar o que era fundamental para Lima: nos Estados Unidos havia uma vida intelectual em franco desenvolvimento, mas pragmática, voltada para as necessidades materiais e acelerada artificialmente pela pujança econômica; já na América ibérica, havia um tipo de refinamento que era natural, algo de certo cariz aristocrático, que o novo riquismo não poderia alcançar.

No livro *América Espanhola*, coletânea de artigos publicados por Oliveira Lima entre 1904 e 1906, Oliveira Lima afirma que, dentro da América espanhola havia uma diferença de ritmo no desenvolvimento. Onde havia menos negros ou indígenas, o progresso era mais rápido, casos de Argentina, Chile e Uruguai; onde estas raças existiam em maior número, caso de países como o Peru, a Venezuela e o Equador, a evolução era mais lenta. Ao par de certa volta a uma explicação de cunho racial, está presente na visão de Lima a ideia de que a quantidade de europeus era fundamental para determinar o ritmo do desenvolvimento.

Nos primeiros escritos de Lima sobre as Américas encontramos certo paradoxo. Uma postura mais tolerante com as raças diversas tinha sido uma importante vantagem para

²³⁶ *América do Sul versus América do Norte*. In *Obra Seleta de Oliveira Lima*. Rio de Janeiro: MEC-INL, 1971, p.

América Latina em relação à América inglesa, já que a miscigenação cultural havia garantido permanência em longo prazo da cultura da Europa; mas, ao mesmo tempo, a presença de um grande número de negros e indígenas era um óbice ao desenvolvimento das nações da América espanhola. Há aqui um típico caso em que a luta política imediata, que levava Lima a buscar uma aliança com a Argentina e com o Chile, contaminava a construção desta história comparativa.

Mais tarde, entretanto, em uma conferência feita em Portugal na sua velha faculdade de letras, onde Oliveira Lima apresentava o processo da independência brasileira em uma análise comparada com a América espanhola, o autor daria uma declaração cabal do engano das visões racialistas:

Desde que, segundo etnólogos, as raças puras são um erro à luz da história, devendo nós então considerar Gobineau, o apologista da raça branca um filósofo devaneador, devemos admitir que a solução ibero-americana, isto é, a da fusão das raças, é a mais promissora, mais benéfica e, especialmente, mais humana do que a separação ou segregação praticada nos Estados Unidos²³⁷.

Quando Oliveira Lima fala das posições dos “etnólogos” está, muito provavelmente falando da figura de Franz Boas, com quem o autor teve contato em 1908 e pelo qual se interessava muito. Gilberto Freyre relata que era muito comum Oliveira Lima perguntar, cheio de curiosidade, sobre as aulas que o seu conterrâneo tinha com ele. Freyre também reconhece que o autor de *O Movimento da Independência* aderiu a estas ideias antes mesmo que ele o fizesse:

‘É um dos maiores sábios do nosso tempo’, disse-me Oliveira Lima certa vez, de Boas, com uma ênfase que não era comum no seu modo de expressar-se. Quis muito saber como era Boas nas aulas; o que vinha ensinando; como ensinava. Talvez se possa dizer do possível ‘racismo’ que se surpreende em trabalhos de mocidade de Oliveira Lima, que desapareceu de suas sínteses sociológicas sobre misturas de raças, por influência de Boas, distanciando-o, por isto, neste particular, de Euclides da Cunha, de Sylvio Romero, de Eduardo Prado, de Paulo Prado, e de Alberto Rangel, todos tocados, tanto quanto Nina Rodrigues, se não sempre, por vezes, de certo secreto ou ostensivo terror das consequências da presença negra na

²³⁷ LIMA, Oliveira. *Aspectos da História e da Cultura do Brasil*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1923. p. 59.

formação étnica brasileira. (...) Note-se em Oliveira Lima que a certo desdém pelo mulato, nos seus primeiros trabalhos, sucedeu-se, senão a quase apologia dele, o reconhecimento da possível vantagem para o Brasil de uma política racial diferente da dos Estados Unidos (...)

(...) Fica, entretanto, claro não ter sido o autor do livro intitulado *Casa-Grande e Senzala* o primeiro, no Brasil, a receber influência de Franz Boas (...) ²³⁸.

Malgrado o exagero freyriano de ter identificado um Oliveira Lima quase apologistas dos negros, o que está muito longe de ser verdade, a citação serve para compreendermos o lento descarte feito pelo autor do racismo científico, iniciado, em nossa visão, já com o livro *No Japão, Impressões da Terra e da Gente*, mas só concluído à duras penas nas últimas obras de sua produção.

A crítica de Oliveira Lima ao segregacionismo dos Estados Unidos é interessante, porque bastante original. Para ele, ao promoverem um processo violento de segregação os EUA usaram de seu utilitarismo para ter vantagens imediatas, mas perderam no longo prazo, na medida em que construíram uma sociedade menos tolerante, mais dividida e menos capaz de formar um povo unido. Nos seus textos sobre os EUA, a ideia de uma sociedade fraturada de alto a baixo é uma constante, quase uma ideia fixa, que se apresenta nos temários mais diversos. O encantamento com a democracia americana que podemos encontrar em tantos intelectuais não existe em Lima, que considera que este pecado original travava as possibilidades de constituição de um corpo político nacional. Do destino que os EUA decidiram dar aos negros adveio um tipo de incompletude crônica na formação da nacionalidade.

Isso se agravava em função da opção republicana feita quando da independência, já que é um pressuposto da República a igualdade entre todos, coisa que não acontece em uma carta monárquica. Assim, ao afirmar em sua famosa constituição que todos eram iguais diante da lei e excluir desta condição os escravos, e depois os negros libertos, os Estados Unidos estavam deixando incompleta a sua constituição como nacionalidade.

Esta crítica ao segregacionismo e a violência contra os negros soa bastante cínica quando olhamos para o elogio feito por Lima da ausência de indígenas no Chile e na Argentina; o intelectual pernambucano, que especialmente depois de 1904 tornara-se um autêntico

²³⁸ FREYRE, Gilberto, *Oliveira Lima, Dom Quixote Gordo*. Recife: Editora da Universidade Federal do Recife, 1970, p. 51

estudioso da história latino-americana, sabia muito bem que os dois países possuíam uma menor população indígena por terem, especialmente no caso argentino, praticado uma ação de extermínio em massa. Aliás Oliveira Lima não cansaria de, em vários de seus escritos, considerar que as campanhas feitas no Brasil contra “o gentio” eram fundamentais, apesar de dolorosas.

Na verdade o que nos parece é que a referência positiva à Argentina e Chile dava-se mais como um recurso de polêmica e como parte da tentativa de estabelecer uma resistência ao pan-americanismo de Roosevelt. Lima estava por esta época articulado a um grupo de diplomatas latino-americanos, marcadamente argentinos, mas também chilenos e venezuelanos, que resistiam às pressões dos Estados Unidos e que sustentavam que o pan-americanismo de Roosevelt só não seria uma anexação velada se fosse precedido por algum tipo de aliança entre os países da América do Sul. Esta política só poderia ter algum sucesso se partisse de uma articulação liderada pelo Brasil, pela Argentina e pelo Chile, dada a força destes países.

Na verdade, está em curso neste momento, conforme demonstrou José Luis Beired falando da Argentina²³⁹, o surgimento de uma corrente de intelectuais que constroem sua visão da história nacional articulando uma reafirmação do passado ibérico e uma rejeição da tutela das novas potências do colonialismo europeu. Estes, vendo o reaparecimento e o fortalecimento do colonialismo das grandes potências, assumem uma postura nacionalista, arcaísta e reafirmadora do passado colonial. A consequência deste sentimento em relação à política externa na América Latina foi o surgimento de alguns intelectuais que sustentaram esta unidade sul-americana.

Um destes elementos, Estanislao Zebalos, ministro das relações exteriores da Argentina, foi um grande amigo e parceiro intelectual de Oliveira Lima que sustentou junto com outros elementos de seu país a necessidade de uma revalorização do legado ibérico, um novo olhar para o passado colonial da Argentina. O jornal argentino *La Prensa*, no qual Lima colaborou durante muitos anos, foi o espaço privilegiado dos intelectuais que, contra o cosmopolitismo europeizante, sustentaram a necessidade de se buscar as características culturais que estavam assentadas no passado do país.

Oliveira Lima tinha uma grande admiração pela Argentina, que fazia questão de expressar sempre que podia. Escreveu um livro de viagem sobre o país onde retrata uma democracia

²³⁹ Cf. BEIRED, José Luis. Op. cit.

relativamente bem sustentada, onde há alternância de poder e manutenção de um sentido geral de desenvolvimento. Lima busca com a afirmação demonstrar que há um caminho ibero-americano para o progresso. Em conferencia para as senhoras da Liga Pró Matre de Pernambuco diz Lima:

A República Argentina é na verdade a única democracia da America Meridional merecedora deste nome porque é o único dos seus países onde as eleições são uma realidade incontroversa, portanto, onde existe um regime de opinião manifestando-se calma, legal e dignamente pelo sufrágio, não por alucinados impulsos revolucionários (...)

Não se passou tanto tempo desde que a Argentina se elevou a esse alto nível político, oferecendo o espetáculo de um partido como o radical, galgando o poder após trinta anos de oposição e algumas tentativas revolucionárias dessa vez, entretanto, sem um tiro ou sequer uma violação de urna; assim como do esmo partido no poder perdendo eleições segundo não há muito lhe sucedeu em Córdoba²⁴⁰.

Há aqui uma forte intersecção entre a política e a obra, entre a atividade de Oliveira Lima como diplomata e, portanto, um pensador da geopolítica internacional, e sua construção de uma visão da história do Brasil. Há uma contaminação mútua (não necessariamente negativa) da obra pela política e da política pela obra e seria impossível e ocioso tentarmos encontrar qual o elemento determinante.

Mais uma vez, para compreendermos o(s) texto(s) desta época, precisamos entender o contexto intelectual de sua produção. Esta articulação intelectual latino-americana de Lima vem à tona com força quando da sua instalação em Caracas, onde foi servir depois de sua volta do Japão. Neste momento, Lima toma contato com a história da América Latina, passa a frequentar as seções da sociedade história local e a ler compulsivamente, como era a sua característica quando mergulhava em um universo novo, os historiadores latino-americanos. Começam a surgir em seus textos, para além dos muitos argentinos que já vinham de antes, historiadores como os venezuelanos Laureano Vallenilla-Lanz, Angel Cesar Rivas e Blanco Fomblona, os colombianos Carlos Holguin e Ricardo Becerra, dentre outros. Nesta época Lima escreve textos sobre a Argentina, o Chile, São Domingos, o Haiti, a Venezuela.

²⁴⁰ LIMA, Oliveira. *Os Deveres da Administração Pública*. In. SOBRINHO, Barbosa Lima. *Obra Seleta de Oliveira Lima*. Rio de Janeiro, 1971. p. 772.

Estes estudos, juntados ao que já havia feito sobre os Estados Unidos, permitem que ele estabeleça estas alteridades, úteis tanto para a batalha política contra o monroísmo nabuqueano, quanto para o processo em curso de construção de sua narrativa sobre a nacionalidade brasileira.

No que diz respeito às diferenças que separavam América hispânica e portuguesa, Lima fixa a distinção fundamentalmente nos dois processos de independência.

No caso dos nossos vizinhos, o processo cruento de luta contra a Espanha havia criado uma cultura de violência e das revoluções, que se tornariam, como talvez chamássemos nos dias de hoje, a *cultura política* da região.

A América espanhola conquistou sua soberania, mas as consequências lhe foram sob certo aspecto, que o tempo corrigirá, perniciosas. A gênese das suas revoluções ali nos depara, assim como a expansão conquistadora de Roma se contém em germe nas fábulas iniciais da sua história: a morte de Remo pelo irmão Rômulo e o rapto das Sabinas. O escritor Colombiano Carlos Holguin escreve com acerto a tal propósito que para aquela sociedade: ‘ficou estabelecido ser a guerra por um meio lícito como qualquer outro de obter vantagens pessoais, para o qual podem apellar todos os desesperados com fartas probabilidades de chegarem a ser senhores do seu concidadãos, constituindo o sacrosanto direito à insurreição o fundamento da República e a fonte dos demais direitos’²⁴¹.

Assim, caudilhos disputariam o poder não em função de sustentarem programas políticos distintos, mas para atender a interesses econômicos localistas, ou mesmo pessoais. A violência extrema das lutas, marcadamente na região do Prata, seria descrita por Lima com uma indisfarçável marca de horror.

Aqui talvez seja o momento de entendermos que o pacifismo de Lima, exercido na prática, mas também muito ressaltado em sua operação biográfica e na construção de sua autoimagem, também nos parece ser um tipo de vinculação com a própria característica fundante da história brasileira. Lima, um biógrafo da nação, construíra a sua própria biografia à imagem e semelhança da pátria. Dizer-se pacifista a toda a prova, civilista radical, antimilitarista *enragé* era também se afirmar como um representante típico desta cultura brasileira.

²⁴¹ LIMA, Oliveira. *América Latina e América Inglesa*. Op. cit.

Alguns caudilhos latino-americanos ganhariam retratos tenebrosos traçados pela pena do pacifista pernambucano. É o caso do uruguaio José Artigas, pintado nas tintas mais terríveis em *Dom João VI no Brasil*. Retrato completamente diferente receberia Simon Bolívar, visto por Oliveira Lima como uma alma superior e avessa aos interesses individuais. Ele seria mais um dos heróis de causas impossíveis que sempre encantaram o Dom Quixote Gordo.

O fato é que na América espanhola as lutas intestinas não teriam permitido que se forjasse, a fogo lento, uma sociedade com características mais profundas de permanência. A evolução natural das sociedades, a formação de culturas nacionais novas, eram a todo o tempo interrompida pela luta violenta pelo poder, pelas forças centrífugas que impediam a conformação necessariamente lenta das nacionalidades.

A consequência é que o processo histórico havia legado à América espanhola a divisão em distintos países, verdadeira tragédia na visão de Lima. O processo de independência havia sido desatado pela ausência total de um poder central, dada a prisão do Rei da Espanha por Napolão. Assim, a construção de pólos diversos de poder na América havia redundado em uma dispersão na qual nem mesmo os antigos vice-reinados sobreviveram unidos. Esta divisão era, claro, uma desvantagem imensa e um óbice ao desenvolvimento e à resistência contra a sanha dominadora dos Estados Unidos.

O caso brasileiro era distinto; a opção de Dom João VI pela transferência da corte havia posto em movimento uma evolução diferente. Aqui a independência deu-se sem guerra, através de um desquite amigável, ainda que com magoas e rugas. Houve resistências, mas que foram logo vencidas, a um custo, se comparado com as outras Américas, bastante baixo. Se no caso espanhol a independência conseguida com meios revolucionários afirmou o caminho das armas como o capaz de levar ideias políticas à vitória, aqui deu-se justo o contrário, com a construção de uma cultura política voltada para o consenso, para as transições negociadas, para as transações pacíficas.

Houve momentos em que este tipo de evolução pacífica se enfraqueceu e Lima os cita diretamente: a Regência, o Primeiro Reinado e a República, marcadamente em seus primeiros momentos. Nestas conjunturas históricas específicas, o Brasil se pareceu com a América espanhola e suas guerras de caudilhos, ou mesmo com os Estados Unidos e sua solução violenta para a questão federativa/escravidão.

Aqui é interessante notar que Oliveira Lima contrapõe uma tríade de eventos históricos a outra. Havia sido um momento de tensão e violência e jogado para a dispersão a Regência,

o Primeiro Reinado e o início da República; enquanto haviam sido os momentos de constituição da nacionalidade os tempos pacíficos do período joanino, do encaminhamento da Independência com sua forma pactuada, e o do Segundo Reinado a partir de 1848 com a derrota da praieira. Na tríade ruim teria sido fundamental uma ação defensiva da elite, que conseguira manter a nação unida em momentos nos quais a dispersão ameaçou o império; já a tríade boa teria sido marcada por momentos de construção da nacionalidade em suas diversas dimensões, o que só teria sido garantido pela unidade e tranquilidade.

Esta tradição brasileira de realizar as transições de modo pacífico e negociado, que tivera o seu auge no encaminhamento da independência, havia possibilitado um cozimento da nacionalidade a fogo brando, com um resultado melhor, porque mais homogêneo, em comparação com as duas outras Américas.

Assim, a visão de Lima era a de que a República brasileira devia reencontrar e revalorizar as tradições políticas, que eram oriundas da cultura formada aqui, distintas das encontradas lá. Elas eram um trunfo para que fosse construída a entrada plena do Brasil na modernidade.

O esforço da história comparada de Lima foi demonstrar que as Américas tinham passados e destinos distintos, apesar dos eventuais pontos em comum. Dito isso um Pan-americanismo poderia ser positivo. Para isso, o passo primeiro era uma aproximação com a outra América, a espanhola, que mesmo diferente, compartilhava conosco as tradições ibéricas e, o que era mais importante, o interesse comum de resistir aos apetites dos Estados Unidos.

1.8 O Movimento da Independência: a segunda estaca da tríade interpretativa

O Movimento da Independência dá continuidade à narrativa de Lima sobre o processo de construção da nacionalidade brasileira. O livro é uma descrição densa dos dois anos da história luso/brasileira que foram decisivos para o tipo de encaminhamento que tomaria a separação entre metrópole e colônia²⁴².

Apesar do esforço de pesquisa ser consideravelmente menor, o livro é ainda mais sofisticado do que *Dom João VI no Brasil*, tanto no estilo – mais curto, mais focado, menos prolixo –, quanto na capacidade de articular as dimensões diferentes da realidade social.

²⁴² Apesar do título do livro dar a impressão de que o recorte de Lima é de apenas um ano, *O Movimento da Independência (1821-1822)* a narrativa compreende em detalhes os sucessos do ano de 1820.

O Movimento da Independência é uma história de como se transacionou a independência brasileira, cujo resultado foi um dentre tantos que estavam colocados como possibilidade de desfecho. Das obras de Lima, este é o livro onde o autor faz uma história política mais sofisticada, demonstrando que em cada momento várias alternativas estiveram em choque e que a separação com a manutenção da unidade foi responsabilidade tanto do jogo de forças e interesses, quanto da visão estratégica de alguns atores, que souberam manobrar a situação com habilidade.

Lima antecipa alguns aspectos que seriam ressaltados em *O Império Brasileiro*, dentre eles o elogio de uma elite dirigente que já tinha a nação como projeto de longo prazo, sendo capaz de abrir mão de interesses regionais e particulares em nome deste projeto maior. É daí que vem o grande protagonismo dos Andradas, José Bonifácio à frente, que souberam flexionar em outros objetivos, para garantir a separação de Portugal com a manutenção de todo o território nacional. Mais uma vez Lima constrói um elogio da política como o melhor caminho.

O livro, apesar de ter na ação dos Andradas um de seus focos, está longe de ser somente uma narrativa de como eles conseguiram transacionar a independência do Brasil. Trata-se de mais um livro híbrido de Lima, uma história luso-brasileira, onde a cada instante o foco é alterado, da dinâmica da política portuguesa para o processo de autonomização que já andava em curso em terras americanas e vice-versa.

Talvez *O Movimento da Independência* pudesse ser descrito como a história da sucessão de disjuntivas que se abriram no destino do Brasil Reino Unido. Os debates complexos que se desenharam diante delas são o objeto mais importante da narrativa do autor, o que garante muito da riqueza do livro. Este tipo de construção assegurou que Lima conseguisse demonstrar com grande clareza o caráter aberto da situação, além de ter feito um mapeamento muito rico e interessante das forças em jogo.

Uma destas muitas disjuntivas apresentadas é a questão da permanência de Dom João em solo americano, antes e depois da exigência de seu retorno feita pelas cortes. Oliveira Lima repõe os termos nos quais o debate se deu, buscando identificar os motivos que levaram o soberano a, em um primeiro momento, preferir ficar no Brasil.

Um ponto alto deste momento do livro é a exploração dos panfletos que sustentavam uma ou outra opinião feita com grande agudeza por Lima.

A história das disjuntivas e a reconstituição dos debates que se deram em torno a cada uma delas servem para que Oliveira Lima construa o cenário do embate fundamental que conduziu à independência – de um lado as cortes querendo retomar para Portugal um papel de algum protagonismo; de outro um reino que já caminhara demais no sentido da independência para voltar a um estatuto de semicolônia.

No fundo de toda esta argumentação política o que já se divisava era o litígio entre as duas seções da monarquia: os portugueses apregoando a Constituição como panaceia para todos os males e dela fazendo manto para restabelecerem o seu monopólio, representando o seu constitucionalismo um bom emprego de capital pois se baseava na recolonização; os brasileiros não querendo abrir mão das vantagens obtidas com a trasladação da corte para o seu seio e encarando mesmo a hipótese de uma separação, no caso de pretenderem privá-los dos benefícios auferidos.

Ao retratar os argumentos políticos mobilizados pelos diversos lados das diversas contendidas, Lima demonstra perceber que a história pode ser usada de modo arbitrário. Isso reforça que a esta altura o autor pernambucano tem uma perfeita noção do caráter parcial do conhecimento histórico:

É curioso como, no intuito de vincularem o liberalismo ao passado nacional, os publicistas e políticos de então recordavam a cada instante as imaginárias cortes de Lamago e as tradições de governo representativo que diziam ser as da realeza lusitana. Porventura com isso intentavam também acalmar os receios de Dom João VI, educado nas tradições do puro absolutismo e temendo, não só atentados contra a sua soberania, mas contra o seu decoro.

Os argumentos históricos, as velhas tradições, assim serviam para responder aos conselhos de permanência no Brasil, ocasionados, quando mais não fosse, pelo propósito de poupar ao soberano do Reio Unido desacatos como os sofridos por Luís XVI, prisioneiro da Assembleia Nacional (...)²⁴³

Oliveira Lima faz um mergulho na história portuguesa para responder à questão aparentemente paradoxal de como um movimento liberal como o das cortes, tem como

²⁴³ LIMA, Oliveira. *Movimento da Independência*. São Paulo: Melhoramentos, 1972. p. 16.

programa uma recolonização conservadora. É aí que ele demonstra que uma das raízes fundamentais do movimento de 1820 é justamente a busca por cessar as humilhações que Portugal vinha sofrendo por parte da Inglaterra, da França, da Espanha e da corte no Rio de Janeiro. Assim, no Porto, se jogava a luta contra a miséria, fruto das invasões francesas e da opressão britânica, mas também se lutava contra a opressão brasileira, tanto comercial, já que a abertura dos portos havia sido desastrosa para Portugal, quanto política, já que Lisboa de centro havia se tornado periferia do império.

As cortes, portanto, não poderiam abrir mão do seu feto de diminuir o papel que o Brasil havia adquirido, assim como o processo desatado pela presença da corte no Rio de Janeiro, descrito em Dom João VI no Brasil, não poderia voltar atrás. Tratava-se de um impasse, cuja solução seria resolvida em lances nos quais forças diversas se mediriam.

Na verdade o problema era ainda mais profundo, já que a somatória do movimento revolucionário que abalava as Américas desde a revolução norte-americana, com a vinda da corte para o Brasil e suas consequências político-econômico-sociais, transformava a independência em uma questão de tempo.

Entretanto, apesar da independência ser inevitável, ficou em jogo a forma que o movimento tomaria, o que não era de modo algum secundário. Dela poderia resultar a divisão da América portuguesa em variados países, assim como a adoção ou não da fórmula monárquica.

E não era apenas este lance capital que estava em xeque, já que para Lima a violência dos processos de independência na América espanhola haviam sido determinantes para o tipo de cultura política que se estabeleceu naqueles países, enquanto a grande transação da independência brasileira teve como efeito criar as condições para uma cultura pacífica por aqui. As independências, como grandes momentos de formação, apontavam para os povos, na visão de Lima, que tipo de caminho era capaz de levar à vitórias.

Como vimos, na interpretação de Lima, foram as contingências da política que determinaram esta forma, e ela foi absolutamente fundamental para todo o desenvolvimento da história nacional. O que queremos dizer, em suma, é que se havia na visão de Lima uma inevitabilidade da independência até porque “é natural que o filho chegado à maioria se emancipe”, mas a forma que esta emancipação tomou foi produto do processo político, das injunções imprevisíveis da contingência.

A vinda da corte para o Brasil, apesar de ter sido pesada e sopesada durante muitos anos como uma alternativa para as crises portuguesas, foi fruto do desenvolvimento do processo político, podia ou não podia ter acontecido. Do mesmo modo podemos pensar na hipótese de Dom João ter retornado à Portugal antes de 1820. Se a pressão “recolonizadora” de Lisboa tivesse acontecido sem a presença da corte aqui, qual teria sido o desenvolvimento do processo político?

A formação das juntas provinciais pelo Brasil também é um capítulo interessante, assim como a demonstração de que a disposição inicial destes órgãos era de seguir o posicionamento das cortes de Lisboa, sendo bastante refratárias a se subordinar a qualquer tipo de poder em território americano. De início, na visão de Lima, a tendência principal era para uma independência parcial do território, já que a tática de Portugal de enfraquecer o centro do Rio de Janeiro começou logrando grande sucesso.

Esta percepção permite que Lima demonstre no correr do livro o quanto foram complexos os caminhos para que a ruptura com Portugal redundasse em um país unido. O interesse de notarmos esta percepção de que as possibilidades de saída para a situação eram diversas é demonstrar que para Lima o período joanino havia colocado em movimento a independência, mas não havia resolvido o seu sentido, só dado pelo curso concreto da luta política que se desenvolveu entre uma miríade de posições políticas, interesses de grupos, ambições pessoais, interesses econômicos.

Este jogo complexo se dava em um tempo muito curto, daí o tipo de narrativa, típico da história política, que trazia uma grande densidade de acontecimentos. Beneficiou muito o livro o recorte temporal curto de apenas dois anos, porque permitiu uma narrativa concentrada, que destrinchou os diversos nós que a situação tinha. Deste modo, problemas que em geral não recebiam atenção da historiografia da independência foram abordados por Lima.

Um fato ajuda a compreendermos esta ideia de Lima de que muitas possibilidades estavam abertas o tempo todo, e que os desfechos só ficaram claros nos momentos finais. Já com as cortes funcionando com alguns deputados brasileiros Cipriano Barata, representante da Bahia e elemento dos mais radicais, propôs que os trabalhos fossem interrompidos até que todos os deputados do Brasil tivessem chegado. A reprovação de sua proposta foi unânime, forçando-o a retirá-la, o que demonstra, para Lima, que mesmo com os cortes funcionando e

os sinais da “recolonização” claros, somente mais tarde a alternativa da independência ganharia força.

Com o correr dos trabalhos, a parte portuguesa foi dando demonstrações de que suas propostas acabariam tendo como consequência o fim das prerrogativas que o país conseguira no período de presença da corte no Rio de Janeiro. Assim, somente foi se colocando na ordem do dia a perspectiva da separação com o tempo, conforme foram ficando claros os objetivos da maioria portuguesa.

A unidade da deputação brasileira, ainda assim, mesmo depois dos momentos de maior radicalização, não foi absoluta, já que alguns elementos ou juraram ou assinaram a constituição.

No livro, Oliveira Lima dá aos Andradas a condição dos elementos que conduziram com inteligência a ruptura. Foram eles que souberam esperar o tempo certo para radicalizar os termos da luta, deixando com Portugal o peso de ter provocado a divisão. A citação de um texto de Antonio Carlos feita por Oliveira Lima serve para demonstrar esta posição:

‘Quando eu me achei no Rio de Janeiro, escrevia ele em resposta, ainda ninguém pensava na independência ou em legislatura separada; foi mister toda a cegueira, precipitação despejado anuncio de planos de escravização para acordar o sono da boa fé o amadornado Brasil e fazê-lo encarar a independência como único antídoto contra a violência portuguesa’.

Antonio Carlos explica-se com habilidade e no entanto com sinceridade acrescentando: ‘Não pretendo com isso incluir-me no número dos que não sonhavam com este desejado futuro; não por certo; não tenho tão curta vista que me escapassem as vantagens de só pertencermos ao pacífico sistema americano, e nos desprendermos dos laços da revolta Europa; mas o respeito à opinião contrária do Brasil naquela época, a prudência de não querer avançar um só passo que não fosse escorado em anterior experiência, e sobretudo o natural aferro ao doce sentimento, filho do parentesco e comum origem do Brasil e Portugal, junto à precisão que ainda me parecia ter de algum apoio a minha pátria, para segurar-lhe os primeiros passos em nova e escabrosa carreira de uma repentina emancipação, fizeram com que abafasse os meus desejos e os adiasse para mais a oportuno tempo²⁴⁴.

²⁴⁴ LIMA, Oliveira. *O Movimento da Independência*. São Paulo: Melhoramentos, 1976. p. 256

A ruptura entre Brasil e Portugal era uma tendência quase inevitável, mas para Lima o processo concreto a partir do qual ela se deu foi fundamental para a manutenção da unidade, como havia sido a instalação da corte e como viria a ser a condução dada ao país pelos estadistas do Império.

Em *O Movimento da Independência* o autor busca, como em *Dom João VI*, caracterizar o que ele chama de sociedade brasileira. Sua ideia era a de que os pressupostos internos para a independência eram frágeis, mas já existia uma “classe dirigente” em embrião no país. Isso se dava de modo diferente da América espanhola, onde o ouro e a prata não haviam criado boas condições para a sedentarização de uma elite dirigente.

Isso não queria dizer que havia uma aristocracia à europeia no Brasil. O tipo de gente que havia vindo para as Américas não eram os grandes nobres, mas fundamentalmente um estrato da pequena nobreza aventureira, em suas palavras “uns samurais”. Para Lima, se fosse para empregar algum tipo de classificação “a essa nobreza melhor assentaria, no conceituoso dizer do sociólogo Arcaya, cujas observações neste ponto se aplicam igualmente ao Brasil, a denominação de ‘burguesia’²⁴⁵”.

Dizer que se tratava de uma baixa nobreza não significava, é claro, aderir às visões que afirmavam que ao Brasil haviam vindo os degredados. Mesmo os que vieram nesta condição eram gente de qualidade visto que “dois dos maiores poetas portugueses, Camões e Bogaça, sofreram a pena de degredo na Índia, como Ovídio sofreu a do banimento do Ponto Euxino²⁴⁶”. Aqui o autor ainda está tecendo armas com o antilusitanismo, já bem pálido, dos intérpretes que o enfrentaram anos antes.

As dificuldades oriundas da ausência de uma elite dirigente aumentavam a necessidade de um símbolo agregador que pudesse garantir a unidade nacional. Este papel foi jogado pela monarquia, opção que garantiu o desfecho positivo para a independência:

No Brasil a aspiração nacional corporificou-se no representante da dinastia que a terra albergara numa hora de provações, e este caráter fez com que mais depressa se irmanassem os sentimentos da população. A resistência local por assim dizer não ocorreu. Não se conheceu um partido de tradicionalistas europeus, além dos próprios portugueses, ou uma devoção violenta de proletários privados da proteção

²⁴⁵ LIMA, Oliveira. *Movimento da Independência*. São Paulo: Melhoramentos, 1972. p. 28. É interessante comparar este tipo de afirmação de Lima com as que o autor fazia em livros da primeira fase de sua produção, especialmente com a visão expressa em *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico*.

²⁴⁶ Idem p.40

efetiva de um governo sempre solícito em não permitir que a aristocracia lhe contrabalançasse a autoridade. O elemento de oposição à referida aspiração nacional foi o das Cortes de Lisboa, embora professando a doutrina do nivelamento das classes e da comunidade dos anhelos²⁴⁷.

No capítulo que se ocupa de falar da sociedade brasileira o tema da maior capacidade de se relacionar com os negros e indígenas volta a aparecer e, como já acontecia há algum tempo na obra de Lima, em comparação com as Américas espanhola e inglesa. Oliveira afirma que do ponto de vista da tolerância, o Brasil levava larga vantagem em relação aos outros, marcadamente no que dizia respeito ao negro. O intelectual pernambucano considera que os Estados Unidos, por exemplo, tinha preconceito contra o indígena, mas este não se transformava em uma barreira intransponível, já que casamentos, por exemplo, em certos setores mais avançados da população eram aceitos. Já com os negros a distância era completa, o que cobraria dos EUA um preço muito alto no futuro. No caso brasileiro para Lima:

Se a bastardia nunca foi um empecilho à nobreza, pois que desde o começo das monarquias hispânicas foram os bastardos dos reis reconhecidos e ricamente dotados (no século XVIII ainda nascia bastarda em Portugal a casa de Lafões), não é de admirar que bastardos de valor fossem tão apreciados pelos seus serviços quanto os brancos puros. Francisco Barreto de Meneses, general da campanha da restauração pernambucana contra os holandeses, era filho de portugueses nobres e de índia peruana, tendo aliás nascido em Calhau. É verdade que, mesmo nos Estados Unidos, a mestiçagem com o índio nunca foi considerada humilhante, sendo os produtos socialmente tratados noutro pé. Nas colônias espanholas os mestiços seguiam a condição materna e, portanto mergulhavam na raça aborígine, mas ainda assim, lá como no Brasil, os que tinham nas veias sangue negro muitas vezes apregoavam ter sangue indígena.

Contundo não constituía o sangue negro eventualmente obstáculo insuperável nem sequer a mercês e graças régias. Não foi só o índio Camarão que quem recebeu foros de nobreza: o preto Henrique Dias teve o hábito de Cristo com tença. João Fernandes Vieira, apesar de ser de cor, governou Angola e Pernambuco. Os populares brancos formavam o elo médio da cadeia, prendendo-se por um lado aos nobres territoriais e por outro ao elemento plebeamente mestiço. Em tais condições na podia mesmo haver diferenças fundamentais de classes. As divisões

²⁴⁷ Idem. p. 30.

eram artificiais e os costumes modificavam até a legislação. Entretanto, certas diferenças extremam a organização da vida social nas duas seções em que se divide a América Latina²⁴⁸.

Lima afirma a existência de uma maior tolerância com as outras raças em Portugal, e credita este fator, dentre outros elementos, à grande presença de negros em terras lusas. A convivência e a miscigenação feita na própria metrópole já haviam amolecido os preconceitos contra os negros por parte dos portugueses.

O resultado desta cultura que vinha de além mar foi que “a aristocracia brasileira achava-se muito menos distanciada do povo. Se este mais depressa fraternizou com ela, é porque a relação em que viviam representava uma longa tradição a que não faltava o sofrimento, mas a que faltava o ódio (...)”.

Para ele os portugueses, pelo contato antigo com outras raças, marcadamente com o negro, haviam desenvolvido uma predisposição para um trato mais ameno, menos vertical e distante. Para um autor que estava interpretando a formação da nacionalidade, identificar isso era ver como fruto da herança lusa um potencial maior no Brasil para a constituição de um povo. Assim, Oliveira Lima sustentava um tipo de visão culturalista, que se avultaria, ganhando outra qualidade e complexidade, na obra de autores como Gilberto Freyre²⁴⁹.

Oliveira Lima descreve a cidade do Rio de Janeiro, que ele em outros escritos reputava a mais bonita do mundo, como um lugar onde quem dominava a paisagem eram os negros:

Centro de escravidão, parecida por esse lado o Rio de Janeiro uma cidade africana, com negros a fervilharem em todos os cantos – negros de ganho, carregando toda espécie de fardos, desde os mais leves até os mais pesados; negros do serviço doméstico, as negras de carapinha comprida e alta formando cilindro, denotando escravas de estimação, ao lado das outras, de carapinha curta; negros barbeiros ambulantes, operando ao ar livre *in anima vili*, porque os da gente melhor tinha suas lojas e eram ao mesmo tempo sangradores; negros dentistas, de condição

²⁴⁸ LIMA, Oliveira. *Movimento da Independência*. São Paulo: Melhoramentos, 1972. P 37.

²⁴⁹ Quando fazemos a comparação com Gilberto Freyre temos claro que a ligação é tênue. Para Lima, ao menos em textos anteriores, mestiçagem ainda se confundia com branqueamento, em uma chave que não tinha nada de incomum em relação a outros autores que a defendiam, como Silvio Romero por exemplo. Também, para ficarmos em só mais um exemplo, Gilberto Freyre não falava em relações mais horizontais, mas sim em um tipo de relação vertical onde havia “confraternização”, o patriarcalismo português. Entretanto, especialmente considerando a vivência muito forte que tiveram juntos Freyre e Lima, nos parece que os pontos de contato são indiscutíveis.

livre, ao passo que os barbeiros entregavam o repartiam os seu lucros com o senhor.

O caldeamento das raças é que a princípio emprestara à capital brasileira o seu aspecto peculiar e próprio, em que já havia um que de álares, de buliçoso e de irrequieto fornecido pelo céu transparente, pelo ar, ora de fornalha, ora de suave e fresca brisa, pela natureza de galas perpétuas, pela fusão de povos diversos na cor, na origem, no temperamento. Em 1822, por ocasião da independência, o Rio de Janeiro tomara, porém o aspecto de uma cidade bastante cosmopolita na feição europeia²⁵⁰.

Se em *Dom João VI* o Rio de Janeiro é uma Lisboa nos trópicos, em *O Movimento de Independência* a cidade é incomparável a qualquer outra do mundo, pelo “caldeamento de raças” e também pela exuberância da natureza, ainda em muito indomada. Aqui surge mais uma vez um tema que se repete o tempo todo na obra de Lima: o das paisagens tratadas como um elemento de identidade do país. O próprio colecionismo de Lima, que está depositado em sua brasileira em Washington, mostra esta valorização da paisagem e dos paisagistas. A amizade e proteção oferecida pelo diplomata a pintores como Antonio Parreiras e Telles Júnior, ambos grandes paisagistas, são demonstrativas desta sua visão.

A ideia de que havia sido Dom João VI quem tinha colocado em curso o carro da independência ganha sofisticação em relação a suas obras anteriores. Em *O Movimento da Independência*, para Lima, a instalação da corte havia sido o elemento propulsor do nativismo e, portanto, da Revolução de 1817. Sua vinda, ao contrário de unir os dois países, mesmo quando os igualou juridicamente, os diferenciava, na medida em que fazia surgir um Portugal americano. A ideia vai ainda mais longe quando Oliveira Lima afirma sobre a instalação da corte no Rio: “seu papel foi assim sociologicamente análogo aos da juntas que, desde 1810, se foram formando na América Espanhola para governar as colônias no impedimento do soberano e com o desconhecimento da suserania estrangeira²⁵¹”.

O Movimento da Independência nos parece a obra melhor acabada de Oliveira Lima. Apesar de não contar com a imensa pesquisa documental que faz de *Dom João VI no Brasil* um livro tão surpreendente, estão na obra de Lima sobre a independência a mesma capacidade de articular as mais diversas esferas da existência, e uma capacidade superior de realizar uma narrativa política complexa. Talvez a própria história que foi contada, tão rica em

²⁵⁰ LIMA, Oliveira. *Movimento da Independência*. São Paulo: Melhoramentos, 1972. P.38

²⁵¹ LIMA, Oliveira. *Movimento da Independência*. São Paulo: Melhoramentos, 1972. p. 69.

possibilidades, tão cheia de alternativas, tenha contribuído para o tipo de construção feita pelo autor.

1.9 O Império Brasileiro – Uma democracia coroada

O Império Brasileiro foi o último livro de Oliveira Lima, escrito em 1927 e publicado já no ano de sua morte, 1928. Em continuidade com *Dom João VI no Brasil* e *Movimento da Independência*, conforma a tríade narrativa do processo de formação da nacionalidade brasileira.

O livro tem uma estrutura interessante, diferente de todos os outros livros publicados por Oliveira Lima. Ao invés de uma história de narrativa cronológica, a obra é dividida tematicamente, nos seguintes tópicos: *O império e espírito revolucionário; O império e os partidos políticos; O império e o sistema parlamentar; O império e a ordem civil; O império e a escravidão, O império e o exército; O império e a igreja; O império e as finanças; O império e o desenvolvimento econômico; O império e a política exterior e O império e a sociedade.*

Há uma intertextualidade marcada em *O Império Brasileiro* com o livro de Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*. Nabuco é o interlocutor de Lima durante todo o tempo e as opiniões do antigo adversário ecoam bastante na obra.

A diferença principal entre os livros está na distância dos autores em relação aos fatos. Enquanto a narrativa de Nabuco carrega um claro viés de exaltação da figura de seu pai Nabuco de Araújo, e da sua própria figura, já que também é ator dos acontecimentos relatados, Oliveira Lima adota uma postura distante dos acontecimentos. O livro do Nabuco é uma literatura interessada, voltada, dentre outros motivos, para a construção da memória de seu pai e da sua própria memória. Foi escrito em um momento no qual parecia ao ex-líder abolicionista que sua trajetória já encontrara o ocaso. Daí o fato de ter escrito dois livros memorialísticos neste período, o já citado *Um estadista do Império* e *Minha Formação*.

O livro de Lima é uma história da construção da nacionalidade por homens de Estado, que abriram mão de interesses para se dedicarem ao Brasil, seu projeto comum. Assim, passeiam pelos temas diversos nos quais o livro se divide, liberais e conservadores, radicais e

contemporizadores, que merecem do historiador pernambucano igual respeito, desde que se alistem nessa construção geral.

Para Lima, depois da independência, seguia-se um período no qual dois fatores eram elementos permanentes de desestabilização, a continuidade do nativismo antiportuguês e o republicanismo. Diversas combinações destes dois elementos fizeram das primeiras décadas do império momentos de grande tensão e indefinição sobre a manutenção da unidade nacional. Em suas palavras:

Logo no início do regime autônomo surgia uma dupla corrente de opinião perturbadora do sossego público, não somente excitante das imaginações, e que se deixava entretanto acalmar e canalizar para não desmanchar a integridade nacional, a qual a independência sob a forma monárquica conseguira garantir. Essa dupla corrente era produzida pelo rancor contra o elemento português, representativo da metrópole, e pelo ideal republicano, expressão do espírito revolucionário do mundo, abafado pela revolução francesa²⁵².

A grande tarefa destes homens de Estado em um primeiro momento foi manter a unidade nacional. Partindo da mesma visão sustentada por Joaquim Nabuco em *Um Estadista do Império*, Lima defende a ideia de que a obra dos homens da regência foi muito mais manter a unidade do que avançar em qualquer sentido para uma construção positiva. Aliás, a principal qualidade desses líderes foi ter sabido manobrar com destreza o barco, que esteve o tempo todo ameaçado pela vaga revolucionária desatada pela independência e não domada pela abdicação de Dom Pedro I. Nas palavras de Oliveira Lima:

A glória de Evaristo da Veiga foi ter salvado o princípio monárquico; a de Feijó foi haver assegurado a supremacia do poder civil; e de Bernardo de Vasconcelos foi ter reconstituído a autoridade²⁵³.

Oliveira Lima segue, agora citando Joaquim Nabuco:

²⁵² LIMA, Oliveira. *O Império Brasileiro*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1976. P.343

²⁵³ Idem. p. 341

‘Foi graças à possibilidade distante que o trono apresentava que o governo de uma Câmara única – o senado ofuscara-se politicamente – verdadeira Convenção da qual emanava tudo e à qual tudo retornava, se não fragmentava em fracos ingovernáveis. À proporção que a distancia da maioria se tornava mais curta, os temores diminuía, a confiança renascia, a vida suspensa recomeçava, o coração dilatava-se como num navio desgarrado à medida que o porto se aproxima²⁵⁴’.

Assim, o grande legado dos primeiros homens de governo do Brasil, ao menos da maioria deles, foi abrir mão de suas visões liberais para, de acordo com o correr dos acontecimentos, cimentarem as condições para a manutenção da unidade nacional e para a chegada ao trono de Dom Pedro II.

Com a derrota da Praieira em 1848 se consolidava a unidade brasileira e a vaga revolucionária se acalmava. A partir daí, e com Dom Pedro II exercendo o papel de soberano constitucional, o Brasil chegaria ao que Oliveira Lima denominaria, parafraseando o presidente Mitre da Argentina, de uma “democracia coroada”.

Apesar de demonstrar uma visão mais simpática aos conservadores, Oliveira Lima não deixa de exprimir seu reconhecimento pelo papel exercido por vários dos liberais, como o Senador Vergueiro e Teófilo Otoni, por exemplo. Saraiva, homem que teve um papel no final do regime, merece do autor um retrato dos mais lisonjeiros.

Para Oliveira Lima houve dois momentos no que dizia respeito à divisão dos homens de Estado em correntes políticas. Em um primeiro, justamente quando a qualidade dos homens de Estado ainda não era tão pronunciada, as divisões doutrinárias eram mais claras. Mais tarde, tanto a existência de grandes estadistas, quanto os desafios enormes colocados pela administração do país fez com que estas divisões programáticas ficassem em segundo plano. Em suas palavras:

O soberano, que em 1848 contava 23 anos, e que até aí tivera como principais ministros individualidades de menos relevo, relativamente, do ponto de vista do vigor e prestígio políticos, passou a ter perto de si colaboradores de governo cuja sombra se alteava até os primeiros degraus do trono. Por sua vez cessaram os partidos de ser representativos de opiniões e aspirações definidas para se tornarem ‘simples agregados de clãs organizados par a exploração em comum das vantagens

²⁵⁴ LIMA, Oliveira. *O Império Brasileiro*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1976. P.343

do poder'. Antes desta nova fase, os liberais apegavam-se à máxima cunhada na França sob Luís Felipe – o rei reina e não governa, ao passo que os conservadores aventavam que o espírito do poder moderador impedia o monarca de ser um simples autômato, estranho por assim dizer à marcha dos negócios públicos²⁵⁵.

E segue Oliveira Lima falando das divergências programáticas entre os dois grupos que foram se apagando com o tempo. Isso aconteceu fundamentalmente porque os grandes desafios da finalização do processo de constituição da nacionalidade, desafios que eram os mesmos para os liberais ou para os conservadores, já que ambos se alternavam no poder, fazia com que a doutrina ficasse para trás diante tanto das oportunidades colocadas para uma nação com as potencialidades do Brasil.

Este tipo de construção ganharia qualidade superior na conciliação, conduzida pela liderança do Marques de Paraná. Nas palavras de Oliveira Lima:

Os princípios combativos do liberalismo cediam da sua intransigência sob o influxo dos negócios originados nas necessidades do progresso material do país. Primavam as preocupações utilitárias: as atividades desviavam-se das doutrinas em benefício das concessões. Chegara o desejo de uma orientação positiva, traduzindo-se pela construção de estradas de ferro, por ensaios de navegação a vapor, por emprego de colonização, pelo estabelecimento de bancos emissores, pelo fomento de serviços municipais tais como iluminação, esgotos, etc. Os recursos naturais avantajavam-se às controvérsias constitucionais. Paraná podia bem, como o fez, definir o seu governo como 'conservador progressista' ou 'progressista conservador. A dissidência conservadora, pela boca de Ângelo Ferraz censurava, porem essa conciliação de homens e não de ideias, como a indicava, a qual falseava o sistema parlamentar, rebaixava os caracteres, satisfazendo os instintos e estimulando as ambições e dava uma expansão inesperado às políticas locais, ao mesmo tempo em que sufocava a política geral. A expressão – oportunismo - ainda não fora criada mas respondia mais ou menos ao programa que Paraná apresentava como muito alheio à extinção dos velhos partidos, tratando-se apenas de subtraí-los às polemicas abstratas e estereis e torná-los mais práticos e mais harmônicos com a marcha dos acontecimentos²⁵⁶.

²⁵⁵ LIMA, Oliveira. *O Império Brasileiro*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1976. P.353

²⁵⁶ *Ibidem*.

Aqui é interessante notar que Oliveira Lima não faz um elogio do pragmatismo. Para ele, abrir mão dos programas partidários em benefício das grandes tarefas da construção nacional é justo o contrario: trata-se de deixar de lado os interesses, as ideias das facções, para buscar um objetivo de maior monta. Ou seja, em comparação com os Estados Unidos, o Brasil não só deixava de se mover pelos interesses materiais, concentrando-se em interesses programáticos, como tinha em seus homens de estado gente capaz de abrir mão inclusive destes, em nome da construção nacional.

Oliveira Lima afirma, portanto, um tempo forte na cronologia do império: o período que vai da conciliação tecida pelo gênio de Paraná, até a queda do gabinete Zacarias, quando os liberais reconstruíram e retomaram o seu programa reformista. Este tempo forte foi marcado pela construção da nacionalidade, viabilizada por um pacto feito por grandes estadistas, sob o olhar de aprovação do imperador.

O que este pacto tem de interessante é o fato de que ele não foi um acordo de reação, um acordo defensivo, para salvar a monarquia ou a unidade, como ocorrera outras vezes, mas uma transação que tinha como eixo uma pauta construtiva da nacionalidade. Neste sentido, nos parece muito a escolha feita por Lima de uma citação de Torres Homem, que caracterizava com toda a sua agudeza de analista fino o que fora o período em que as lutas políticas se amainaram em função dos objetivos construtores:

Entre a decadência dos velhos partidos que tiveram sua época e o advento dos novos partidos a que pertence o futuro, interpôs-se uma fase, sem fisionomia, sem emoções, sem crenças entusiásticas, possuindo entretanto a inestimável vantagem de romper a continuidade de cadeia de tradições funestas e de favorecer pela calma e pelo seu silêncio a faina doméstica de reorganização administrativa e industrial do país. Todos os povos, mesmo os mais ricos de seiva e vigor, carecem dessa suspensão da sua atividade política para reparar e fortificar outros elementos da sua vitalidade. As nações jovens que, com o Brasil, ainda não estabeleceram completamente os fundamentos da sua civilização necessitam mesmo mais dessas interrupções e não podem desperdiçar suas forças vivas em lutas incessantes e estéreis sem se exporem aos efeitos de uma decrepitude prematura²⁵⁷.

²⁵⁷ LIMA, Oliveira. *O Império Brasileiro*. Op.cit. p. 357

Após esta fase de unidade e construção nacional, voltaria o período da demarcação de programas entre os partidos. Oliveira Lima encara este movimento como algo natural, dado que as situações como a da conciliação, em um regime liberal, só poderia durar algum tempo.

A recomposição do partido liberal transformá-lo-ia, na prática, em um partido antidinástico. Esta inferência é interessante, especialmente porque ela era acompanhada da afirmação assertiva de que o grande responsável por esta recomposição e pela feitura deste programa radical de reformas era o Senador Nabuco de Araujo, espécie de ideólogo desta flexão.

Apesar de afirmá-lo antidinástico, o que na visão pedrista de Lima era certamente uma crítica, o autor pernambucano julga o programa liberal como positivo, na medida em que ele resumia o que eram tarefas fundamentais da modernização nacional.

Oliveira Lima via a modernização da vida nacional como uma necessidade imperiosa, e nisto estava em acordo com os homens de seu tempo. A questão para ele era a via, o caminho. Acreditava que o Império nos momentos de paz e de conciliação havia sido o maior de todos os promotores deste programa de mudanças e reformas.

Segundo Lima, este programa liberal de 1868, apesar de seu caráter antidinástico foi plenamente cumprido nos vinte anos subsequentes à proclamação, o que foi feito, em grande parte, pelos conservadores. Os itens da pauta liberal – diminuição do poder do monarca, abolição gradual da escravidão, maior poder para as províncias, reforma do recrutamento militar e reforma eleitoral – foram cumpridos pelos governos do período derradeiro do Império.

Esta afirmação acaba por ter duas consequências. Em primeiro lugar relativiza a ideia de um Império decadente nos últimos anos, que necessitava ser superado para que as reformas fossem levadas a cabo. Lima afirma, inclusive, que foi a própria radicalidade das reformas, especialmente no que dizia respeito à escravidão sem indenização, que inviabilizaram o governo de Dom Pedro II. Em segundo lugar acaba por dar a entender que, estando esvaziado o programa liberal, tendo sido cumprida a sua pauta, a luta republicana já não era uma luta que sustentava um programa, mas uma espécie de revanche, dos fazendeiros desapropriados, do clero agastado pelas intromissões seculares em sua jurisdição, do exército sempre pouco considerado por um império essencialmente civil. Assim, o Império Brasileiro caía por suas qualidades e não por seus defeitos.

Em suma a história do Império brasileiro é da luta de uma camada de homens de Estado para vencer as forças centrífugas, que forcejavam no sentido da dispersão; para dotar o país de um aparelho de Estado que fizesse frente às necessidades da construção interna e da defesa externa; para encaminhar as reformas que buscassem transformar o país em uma nação moderna.

Dois elementos possibilitaram isto. Em primeiro lugar a existência de uma elite de homens que se colocava acima dos interesses materiais, regionais ou de grupos. Aqui, Oliveira Lima mais uma vez apela para a alteridade com os casos das Américas inglesa e espanhola. Nos dois, cada um de um modo, não havia uma elite dirigente que pairasse acima dos conflitos e dos interesses.

O retrato que Oliveira Lima traça de Bolívar é a maior demonstração disso. Sua grandeza, sua luta desinteressada por unir ao menos uma parte da América espanhola foi derrotada fragorosamente, já que naquela formação cultural os localismos e os interesses haviam se sobrepujado sempre aos projetos maiores. A metáfora de Bolívar de que tinha a sensação de que arava no mar é perfeita para caracterizar o sentimento que Lima tinha das tentativas inglórias do grande homem.

A sua ideia de uma modernização conduzida por cima, coisa que ele tanto admirou nas experiências alemã e japonesa, onde o Estado podia ser o intérprete da vontade popular justamente porque estava acima dos interesses, pode ser encaminhada, no caso brasileiro, por uma democracia coroada. O Império era uma “jabuticaba”, algo que havia vingado apenas no solo brasileiro, já que aqui havia uma monarquia mais republicana do que as Repúblicas vizinhas, uma elite política de proprietários que encaminhara a abolição acabando com a propriedade, um imperador nada sacro, que afirmava a quem quisesse ouvir que na verdade nascera para ser mestre-escola. A epígrafe que abre o livro é uma citação do presidente venezuelano Rojas Paul quando ficou sabendo da queda de Dom Pedro II: “se acabou a única República que existia na América: o Império do Brasil”.

Dom Pedro II é apresentado no livro não como um soberano brilhante, mas como mais um destes homens de Estado ocupado da construção nacional, que apenas cumpria, pela sorte do destino, uma função diferente em todo o arranjo de poder. Seu pouco gosto para o mando era, não era apenas uma característica psicológica, mas um firme convicção favorável ao caráter constitucional da monarquia.

É assim que, para Lima, as acusações de que o Imperador exercia um mando pessoal só podem ser explicadas pela radicalidade da luta política, que sempre conduz a um exagero de polêmica que nubla a realidade. Oliveira Lima cita o interessante chamado de Nabuco para que o Imperador exerça seu mando pessoal, porque ele era necessário para vencer as resistências que eram impostas às reformas. Em seu estilo incomparável diz Nabuco, citado por Lima:

Aquilo de que acuso o Imperador – escrevia Joaquim Nabuco em 1886 – não é de exercer o governo pessoal, é de não se servir do mesmo para grandes fins nacionais. A acusação que faço a esse déspota constitucional é de não ser um déspota civilizador, é de não ter decisão ou vontade de romper as ficções de um Parlamento nascido da fraude, como ele sabe que é o nosso, para ir buscar o povo nas suas senzalas ou nos seus mocambos e visitar a nação deitada no seu leito de paralítica²⁵⁸

O Império Brasileiro, que não recebeu praticamente nenhuma atenção dos estudiosos de Oliveira Lima, nos parece ser um livro fundamental em sua obra. Mostra que Oliveira Lima não foi apenas um historiador da independência, mas alguém que construiu uma narrativa global do processo de formação da nacionalidade, que, em sua visão, havia tido seu lance final de constituição com a condução de Dom Pedro II e dos estadistas do Império.

1.10 Oliveira Lima jornalista

É bastante conhecido o fato de que a intelectualidade brasileira sempre teve uma forte relação com o jornalismo. Nos primeiros anos do século XX esta realidade era ainda mais presente, já que a atividade envolvia, inclusive, a sustentação material de grande parte dos letrados brasileiros²⁵⁹.

²⁵⁸ Idem, p. 367

²⁵⁹ São famosos os episódios nos quais escritores de prestígio eram obrigados a redigir textos de todos os tipos, até mesmo anúncios publicitários. Os poetas eram vítimas especiais deste tipo de utilização, sendo obrigados, pela necessidade do dinheiro, a fazer quadrinhas publicitárias. Oliveira Lima nunca chegou a tanto, mas sempre se preocupou em manter um volume de trabalho para os jornais que significasse um complemento de seus vencimentos. Cf. MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*. Op.cit. MENEZES, Emílio. NETO, A. L. Machado. *Estrutura Social da República das Letras. Sociologia da Vida Intelectual Brasileira – (1870-1930)*. São Paulo: Edusp, 1973

Oliveira Lima não dependeu de seus vencimentos como jornalista para sobreviver durante a maior parte de vida, já que pôde viver do patrocínio paterno na juventude e, durante outro período, de seus vencimentos como diplomata. Entretanto, muitas cartas do autor para amigos e aliados demonstram que o que recebia por suas colaborações nos vários jornais era um complemento importante para a sua manutenção. Nos vários momentos em que ponderou abandonar a atividade de diplomata pensou em viver como jornalista. Isso está registrado largamente em sua correspondência.

Mas a questão material, malgrado a sua importância indiscutível, não parece ser o principal motivo que levou Lima a ter escrito tanto para jornais – na verdade Lima valorizava muito o instrumento. Não houve nenhuma viagem do autor que não tenha sido largamente relatada aos jornais para os quais escrevia, nem grande tema da política nacional sobre o qual ele tenha deixado de se posicionar. Sua marca era a agudeza e assertividade e o manejo de sua pena acerada agradava os leitores, sempre ávidos por polêmicas²⁶⁰.

Houve um período no qual os letrados brasileiros discutiram vivamente se a atividade jornalística não atrapalhava o trabalho de escritor, visto como mais nobre. Para Lima, este problema nunca existiu: estreou nas letras fundando um jornal, conforme dissemos acima e, em suas memórias, afirmou que deixada a carreira diplomática, passava a ser “um jornalista”.

Sua produção para os jornais é imensa e abrange periódicos de variados países, como a Argentina, a Alemanha e a Bélgica, por exemplo. Isso dificulta bastante uma abordagem mais totalizadora de sua colaboração. A coleção do jornal *La Prensa* do longo período no qual Lima foi colaborador nem existe mais ou ao menos não está acessível para pesquisadores.

Outra dificuldade para abordagem da obra jornalística de Lima é fazer algum tipo de recorte temático, já que ele tratou dos assuntos mais diversos, desde relatos de viagem mais descomprometidos, até verdadeiras séries sobre a situação política, econômica e social, sem faltar críticas sobre teatro, artes plásticas e arquitetura.

Dos artigos que estudamos destacaremos dois temas relacionados: a visão de Lima sobre a Alemanha e sua atividade de como analista da Primeira Guerra Mundial. Nossa escolha está relacionada à economia do trabalho, como ficará claro mais adiante.

²⁶⁰ cf. VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Os textos de Oliveira Lima que tratam sobre Alemanha são marcados pela admiração. Fique claro, não uma admiração do mesmo tipo da que ele expressa, por exemplo, nos seus textos de viagem à Suécia ou ao Tirol. Quanto Oliveira Lima trata da Alemanha ele está falando de certo caminho para o desenvolvimento, que poderia servir de parâmetro para o Brasil.

A Alemanha era um desafio para a intelectualidade de todo o mundo naquela quadra da história. A unificação do país havia impactado o mundo, assim como a guerra franco-prussiana de 1871 o havia feito. No caso da unificação, tanto o acontecimento político *per se* quanto toda a produção simbólica que havia criado as condições para tal empreitada.

Era absolutamente natural que, para uma intelectualidade que tinha na nação o seu principal tema de debate, o exemplo alemão fosse marcante, seja para ser seguido, seja para ser rejeitado. Um pequeno exemplo deste peso é a polêmica entre os galófobos e os galófilos no Brasil. A fortíssima contenda entre Silvio Romero e José Veríssimo, que pode ser vista como algo caricato por visões anacrônicas, mas que foi uma referência fundamental para a intelectualidade da época, é, em certo sentido, uma das refrações desta contenda entre as referências francesas e alemãs.

Na verdade, havia dois parâmetros importantes de visão sobre a nacionalidade, um de matriz alemã, que a via a nação como uma essência que estava depositada na noite dos tempos, uma alma profunda que só podia ser perscrutada pelo estudo das tradições populares; outro, de matriz francesa e inglesa, que tinha mais relação com a nação como um pacto político, que mesmo sendo baseado em fundamentos culturais era principalmente uma opção.

Com notou Ângela Alonso²⁶¹, a intelectualidade brasileira não se filiava automaticamente a este tipo de corrente, até porque elas não existiam como tal nem mesmo na Europa. O que havia era uma apropriação difusa, feita de acordo com as convicções, os interesses e as demandas da própria realidade brasileira. Olhando estas opções, Oliveira Lima montou seu próprio prato, absorvendo aqui e acolá influências diversas. Sem que lhe faltasse uma forte crença liberal, manifestada, por exemplo, em seu posicionamento sobre o papel das mulheres e em sua defesa apaixonada do civilismo e do sufrágio universal, o autor pernambucano admirou as modernizações feitas a partir de um poder forte.

Daí sua admiração pelo Japão quando o conheceu de perto, daí também sua visão pró-germânica. Ela está sustentada fundamentalmente em sua produção jornalística. Em 1909, antes, portanto, da Primeira Guerra Mundial afirma Lima:

²⁶¹ Cf. ALONSO, Ângela. Op. cit.

Espetáculo algum é no seu gênero mais soberbo do que o oferecido pela Alemanha contemporânea: nenhum existe que seja mais de natural a se impor. Veja-se, por exemplo, a florescência de Estrasburgo, onde todo latino entrará pela primeira vez com certa emoção recordando o sentimentalismo de sua raça ou antes da sua educação a conquista de 1871 (...)

Em frente à universidade, um monumento simbólico, apesar de pessoal. É o de Goethe. O autor do Fausto, corpo ereto, o braço estendido e apoiada a mão sobre o castão de uma alta bengala numa atitude sobranceira e que corresponde ao seu ar conhecidamente olímpico, parece dominar com sua imponência intelectual quem os que lhe vem prestar homenagem²⁶².

Este “espetáculo” de desenvolvimento não era feito em negação ao passado, mas baseado nas mais antigas e arraigadas tradições alemãs, recuperadas (imaginadas ou inventadas²⁶³) no processo de unificação nacional. Ao contrário de ser visto como obstáculo, o passado era um importante ponto de apoio, o que distinguia a Alemanha no concerto das nações.

Para além disso, Lima via uma enorme pujança intelectual no tipo de construção feito no país. O aproveitamento do passado era realizado, por contraditório que possa parecer, em uma chave moderna, na medida em que se criava um complexo aparato conceitual para realizar e justificar esta busca.

Nas palavras de Oliveira Lima, em suas *Cartas da Alemanha*, escritas depois da primeira grande guerra:

Na verdade, a Alemanha entendera não ser preciso tudo derrubar para edificar o novo, havendo entre os materiais do passado muito que utilizar pela sua fortaleza e resistência.

Foi à sombra dessa construção monumental, de que foi Bismarck o principal arquiteto, que cresceu a riqueza alemã, causa de suas desgraças pelas apreensões que suscitou. Que outro sentimento senão o do ciúme, desculpado pelo do receio, ditou as palavras recentes de um antigo ministro da finanças da França (...)

²⁶² O Estado de S. Paulo, 12 agosto de 1909.

²⁶³ Para a ideia de nação imaginada cf. ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Para a ideia de invenção das tradições cf. HOBBSAWM. Eric J. RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1999 e HOBBSAWM. Eric, *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991

Este respeito de Oliveira Lima pela Alemanha era antigo e talvez tenha tido como primeira fonte o germanismo de seus professores do Curso Superior de Letras, como supõe alguns de seus estudiosos, mas a motivação central desta posição nos parece ser o modelo de desenvolvimento adotado pelo país de Bismarck.

É curioso ver como Oliveira Lima, defensor do sufrágio universal, nos debates sobre a Alemanha, reafirma suas desconfianças em relação aos modelos democráticos ingleses e norte-americano. Falando do governo de Lloyd Georg:

Em países como a Inglaterra, que fazem alarde de seu liberalismo, tivemos com Lloyd George o exemplo de uma ditadura tão absorvente e tão antitradicional quanto a de Cromwell, com a diferença de que a Coroa não foi eliminada porque Jorge V não ofereceu a resistência de Carlos I. Lloyd George foi, é sabido, um admirável ministro das Munições e trabalhou devotadamente pela causa dos aliados, que era a causa britânica (...)mas mesmo depois do armistício e depois da paz, governou não só sem partido como, a despeito de todos os partidos, formando dentro do gabinete, contra as boas normas, um pequeno círculo de conselheiros ou antes, de confidentes, e fazendo do parlamento chancela dos seus atos. No dizer do correspondente do Times de Washington, ele encarava a coalização agora finda – “sua infantaria, sua cavalaria e sua artilharia. A coalização movia-se, ajunta o jornalista, como ele se movia como se fosse “a sua sombra projetada sobre uma parede. Todo o poder executivo se concentrou nas mãos desta personalidade verdadeiramente dinâmica, sem os freios e contrapesos que nos Estados Unidos tolhem até certo ponto a Ação presidencial, impedindo-a de degenerar em despotismo. Do ponto de vista constitucional Lloyd George foi um déspota, como nunca foi o imperador da Alemanha²⁶⁴.

E continua Lima, falando da questão dos interesses pessoais, de classes e de grupos, em sua opinião o grande limite das democracias dos EUA e a da Inglaterra, que se organizavam dar arena à resolução deste tipo de conflito:

Nas repúblicas há meios mais disfarçados mas igualmente eficazes de levar por diante as ideias e os interesses de certas classes ou de certos indivíduos. Haja vista a imprensa, que tem deixado de ser doutrinária para ser industrial, porque grande

²⁶⁴ LIMA, Oliveira. *Cartas da Alemanha*, VI. In. SOBRINHO, Barbosa Lima. op. cit. p. 465.

indústria é a da divulgação das informações tendenciosas que desencaminham os espíritos e promovem os lucros²⁶⁵.

O fato é que a junção desta visão simpática à Alemanha com a rejeição do intelectual a qualquer tipo de belicismo levou Lima a mais uma batalha travada pelos jornais, poucos anos depois de sua campanha antimonroísta, que o levara à dolorosa ruptura com Joaquim Nabuco. Ela surgiu na seção *Ecos da Guerra* do jornal *O Estado de S. Paulo*, uma série de artigos (ao final foram 65) escritos quando Oliveira Lima vivia em Londres.

É interessante notar qual o ambiente discursivo da intelectualidade brasileira sobre o assunto. A força da influência francesa e inglesa fazia com que muitos, a maioria provavelmente, assumisse o discurso aliado, que se baseou em uma simbologia da civilização latina e saxã unidas contra a barbárie teutônica. Os jornais foram tomados por discursos belicistas, que clamavam por esforços concentrados de todo mundo para vencer a Alemanha.

A galofilia da intelectualidade brasileira se horrorizava e denunciava com vivacidade a violência praticada pelos alemães, repercutindo os relatos sobre a ocupação na Bélgica e na França, que incluíam os tipos mais assustadores de barbaridade. Rui Barbosa torna-se o principal porta-voz de um grupo amplo que sustenta a necessidade da entrada do Brasil na guerra ao lado dos aliados²⁶⁶.

Este tipo de discurso era de difícil digestão para Oliveira Lima. Historiador habilidoso e simpático à cultura germânica, tendo tido contato em toda a sua juventude com mestres portugueses anglófilos e germanófilos, Lima não comprava o pacote fechado do discurso aliado, tendendo a buscar entender a situação na sua complexidade. Estar em Londres, em um ambiente que, apesar da guerra era de debate relativamente democrático, ajudava-o a ter uma visão mais complexa dos fatores em jogo. Lá tinha contato com toda a sorte de visões

²⁶⁵ Idem.

²⁶⁶ Para uma noção aproximada do tom dos discursos contra a Alemanha: “A essa carnificina, a essas assolações, às crudelíssimas torpezas da lascívia armada, sobre cujas cenas hediondas não nos seria lícito aqui deixar cair nem uma réstia de luz, a toda essa aluvião de males indizíveis, sobrepondo, ainda, a supressão das liberdades mais elementares, o desaparecimento do trabalho, da imprensa, do culto, o saque, um sistema de exações, indenizações e requisições inaudito e, por cumulo, a deportação em massa, a dispersão geral das famílias, o trabalho forçado a escravidão no país do inimigo (...) E aí está o que o General Bissing, governador alemão da Bélgica, numa entrevista escrita para os Estados Unidos, lhes assegura estar-se praticando em benefício das vítimas dessa incomparável perseguição e geralmente, da nação belga. E por amor dos belgas e a bem deles, é por seu bem, que a ocupação alemã os jugula, os despe! os viola! os carneia! e espalha, ao cabo, ao longe os retalhos da nação esquartejada”. BARBOSA, Rui. *A Grande Guerra*. In. *Obras Completas de Rui Barbosa*. Vol. XLIV. Tomo 1, 1917. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.

críticas sobre o país feitas por intelectuais, sindicatos, parlamentares opositores. O liberalismo inglês, ao menos no início da guerra, tolerava quase todo tipo de manifestações pacifistas ou críticas em relação à condução do conflito.

Lima repercutia essas opiniões em seus artigos, o que, em um momento de grande polarização e simplificação do debate, naturais em momentos de conflagração, fazia com que eles tivessem uma forte aparência de propaganda antibritânica.

Na verdade não era só aparência. Por mais que Oliveira Lima não estivesse interessado na derrota da Inglaterra, é fato que o autor tinha uma velha posição refratária ao país, especialmente no que dizia respeito à sua política externa, considerada pelo autor terrivelmente exclusivista e imperialista. Esta visão nunca impediu que Lima demonstrasse sua grande admiração por Londres e pela vida cultural inglesa, o que fez com que Barbosa Lima Sobrinho o considerasse, erroneamente em nossa opinião, um anglófilo.

Para Lima a guerra era uma barbárie e não havia lado com a razão. Sustentava que a Europa se desmoralizava profundamente com o conflito, botando a perder sua civilização em uma matança absurda e sem sentido, onde de ambos os lados havia heróis nas trincheiras e criminosos nos palácios. Seu pacifismo o fez simpatizar, inclusive, com os socialistas mais radicais que defendiam a paz e o chamado “derrotismo revolucionário”:

Não há posição mais difícil neste momento do que a do socialismo. A sua eficácia como sistema prático de governo depende essencialmente do seu caráter internacionalista, e este momento é caso de dar um prêmio a quem puder dizer por onde anda o internacionalismo²⁶⁷.

Considerava que o seu papel de jornalista era reportar ao Brasil a verdade, por cima dos relatos de guerra, sempre muito fantasiosos:

Que valor, porém jurídico oferecem tais acusações? Todos sabem a que extremos pode levar o sentimento patriótico exacerbado (...). Incidentes haverá porventura exatos no relatório francês: a besta humana é infelizmente a mesma dos dois lados

²⁶⁷ LIMA, Oliveira. *Ecos da Guerra*, in O Estado de S. Paulo, 10 de abril de 1915.

do Reno. Uma ferocidade sistemática e coletiva é que repugna à minha consciência imparcial²⁶⁸.

Por causa dos meus amigos franceses não hei de julgar os alemães uns monstros, os piores monstros do mundo; assim não hei de julgar os ingleses uns canalhas, os piores canalhas da história. Lamento profunda e sinceramente suas divergências, de que resultou este horrível conflito, tão em detrimento da civilização e da cultura, que não podem de deixar de ser identicamente as mesmas para esses três povos, os mais progressivos do universo, cujos atos, cuja política social, cuja moral cívica deveriam servir de ensinamentos e de exemplo às nossas comunidades do Novo Mundo²⁶⁹.

Esta visão que distribuía entre todos, tanto a proeminência da cultura universal, quanto os crimes de guerra, caíam como uma bomba no Brasil, onde a intelectualidade estava ocupada em fazer eco às denúncias das violências contra os civis que os alemães estariam levando a cabo na Bélgica e na França. Os hunos estuprando mulheres e crianças – era este o tom que tomava a informação por aqui.

Lima passou a ser atacado e receber a pecha, naquele momento bastante infamante, de defensor da Alemanha. Defendia-se afirmando que muitos na própria Inglaterra tinham posições pacifistas como a sua. Mas isso não era suficiente e, mais uma vez, o autor de *Dom João VI no Brasil* via-se em minoria e perseguido por suas posições políticas.

Mesmo partindo de um discurso ponderado, que tinha ênfase no pacifismo, as tensões do conflito não abriam espaço para interpretações sofisticadas, cheias de nuances. A radicalização levava qualquer posição ponderada, mediana, intermediária a ser tida como covarde ou como opção disfarçada por um dos lados.

Este momento fez com que Lima se envolvesse em atividades militantes levadas a cabo por intelectuais em favor do internacionalismo e da paz. Foi ativo divulgador de iniciativas como a reunião dos pacifistas feita em Haia em 1915. Uma das decisões desta convenção foi formar um comitê internacional executivo que seria o órgão superior de um conselho internacional de formado por dez personalidades de cada país. Lima foi convidado para propor os dez brasileiros e apresentou, sem prévia consulta, uma lista encabeçada por Ruy

²⁶⁸ LIMA, Oliveira. *Ecos da Guerra*, O Estado de S. Paulo, 13 de março de 1915. In. GOUVEA, Fernando da Cruz. Op. cit. p. 1214.

²⁶⁹ Idem.

Barbosa. O fez antes das manifestações mais radicais do intelectual baiano de apoio à causa aliada, que viriam à tona especialmente a partir da conferencia de Buenos Aires.

Em artigo publicado em O Estado de São Paulo intitulado “Pela Paz” justificava a lista e a adesão que esperava a ela:

A aceitação não é obrigatória. Trata-se contudo de um apoio moral à causa da paz duradoura – cem mil vezes mais sugestiva e mais levantada que a de uma da parcialidades no conflito – e é de crer que nenhum lhe negará o concurso pedido²⁷⁰.

Enganava-se Lima, já que pouco tempo depois Rui Barbosa assumiria a frente da campanha para que o Brasil entrasse na guerra ao lado dos aliados. O seu amigo transformara-se em um paladino da causa aliada, atacando frontalmente a Alemanha e defendendo a entrada imediata do Brasil no conflito. Isso colocava Lima em choque com seu grande defensor e amigo. A mesma história que havia se dado com Joaquim Nabuco: uma divergência profunda o afastava de seu melhor defensor.

Recordemos que Lima tinha acabado de se aposentar da atividade diplomática depois de ter sido impedido de assumir o posto em Londres por conta das acusações de que era monarquista, este novo embate o isolaria bastante mais. Para piorar a situação, Medeiros de Albuquerque, que havia sido uns dos defensores mais radicais dos aliados, juntaria os artigos de Oliveira Lima críticos à Inglaterra e os enviaria a Londres, onde o velho inimigo de Lima, Fontoura Xavier, os entregou ao governo. O resultado foi que o autor de *Dom João VI no Brasil*, que pretendia instalar sua brasiliana em Londres e lá passar seus últimos dias foi proibido de entrar novamente na Inglaterra. Lá ficaram boa parte de seus livros, inacessíveis a Lima até o final da guerra²⁷¹.

²⁷⁰ LIMA, Oliveira. *Pela Paz* II. In. O Estado de S Paulo, 22 de julho de 1915.

²⁷¹ Medeiros Albuquerque assume a realização desta denuncia contra Oliveira Lima em sua autobiografia: “quando Fontoura Xavier, que era então Ministro em Londres, leu o texto da minha Conferência em Paris, mandou pedir-me vários exemplares fê-la traduzir e enviou ao Foreign Office e a diversos personagens. Tempos depois – eu então já estava no Rio de Janeiro – Oliveira Lima pretendeu voltar a Londres. Era aí que desejava estabelecer-se. Obteve de Lauro Muller uma comissão para estudar documentos sobre a historia do Brasil em Lisboa e Londres. Havia nisso um meio sub-reptício de ir para a Inglaterra a coberto de uma comissão do Governo Brasileiro. Eu fiz, porem, com que A Noite perguntasse se o nosso governo tinha a certeza de que Oliveira Lima poderia entrar na Inglaterra. Tomei a nota de A Noite, tomei a Conferência que fizera em Paris e mandei tudo, com um cartão meu, ao Embaixador da Inglaterra. O efeito não se fez esperar. Dois dias depois, Lauro Muller recebia comunicação de que Oliveira Lima Não podia entrar na Inglaterra. Esse fato, que desorganizou completamente a vida de Oliveira Lima, tornou-o, aliás muito justamente – meu inimigo. Foi então levado a estabelecer-se nos Estados Unidos”. ALBUQUERQUE, Medeiros. *Quando eu era vivo*. Rio de Janeiro: Livraria Globo, 1942, pp. 250-151.

Oliveira Lima, assim, era vítima mais uma vez de perseguições por conta das opiniões que sustentava. Mesmo aposentado da diplomacia, sua “pena incontinente” o levava a mais uma dura derrota.

Capítulo 3

Um intelectual entre dois arcaísmos

1.1. Uma recepção cheia de símbolos:

Em 1926 Gilberto Freyre foi aos Estados Unidos como representante de *O Diário de Pernambuco* a um Congresso de Jornalistas. Antes havia recebido uma correspondência de Oliveira Lima, que vivia em Washington e que iria hospedá-lo:

O seu quarto de costume está pronto para recebê-lo, forrado de papel novo e com retratos de D. Manuel e de Luiz Felipe, que até chega a parecer detalhe de romance de Eça. Queira avisar da chegada (dia e hora) para esperá-lo em casa, não direi com um mungunzá, que não há milho verde, mas com um arroz de forno ou qualquer prato digno do Nordeste²⁷².

Para além de constataremos o espírito paterno do tratamento dado a Gilberto Freyre, o que fala muito da relação entre os dois intelectuais pernambucanos, percebemos que há duas fortes referências no tipo de recepção que Lima preparava para o amigo dileto.

A primeira diz respeito ao quarto, que já era de Freyre, dada sua estada anterior na casa, quando era estudante nos EUA e ficou albergado e protegido por Lima. Era um quarto português, que contava com retratos de heróis lusos, como D. Manuel, o rei das grandes navegações que haviam dado ensejo ao descobrimento e a colonização do Brasil, tema tão caro aos dois. O outro retrato o de Luiz Felipe, herdeiro que morrera defendendo, revólver em punho, seu pai de um atentado de carbonários. Um quarto tão tipicamente português que podia figurar em um romance de Eça.

A segunda diz respeito à culinária do Nordeste que, no caso, queria dizer Pernambuco. Oliveira Lima não se cansava de afirmar que era a comida um dos elementos fundamentais da cultura de uma região e a maneira mais forte de se manter um vínculo à distância. Ele e

²⁷² Carta de Oliveira Lima a Gilberto Freyre, 22/03/1926. In. GOMES, Ângela de Castro, *Em Família a Correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre*. Campinas: Mercado de Letras, 2005.

Flora esperariam o filho postiço com um prato digno que, não podendo ser um mungunzá seria um arroz de forno ou algo que não fizesse feio às tradições da terra natal dos co-provincianos²⁷³.

Receber o jovem Gilberto Freyre desta maneira, mobilizando toda esta simbologia e afirmando de modo orgulhoso Pernambuco e Portugal era falar de um sentimento e de uma opção, de uma sensibilidade e de um programa intelectual. Uma visão de mundo que unia (ou uniria) o jovem Freyre e o já velho Oliveira Lima.

O reencontro era também uma celebração da amizade, construída em torno a esta visão comum²⁷⁴, e uma despedida, já que Lima sabia que estava perto da morte, que o colheria dois anos depois.

Esta ligação de Lima com Portugal e Pernambuco envolvia uma série de fatores complexos, emocionais e intelectuais, sendo impossível aquilatar a proporção em que cada um destes elementos se fazia presente. Dito de outro modo, é difícil saber o que havia de afetividade e o que havia de raciocínio no tipo de vinculação construída pelo autor com Pernambuco e Portugal durante a sua vida, que no momento da visita de Freyre estava em seu capítulo final. Talvez nem o próprio Lima tivesse condição de separar claramente as duas dimensões. O que nos parece possível afirmar é que estes dois fatores – cálculo e sentimento - estiveram presentes e se influenciaram mutuamente na *vidobra* do autor.

Do mesmo modo não é simples determinar o que há de construção a posteriori, feita por outros intelectuais que estudaram sua trajetória e pelo próprio Oliveira Lima, e o que é fato nesta vinculação luso-pernambucana. É incontestável que Lima se empenhou em construir uma auto-imagem e que nela a vinculação com Pernambuco e Portugal eram elementos determinantes, também é fora de discussão que dois dos principais construtores da imagem de Lima, Barbosa Lima Sobrinho e Gilberto Freyre, tinham ligações inequívocas com a província. Mas seria um enorme exagero e uma forma muito esquemática de ver as coisas considerar que uma operação biográfica mistificadora resume a questão.

²⁷³ No livro que escreveu sobre Oliveira Lima, um texto memorialístico e cheio de sentimentos, afirmava Gilberto Freyre: Mais de uma vez, enjoado diante da dieta americana das cafeterias da universidade ou dos pratos europeus dos restaurantes franceses, alemães e italianos de Nova York, larguei-me para Washington, para a casa de Oliveira Lima e dona Flora, em cuja mesa nunca faltava um prato à brasileira ou um doce pernambucano (...). FREYRE, Gilberto. *Oliveira Lima, Dom Quixote Gordo*. Op. cit. p. 12

²⁷⁴ Para compreendermos melhor os caminhos pelos quais Gilberto Freyre chegou a esta valoração positiva de Pernambuco nada melhor do que o brilhante estudo da professora Maria Lúcia Pallares-Burke. PALLARES-BURKE. *Gilberto Freyre: Um vitoriano nos Trópicos*. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.

O que nos parece é que as determinantes são complexas e que é difícil desvendar a questão partindo de uma interpretação apriorística. O que interessa à nossa abordagem e à economia deste trabalho é como relacionar o provincianismo e o lusismo de Oliveira Lima com a sua obra geral, que tem o sentido nacional que desenhamos até aqui.

1.2 Um pernambucano saquarema

Desde o início de sua trajetória Oliveira Lima fez questão de vincular-se a Pernambuco. A opção não era óbvia, dado que o autor foi viver em Portugal logo cedo e lá estabeleceu relações muito fortes. Estas se deram tanto com os mestres do Curso Superior de Letras de Lisboa – gente do porte de Consiglieri Pedroso, Jaime Moniz e do futuro presidente da República Teófilo Braga –, quanto com outros intelectuais como os do grupo de Eça de Queiroz.

Filho de pai português, integrado nos círculos letrados mais reconhecidos de Lisboa, aluno de um curso muito prestigiado pelo peso de seus mestres, Lima tinha todas as condições para se “naturalizar” como um letrado português, deixando de lado sua vinculação com o Brasil.

Além desta facilidade potencial de se “transformar em português”, no Brasil, Lima estabeleceu laços muito fortes com os intelectuais do Rio de Janeiro, que se articulavam em torno à Academia Brasileira de Letras e às figuras de Machado de Assis e José Veríssimo. Podia, também, contentar-se com os seus vínculos com a capital, sem buscar estabelecê-los com sua província natal. É interessante lembrar que a maior parte dos intelectuais do nordeste neste momento fazia o caminho inverso: deixavam suas províncias para buscar espaços no Rio de Janeiro, muitas vezes se desvinculando delas permanentemente²⁷⁵.

Lima buscou fazer o caminho contrário – estando no centro (Rio e/ou Lisboa) manteve um esforço permanente de vinculação de sua trajetória com Pernambuco, abrindo mão de ser um intelectual português, ou de esquecer-se como pernambucano e se aclimatar ao Rio de Janeiro.

Para além disso, a opção de Oliveira Lima não foi somente a de uma vinculação tênue, como parece ter sido a de Joaquim Nabuco. Quis sempre um vínculo forte, tanto com os letrados

²⁷⁵ Cf. NETO, A. L. Machado. *Estrutura Social da República das Letras. Sociologia da Vida Intelectual Brasileira – (1870-1930)*. São Paulo: Edusp, 1973.

locais, que se agrupavam no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, quanto com o engenho herdado por sua mulher, o Cachoeirinha. Quando teve algum tempo livre no Brasil, Oliveira Lima buscou deslocar-se para Pernambuco.

Uma das raízes desta opção estava no fato de que, já na juventude, Oliveira Lima esteve próximo à elite local, na medida em que se apoiou em Araujo Beltrão, seu cunhado, filho de uma família tradicional da açucarocracia pernambucana, para conseguir iniciar a carreira no Itamaraty. Este vínculo familiar e de interesse não pode ser desprezado, já que o próprio autor não cansou de afirmá-lo, de modos diversos, em diferentes momentos.

Teresa Malatian, em seu livro sobre Oliveira Lima, analisou detidamente tanto esses vínculos como o tipo de reivindicação que o intelectual fez dele²⁷⁶. Para a autora este compromisso, que foi tanto uma opção de classe como a adoção de uma visão de mundo aristocrática, é um dos determinantes, se não for o principal, da trajetória de Oliveira Lima. Concordamos com o vínculo de Oliveira Lima à aristocracia rural pernambucana, mas buscamos ver a opção do autor por explicitar esta ligação a partir de outro prisma.

Parece-nos que ao vincular sua genealogia aos grandes de terra, Lima está ligando-se ao que há de mais fundo na história de Pernambuco. O pai de Lima é apresentado na suas memórias como um comerciante português civilizado à inglesa, o que era, de resto, bastante pernambucano, dada a presença na província de grande número de súditos da rainha na atividade comercial. Sua mãe, filha de família tradicional proprietária de engenho representa a ligação mais do autor com a aristocracia da terra e, portanto, com a história e com as tradições mais profundas da província.

Ao se apresentar como filho de mãe açucarocrata, com pai mascate do Recife, Oliveira Lima não está fazendo apenas uma declaração de classe, mas um elogio da história pernambucana, e encontrando um modo de vincular-se simbolicamente a ela. Correndo o risco de uma interpretação inocente, ou empática demais com autor, este tipo de construção nos parece uma ação quase de estilo, uma afirmação quase estética. Há alguém mais pernambucano do que um homem fruto do cruzamento de um comerciante do Recife com uma filha da “açucarocracia” de Olinda?

Conforme notou Maria Lúcia Pallares-Burke, dentre outros, este tipo de reconstrução da trajetória é bastante comum entre os intelectuais. É natural também uma certa estetização da

²⁷⁶ Cf. MALATIAN, Teresa. Op. cit.

trajetória, que é vista por quem a percorreu como um caminho reto, de certo modo pré-determinado desde muito cedo a atingir um determinado ponto de chegada.

Foi assim com Oliveira Lima, que buscou se afirmar como um homem que havia sido punido pela vida em função de sua coerência e da sua disposição de não negociar as suas convicções, de lutar por elas mesmo em batalhas fadadas o fracasso. Não se pode negar que há muito de realidade nesta versão, como vimos até aqui, o que a torna bastante verossímil.

Há sem dúvida uma relação forte de Oliveira Lima com a elite agrária decadente de Pernambuco, mas não acreditamos que ela possa ser elevada a uma categoria de explicação geral, nem da obra e não da vida do autor.

A primeira grande materialização desta opção por Pernambuco foi o fato de Lima ter estreado com um livro de história regional pernambucana, escrito fora do país e publicado quando o autor estava na Alemanha. *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico*, de 1895, conforme descrevemos no capítulo anterior, dá a Pernambuco a condição de ponto de partida da formação da nacionalidade brasileira, na medida em que a obra da colonização teve em Duarte Coelho e seus descendentes, e na resistência aos holandeses, os seus momentos fundadores.

Esta vinculação teve grande reciprocidade. Desde muito cedo, e durante toda a sua vida, Lima seria colaborador de jornais e revistas pernambucanas²⁷⁷ e as publicações de sua terra natal sempre lhe dispensaram um tratamento de muito respeito, o reverenciando como um “orgulho da terra”, mesmo nos momentos em que o autor se envolveu nas contendas políticas locais.

A busca por cultivar e ampliar suas relações e vínculos com Pernambuco talvez tenha sido o elemento mais perene na trajetória do autor, que foi, como qualquer vida, cheia de fases distintas, mudanças de ênfases, inflexões importantes. Pernambuco liga as duas pontas da vida de Oliveira Lima. Se começar a carreira de escritor com um livro sobre Pernambuco era uma forte declaração de intenções, ao terminar sua trajetória, Lima reafirmaria sua pernambucanidade em sua autobiografia e no lugar de (sua) memória que construiu através de sua brasiliana, doada à Universidade Católica de Washington.

Na Oliveira Lima Library, que seria o produto da doação de sua brasiliana à Universidade Católica de Washington, Pernambuco é a presença mais forte. Não só pela quantidade de

²⁷⁷ Oliveira Lima foi colaborador do Jornal do Recife entre agosto de 1885 e setembro de 1890 e do Diário de Pernambuco entre fevereiro de 1914 e março de 1926.

obras escritas que versam sobre a história regional, marcadamente sobre o período holandês, mas principalmente pelas obras de arte que autor escolheu colecionar durante sua vida. Em texto sugestivamente nomeado “*Eu vi o mundo...ele começava no Recife*”, Maria de Lourdes Eleutério fala do colecionismo desenvolvido por Oliveira Lima, fortemente dominado pelas paisagens recifenses.

Este colecionismo tinha resultado em um acervo que “contava com pintores locais como Álvaro Amorim, Balthasar da Câmara e Jerônimo Telles Jr, e ainda, o carioca Antonio Parreiras²⁷⁸”. As imagens, segundo Eleutério, acompanharam Oliveira Lima pelos diversos lugares do mundo por onde o autor passou.

O gosto pelas artes plásticas vinha desde a mais tenra juventude do autor, tendo Lima sido uma espécie de crítico de artes plásticas do *Jornal de Recife* quando tinha dezenove anos. Em uma dessas críticas o futuro autor de *O Império Brasileiro* vocifera com o vigor próprio dos vinte anos recém-completados contra um paisagista que havia sido pouco generoso com o Recife, do qual tinha saído com apenas cinco anos:

Um dos tais quadros do Sr. Barradas, representa Meia Noite em Pernambuco; palavra de honra que tive vontade de arrancar essa pintura do seu lugar e fazer-lhe um auto-de-fé: pareceu-me mais uma profanação a pretensão do Sr. Barradas de dar uma ideia do que seja esse delicioso torrão do Brasil, essa terra encantadora que para mim constitui o que de mais belo existe no mundo, por meio de sua desgraçada palheta e de sua supina ignorância dos preceitos mais elementares da arte de Rubens e de Velázquez. Saberá ele ao menos quem são esses quidams²⁷⁹?

O colecionismo de Oliveira Lima preferiu as paisagens pernambucanas, tanto as que retratavam o mar do Recife quanto as que tinham como tema a zona da mata. Este gosto pelas paisagens era também fruto de uma percepção comum à época de que as paisagens funcionavam como um discurso nacionalista, na medida em que reproduziam a essência da terra retratada.

A origem desta identidade entre paisagem e nação estava na ideia muito difundida no século XIX de que a natureza era o monumento de um país que não tinha monumentos - retratá-la

²⁷⁸ ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. *Eu vi o mundo... ele começava no Recife*. In *Remate de Males*, no 24, Campinas, 2004. p. 70.

²⁷⁹ *Exposição de quadros nas salas do Comércio de Portugal*, in *Jornal do Recife*, domingo, 4 de julho de 1886.

era uma forma de afirmar a nacionalidade. Quando na República, a história nacional passou a viver um momento de certa desmoralização, as paisagens, sendo atemporais, eram um instrumento para se falar da nacionalidade sem se remeter de modo direto a fatos históricos²⁸⁰.

Oliveira Lima, apesar de sua simpatia pelo passado, parecia concordar com esta visão da predileção pelas paisagens em detrimento a pintura de eventos históricos. Falando das limitações de cultura do Barão do Rio Branco, dias depois de receber a notícia de sua morte, diz o intelectual pernambucano:

As preocupações propriamente literárias ou artísticas eram de fato estranhas, senão avessas ao seu temperamento. Um quadro de batalhas podia ter para Rio Branco o valor de um documento: uma paisagem, por mais formosa, deixá-lo-ia indiferente. Não creio exagerar dizendo que conhecia pintores e telas, mas não conhecia escolas...²⁸¹

Também podemos pensar que a composição na coleção entre paisagens praianas e paisagens da zona da mata tem relação com o tipo de vinculação que Oliveira Lima queria construir com Pernambuco. Na sua biblioteca, lugar de memória que resumia a maneira como queria ser lembrado, as paisagens recifenses falavam da origem de seu pai, mascate de grosso trato da cidade, enquanto as paisagens rurais falavam de sua mãe, ligada à nobreza da terra.

Há neste colecionismo o reforço à interpretação do autor de que foi nessas terras onde a elite plantava cana que se desenvolveu, que desde o século XVI, a se forjou civilização que Pernambuco legaria à unidade brasileira.

Um momento muito interessante para investigarmos as relações políticas e simbólicas que Lima estabeleceu com Pernambuco é o das comemorações do centenário da Revolução Pernambucana de 1817.

²⁸⁰ Falando da contraposição entre retratar o nacional em quadros de batalhas e de grandes eventos, e fazê-lo através da pintura de paisagens afirma o crítico do início do século Félix Ferreira: É da natureza que os nossos pintores têm de haurir todo o nosso engrandecimento artístico futuro; é na contemplação e no estudo desses primores que o Criador derramou as mãos pródigas por essa terra em que nascemos, que o artista encontrará os elementos da verdadeira Escola Brasileira. Quanto mais nos vamos afastando do período da guerra do Paraguai, mais se vai extinguindo o entusiasmo popular por essas heroicidades de Riachuelo e Avay; eis porque os quadros dos Srs. Pedro Américo e Vitor Meireles que tratam de tais assuntos vão pouco a pouco caindo no olvido ou na indiferença. In. SALGUEIRO, Valéria. Pintor e crítico - Antônio Parreiras n' *O Estado de São Paulo* (1894-1895). [19&20](#), Rio de Janeiro, v. IV, n. 1, jan. 2009. Disponível em:

<http://www.dezenovevinte.net/criticas/ap_vs.htm>

²⁸¹ LIMA, Oliveira. *O Barão do Rio Branco*. In. SOBRINHO, Barbosa Lima. op. cit. p. 299.

A Revolução de 1817 era um evento histórico bastante especial, porque dizia respeito às duas questões: o problema do território e a questão da reinvenção da história nacional.

No que dizia respeito ao território a questão se colocava porque uma das punições as sediciosos de 1817 foi a incorporação à Bahia de uma parte do território pernambucano. Com a proclamação da República, os conterrâneos de Oliveira Lima viram reaberto o espaço para a reivindicação desta área, visto que 1817 deveria ser considerado como um movimento que antecipava o movimento republicano. Como podia o novo poder compactuar com a punição feita à província que primeiro havia levantado a bandeira da República?

No que dizia respeito à reinvenção da história, a comemoração do centenário de 1817 dava a Pernambuco a oportunidade de voltar a ser considerado como um berço de grandes acontecimentos da história nacional. Esta condição tinha estado em xeque, na medida em que a história anterior à proclamação da República vivia um momento de forte desvalorização. O que antes dava a Pernambuco uma enorme proeminência – a capitania de Duarte Coelho, a civilização que se ergueu em torno à cana de açúcar, a expulsão dos holandeses com a opção por Portugal – transformara-se em um capital relativamente desvalorizado.

A Revolução de 1817 tinha o condão de devolver protagonismo a Pernambuco, na medida em que o evento, especialmente se somado a Confederação do Equador de 1824, poderia ser interpretado como as primeiras grandes lutas em defesa tanto da Independência quanto da República.

Podemos ver a busca por dar este duplo caráter (republicano e independentista) ao evento de 1817 na carta enviada pelo Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco a Assembléia Legislativa do Estado, redatada por Mário Mello:

A 6 de Março de 1917 completar-se-á o primeiro centenário da *revolução que tentou estabelecer no norte do Brasil o regime republicano, libertando-o do jugo português*.

De todos os movimentos de nossa pátria, foi o mais perfeito e completo. Precedeu-o larga doutrinação. De 1800 por diante foram fundados o Areópago de Recife também e sucessivamente as academias do Cabo e do Paraíso, com o fim exclusivo de propagar as novas ideias democráticas. Por isso o projeto de constituição republicana substitui, *como o de 1891*, o tratamento de todos os cidadãos pelo de vós e tratava da eliminação progressiva da escravatura.

No parecer de Oliveira Lima, o acatado mestre de americanismo a revolução de 1817 foi o único movimento brasileiro digno deste título.

(...) O Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano teria imenso prazer em relembrar com festas cívicas ao povo o que foi essa revolução emancipacionista da nossa terra, *precursora do grito do Ipiranga*.²⁸²[grifos nossos]

Ou seja, na carta de Mário Melo o que as comemorações queriam afirmar está mais do que explícito: o caráter precursor de Pernambuco tanto na luta pela Independência quanto pela República; tratava-se da “revolução que tentou estabelecer no norte do Brasil o regime republicano, libertando-o do jugo português”, “precursora do grito do Ipiranga” e que havia adiantado em seu projeto de constituição tanto a abolição, que só viria em 1888, quanto aspectos da carta republicana, que só viria em 1891.

Mas além disso, há na carta de Mario Melo a referência à opinião “acatada” de Oliveira Lima. Parece-nos que a menção ao intelectual pernambucano, que se transformaria poucos dias depois no principal formulador das comemorações do centenário, demonstra a percepção de que Lima é um pensador da história da nacionalidade em seu conjunto. Ou seja, apesar de seu vínculo com Pernambuco, Oliveira Lima já é visto como alguém que pensa o conjunto da história nacional e que, com esta condição, pode aquilatar, a partir de sua visão global a importância da Revolução Pernambucana.

Quis o capricho de Clio, entretanto, que Lima fosse mais do que um avalizador da importância da efeméride. Duas fatalidades o colocaram no centro das comemorações. A primeira foi o inesperado falecimento do historiador Alfredo de Carvalho, que estava afastado das atividades do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco e que havia sido chamado a retornar com o fito de preparar a edição anotada da clássica obra de Muniz Tavares sobre a Revolução. A segunda é Oliveira Lima estava no Recife no ano de 1917, coincidência que permitiu o convite para que ele assumisse o lugar de Alfredo de Carvalho anotando a obra de Muniz Tavares.

Depois de pensar por alguns dias, Lima topou assumir a empreitada, e não só preparou a edição anotada em tempo curtíssimo, como assumiu a presidência da comissão encarregada das comemorações, imprimindo a elas a sua visão sobre os acontecimentos. Por isso os

²⁸² Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco. Vol. XIX. N 95-98. Recife, 1917. p. 44

registros da comemoração são um lugar privilegiado para flagrarmos as relações de Oliveira Lima com Pernambuco e sua história.

Emprestando às comemorações todo o seu prestígio como intelectual Oliveira Lima ampliou bastante as ambições do evento comemorativo. Antes a pretensão dos sócios do IAHP resumia-se a imprimir a obra de Muniz Tavares, organizar um Congresso com representantes dos Estados que haviam participado da revolução e cunhar uma moeda comemorativa. A partir da presença de Lima os objetivos foram se ampliando consideravelmente e passaram a incluir um processo de nacionalização das comemorações²⁸³.

Na ata da sessão da diretora do IAHP de 21 de dezembro de 1916 consta:

Pede a palavra o Dr. Oliveira Lima e diz que em sua recente viagem ao sul, promoveu meios de ser comemorado no Rio e em São Paulo o centenário da revolução pernambucana. A 6 de março de 1917 o Instituto Histórico do Rio de Janeiro realizará uma sessão comemorativa, sendo orador o deputado Barbosa Lima e em São Paulo será igualmente festejada a data, sendo orador o dr. Carneiro Leão²⁸⁴.

Oliveira Lima trabalhara bastante no assunto e avançou muito rapidamente, amalhando documentos das mais diversas procedências para amparar o seu trabalho. Para isso, usou de seu prestígio e dos velhos contatos no corpo diplomático brasileiro. Oliveira Lima, depois de ter viajado ao Rio de Janeiro, voltava a uma reunião do IAHP e relatava aos seus pares o andamento do trabalho:

[Oliveira Lima] Obteve no Ceará, no Instituto Histórico do Rio de Janeiro [IHGB], na Biblioteca Nacional, no Arquivo do Ministério do Exterior da Capital Federal e no Record Office de Londres cópias dos documentos de que necessitava para o trabalho e que serão agora completadas com as que enviou ao Instituto

²⁸³ Na carta que citamos Mário Melo pede ao poder legislativo a quantia de 20 contos de réis, que seriam suficientes para “mandar imprimir a obra que terá aproximadamente mil páginas, cunhar medalhas comemorativas, organizar um congresso de representantes dos Estados que tomaram parte no movimento...”. Deixa claro, que esta quantia não permitiria, por exemplo, a construção de um monumento. A assembléia aprovou metade deste valor, dez contos. Mais tarde, cremos que por força dentre outras coisas da presença de Oliveira Lima como presidente da Comissão, não só todos os projetos da primeira proposta de Melo foram colocados em prática, como foi feito o monumento, de acordo com as indicações de Oliveira Lima. Só as despesas com as premiações para o concurso do monumento foram de 750\$000 réis. In: *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco*. Vol. XIX. N 95-98. Recife, 1917

²⁸⁴

Arqueológico o embaixador brasileiro em Washington e as que as trouxe da Bahia o dr. Mário Melo (...).

O seu trabalho está quase completo. O que falta entregará definitivamente a 31 de dezembro²⁸⁵.

Ao assumir a direção das comemorações Oliveira Lima em um só movimento emprestava seu prestígio à empreitada – o que possibilitava a nacionalização das comemorações e o acesso em tempo relâmpago a esta plêiade enorme de documentações – e, ao mesmo tempo, imprimia a sua própria concepção da história às comemorações.

Oliveira Lima buscou afirmar em primeiro lugar que Pernambuco tivera um papel fundamental na história nacional, talvez não igualado por nenhuma outra província. Entretanto, era justamente o fato de ter este protagonismo que fazia com que a história pernambucana só fizesse sentido se vista como parte do processo cumulativo que formou a nacionalidade brasileira. A ação dos grandes pernambucanos só adquiria um significado elevado quando vista integrante desta grande narrativa da história nacional. Pernambuco era grande em seu passado, porque grande era o produto da ação de seus filhos: o Brasil constituído como nação.

Lima combatia ideias muito fortes que viam Pernambuco como um corpo à parte, heróico justamente porque não se inserira nesta história nacional dominada pelo centro-sul. Assim, o mais natural em uma efeméride que comemorava o martírio de uma geração de homens que lutaram contra o Rio de Janeiro, seria uma reafirmação deste tipo de visão, ainda que mitigada pelo caráter oficial do evento. Lima não permitiu que assim fosse.

É interessante notar que o ato de nacionalizar a comemoração levado a cabo por Lima tinha um duplo caráter. Por um lado ajudava a afirmar o papel de Pernambuco na história nacional, na medida em que a importância de seus feitos era reconhecida, reafirmada, rememorada por todos. Por outro, ao ser comemorado nacionalmente o centenário perdia o gume nativista, na medida em que a Revolução de 1817 era inserida como uma parte da história nacional.

Lima, contando com o apoio dos outros membros da comissão que presidia, logrou enorme sucesso na iniciativa de nacionalizar as comemorações. Os correios lançaram um selo nacional inspirado na bandeira dos revolucionários, que, aliás, seria transformada na bandeira do estado de Pernambuco; o Presidente da República Wenceslau Braz declarou o

²⁸⁵ *ibidem*.

dia seis de março feriado na capital, no que foi seguido por alguns governadores, como o do Amazonas, por exemplo. Dezenas de estados realizaram comemorações grandes, pouco típicas, nos parece, na comemoração de eventos históricos regionais.

No Pará, por exemplo, no Teatro da Paz, a Associação de Imprensa promoveu um grande evento que contou com o governador do estado, Lauro Sodré, como principal orador. No Rio Grande do Norte, além das comemorações, foi inaugurado um monumento público e o governador do estado, Joaquim Ferreira Chaves, foi eleito o presidente da comissão de comemorações estadual. Na Paraíba também houve um grande evento, que contou com a presença do governador do estado, no qual Oliveira Lima foi convidado para fazer o principal discurso:

Apos o hino e debaixo de palmas o dr. Oliveira Lima iniciou a leitura de sua conferencia. ‘Trata-se’ – escreve a União [jornal paraibano] da mesma data – ‘de uma autoridade tão amplamente consumada, que se torna inútil e inoportuna qualquer apresentação que o recomende a avidez dos entendidos ou não na matéria. Basta, pois dizermos que a palestra funda e rutilante do Sr. Dr. Oliveira Lima foi a chave d’ouro com que mais se estreitaram as relações fraternais dos dois Estados e as festas por ambos promovidas em justíssimo preito aos mártires de 1817²⁸⁶’.

Lima busca em seus discursos em Pernambuco e na Paraíba demonstrar que a Revolução de 1817 encarnava a continuidade do processo formativo da nação, portanto, em sua essência, era *brasileira*. Rebentara não como um elemento alheio à evolução nacional, mas como parte dela, como um prenúncio do processo que se desenvolvia surdamente e que conduzia para o desfecho da independência nacional. Era um sintoma, um aviso antecipado, uma pequena amostra do que a evolução do conjunto do corpo nacional guardaria para mais tarde. Nas palavras de Oliveira Lima em seu discurso no Teatro Santa Isabel, o mesmo dos famosos comícios abolicionistas de Nabuco:

A Revolução de 1817 foi, bem examinada, muito mais do que um movimento local: foi um movimento nacional. Geograficamente circunscrita, amplia-se

²⁸⁶ Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco. Vol. XIX. N 95-98. Recife, 1917. p. 45

sociologicamente. Nacional era o seu pessoal: promoveram-na e ampararam-na fatores de inteligência, da atividade e da riqueza do reino brasileiro²⁸⁷.

Notemos que Pernambuco havia dado esta contribuição fundadora tanto nas suas vitórias, como no caso da expulsão dos holandeses, quanto nas suas derrotas, como nas revoluções de 1817 e 1824. Neste sentido, o resultado final, descontado o lamento pelo martírio dos heróis, importava pouco, porque o movimento para o qual a história apontava estava determinado pelo tipo de evolução que a nação experimentava desde a colônia, mas especialmente desde a chegada da corte no Brasil.

É por isso que Oliveira Lima, tanto em seu discurso feito em Pernambuco, quanto no realizado na Paraíba, tratava a violência da reação, que fora dirigida pelo governo de seu admirado Dom João VI, como algo que deveria ser compreendido, mesmo em sua rudeza extremada. Tratava-se, na verdade, da tentativa vã e mesmo desesperada de parar o trem da história que apontava para o processo de libertação das colônias. E havia sido justamente este poder que realizara a dura repressão que possibilitara este tipo de transição pacífica para a construção dos ideais sonhados pelos revolucionários.

É curioso notar que no principal evento comemorativo, o ato solene no Teatro Santa Isabel, onde seria natural uma defesa mais aberta dos revolucionários e uma denuncia da violência do poder monárquico, especialmente em um ambiente republicano, Oliveira Lima não se fez de rogado e apresentou uma visão positiva da corte do Rio de Janeiro. Falando pela boca de Muniz Tavares, o historiador que viveu a revolução e cuja obra Lima anotou, ele trata das chances reais que a Revolução tinha de vingar:

Estaria a capitania que os democratas de 1817 pretenderam subtrair à autoridade real e ao domínio lusitano, em condições de constituir um Estado independente e uma comunidade republicana?

(...) O historiador da revolução, monsenhor Muniz Tavares, cujo trabalho o Instituto Arqueológico acaba de mui oportunamente reeditar, duvida mesmo, apesar dos seus sentimentos acendradamente democráticos, que a experiência fosse feliz, julgando-a antes temporã. Ele não só chama a atenção, com o agudo senso sociológico, para o perigo de transplantarem-se instituições estrangeiras sem levar em conta o espírito local que poderá achar-se ou não em situação capaz de perfilhá-

²⁸⁷ Idem.p. 46

las e rende homenagem insuspeita a bondade do monarca e que viera erguer o seu trono sob o céu dos trópicos, como declarar concordar com o mártir José de Luiz de Mendonça em que mudança instantânea da escravidão à liberdade representa um salto mortal [grifo nosso]²⁸⁸.

Oliveira Lima separava o evento de 1817/1824 do restante das revoltas que aconteceram no século XIX brasileiro, fundamentalmente porque aquele estava dotado de uma postura filosófica e de uma doutrina, enquanto as outras, em sua visão, ou eram explosões populares sem rumo e consequência, ou fruto de lutas internas às regiões, exercidas em termos parecidos com os que se deram na América Espanhola.

O heroísmo do movimento de 1817 não estava tanto na atitude corajosa de seus próceres, que podia ser encontrada em outros movimentos, mas fundamentalmente no objetivo elevado pelo qual morreram. Trava-se de gente com grande discernimento e cultura, que optara pelo risco em função de objetivos morais de alto nível.

Assim, Oliveira Lima separava o evento de outras rebeliões onde o que estava em jogo, em sua visão, eram interesses menores, disputas econômicas e ambições pessoais de mando. O raciocínio valia para as revoltas regenciais, mas valia igualmente para outros episódios da própria história pernambucana, vistos por Lima com maus olhos, como a Guerra dos Mascates e a própria Revolução Praieira de 1848²⁸⁹.

Estas teriam sido movimentos dispersivos da nacionalidade, eventos que estavam fora do processo geral de constituição da nação. Assim, limpando da história pernambucana deste tipo de revolta, Lima tentava dissolver a ideia de que Pernambuco era uma “província rebelde”, um corpo político que vivera toda a sua decadência no século XIX sacudida por lutas intestinas, como um elemento estranho ao desenvolvimento histórico nacional. Ao

²⁸⁸ Visão completamente diferente da que Lima tinha sustentado em seu primeiro livro, *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico*, onde o autor sustentava uma posição sem reservas a favor dos revolucionários e contra o poder central. O tom, o estilo, também se diferenciam muito. Na obra de sua estréia quando falava da Revolução de 1817 havia uma linguagem de denúncia: “explosão frenética do sentimento nacional desdenhado, brotando de cérebros exaltados pelos sucessos da revolução, afervorados em seus sonhos por uma misteriosa solidariedade, e ansiosos pela integração da libertação americana [desenhava o quadro, que se oferecia aos republicanos de Pernambuco]: militares cansados das prepotências portuguesas, sacerdotes que em seus consistórios folheavam o grande livro das aspirações liberais, brasileiros que nos feitos viris sentiam vibrar o afeto virgem da pátria. Bem souberam porém morrer os que não souberam conspirar”. LIMA, Oliveira. *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico*. Op. cit.

²⁸⁹ Revolução praieira que Lima já em seu livro de estréia caracteriza como luta entre facções diferentes das elites, sem maiores interesses que não fossem materiais. É interessante notar que alguns setores conseguiram dar a esta luta intra-elites um caráter revolucionário, a ponto de Eric Hobsbawm, baseado nesta literatura, relacioná-la entre os movimentos que teriam relação com a famosa primavera dos povos de 1848. Cf. HOBBSAWM, Eric. *A Era do Capital, 1848-1875*. São Paulo: Paz e Terra, p. 29.

contrário disso, o que Lima parecia querer era que Pernambuco se inscrevesse protagonista da construção da nacionalidade, num discurso que se afirmasse pela positiva.

Assim, a operação complexa feita por Oliveira Lima, verdadeira ginástica interpretativa, foi dar às comemorações de uma revolução um caráter não rupturista, mas de continuidade. Ao mesmo tempo tentando evitar que o elogio do acontecido se transformasse em uma apologia das rebeliões. Ao dizer que 1817 havia sido a única revolução que o Brasil tinha assistido, afirmação elogiosa que virou um certo mantra das comemorações, Lima estava desqualificando todos os outros movimentos, tirando a revolução de Muniz Tavares da história das rebeliões brasileiras e inscrevendo-a no curso natural da evolução brasileira.

Outro esforço interessantíssimo da construção feita por Lima foi sua escolha dos heróis a serem exaltados. Seria um desfecho absolutamente natural que, como parte da operação de dar a Pernambuco a precedência da luta pela independência e pela República, as revoltas de 1817 e 1824 fossem tratadas como um só movimento. Isso possibilitaria, por exemplo, que a figura de Frei Caneca, que em 17 tivera um papel secundário, fosse para o centro da efeméride.

José Murilo de Carvalho notou que no processo de definição dos símbolos da República houve uma disputa em torno da definição de quem encarnaria a condição simbólica de herói nacional, papel que acabou destinado à figura de Tiradentes. Neste processo, para o autor de *A Formação das Almas*, a grande concorrência contra o inconfidente só poderia ter sido oposta por Frei Caneca. A citação é longa, mas sua caracterização nos ajuda a perceber o papel que Caneca tinha potencial de exercer:

Frei Caneca era um competidor mais sério. Herói de duas revoltas, uma pela independência, a outra contra o absolutismo do primeiro imperador, morreria também com mártir, fuzilado, pois nenhum carrasco se dispusera a enforcá-lo. Joaquim Norberto censurava a Tiradentes exatamente o não ter morrido como os mártires de 1817 e 1824, desafiadores, o grito de liberdade na garganta, autênticos heróis cívicos. Em vários discursos no Clube Tiradentes, mencionava-se o fato de não ter sido o herói mineiro o único mártir republicano, nem o primeiro. Frei Caneca era às vezes mencionado como merecedor de respeito.

Um dos fatores que podem ter levado à vitória de Tiradentes é, sem dúvida, o geográfico. Tiradentes era o heróico de uma área que, a partir da metade do século XIX, já pode ser considerada o centro do país – Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, as três capitanias que ele busco, num primeiro momento, tornar

independentes. Aí foi também o mais forte o republicanismo e mais difundidos os clubes Tiradentes. O Nordeste, ao final do século XIX, era uma região em decadência econômica e política e não se distinguia pela pujança do movimento republicano. Além do mais, a Confederação do Equador também apresentara tintas separatistas que a maculavam como movimento nacional. Se é verdade que a Inconfidência tinha em vista a libertação de apenas três capitanias, isso não se devia a qualquer ideia separatista, mas a um cálculo tático. Libertadas as três, as outras seguiriam com maior facilidade.

Parece-me, no entanto, que há ainda outro elemento importante na preferência por Tiradentes. É possível que sua vantagem estivesse exatamente no ponto que Joaquim Norberto o criticava. Frei Caneca e seus companheiros tinham-se envolvido em duas lutas reais, em que houvera sangue e morte. Morreu como herói desafiador, quase arrogante, num ritual seco de fuzilamento. Foi um mártir rebelde, acusador, agressivo. Não morreu como vítima, com portador das dores de um povo. Morreu como líder cívico e não como mártir religioso [caso de Tiradentes], embora, ironicamente, se tratasse de um frade.

Tiradentes foi exatamente o contrário. O patriota virou místico. A coragem que demonstrava – era coraçudo, como dele disse o frade Panaforte – vinha, ao final, do fervor religioso e não do fervor cívico. Assumiu explicitamente a postura de mártir, identificou-se abertamente com Cristo. O cerimonial de enforcamento, o cadafalso, a forca erguida a altura incomum, os soldados em volta, a multidão expectante – tudo contribuía para aproximar os dois eventos e as duas figuras, a crucificação e o enforcamento, Cristo e Tiradentes. O esquartejamento posterior, o sangue derramado, a distribuição das partes pelos caminhos que antes percorrera também serviram ao simbolismo da semente do sangue do mártir, que, como dissera Tertuliano, era semente de cristãos²⁹⁰.

Oliveira Lima deu muito pouca ênfase a Caneca, não tendo citado o frade rebelde nenhuma vez em seus discursos em Pernambuco e na Paraíba. Isso foi possibilitado porque as comemorações dividiram os dois eventos com absoluta clareza. É claro que do ponto de vista histórico, este era o tratamento mais razoável a se dar, mas lembremos que se tratava de uma comemoração cívica, patrocinada pelo estado e movida por interesses fundamentalmente políticos – a junção de 17 e 24, portanto, nos parece um tipo de operação absolutamente verossímil, dada as circunstâncias.

²⁹⁰ CARVALHO, José Murilo. *A Formação das Almas. O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990 p. 67

É interessante notar que Oliveira Lima não teve poder de tirar completamente o impávido Frei Caneca de cena - quanto mais as comemorações se afastavam do centro maior era o protagonismo do personagem. Para darmos um exemplo, o governo do estado havia orientado os municípios a darem o nome dos revolucionários para escolas e outras repartições. Em várias delas foi o nome do frade o escolhido²⁹¹.

Dentre as figuras da revolução, Oliveira Lima buscou fazer clara distinção, exaltando os elementos que tiveram uma postura mais ponderada e cerebral, e criticando de modo aberto os mais radicais, vistos como açodados, imprevidentes e aventureiros. Não deixou de insinuar mesmo o defeito de caráter nos que, segundo sua visão, não mediam as consequências das medidas que queriam que a revolução tomasse:

O conceito expresso por José Luiz de Mendonça sobre o perigo de uma brusca transição política podia tão pouco ser refutado pelos argumentos da razão que Domingos José Martins quis, para combatê-lo, recorrer à violência, recurso de que lançam mão precisamente os que não tem razão.

Em todo o movimento político se desenham estas duas correntes – a dos moderados e a dos exaltados; em toda a revolução se contrapõe os audazes aos timoratos. José Luiz de Mendonça era d'estes; Domingos José Martins pertencia ao número d'aquelles, que são habitualmente os que levam a melhor. Os jacobinos da Revolução Francesa destruíram os girondinos – Lamartine narrou esta patética história em termos que fizeram o deleite das nossas leituras juvenis -; os convencionais sobrepuseram aos constitucionais pelo processo radical da eliminação, até que tiveram de dobrar a cerviz sob a férrea mão de um general que era ao mesmo tempo um estadista e restituiu à França deliquêsciente a reorganização vigorosa que ela carecia²⁹².

Apesar de dizer que geralmente os radicais levam a melhor nos processos revolucionários, no caso da Revolução de 1817 isso não teria acontecido, graças ao tirocínio e ao espírito ilustrado da maioria dos chefes. Os revolucionários pernambucanos eram originais até nisso, e tinham lá o seu espírito conservador, que era, afinal, o espírito nacional. Segundo Lima em seu discurso de comemoração:

²⁹¹ Cf. Revista do IAHGP. Op. cit.

²⁹² Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco. Vol. XIX. N 95-98. Recife, 1917. p. 45

Entre nós a violência não chegou na prática a substituir a brandura: não tivemos sistema de terror. Eram revolucionários um tanto originais esses, que conservaram nos seus postos os funcionários públicos do regime colonial; que não se deram ao luxo de fuzilar, nem de enforcar adversário algum; que respeitaram escrupulosamente os cofres do Estado, deixando-os intactos aos inimigos, tendo os membros do governo começado por declarar que abriam mão de seus vencimentos.

(...) A mudança que quase podemos capitular de evolutiva, da capitania dependente para Estado independente custou muito menos vidas e sobretudo muito menos barbaridades do que motins promovidos pelo tempo adiante, sem um ideal que o justificasse, sem um programa tão compreensivo, tão levantado, tão construtivo (...)²⁹³

Para representar os timoratos e cerebrais, aqueles que eram dotados de uma filosofia e que não estavam movidos pelo espírito destrutivo, Oliveira Lima escolheu o padre João Ribeiro, apresentado pelo historiador como uma espécie de ideólogo e condutor do movimento. Ele foi o responsável por fazer todos perceberem que as reformas necessárias deveriam vir aos poucos, para que a unidade que possibilitou o movimento não se rompesse e para que o tecido social pernambucano não se esgarçasse.

A comparação de João Ribeiro com José Bonifácio diz muito sobre a tentativa de Lima de inscrever o processo revolucionário como parte da narrativa de formação da nacionalidade brasileira, tirando-o, cirurgicamente, com todo o tato, da chave do nativismo pernambucano:

O padre João Ribeiro, a mais notável e a mais tocante das personagens da revolução, teve a pronta intuição de que era pouco viável a organização autônoma de tantas pequenas repúblicas. Elas deviam formar constelação, ligar-se por laços políticos indissolúveis e consagrar essa união erigindo uma capital geograficamente central.

(...) Se a revolução tivesse vingado e houvesse estabelecido um governo permanente, os interesses conservadores ter-se-iam deslocado e passado a celebrar novos acordos; assim os agricultores eram pela manutenção da escravidão, que aos idealistas logicamente repugnava. O padre João Ribeiro, como José Bonifácio, achava iníqua e imoral a instituição servil; mas a regra geral era que a exploração do solo dependia absolutamente do trabalho escravo, e que a abolição seria a ruína

²⁹³ *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco*. Vol. XIX. N 95-98. Recife, 1917. p. 47

econômica do Brasil. A revolução contemporizou; nem espanta que assim tivesse procedido, porquanto agir diversamente seria cavar desde logo a sua ruína.

Quanto deveria isso ter custado ao padre João Ribeiro, não teve ele desgraçadamente tempo de no-lo deixar dito; mas podemos imaginá-lo com precisão porque no seu cérebro se aninhara, abrira as asas e voava uma só ideia – a ideia do progresso humano indefinido com que sonhara Condorcet²⁹⁴.

A ideia de um recuo doloroso em relação ao tema dos escravos, feito a partir do cálculo da necessidade de se manter a unidade entre os que empreendiam o movimento e mesmo a unidade do tecido social da nação, nos parece uma clara analogia com a condução dada por José Bonifácio ao caso nacional. Isso cria um jogo de espelhos entre o processo de Pernambuco e o que aconteceria nacionalmente, e insere um no outro, tornando a própria revolução de 1817 supérflua, na medida em que ela é apenas um adiantamento do processo que o país viveria mais tarde. Esta caracterização a um só tempo, valoriza a revolução, porque dá aos pernambucanos a palma de terem antecipado o movimento que a nação só faria depois, e a esvazia, porque tira dela o seu caráter rupturista.

Escolhemos falar desta efeméride porque ela nos ajuda a compreender a relação estabelecida por Lima com sua terra natal e o lugar que Pernambuco ocupa na narrativa da nacionalidade construída por ele. Seus vínculos com a terra e com a sua elite são assumidos e indiscutíveis, mas sua pena não esteve, por este motivo, à disposição deles.

Oliveira Lima mantinha em relação aos mandatários locais uma postura independente, apesar de sustentar, em alguns casos, simpatias abertas. Mesmo essas, quando se manifestaram, estiveram com elementos bastante *outsiders* na política pernambucana, como o interventor florianista Barbosa Lima, que seria um amigo e defensor de vida inteira do diplomata e o açucarocrata Barão de Suassuna, espécie de anticandidato contra os potentados locais, que Lima apoiou mas que foi esmagado nas urnas justamente por sua fraqueza política.

Este tipo de pernambucano não deixava de ser importante para a elite local, que necessitava se apoiar em intelectuais que, tendo acumulado influência junto ao centro, pudessem ser porta-vozes abalizados e respeitados das demandas estaduais. Neste sentido, Oliveira Lima foi mobilizado, por exemplo, para defender a reivindicação de Pernambuco sobre o território que havia perdido para a Bahia por ocasião da Revolução de 1817.

²⁹⁴ Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco. Vol. XIX. N 95-98. Recife, 1917. pp.48.

Como afirma Robert Levine²⁹⁵ os Pernambucanos atribuem seu território relativamente pequeno – quando comparado à Bahia, por exemplo – às suas repetidas rebeliões contra o poder monárquico. Daí que quando veio a proclamação da República, que deu razão às lutas pernambucanas, o estado, dolorido de sua contínua decadência, reivindicasse uma revisão destas “amputações”.

Este tipo de reivindicação territorial explodiu no Brasil a partir da Constituinte de 1891, que fez com que a posse de território pelos estados passasse a ser mais importante, na medida em que estes passavam a ter novas atribuições, já que a União abria mão, com a carta federativa aprovada, de vários de seus direitos, especialmente fiscais²⁹⁶.

Para justificar tanto os pleitos dos estados, quanto as justificativas da União, muitos intelectuais foram mobilizados para realizar estudos monográficos em geral baseados em história e geografia. Para ficarmos em um exemplo bastante representativo, Rui Barbosa foi o advogado do Espírito Santo em sua contenda com Minas Gerais.

De sua parte, Pernambuco mobilizou intelectuais importantes, reconhecidos, com condições de emprestar o seu prestígio à defesa de seus pleitos. Oliveira Lima que tinha, além dos predicados intelectuais, uma obra que sustentava a unidade nacional era um exemplar perfeito dos letrados que podiam contribuir com a sustentação dos interesses pernambucanos.

É interessante notar a afirmação recente de Evaldo Cabral de Melo que, reclamando da existência de uma “historiografia saquarema”, que dava à vinda de Dom João VI um papel fundador para a nacionalidade, lamenta o fato de Oliveira Lima, mesmo sendo pernambucano, ter contribuído para erigir esta visão por demais centrada no Rio de Janeiro. Segundo o historiador pernambucano, haveria outra corrente que desde Frei Caneca tinha privilegiado a liberdade ao invés da unidade nacional, cujo proveito era bastante discutível. Independente do mérito da polêmica, comprada com brilho por José Murilo de Carvalho²⁹⁷, o

²⁹⁵ Em suas palavras: “Os pernambucanos atribuem a estranha forma oblonga do seu Estado natal e as suas dimensões reduzida aos infortúnios políticos de que a região foi vítima por imposição da monarquia centralizada depois da Independência. Punido por demonstrações de regionalismo subversivo, Pernambuco viu amputados dois terços de seu território primitivo, inclusive do acesso às opulentas áreas pastoris e de mineração que se estendiam para o sul até Minas Gerais. Seguiu-se uma incômoda herança demográfica: com cerca de três milhões de habitantes na década de 1930, era o quarto Estado em população na federação brasileira; quando em área – a superfície de Pernambuco corresponde a de Portugal e é apenas 2% da superfície do Brasil”. LEVINE, Robert M. A Velha Usina. *Pernambuco na Federação Brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 1980.p. 31.

²⁹⁶ Cf. IUMATTI, Paulo Teixeira. Op. cit.

²⁹⁷ Tratando da polemica em artigo sobre as comemorações da chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro, José Murilo de Carvalho se refere às posições de Evaldo Cabral de Melo: “A valorização da unidade, ou do Brasil, no sentido que aqui dou à palavra, seria, ainda segundo Evaldo Cabral de Mello, uma característica da historiografia da fundação do Império escrita a partir do ponto de vista do Rio de Janeiro, ou do Centro-Sul. A uma pergunta do repórter sobre as razões da divergência entre suas posições e as minhas, respondeu: ‘José

que nos interessa é ressaltar que num ponto Evaldo Cabral nos parece coberto de razão: Oliveira Lima foi um pernambucano saquarema.

Não foi menos pernambucano por isso, já que dava à província na história nacional um papel de enorme proeminência e sempre fez questão, como buscamos demonstrar, de manter-se vinculado a ela, aparentemente a partir de uma afetividade que tinha muito de intelectual.

Tanto a postura de Oliveira Lima nas comemorações de 1817, quanto sua mobilização para a defesa do pleito de Pernambuco contra a Bahia, demonstram o tipo de vinculação que o autor de *Dom João VI* teve com sua província natal. Oliveira Lima buscou claramente uma vinculação com Pernambuco, motivada, nos parece, por um tipo de afeição verdadeira, mesmo que somada a algum cálculo. E foi adotado por Pernambuco, que vivia a sua longa decadência, carente de homens que estivessem no centro dos acontecimentos, mesmo que fosse dos acontecimentos intelectuais. Mas Lima submeteu esta paixão recíproca à sua visão da história, que era fundamentalmente nacional.

1.3 Portugal de Oliveira Lima

Oliveira Lima chegou a Portugal com seis anos e só voltou ao Brasil aos vinte e três, depois de já haver concluído os seus estudos, a primeira fase deles feitos em colégios católicos de elite, a segunda no Curso Superior de Letras de Lisboa.

Esta instituição marcaria profundamente Lima, o que ficou registrado em vários escritos, tanto sobre a instituição quanto sobre os seus mestres e colegas. Por ocasião do falecimento de um deles, Guilherme de Vasconcelos Abreu, publicou o texto *O Velho Curso Superior de Letras de Lisboa*, onde falava de seu antigo professor de sânscrito, que à cata de um discípulo que se dispusesse aprender e depois ensinar a língua morta, chegou a apostar nele. Com sua habilidade para o memorialismo, Oliveira Lima ressalta:

Murilo, como todo historiador do Centro-Sul, é herdeiro da tradição saquarema da historiografia brasileira, para a qual tudo o que acontece no Brasil é através do Rio, graças ao Rio e pelo Rio'. E prosseguiu lamentando que tivessem contribuído fortemente para essa corrente historiográfica dois pernambucanos, Oliveira Lima e Tobias Monteiro. Ele não precisava preocupar-se com o último que era rio-grandense-do-norte'. CARVALHO, José Murilo de. D. João e as histórias dos Brasis. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 28, n. 56, 2008. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882008000200014&lng=en&nrm=iso>. access on 08 Jan. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882008000200014>

Quantas recordações surgiram esses nomes, dos mais ilustres do seu país! De Teófilo Braga já aqui disse uma vez todo o bem que penso. Pinheiros Chagas é morto há doze anos e com ele desapareceu uma das figuras verdadeiramente brilhantes da literatura portuguesa: alguém que, acossado pela necessidade, nunca teve tempo nem vagar para ser grande numa especialidade, mas que se vingava sendo grande em muitos campos; que foi o dramaturgo comovido da Morgadinha, que foi o polemista político, fértil e incansável, do Diário da Manhã, que foi o folhetinista gracioso de tantos rodapés, que foi o historiador popular e interessante sua terra²⁹⁸.

No mesmo tom saudoso fala dos seus outros mestres, boa parte do que havia de mais avançado na intelectualidade portuguesa, como Consiglieri Pedroso e Jaime Moniz, para ficarmos em dois exemplos. Em 1923, já na reta final de sua trajetória, seria recebido novamente em sua velha universidade para assumir a cadeira de Estudos Brasileiros, para a qual foi indicado, depois de algumas querelas, pela Academia Brasileira de Letras. Para recebê-lo na solenidade compareceu seu velho mestre Teófilo Braga, ex-presidente da República. Os laços que Lima estabelecera com Portugal ficaram bem marcados no discurso do diretor da faculdade, Queiroz Velloso. A citação é longa, mas nos parece interessante:

O Sr. Dr. Manuel de Oliveira Lima, se é brasileiro pelo nascimento, é português pelo sangue e pelo espírito. Pelo sangue, porque descende de um homem bom, do Porto; e eu mesmo, na memorável noite da sua recepção na Academia de Ciências de Lisboa, lhe ouvi dizer que muito se honrava desta ascendência. Pelo espírito, porque foi aluno desta casa, o antigo Curso Superior de Letras, onde teve por mestres alguns dos mais preclaros escritores e sábios que Portugal produziu (...)

A sua primeira obra, Pernambuco, seu desenvolvimento histórico, não é apenas uma valiosa monografia local; nela vive e palpita uma das mais gloriosas páginas do Portugal colonial, a heroica luta contra a dominação holandesa. *Dom João VI no Brasil, o Movimento da Independência*, são trabalhos capitais para a história da fundação da pátria brasileira. Está ela, porém, tão entranhadamente ligada à nossa história, que o Sr. Dr. Oliveira Lima tem de ser igualmente considerado um historiador português, tanto mais que ao seu intenso brasileiroismo se une sempre a mais terna simpatia por esta velha e amorável terra, onde nasceram seu pai e os seus avós. E impõe-se ainda à nossa gratidão, porque um sereno e claro espírito de justiça o levou a restabelecer a verdade histórica para com alguns dos principais

²⁹⁸ LIMA, Oliveira. *Curso Superior de Letras de Lisboa*. IN. SOBRINHO, Barbosa Lima. op. cit. p. 240.

personagens dessa agitada época, a começar por D. João VI, cuja retirada para o Brasil já hoje não pode ser reputada uma miserável fuga (...) ²⁹⁹.

Descontado o exagero laudatório, típico de eventos desta natureza, podemos constatar na fala do diretor a percepção de que Oliveira Lima havia construído uma obra que estava na intersecção entre a história portuguesa e a história do Brasil. É natural que toda história colonial seja uma história portuguesa, mas no caso de Oliveira Lima podemos dizer que sua obra também pode ser olhada como uma narrativa da obra da colonização portuguesa pelo mundo.

Quando lemos, por exemplo, um livro como *No Japão, Impressões da Terra e da Gente*, vemos que o autor escolheu contar a história da colonização das almas feita pelos missionários portugueses, puxando sua narrativa da história japonesa para um lado que lhe permitia abrigar a reconstituição desta saga. A própria utilização da palavra “impressões” no título do livro, lhe dá a liberdade uma narrativa solta, feita de forma subjetiva, que lhe permitia narrar o que mais lhe tocava em seus estudos e observações.

Sua obra capital, *Dom João VI no Brasil*, é a sua narrativa do sopro da vida que deu origem à nação, mas é, sem nenhum prejuízo deste aspecto, uma obra de grande vulto sobre a história de Portugal. Os grandes atores do drama são Palmela, Rodrigo de Souza Coutinho, Carlota Joaquina, o conde da Barca. Os episódios são os que resumem a história portuguesa do início do século XIX.

Poderíamos dizer o mesmo de *O Movimento da Independência* ou de *O Reconhecimento do Império*, que são, praticamente, uma história da luta entre Brasil e Portugal, do aspecto dolorido da separação amigável que se promoveu entre os dois países.

Há ainda os livros de Lima que trataram diretamente da história portuguesa, como, por exemplo, *Dom Pedro e Dom Miguel, a querela da sucessão* ³⁰⁰, que trata da disputa do trono de Portugal entre os dois filhos de *Dom João VI* após a morte deste.

A visão que Lima sustentaria a partir de *No Japão, Impressões da Terra e da Gente* seria a de que Portugal cumpriu um poderoso papel civilizatório no mundo, com destaque para a colonização nas Américas. No caso da Ásia e da África, boa parte deste papel teria ficado ao

²⁹⁹ VELLOSO, Queiroz. *Discurso de recepção a Oliveira Lima*. In. LIMA, Oliveira. *Aspectos da História e da Cultura do Brasil*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1923. p. 9.

³⁰⁰ LIMA, Oliveira. *Dom Pedro e Dom Miguel. A Querela da Sucessão (1826-1828)*. São Paulo: Melhoramentos, 1926.

encargo dos jesuítas e de outras ordens, que em função de sua extrema disciplina teriam sido capazes de enfrentar a voracidade dos colonos para defender a vida e educar as mentes das populações autóctones.

No caso brasileiro, a contribuição incluiria este papel, mas iria muito além. A ausência do que Oliveira Lima chamava de “orgulho de raça” por parte dos portugueses, somada a sucessos políticos como a vinda da família real para o Brasil, havia construído aqui uma espécie de cultura política (o termo é nosso, claro) da tolerância. Esta se refletiria nas transições políticas pacíficas, sempre calcadas em transações e negociações entre o elemento velho e o novo, na tolerância religiosa e na ausência de grandes preconceitos de raça como os que se verificaram nos Estados Unidos, por exemplo.

Esta tolerância elogiada por Lima, fique claro, estava relacionada à abertura para a miscigenação e a ausência de uma política de segregação aberta. Oliveira Lima sempre manifestou em sua obra uma posição bastante refratária às lutas populares e à resistência indígena contra os colonizadores, para ficarmos em dois exemplos. Elogiava a ação dos jesuítas junto aos indígenas, mas, ao mesmo tempo, defendia todas as ações feitas pelo estado e por particulares para vencer o “gentio”, inclusive com o emprego da violência. Não estaria, neste sentido, em uma posição diferente da dos letrados argentinos que ele tanto admirava e que deram todo o seu apoio às Campanhas do Deserto, massacre indígena dos mais aterrorizantes perpetrados nas Américas.

A partir desta visão positiva da colonização portuguesa, que só ganha força na obra do escritor a partir do livro *No Japão Impressões da Terra e da Gente*, Oliveira Lima pode se apresentar como um intérprete da obra portuguesa no mundo.

Foi nesta condição que ele se transformou no que Gilberto Freyre denominou como um “intelectual Globetrotter” especialmente depois de seu deslocamento para a Bélgica, e com ênfase ainda maior depois de sua aposentadoria definitiva do serviço diplomático em 1913.

Em 1911 Oliveira Lima inaugurou em Paris, na Sorbonne, a cadeira de estudos brasileiros, apresentando as doze lições que seriam consolidadas no livro *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. Em 1912 fez uma série de conferências na Universidade de Stanford, na Califórnia, e logo depois uma espécie de turnê por onze grandes universidades norte-americanas, a convite do professor Casper Branner, onde também apresentou palestras sobre a história luso-brasileira. Entre 1915 e 1916 dirigiu a cadeira de História da América do Sul na Universidade de Harvard.

Maicon Vinicius Carrijo mostra em seu estudo sobre o brasilianismo que justamente neste período crescia o interesse nos Estados Unidos pela história da América e que a abordagem não se preocupava apenas o período pós-independência, mas fazia questão de olhar também para a herança cultural das colonizações portuguesa e espanhola.

Oliveira Lima foi certo precursor do movimento que deu origem ao brasilianismo, tendo sido definido por Paulo R. Almeida como um dos primeiros e o mais importante “founding father” dos brasilianistas³⁰¹. Isso porque o autor, em um momento em que o interesse pela América do Sul apenas principiava no meio universitário norte-americano, foi pioneiro com seu ciclo de palestras patrocinadas por Casper Branner em várias instituições estadunidenses.

Mais tarde, quando o interesse foi tomando maior corpo foi fundada a *Hispanic Historic Review*. O relato de maneira pela qual o nome foi escolhido demonstra a preocupação com a inclusão dos estudos sobre a ação colonizadora de Portugal. A citação é um pouco longa, mas ajuda a compreendermos a questão:

O processo de institucionalização e constituição de uma especialidade em torno dos estudos latino-americanos tomou grande fôlego com a criação do primeiro periódico dedicado às pesquisas sobre a região em 1918. As primeiras ideias para a criação da revista foram discutidas no American Congress of Bibliography and History na Argentina em 1916. (...) Segundo Chapman houve muita discussão em torno da escolha do nome do periódico. Sobre o uso de “American”, “Historical” e Review existiu um consenso geral, quebrado pelas dúvidas sobre o uso de “Hispanic” ou “Latin”. A escolha do termo “Hispanic” foi baseada nas razões apresentadas aos organizadores por J.C Cebrian, espanhol residente nos Estados Unidos que foi um dos maiores patrocinadores para o lançamento do evento da revista. Na justificativa apresentada por Cebrian percebemos a intenção de demonstrar por meio do título a inclusão que os temas relacionados aos territórios um dia pertencentes à cora portuguesa também teriam no período. Sua preocupação consistiu em adotar um termo que fizesse referência àqueles que, na sua visão, foram os principais responsáveis por “descobrir”, “colonizar” e “civilizar” grande parte do continente: os espanhóis e os portugueses. A palavra que melhor se encaixava a esse objetivo era “Hispanic” e não “Latin”, uma vez que a última incluía, além de Espanha e Portugal, França e Itália; já o termo “Hispanic”, uma antiga denominação que remontava aos romanos, restringia-se apenas a Península

³⁰¹ Cf. CARRIJO, Maicon. *O Brasil e os Brasilianistas nos Circuitos Acadêmicos Norte Americanos*. Thomas Skidmore e a História Contemporânea de Brasil. Dissertação (Mestrado História Social), FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007

Ibérica e por isso devia compor o título. *Para Russel-Wood, a escolha representou a identificação da contribuição de Portugal para a história das Américas* e o reconhecimento de que o estudo do Brasil era tão valioso quanto o da América Espanhola, antecipando o fato de que a revista seria um fórum onde os acadêmicos contribuiriam para a historiografia do Brasil[grifo nosso]³⁰².

Parece-nos que Oliveira Lima, que teve este papel de iniciador graças em muito à iniciativa de Casper Branner, foi ocupando, conforme o interesse pelo tema crescia, o espaço de intérprete da aventura colonizadora de Portugal no mundo. E o fazia de um modo bastante interessante para o espírito pragmático da academia norte-americana: através de uma comparação objetiva, positivada, com as outras duas Américas, conforme vimos antes. Tinha, além disso, como elemento que o credenciava, uma trajetória binacional, *mezzo* portuguesa, *mezzo* brasileira, coisa que em boa parte das conferências fez questão de ressaltar.

A vinculação de Oliveira Lima com Portugal tem a marca de seus primeiros anos de estudo feitos no país. Sua relação com a intelectualidade local foi bastante estreita – Oliveira Lima cresceu assistindo às polêmicas sobre a decadência portuguesa, ouvindo os debates parlamentares que ele considerava de alto nível, educando-se em um momento no qual o tema do futuro do país pautava a intelectualidade em uma chave agônica. Em suas memórias, o intelectual pernambucano fala com clareza da vinculação entre esta sua educação e o papel ocupado mais tarde como um pensador do mundo luso-brasileiro:

No Curso Superior de Letras, deparou-se-me um grupo de professores digno dos da fundação de Dom Pedro V – Rebelo da Silva, Viale, Soromenho. Se é verdade o que de mim escreveu no Suplemento Literário do Times de Londres - 25 de junho de 1925 – o Professor Harold Temperley da Universidade de Cambridge, a saber que sou a maior autoridade viva em história de Portugal e do Brasil do primeiro quartel do século XIX, devo-o sobretudo a essa plêiade de homens notáveis que me ensinaram a estudar aquela ao mesmo tempo ciência e arte³⁰³.

³⁰² Cf. CARRIJO, Maicon. *O Brasil e os Brazilianistas nos Circuitos Acadêmicos Norte Americanos. Thomas Skidmore e a História Contemporânea de Brasil*. Dissertação (Mestrado História Social), FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. pp. 34-35.

³⁰³ LIMA, Oliveira. *Memórias, estas minhas reminiscências*. In. SOBRINHO, Barbosa Lima. op. cit. p.

Lima teve um forte aprendizado em meio ao debate sobre a decadência portuguesa. Liberais e antiliberais, jacobinos, monarquistas constitucionais, se enfrentavam, discutindo o passado glorioso, datando o início da decadência, apresentando ou questionando diagnósticos racialistas, sustendo saídas políticas democráticas ou cesaristas. Oliveira Lima foi aluno atento e discípulo assumido de Pinheiro Chagas, como vimos acima; foi também colaborador da *Revista de Portugal*, editada durante três anos por Eça de Queiroz. Esteve, portanto, dos dois lados de uma polêmica muito acesa que versava sobre o passado e o presente do país, já que Eça e Chagas se enfrentaram durante muitos anos, justamente tendo no tema do presente e futuro do país o fator de discórdia³⁰⁴.

O fato é que o tema da decadência e a imensa miríade de propostas para a saída desta situação foi o que ambientou a formação de Oliveira Lima. Esta sensação de uma nostalgia do passado, provocada pela dor da decadência era certo denominador comum, talvez o único, das variadas correntes que buscavam interpretar a realidade portuguesa. Arriscamos afirmar que este elemento contribuiu para incutir no jovem estudante o sentimento nostálgico de um grande passado português³⁰⁵.

Para além disso, nos parece que Oliveira Lima buscou construir uma auto-imagem que tinha no caráter ibérico uma forte expressão. O autor pernambucano no correr de sua obra escolheu admirar personagens que tinham como característica fundamental a coragem, a sobranceira e a disposição de sustentar, contra os homens e contra o tempo, sua visão de mundo.

Daí o seu recurso em todo momento à imagem do Dom Quixote, que chega às raias da obsessão. Daí também seu afeto imenso por *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, o romance de Lima Barreto, considerado por ele, quando ninguém ainda era capaz de concordar com assertiva³⁰⁶, dos maiores já produzidos³⁰⁷. O major Quaresma era para ele, como não poderia deixar de ser, o “Dom Quixote Nacional”.

³⁰⁴ Cf. MONICA, Maria Filomena. *Os fieis inimigos, Eça de Queiroz e Pinheiro Chagas*. Análise Social. Vol. XXXVI (160), 2001. pp. 711-733.

³⁰⁵ É possível que intelectuais mais polarizados pelos determinismos da época, como o positivista Teófilo Braga ou o segundo Oliveira Martins, completamente seduzido pelas certezas do racismo científico, tivessem menos abertura para uma subjetividade passadista. Mas, para ficarmos em exemplos de intelectuais que compartilharam de momentos de vivência com Oliveira Lima, podemos falar no passadismo da visão luso-brasileira de um Consiglieri Pedroso, ou da crítica à modernidade presente em um romance como *A cidade e as serras* de Eça de Queiroz.

³⁰⁶ Para a ideia da precedência de Oliveira Lima no reconhecimento do valor do romance de Lima Barreto cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Numa “Encruzilhada de Talvezes”*. *Um Grande Romance aos Pedacos*. In: BARRETO, Lima. *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Companhia das Letras, São Paulo: 2001, especialmente p. 45

Gregório de Mattos, a imprudência em pessoa, sustentando contra todos sua ironia violenta; São Francisco Xavier, andrajoso e faminto, pregando sem a menor chance de êxito para os letrados japoneses; Bolívar “arando no mar”, tentando contra tudo e todos manter unido um pedaço da América; o Major Policarpo, que em sua combatividade picaresca lutou uma batalha natimorta – todos Quixotes que Oliveira Lima amou.

Amou e mobilizou, como forma de justificar suas batalhas perdidas, sua vocação impressionante para estar em minoria, sua coragem nadar contra a corrente. O fez também, é claro, para construir a sua personagem e como forma de tentar interferir na maneira como seria conhecido.

Na visão de Lima, ao que nos parece, marcadamente a partir da sua experiência japonesa, ser Quixote significou ser português, ser ibérico, e não aderir a uma visão utilitarista e pragmática de mundo que o autor identificava com a tradição anglo-saxã.

1.4 Portugal e Pernambuco na formação de uma sensibilidade arcaísta

É aqui que nos parece existir a ligação entre Pernambuco e Portugal: ambos locais estão marcados pela ideia de um passado glorioso e de um presente decadente. Foi em meio a esta melancolia do passado, toda ela sugestiva intelectualmente e capaz de despertar uma sensibilidade arcaísta, que Oliveira Lima se educou.

Diante de um presente seco em possibilidades, unia Portugal e Pernambuco a possibilidade de reivindicar o passado – Portugal a sua jornada civilizadora, cheia de características culturais marcantes, distintas das exercidas por outras potências coloniais e exercidas por todo o orbe; Pernambuco a sua opção pelo Brasil³⁰⁸ na expulsão dos holandeses, sua atividade civilizadora sobre todo o norte do país, o caráter fundador do empreendimento de Duarte Coelho e a antecipação do destino nacional na jornada independentista e republicana de 1817.

De início, Oliveira Lima não pode se envolver nesta bruma arcaísta, neste culto do passado, já que o ambiente naturalista o empurrava para uma visão evolucionista e racialista que não

³⁰⁷ LIMA, Oliveira. Prefácio. In. BARRETO, Lima. *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Companhia das Letras, São Paulo: 2001, pp 58,62.

³⁰⁸ A opção foi apresentada como uma opção por Portugal, no momento anterior à independência, e mais tarde como uma opção pelo Brasil. Evaldo Cabral de Mello demonstra isso em seu marcante *Rubro Veio*. Cf. MELLO, Evaldo Cabral. *Rubro Veio, o Imaginário da Restauração Pernambucana*. Op.cit.

podia reivindicar um passado glorioso para ibéricos e mestiços. Isso se refletiu em escritos como *Nos Estados Unidos, Impressões Políticas e Sociais*. Mas fatores como a mudança de paradigma que enfraquecia os determinismos e a sua forte experiência no Japão foram amolecendo este tipo de percepção e permitindo que Oliveira Lima pudesse gozar em paz o sabor deste culto ao passado. Talvez esteja aí a explicação para a alegria mal disfarçada que encontramos no seu livro sobre o Japão, o mais fresco de todos. Era alforria para que Lima pudesse gostar de Portugal e de Pernambuco sem culpas.

O Brasil da narrativa da nacionalidade construída por Oliveira Lima é, em muitos sentidos, uma obra de Pernambuco e Portugal. Ambas as “nacionalidades” poderiam encontrar no correr da história da pátria brasileira a significação de sua própria trajetória, a legitimação de seu lugar no mundo, especialmente no caso português, mas também no caso pernambucano, como tentamos demonstrar ao falarmos da comemoração da Revolução de 1817,

Não é à toa que Oliveira Lima seja considerado um historiador de Pernambuco, um historiador de Portugal e um historiador saquarema, como o chamou Evaldo Cabral de Mello. As três assertivas, por mais que pareçam incompatíveis, são fundamentalmente verdadeiras.

Esta sua autoconstrução como um historiador da nacionalidade brasileira, mas também como um intérprete do espalhamento da cultura lusa no mundo, teve um capítulo importante no momento em que Oliveira Lima deu destino à sua enorme brasiliana, juntada em uma vida inteira de bibliofilia³⁰⁹ e colecionismo apaixonados. A própria composição da biblioteca e da coleção diz bastante a respeito deste tipo de intersecção de história brasileira e portuguesa. Conforme afirma Teresa Malatian, que fez um estudo aprofundado das características da biblioteca como um lugar de memória:

a brasiliana constitui a coleção mais importante do acervo, com obras referentes ao período compreendido entre o século XVI e a atualidade. Diversos são os temas dessa coleção, todavia dirigem-se, preferencialmente para a história da expansão ultramarina portuguesa nos séculos XV e XVI, o domínio holandês e a história

³⁰⁹ Na definição a um só tempo bem humorada e arguta de Umberto Eco, Oliveira Lima se encaixa de modo absolutamente perfeito na condição de bibliófilo. Cf. ECO, Umberto. *A Memória Vegetal e outros escritos sobre a bibliofilia*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

diplomática. A coleção inclui ainda material sobre Ásia e África portuguesas, bem como sobre o império colonial espanhol³¹⁰

Após a sua morte e a morte de sua esposa Flora, não tendo Oliveira Lima outros descendentes, ele opta por fazer a Universidade Católica de Washington herdeira da brasileira e de todos os seus bens, com a condição de que ela os utilizasse para:

(...) custear e manter uma cadeira de língua portuguesa e história literária e econômica de Portugal e do Brasil, bem como, se sobrar, de distribuir subsídios entre quaisquer estudantes pobres, sem distinção da nacionalidade nem de cor, que cultivarem com zelo essas matérias, a juízo da respectiva congregação universitária³¹¹.

Seu testamento reforçava esta vontade de construir uma representação de si que o apresentasse como este historiador e divulgador da aventura lusa no mundo e da narrativa sobre a história de seu melhor fruto, a nacionalidade brasileira. A brasileira é o fruto mais claro desta opção, tanto que, as indicações de Lima para o seu enterro pareciam visar justamente que todos os olhares fossem voltados para ela e para o discurso que representava. Pedira o escritor pernambucano que seu corpo fosse enterrado no local onde morresse e que em sua lápide não fosse inscrito o seu nome, mas os dizeres: “aqui jaz um amigo dos livros”. A singeleza do gesto demonstra uma modéstia que nunca foi típica do comportamento de Lima. Ela nos parece mais uma tentativa última de fazer com que todas as atenções se voltem para os seus livros, para a sua brasileira e para o discurso que ela fazia em seu nome. Também tem grande sentido a escolha da Universidade Católica de Washington. Não tendo podido estabelecê-la em Londres, escolheu os EUA. Pensamos que a troca da Inglaterra pelos Estados Unidos tem a ver com a projeção que o país tinham condição de dar à brasileira e à própria memória de Lima. Não havia ponto mais privilegiado para a divulgação da cultura luso-brasileira do que estes.

Já a opção por uma universidade católica tem a ver com a reafirmação da aventura colonial portuguesa, tal como foi vista por Lima, baseada fundamentalmente nas qualidades da ação missionária. Assim como o catolicismo, base decisiva da cultura portuguesa, havia sido,

³¹⁰ MALATIAN, Teresa. *Oliveira Lima e a Construção da Nacionalidade*. Bauru: EDUSC, 2001.

³¹¹ Idem. p. 357.

segundo a sua narrativa, o elemento mais importante do processo lento de formação de uma identidade que unia o Brasil. Segundo Oliveira Lima, em suas memórias:

Se não sou um católico praticante e meu espírito se rebela contra certos dogmas, nutro, no entanto, um sentimento que já defini de ‘catolicismo histórico’. Aprecio e exalto os benefícios que a religião cristã mais do que qualquer outra trouxe à civilização.

(...) do meu sentimento religioso dei a prova mais palpável doando à Universidade Católica da América a minha biblioteca de 40.000 volumes e incumbindo-a de prolongar a diretriz da minha ação diplomática³¹².

³¹² LIMA, Oliveira. *Memórias, estas minhas reminiscências*, op. cit. p. 39

Conclusão:

Para efeitos de compreensão, podemos dividir a obra de Oliveira Lima em duas fases, uma que vai até a publicação do livro *Nos Estados Unidos, Impressões Políticas e Sociais* e outra que se inicia após a publicação de *No Japão, Impressões da Terra e da Gente*.

Na primeira fase o autor está ainda muito polarizado pelos esquemas deterministas e evolucionistas. Em particular em *Nos Estados Unidos*, Lima vê uma espécie de caminho único para a entrada do país na modernização, que é o trilhado na experiência norte-americana. Neste momento, para ele, a colonização ibérica era um obstáculo a ser superado e realizar esta ultrapassagem era condição para que o país se realizasse como nação.

Em um segundo momento, elementos como o enfraquecimento geral dos determinismos com a vinda à tona de um tipo de visão do conhecimento mais monográfico, parcial e consciente das limitações de um saber histórico que era necessariamente complexo, somada ao choque de relativismo que o escritor experimentou em sua vivência no Japão trincaram a sua visão determinista.

Neste mesmo momento Lima entrou em choque com o Barão do Rio Branco e a sua atividade de historiador, antes subsidiária à carreira de diplomata, ganha centralidade. É neste momento que surge *Dom João VI no Brasil*, livro que inaugura a tentativa de Oliveira Lima de construir uma narrativa da nacionalidade, baseada em uma visão positiva do passado nacional. Esta estaria presente em suas obras a partir de então, mas se consubstanciaria, fundamentalmente, em três livros: o já citado *Dom João VI no Brasil* (1808), *O Movimento da Independência* (1921) e *O Império Brasileiro* (1928).

Esta narrativa da nacionalidade considerava que o país tivera três momentos fundadores. O primeiro havia sido a colonização portuguesa, que malgrado aspectos negativos, havia construído as bases para a nacionalidade na medida em que tinha criado uma sociabilidade baseada na tolerância social e racial, fruto do trabalho dos jesuítas e do tipo de cultura formada em Portugal. O segundo havia sido a vinda da corte de Dom João, cuja presença e ações teriam colocado em movimento o processo formativo da nacionalidade, através de um processo centrípeto em relação ao poder instalado no Rio de Janeiro. O terceiro foi o tipo de independência que se construiu no Brasil, uma transação complexa e cheia de lutas, mas que,

em função da solução monárquica e da ausência de combates mais graves havia consolidado uma cultura política baseada na negociação e na construção de maiorias heterogêneas.

Todo este processo prévio permitiu que o Império pudesse ter encaminhado, à fogo brando, o processo final de formação da nacionalidade, consolidando a posse sobre o conjunto do território e terminando de forjar uma cultura nacional que poderia ser identificada de norte a sul do país.

O Império brasileiro havia sido conduzido por uma geração de homens de estado que, malgrado suas posições filosóficas, souberam colocar os desafios do conjunto da nação acima de suas predileções. Além disso, o regime político durante o império, apesar de constitucional, não encarava a democracia como o palco para o entrelaço de interesses econômicos ou de grupos. Houve aqui uma democracia coroadada, algo especificamente brasileiro, que casou constitucionalismo com uma condução pelo alto, garantia de uma modernização que, apesar de lenta, conseguiu cumprir toda uma pauta de reformas fundamentais.

Assim, na visão de Lima, ao contrário do que pensava a maior parte dos intelectuais do início da república, a nacionalidade não estava por se fazer no início do século XX, pelo contrário, o Brasil já era um país distinto, com características marcadas, uma nacionalidade, afinal. Esta conclusão não o impedia defender a realização de reformas profundas no país e nem de preconizar um caminho para a modernização. Este, contudo, deveria ser calcado na própria história nacional e em suas tradições mais profundas, que eram um poderoso ponto de apoio para este processo.

Outra característica fundamental desta narrativa original da formação da nacionalidade apresentada por Oliveira Lima é que ela era apresentada em alteridade a outros modelos, já que uma identidade só pode se definir em oposição a algum outro. Estes “outros” de Lima foram os Estados Unidos e a América espanhola.

Fazer este tipo de história comparativa levou Lima a estudar com muito afinco o passado da região, o que foi um certo traço distintivo do autor em relação aos seus conterrâneos, que com raras exceções, se interessaram pouco pelo assunto.

Outro fator distintivo da trajetória de Oliveira Lima foi a sua forte vivência nos círculos universitários de fora do Brasil. Isso iniciou-se já em sua formação, num curso de letras e história em Portugal, e continuou durante toda a sua vida, tendo uma ampliação importante depois que o autor abandonou a diplomacia, em 1913.

Toda esta trajetória de Lima esteve marcada pela sua forte relação com Portugal e Pernambuco, formações sociais para quem o passado tinha um papel fundamental no presente, dada a longa decadência em que ambos viviam. Lima buscou inscrever estas duas formações em sua narrativa da nacionalidade, dando a ambas participação e proeminência na formação do Brasil.

O tipo de relação estabelecida por Lima com Portugal e Pernambuco contribuiu para a formação de sua sensibilidade arcaísta, ponto de partida subjetivo fundamental para a narrativa da nacionalidade erigida pelo autor. Foi em defesa dela que o Quixote Gordo combateu os seus moinhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

OBRAS DE OLIVEIRA LIMA

LIMA, Manuel de Oliveira. Pernambuco, seu desenvolvimento histórico. Recife: Editora de Pernambuco, 1975.

_____. Movimento da Independência. São Paulo: Melhoramentos, 1972.

_____. America Latina e America Inglesa.

_____. Aspectos da Literatura Colonial Brasileira. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, INL, 1984. p. 63.

_____. Curso Superior de Letras de Lisboa. IN. SOBRINHO, Barbosa Lima. op. cit. p. 240.

_____. Dom João VI no Brasil. São Paulo: Topbooks, Rio de Janeiro, 2006.

_____. Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira. São Paulo: Publifolha. 2002.

_____. Memórias: Estas Minhas Reminiscências. Op. cit.

_____. No Japão, Impressões da Terra e da Gente. São Paulo: TOPBOOKS, MEC, 1997

_____. Nos Estados Unidos. Impressões Políticas e Sociais. In: SOBRINHO, Barbosa Lima. (org). Oliveira Lima – obra seleta. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1971.

_____. O Barão do Rio Branco. Cf. SOBRINHO, Barbosa Lima. Oliveira Lima, obra seleta. Rio de Janeiro, INL.

_____. O Império Brasileiro. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1976.

_____. O Instituto Histórico do Rio de Janeiro. In. SOBRINHO, Barbosa Lima. Oliveira Lima, obra seleta. Rio de Janeiro: INL, 1976. p. 667

_____. O Movimento da Independência. São Paulo: Melhoramentos, 1976

_____. O Sr. Alfredo de Carvalho. In: In. SOBRINHO, Barbosa Lima. Oliveira Lima, obra seleta. Rio de Janeiro: INL, 1976. p. 670

_____. Obra Seleta, organizada sob a direção de Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1971.

_____. Pan-americanismo, Brasília: Senado Federal. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1980.

_____. Relação dos Manuscritos Portugueses e Estrangeiros Existentes no Museu Britânico de Londres Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo LXV. Parte II. Ano 1903. Rio de Janeiro.

OBRAS SOBRE OLIVEIRA LIMA

A SAGRAÇÃO de Oliveira Lima Como Sócio Benemérito do Instituto Arqueológico. RIAGP, 83. p 3-36

ALMEIDA, Paulo Roberto. O Barão do Rio Branco e Oliveira Lima: Vidas Paralelas, Itinerários divergentes. In. ALMINO, João; CARDIM, Carlos Henrique. Rio Branco, a modernização e a América do Sul. Rio de Janeiro: EMC.

CARDOZO, M. S Oliveira Lima: diplomata da Belle Époque. Civilização e Trópico. Recife, 9 , p. 35-50, 1981.

COELHO, N. S; FREYRE, G, DELGADO, L. Oliveira Lima: O Centenário de Seu Nascimento. Recife: Imprensa Oficial, 1968.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Eu vi o mundo... ele começava no Recife . In Remate de Males, no 24, Campinas, 2004. p. 70.

GOMES, Ângela de Castro, Em Família a Correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre. Campinas: Mercado de Letras, 2005.

GOUVEA, Fernando da Cruz. Oliveira Lima: Uma biografia. III Tomos. Recife: Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco, 1976

MALATIAN, Teresa. Oliveira Lima e a Construção da Nacionalidade. Bauru: EDUSC, 2001.

MIRANDA, J. C. Manoel de Oliveira Lima: da sua Personalidade – a publicação do volume de Memórias. Ocidente, Lisboa, n347, p. 151-153, 1967.

MOTA, Carlos Guilherme. Oliveira Lima e a Nossa Formação. In: História e Contra-História, Perfis e Contrapontos. Rio de Janeiro: Globo, 2010.

SOBRINHO, Barbosa Lima (org). Obra Seleta de Oliveira Lima. Rio de Janeiro, 1971.

VIANA, H. Cartas de Oliveira Lima a Salvador de Mendonça. *Cultura*, n. 6, p. 62-84, 1967.

BIBLIOGRAFIA GERAL

ABREU, Capistrano. Capítulos de História Colonial (1500-1800), São Paulo: Editora Itatiaia Limitada, Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

ABUD, Kátia. O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições, 1985. Tese (doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo.

AGULHON, Maurice. O Aprendizado da República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. Sobre a marsehesa em Pernambuco.

ALBUQUERQUE, Medeiros. Quando eu era vivo. Rio de Janeiro: Livraria Globo, 1942, pp. 250-151.

ALEXANDRE, Valentim. Questão nacional e questão colonial em Oliveira Martins. *Análise Social*, Vol. XXXI (135). pp. 183-201.

ALONSO, Ângela. A Década Monarquista de Joaquim Nabuco. *Revista da USP*. N. 83. Setembro-Novembro 2009. p. 54-63.

_____. Ideias em Movimento. A Geração de 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AMARAL, Eduardo Lúcio Guilherme. Intelectuais e política no Instituto do Ceará (1887-1920), 2002. Dissertação (Mestrado em História). PUC-SP, São Paulo.

AMED, Fernando José. Cartas de Capistrano de Abreu. São Paulo: Alameda, 2006.

ANDERSON, Benedict. Nação e consciência nacional. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São paulo, Ática, 1989.

ANDRADE, A.I.S.L. Et. Al. (orgs) Catálogo da Correspondência de Joaquim Nabuco. Recife: IJN, 1978.

ARANHA, Graça. O meu romance pessoal, Memórias. In. Obras Completas. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1969.

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori e ARANTES, Paulo Eduardo. *Sentido de Formação: Três Estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa*. São Paulo, Editora Paz e terra, 1997.

ARAUJO, Valdei Lopes de. *História dos Conceitos: problemas e desafios para uma releitura da modernidade Ibérica*. Almanack Braziliense (Online), v. 7, p. 47-55, 2008.

ARINOS, Afonso. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.

ASSIS, Machado. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1985, p. 1015

_____. *Epistolário*, Rio de Janeiro: Aguilar.

AZEVEDO, Fernando. *A cultura brasileira. Introdução ao estudo da cultura no Brasil*. Brasília, Ed. Da Universidade de Brasília, 1992.

BARBOSA, Francisco de Assis. *A Vida de Lima Barreto*. São Paulo: Edusp, 1988.

BARBOSA, Rui. *A Grande Guerra*. In: *Obras Completas de Rui Barbosa*. Vol. XLIV. Tomo 1, 1917. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.

_____. *No século XX*. In: *Obras Completas*, vol. XXVIII, tomo III. Fundação Casa de Rui Barbosa, 1901.

BARRETO, G. M. *Um Livro de História*. O Pais, Rio de Janeiro, 10 setembro, 1895

BARRETO, L. *Correspondência*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de filosofia Romântica*. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

BAXANDALL, Michael. *Padrões de Intenção. A explicação histórica dos quadros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BEIRED, José Luis. *Sob o signo da Nova Ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. São Paulo: Loyola/Programa de Pós-Graduação em História Social-USP, 1999.

BENZAQUEN, Ricardo. *Guerra e Paz. Casa Grande e Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. São Paulo: Editora 34, 1994.

DIMAS, Antonio. *Bilac, o Jornalista. Crônicas – Vol. 1*. Op.cit. p.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. Introdução à História. 5ª ED. Trad. Maria Manuel e Rui Grácio. Lisboa: Europa-América. A 1ª edição, original, é de 1941.

BOMFIM, Manoel. O Brasil Nação. Rio de Janeiro: Record, 1998. p. 657

_____. America Latina, Males de Origem. São Paulo: Topbooks, 2005.

BOSI, Alfredo. Dialética da colonização. São Paulo: Cia. Das Letras, 2001.

_____. História Concisa da Literatura Brasileira. São Paulo: Cultrix, 2006.

BOTELHO, André. Aprendizado do Brasil; nação em busca de seus portadores sociais, Campinas: Editora da UNICAMP.

BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé – As Escolas Históricas, Lisboa: Europa-América, 2003.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do Pensamento Político Brasileiro. Revista Dados, v. 48, n2 Rio de Janeiro abril/junho 2005, s/n.

BUENO, Francisco da Silveira. Estudos da filosofia portuguesa. São Paulo, Edição Saraiva, 1963.

BURKE, Peter. A Escrita da História. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

CANDIDO, Antonio. “Sílvio Romero: crítico e Historiador da Literatura”. In. História da Literatura brasileira, tomo 1, Rio de Janeiro, Ed. Imago, Universidade Federal de Sergipe, 2001 (Organizada por Luiz Antonio Barreto).

_____. Educação pela noite e outros ensaios. São Paulo, Editora Ática 1989.

_____. Formação da Literatura Brasileira. Rio de Janeiro: Ouro sobre o Azul, 2006.

_____. Literatura e sociedade. São Paulo, Editora Nacional, 1985

_____. O Método Crítico de Silvio Romero. São Paulo: Ouro sob o Azul, 2006.

CARDOSO, Ciro e BRIGNOLI, Héctor Pérez - Os Métodos da História. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1983.

CARPEAUX, “A hora de João Ribeiro”. In. Leitura Agost/Set. 1954, PP.10-1.

CARRIJO, Maicon. O Brasil e os Brazilianistas nos Circuitos Acadêmicos Norte Americanos. Thomas Skidmore e a História Contemporânea de Brasil. Dissertação de Mestrado. São Paulo, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem – O Teatro das Sombras. 2ª Edição revista. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Relume-Dumara, 1996

_____. A formação das almas: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

_____. D. João e as histórias dos Brasis. Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 28, n. 56, 2008. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882008000200014&lng=en&nrm=iso>. access on 08 Jan. 2012.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882008000200014>

_____. Dom Pedro II, Ser ou Não Ser? São Paulo: Companhia das Letras, 2007;

CARVALHO, Maria Alice Rezende. O quinto século, André Rebouças e a construção do Brasil. Rio de Janeiro, Revan/Iuperj, 1998

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano, Petrópolis, Vozes, 1994.

COLLINGWOOD, R. G. A Ideia de História. Lisboa: Editorial Presença, 2001

COSTA, Cruz. Contribuição à história das ideias no Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

CUNHA, Euclides da. À Margem da História. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. Carta a Araripe Júnior, 27 fevereiro de 1903. In. GALVÃO, Walnice Nogueira, GALOTTI, Oswaldo, Correspondência de Euclides da Cunha. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

_____. Carta a Oliveira Lima. Rio, 15 de fevereiro de 1907. In. GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo. Correspondência de Euclides da Cunha. São Paulo: Edusp, 1997.

_____. Carta a Oliveira Lima. Rio, 15 de fevereiro de 1907. In. GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo. Correspondência de Euclides da Cunha. São Paulo: Edusp, 1997. p. 416.

_____. O Marechal de Ferro. Obras Completas de Euclides da Cunha, São Paulo: Nova Aguilar, 1963.

_____. Obra Completa. Rio de Janeiro: Aguilar, 1966.

_____. Os Sertões: campanha de canudos. Rio de Janeiro Francisco Alves / Publifolha, 2000.

DAMASCENO, D. (org). Cartas a Rodolfo Garcia. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1970.

DOLHNIKOFF, Miriam. O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo, Editora Globo, 2005, p. 48.

DOSSE, François. O Desafio Biográfico, Escrever uma Vida. São Paulo: Edusp. 2009.

DUQUE, Luis Gonzaga. Mocidade Morta. Rio de Janeiro: INL, 1971.

DUTRA, Eliana Freitas. Rebeldes Literários da República. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 2006

ECO, Humberto. A Memória Vegetal e outros escritos sobre a bibliofilia. Rio de Janeiro: Record, 2010.

ELLIS, Myriam e HORSCH, Rosemarie Érika. Affonso d'Escagnolle Tauney no centenário de seu nascimento. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, 1976.

ESTEVÃO, J. Cartas sem título. Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 7 janeiro, 1901.

FAORO, Raimundo. Machado de Assis: A Pirâmide e o Trapézio. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2001.

FERREIRA, Antônio Celso. A Epopeia Bandeirante. Letrados, Instituições e Invenção Histórica (1870-1940). São Paulo: Editora da UNESP, 2002. p. 154

FIGUEIREDO, Fidelino. In: LIMA, Oliveira. No Japão, Impressões da Terra e da Gente. São Paulo: TOPBOOKS, MEC, 1997.

FREYRE, Gilberto. Cartas do próprio punho sobre pessoas e coisas do Brasil e do Estrangeiro. In: Rabelo, S (org) Rio de Janeiro: MEC, 1978.

_____. Nordeste

_____. Oliveira Lima: D. Quixote Gordo. Recife: UFPE, 1970

_____. Sobrados e mucambos. Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1981. 2 v.

FURTADO, Celso. A economia colonial brasileira nos séculos. São Paulo: Hucitec: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2001.

GADAMER, Hans-Georg. Verdade e Método. Petrópolis: Vozes, 1998

Gagnebin, Jeanne Marie. Lembrar, escrever, esquecer, São Paulo, Editora 34, 2006.

GARCIA, M.J. O, FURSTENAU (org) O acervo de Euclides da Cunha na Biblioteca Nacional, Campinas: UNICAMP; Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1995.

GELLNER, Ernest. Nações e Nacionalismo. Trad. Inês Vaz Pinto. Lisboa, Gravida, 1993.

GINSBURG, Carlo. Mitos, Emblemas e Sinais. Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. História e Historiadores. São Paulo: Editora FGV, 2001.

_____. A República, a História e o IHGB. Belo Horizonte, 2009.

_____. História e Historiadores. A política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

_____. O Açúcar na Vida e na Obra de Oliveira Lima. Brasil Açucareiro, p. 26-38, 1968.

GRAÇA ARANHA, JP. Machado de Assis e Joaquim Nabuco: comentários e notas à correspondência entre estes dois escritores. Rio de Janeiro: Briguiet, 1942.

GUIMARAES, L. M. P. Debaixo da Imediata Protecção de Sua Majestade Imperial. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889) Rio de Janeiro: Revista do Instituto Histórico, 1997.

_____. Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Editora do Museu da República, 2006.

_____. Redemoinhos de Atlântida (1915-1920) Hist. R., Goiânia, v. 16, p. 133-149, jan/jun 2011.

_____. Um olhar sobre o continente: o Instituto Histórico e Geográfico e o Congresso Internacional de História da América. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 20, p. 217-229, 1997.

GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos: O IHGB e o projeto de uma História Nacional. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 1, 1988.

HARTOG, Francois. Régimes d'historicité : Présentisme et expériences du temps, Paris, Editions du Seuil, 2003

HOBSBAWM, Eric J. A Era do Capital, 1848-1875. São Paulo: Paz e Terra, p. 29.

HOBSBAWM, Eric J. RANGER, Terence. A Invenção das Tradições. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. A era das Revoluções. 4º Ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. Nações e Nacionalismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Crise do regime”. In. O Brasil monárquico II: do Império à República, H.G.C.B.

_____. A fronda pretoriada. In O Brasil monárquico II: do Império à República, H.G.C.B. vol.7, Rio de Janeiro, Difel, 1977.

HOUAISS, Antonio. João Ribeiro redivivo. In: RIBEIRO, João. Língua Nacional e outros estudos lingüísticos. Petropolis: Vozes; Aracaju: Governo do estado de Sergipe, 1979.

HUNT, LYNN. Política, Cultura e Classe na Revolução Francesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007;

IGLESIAS, Francisco. “Vida política, 1848 – 1868”. In. O Brasil monárquico II: do Império à República, H.G.C.B., vol. 3

_____. História e Ideologia. São Paulo: Perspectiva, 1981.

_____. Historiadores do Brasil. RJ: Nova Fronteira; BH: UFMG, IPEA, 2000

IUMATTI, Paulo Teixeira. Conhecimento, Política e Instituições no Brasil. (1889-1934).

_____. O Percurso para o Sentido da Colonização e a Dinâmica da Historiografia Brasileira nas Primeiras Décadas do Século XX. In. SEABRA, Manoel; HEIDEMANN, Heins Dieter. Caio Prado e a Associação dos Geógrafos Brasileiros. São Paulo: Edusp, 2008

JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, v. 20, n. 57, Feb. 2005.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado, Contribuição à Semântica do Tempo Histórico. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006

LEAO, Múcio. João Ribeiro. Rio de Janeiro. Livraria São José, 1954.

_____. João Ribeiro: ensaio bibliográfico. Publicações da Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 1954.

LEITE, Dante Moreira, O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia. São Paulo, Ática, 1992.

- LEVINE, Robert M. A Velha Usina. Pernambuco na Federação Brasileira. São Paulo: Paz e Terra, 1980.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. Novas Impressões de Um Memorialista. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1 jan. 1968.
- LUCCA, Tânia Regina. A Revista do Brasil: Diagnóstico para a Nação. São Paulo: Editora da UNESP, 1999;
- MACHADO, José de Alcântara. Vida e morte do bandeirante. BH: Ed. Itatiaia; SP, Ed. da Universidade de São Paulo, 1980
- MAKINO, Miyoko. A construção da identidade nacional - Affonso d'Escagnole Taunay e a decoração do Museu Paulista. 2003. Tese (doutorado em história). Depto. De História da FFLCH da USP, São Paulo.
- MARTINS, Wilson. A crítica literária no Brasil. Vol. II. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983.
- MARTINS, Wilson. História da Inteligência Brasileira. Vol. V (1897-1914). São Paulo: Editora Cultrix, EDUSP, 1977.
- MARTIUS, Carl F. P. Von “Como se subscrever a história do Brasil”, in O estado do direito, entre os autóctones do Brasil. Trad. Alberto Löfgren. Brlo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982.
- MEINECKE, Friedrich. El historicismo y su genesis. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1943
- MELLO, Evaldo Cabral de. Folha de São Paulo, 13 de Setembro de 1996.
- _____. Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana. RJ: Nova Fronteira, 1986
- _____. A Fronda dos Mazombos. Nobres contra Mascates, Pernambuco, 1666-1715. São Paulo: Editora 34. 2003
- MENEZES, Emílio. NETO, A. L. Machado. Estrutura Social da República das Letras. Sociologia da Vida Intelectual Brasileira – (1870-1930). São Paulo: Edusp, 1973.
- MEYER, Augusto. “João Ribeiro ensaísta”. In. BARBOSA, João Alexandre. Textos Críticos: São Paulo, Perspectiva, pp. 307-19.

- MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- _____. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil*, RJ: Difel, 1979;
- MILLIET, Sérgio. *Diário crítico de Sérgio Milliet*. São Paulo. Martins e Edusp, 1981.
- MONICA, Maria Filomena. *Os fieis inimigos*, Eça de Queiroz e Pinheiro Chagas. *Análise Social*. Vol. XXXVI (160), 2001.
- MONTEIRO, Clóvis. *Fundamentos clássicos do português do Brasil*. Rio de Janeiro. C. P. II, 1958.
- MORAES, Marco Antonio. org. *Correspondência: Mário de Andrade e Manuel Bandeira..* São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 2º Ed., 2001.
- Mota, Lourenço Dantas. (org.) *Introdução ao Brasil - um banquete no trópico*. São Paulo: editora Senac, 2002
- MOTA, Maria A. Silvio Romero, *Dilemas e Combates no no Basil da virada do Século XX*. São Paulo: FGV, 2000
- NABUCO, C. (org) *Joaquim Nabuco, Cartas a Amigos*. São Paulo: Progresso, 1949.
- NABUCO, Joaquim. *Cartas a amigos*, vol 1, São Paulo: Progresso Editorial, 1949.
- _____. *Diário*. Rio de Janeiro: Bem Te Vi. 03 de fevereiro de 1906.
- _____. In ANDRADE, Olímpio de Souza. *Joaquim Nabuco e o Brasil na América*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, Coleção Brasileira, 1978,
- NEEDELL, Jeffrey D. . *Belle Époque Tropical*. Trad. Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- NERY, F. (col) *Correspondência de Machado de Assis*. São Paulo: Jackson, 1953.
- NETO, A. L. Machado. *Estrutura Social da República das Letras. Sociologia da Vida Intelectual Brasileira – (1870-1930)*. São Paulo: Edusp, 1973;
- NETO, Coelho. *A Conquista*. Porto: Livraria Chardon de Lello e Irmãos, 1913
- _____. *Fogo-Fátuo*. Porto: Livraria Chardon de Lello e Irmãos, 1929.
- NOVAIS, Fernando *Aproximações*. São Paulo: CosacNayfy, 2005
- _____; SILVA, Rogério F da. *Nova História em Perspectiva*. S

- OLIVEIRA, Camillo. *A Democracia Coroada, Teoria Política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1957;
- ORLANDI, Eni Puccienelli (org.). *Discurso fundador: a formação do país e construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993.
- PAIM, Antonio. *A Filosofia da Escola do Recife*. Rio de Janeiro: 1966.
- PALLARES-BURKE, Gilberto Freyre: *Um vitoriano nos Trópicos*. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.
- PATEE, R. Em Torno de Oliveira Lima, RIAGP, n.39, p. 177-184.
- PINTO, M. S. Oliveira Lima. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1933.
- POMPÉIA, Raul. Carta ao Autor de *As Festas Nacionais*. Rio de Janeiro: Tipografia d. G. Leuzinger & Filhos, 1893, p. 6
- PRADO, Eduardo. *A Ilusão Americana*. São Paulo: Ibrasa, 1980.
- PRADO, Paulo. *Provincia & nação*. RJ: José Olympio, 1972
- RAMA, Angel. *A Cidade e as Letras*. São Paulo: Brasiliense, 1995. MITRE, Antonio. *O Dilema do Centauro. Ensaio de teoria da história e pensamento latino-americano*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
- RAMOS, Arthur. *O negro na civilização brasileira*. Rio de Janeiro, Casa do Estudante Brasileiro, 1934.
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil de Varnhagen a FHC*. São Paulo, fundação Getúlio Vargas, 4ª edição, 2001.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- RIBEIRO, João. *Crítica. Historiadores*. Rio de Janeiro: ABL, 1961, v. 4.
- _____. *Gramática Portuguesa – curso superior*. Rio de Janeiro. Alves e Cia., 1904.
- _____. *História do Brasil*. Rio de Janeiro, Ed Francisco Alves, 1901.
- _____. In: GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1999. p. 91.
- RIBEIRO, Renato Janine. *Ao Leitor Sem Medo. Hobbes escrevendo contra o seu tempo*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004

_____. *Ao Leitor Sem Medo. Hobbes escrevendo contra o seu tempo.* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

RINGER, Fritz K. *O Declínio dos Mandarins Alemães.* São Paulo: Edusp, 2000.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas.* São Paulo: Companhia das letras, 1997.

ROCHA, Hilton. In. LIMA, Oliveira. *Aspectos da Literatura Colonial Brasileira.* Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1984.

RODRIGUES, J. H (org) *Correspondência de Capistrano de Abreu.* Rio de Janeiro: INL, 1954.

_____. *História Viva.* São Paulo, Global, 1985.

_____. *História e Historiografia.* Petrópolis: Vozes, 2008

_____. *Teoria da história do Brasil.* SP: Nacional, 1969

ROMERO, Silvio e RIBEIRO, João. *Compendio de Historia da Literatura Brasileira.* Rio de Janeiro. Imago Editora, Universidade Federal de Sergipe, 2001.

_____. *Estudos sobre a poesia popular do Brasil.* Petrópolis: Editora Vozes; Aracaju; Governo do Estado de Sergipe, 1979, pp.31-2.

_____. *História da Literatura Brasileira, tomo 1,* Rio de Janeiro, Ed. Imago, Universidade Federal de Sergipe, 2001 (Organizada por Luiz Antonio Barreto).

ROMERO, Silvio. *História da Literatura Brasileira.*

_____. *Lucros e Perdas: Crônica Mensal dos Acontecimentos.* Rio de Janeiro: Livraria Contemporânea, 1883

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica.* Brasília: Editora UnB, 2001

SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo.* São Paulo: Companhia das Letras 2011.

SALIBA, Elias Thomé. “A Dimensão Cômica da Vida Privada na República”. IN Sevcenko, Nicolau org. *História da Vida Privada no Brasil, vol III, 6º.* Ed. S. Paulo, Cia das Letras, 2004.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *A invenção do Brasil: um problema nacional?.* In: *Revista de História.* São Paulo, USP, 1985.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. *Silvio Romero, Hermeneuta do Brasil*. São Paulo: Anablume Editora, 2005.

SCHNEIDERMAN, Boris. João Ribeiro atual. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, 1971, n. 10, p.73.

SCHORSKE, Carl. *Viena fin-de-siècle*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 33, 34.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 - 1930*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

_____. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo. Cia das Letras, 1987.

SCHWARCZ, Robert. *Ao Vencedor as Batatas*. São Paulo: Editora 34, 2002.

SEVCENKO, Nicolau, *Literatura Como Missão, Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *História da Vida Privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras.

SHNEIDER, Alberto Luiz. *Silvio Romero, Hermeneuta do Brasil*. São Paulo: Anablume, 2005.

SILVEIRA, Helder Gordim. *Joaquim Nabuco e Oliveira Lima. Faces de um Paradigma Ideológico da Americanização das Relações Internacionais do Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

SKIDMORE, T. HOLLOWAY, T. *New light on Euclides da Cunha: letters to Oliveira Lima (1903-1909)*

_____. *Preto no Branco – Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SKINNER, Quentin. *Significado y comprensión en la historia de las ideas*. Prismas, Revista de historia intelectual, N4, 2000.

_____. *Presença de Alberto Torres. Sua Vida e Pensamento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968

_____. Presença de Alberto Torres: sua vida e pensamento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.

TAUNAY, Affonso D'Escragnolle. História das bandeiras. São Paulo, Edições Melhoramentos, 1951.

TORRES, Alberto. A Organização Nacional. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

_____. In. SOBRINHO, Barbosa Lima. A Presença de Alberto Torres. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

VAINFAS, Ronaldo. “Capistrando de Abreu – Capítulos de história colonial”. In: Introdução ao Brasil. Uma banquete no Trópico. São Paulo SENAC, 1999.

VELLOSO, Queiroz. Discurso de recepção a Oliveira Lima. In. LIMA, Oliveira. Aspectos da História e da Cultura do Brasil. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1923.

VENTURA, Roberto. “Um Brasil Mestiço: raça e cultura na passagem da monarquia à república”. In: Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação histórica. Mota, Carlos Guilherme org. São Paulo, Ed. SENAC, 2000.

_____. Estilo Tropical. São Paulo, Ed. Cia das Letras, 1991.

_____. Euclides da Cunha e a República. Estudos Avançados, São Paulo, v. 10, n. 26, Abril. 1996 encontrado em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141996000100024&lng=en&nrm=iso)

40141996000100024&lng=en&nrm=iso>. acessado em 21 abril de 2011. doi:

10.1590/S0103-40141996000100024.

VERÍSSIMO, José. Estudos de Literatura Brasileira. 2 Série. São Paulo: Editora Itatiaia, ano?

_____. Estudos de Literatura Brasileira. Vol. 6. p. 33

VIANNA, Francisco José de Oliveira. O idealismo da constituição. São Paulo: Nacional, 1939

VIANNA, Luís Werneck. M. A. R. de Carvalho, M. P. C. Melo and M. B. Burgos, A Revolução Passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil. Rio de Janeiro, Editora Revan/Iuperj, 1997

VIRGILIO, C (org) Correspondência de Machado de Assis com Magalhães de Azeredo. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1968.

YOKOTA, Paulo. In. LIMA, Oliveira. No Japão, Impressões da Terra e da Gente. São Paulo: Toopbooks.